



RELATÓRIO E CONTAS 1º SEMESTRE 2015



CAIXA ECONÓMICA

ÍNDICE

SISTEMA DE GOVERNO	3
SÍNTESE DE INDICADORES	5
1. O GRUPO CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL	7
1.1. Estrutura do Grupo	7
1.2. Marca e Sustentabilidade	8
1.3. Recursos Humanos	14
1.4. Redes de Distribuição e de Relação	15
2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	17
3. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE POR ÁREAS DE NEGÓCIO	22
3.1. Banca de Retalho (Atividade Consolidada)	22
3.2. Banca de Investimento	28
3.3. Gestão de Fundos de Investimento	29
3.4. Crédito Especializado	30
3.5. Atividade Internacional	31
4. ANÁLISE DO BALANÇO E DOS RESULTADOS	32
4.1. Balanço	32
4.2. Resultados	36
4.3. <i>Rating</i>	41
5. ANÁLISE DOS RISCOS	41
6. PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS PARA O SEGUNDO SEMESTRE	47
7. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, NOTAS EXPLICATIVAS, DECLARAÇÕES E RELATÓRIOS DE AUDITORIA	48
7.1. Demonstrações Financeiras em Base Consolidada	48
7.2. Demonstrações Financeiras em Base Individual	216
7.3. Declaração de Conformidade do Conselho de Administração Executivo	349
7.4. Conformidade com as Recomendações do <i>Financial Stability Forum</i> (FSF) e do <i>Committee of European Banking Supervisors</i> (CEBS), referentes à transparência da informação e à valorização de ativos	350

SISTEMA DE GOVERNO

Após a entrada em vigor dos novos estatutos da Caixa Económica Montepio Geral (adiante designada por «CEMG»), em 2013, ocorreu a primeira etapa do processo de separação dos órgãos de governo da CEMG em relação aos da sua casa mãe - Montepio Geral Associação Mutualista (MGAM), mantendo-se a identidade de anexação da CEMG e a inerente articulação e conexão de princípios estratégicos entre as duas instituições. Nesta etapa foi também mantido o regime de inerências entre alguns órgãos das duas entidades, sendo os membros eleitos para a Mesa da Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Conselho de Administração do MGAM, também membros, por inerência, do Conselho Geral e de Supervisão da CEMG.

A estrutura e os membros dos órgãos de Governo da CEMG desde de janeiro de 2013 e à data de 30 de junho de 2015 eram os seguintes:

ASSEMBLEIA GERAL

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	VITOR JOSÉ MELÍCIAS LOPES
1º Secretário	ANTÓNIO DIAS SEQUEIRA
2º Secretário	MARIA LEONOR L. GONÇALVES DE OLIVEIRA GUIMARÃES

CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO

Presidente	JOSÉ DE ALMEIDA SERRA
	VITOR JOSÉ MELÍCIAS LOPES
	EDUARDO JOSÉ DA SILVA FARINHA
	CARLOS VICENTE MORAIS BEATO
	ÁLVARO JOÃO DUARTE PINTO CORREIA
	GABRIEL JOSÉ DOS SANTOS FERNANDES
	LUISA MARIA XAVIER MACHADO
	MARIA MANUELA DA SILVA
	ANTÓNIO GONÇALVES RIBEIRO
	EUGÉNIO ÓSCAR GARCIA ROSA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

Presidente	ANTÓNIO TOMÁS CORREIA
Vogais	JORGE HUMBERTO BARROS LUÍS
	PEDRO MIGUEL DE ALMEIDA ALVES RIBEIRO
	FERNANDO PAULO PEREIRA MAGALHÃES
	JOÃO CARLOS MARTINS DA CUNHA NEVES

COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

Presidente	LUÍS EDUARDO BARBOSA
	JOSÉ EDUARDO FRAGOSO TAVARES DE BETTENCOURT
	JOSÉ CARLOS PEREIRA LILAIA

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

KPMG, representada por Jean-éric Gaign - Revisor Oficial de Contas n.º 1013

REVISÃO DOS ESTATUTOS E REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE GOVERNO

Com vista a prosseguir o processo de modernização do sistema de governo, aprofundar a separação dos governos das duas entidades – MGAM e CEMG, que tinha sido iniciada em 2013, satisfazer novos requisitos regulamentares e obter maior alinhamento com as melhores práticas neste domínio, foi promovida uma nova revisão dos estatutos da CEMG, tendo sido nomeada uma Comissão para o efeito, na Assembleia Geral de 1 de abril de 2015.

Em resultado do trabalho dessa Comissão, a Assembleia Geral da CEMG aprovou, em 26 de maio de 2015, alterações estatutárias que conduziram a uma reformulação do seu sistema de governo, incluindo novos órgãos, alterações no processo de eleição dos seus membros e na sua composição. Os órgãos de governo da CEMG passaram a ser os seguintes:

ASSEMBLEIA GERAL
MESA DA ASSEMBLEIA GERAL
CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO
COMITÉ DE REMUNERAÇÕES
COMITÉ DE AVALIAÇÕES
COMITÉ DE RISCOS
REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Já no decurso do segundo semestre de 2015, em 5 de agosto, a Assembleia Geral da CEMG elegeu os membros dos novos órgãos, tendo-se dado início ao processo de avaliação e registo subsequente junto do Banco de Portugal, o qual, à data da conclusão deste relatório, se encontrava concluído para os novos membros do Conselho de Administração Executivo, que iniciaram funções em 7 de agosto de 2015.

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO (desde 7 de agosto 2015)

Presidente - JOSÉ MANUEL FÉLIX MORGADO
1.º Vogal - JOÃO CARLOS MARTINS DA CUNHA NEVES
2.º Vogal - LUÍS GABRIEL MOREIRA MAIA ALMEIDA
3.º Vogal - FERNANDO FERREIRA SANTO
4.º Vogal - JOÃO BELARD DA FONSECA LOPES RAIMUNDO
5.º Vogal - JORGE MANUEL VIANA DE AZEVEDO PINTO BRAVO
6.º Vogal - LUÍS MIGUEL RESENDE DE JESUS

SÍNTESE DE INDICADORES

(milhares de euros)			
INDICADORES	jun.15	dez.14	jun.14 *
ATIVIDADE E RESULTADOS			
Ativo Líquido	22 146 845	22 473 474	22 357 566
Crédito a Clientes Bruto	16 306 673	16 540 943	16 750 894
Depósitos Totais	13 125 488	14 242 679	14 314 511
Depósitos de Particulares	9 143 059	9 244 146	9 173 909
Depósitos de Empresas e Institucionais	3 982 429	4 998 533	5 140 602
Resultado Líquido	-28 909	-186 953	6 209
SOLVABILIDADE			
Rácio <i>Common Equity Tier 1</i> (CRD IV- <i>phasing-in</i>)	9.53%	8.51%	10.48%
Rácio <i>Tier 1</i> (<i>phasing-in</i>)	9.53%	8.51%	10.48%
Rácio Capital Total (CRD IV- <i>phasing-in</i>)	10.62%	8.67%	12.04%
RÁCIOS DE TRANSFORMAÇÃO			
Crédito a Clientes Total Líquido / Depósitos de Clientes (a)	113.39%	106.46%	108.03%
Crédito a Clientes Total Líquido / Recursos Totais de Clientes de Balanço (b)	99.80%	92.50%	93.10%
RISCO DE CRÉDITO E COBERTURA POR IMPARIDADES			
Rácio de Crédito e Juros Vencidos há mais de 90 dias	7.47%	6.13%	5.96%
Rácio de Crédito com incumprimento (a)	8.79%	7.42%	8.41%
Rácio de Crédito com incumprimento líquido (a)	-0.04%	-1.00%	0.66%
Cobertura de Crédito e Juros Vencidos há mais de 90 dias	118.68%	136.65%	131.68%
Rácio de Crédito em Risco (a)	13.37%	12.03%	13.82%
Rácio de Crédito em Risco Líquido (a)	4.98%	4.02%	6.52%
Cobertura de Crédito em Risco	66.04%	69.35%	56.49%
Cobertura de Crédito em Risco, incluindo garantias hipotecárias associadas	130.70%	136.50%	129.90%
Rácio de Crédito Reestruturado (c)	10.43%	10.49%	9.59%
Rácio de Crédito Reestruturado não incluído no Crédito em Risco (c)	5.46%	6.89%	6.42%
RENDIBILIDADE E EFICIÊNCIA			
Produto Bancário / Ativo Líquido Médio (a)	2.58%	3.48%	4.25%
Resultado antes de Impostos / Ativo Líquido Médio (a)	-0.52%	-0.92%	0.17%
Resultado antes de Impostos / Capitais Próprios Médios (a)	-7.92%	-12.55%	2.26%
Gastos Operacionais / Produto Bancário (<i>cost to income</i>) (a)	60.77%	43.56%	34.63%
Gastos com Pessoal / Produto Bancário (a)	35.68%	24.75%	19.97%
COLABORADORES E REDE DE DISTRIBUIÇÃO (Número)			
Colaboradores - Total do Grupo	4 434	4 425	4 212
Colaboradores - CEMG	3 906	3 907	3 894
Balcões - Portugal	436	436	436
Balcões - Sucursais do Exterior	30	27	17
Escritórios de Representação	6	6	6

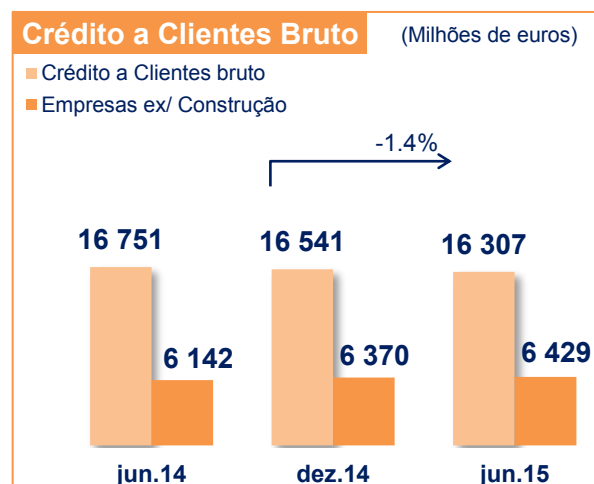
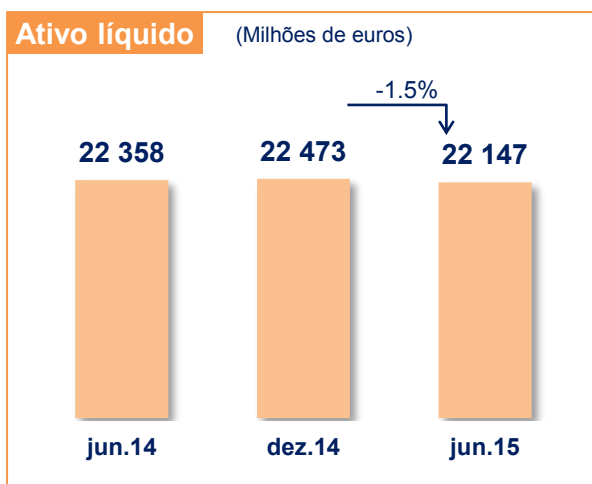
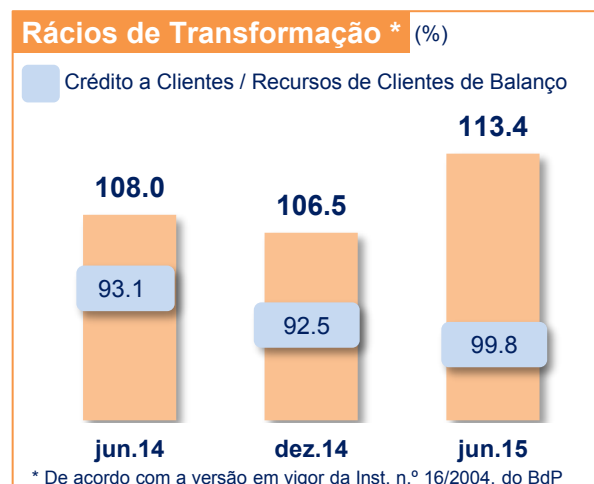
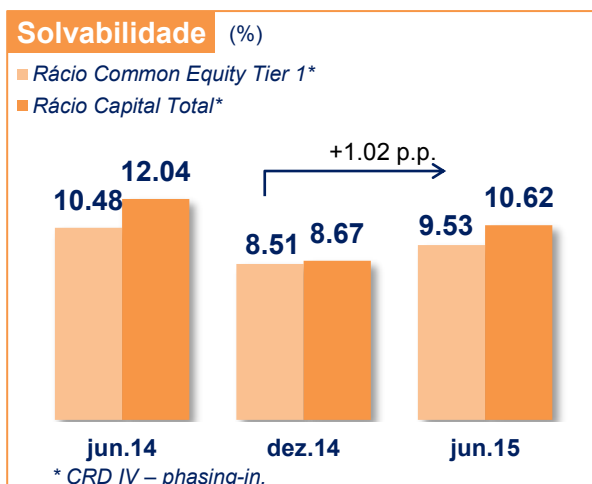
(a) De acordo com a Instrução n.º 16/2004, do Banco de Portugal.

(b) Recursos Totais de Clientes de Balanço = Recursos de Clientes e Responsabilidades representadas por títulos

(c) De acordo com a Instrução n.º 32/2013, do Banco de Portugal.

* As demonstrações financeiras intercalares, em jun.14, foram reexpressas, conforme Nota ab) das Políticas Contabilísticas.

EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES

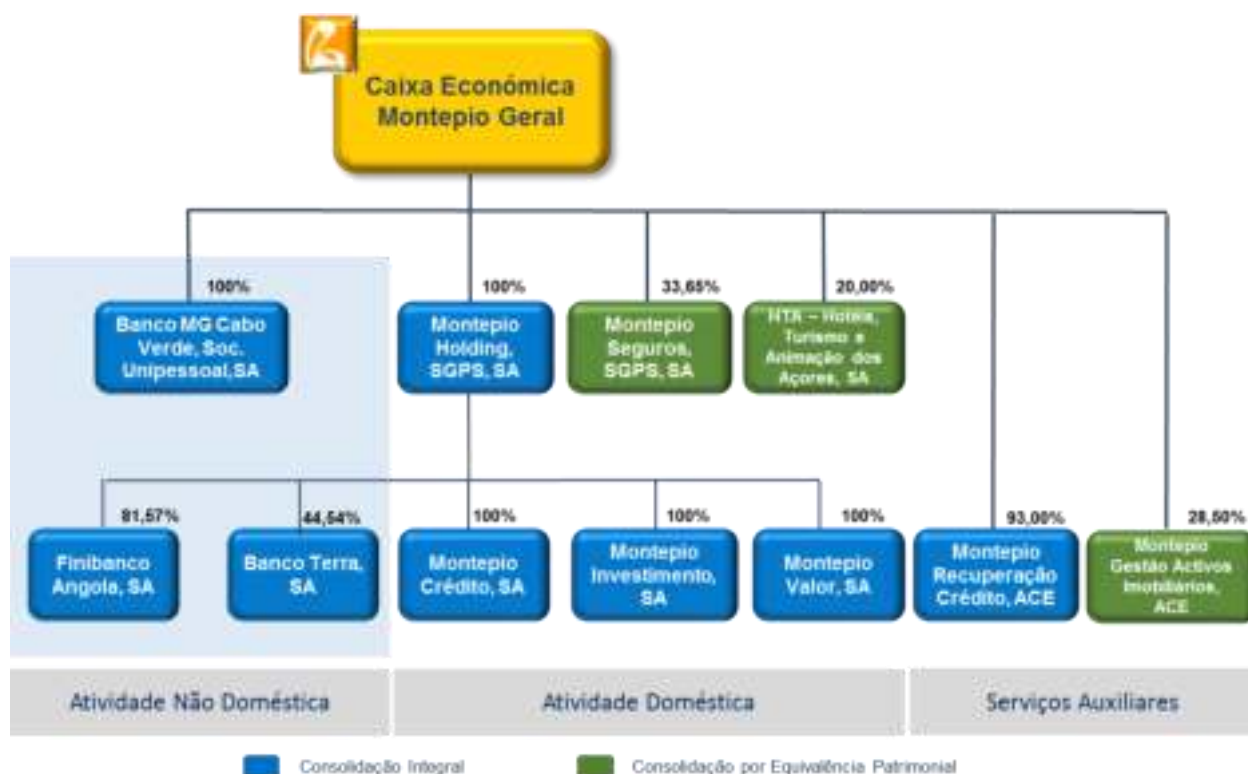


1. O GRUPO CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL

1.1 Estrutura do Grupo

Este relatório apresenta as contas, individuais e consolidadas, e relata o desempenho consolidado do grupo Caixa Económica Montepio Geral (CEMG): o conjunto das instituições em que a CEMG detém participações qualificadas (ver nota contabilística) e/ou o respetivo controlo de gestão.

Por sua vez, o grupo CEMG integra-se no grupo Montepio, detido pelo Montepio Geral Associação Mutualista (MGAM). Conjuntamente, estas entidades não só permitem uma oferta abrangente e diversificada de produtos e serviços bancários e financeiros, como contribuem com os seus resultados para os fins mutualistas. O grupo CEMG apresenta-se, assim, como um dos grupos bancários e financeiros mais diferenciados do setor financeiro nacional e europeu dada a sua origem, natureza e finalidades mutualistas, que lhe conferem características únicas e um posicionamento singular no seu setor e na sociedade portuguesa.



O grupo CEMG é composto, para além da CEMG individual, por 3 entidades domésticas: Montepio Crédito, Instituição Financeira de Crédito, S.A., Montepio Investimento, S.A., e Montepio Valor, Sociedade de Gestora de Fundos de Investimento, S.A. – reunidas na Montepio Holding, SGPS, S.A. e detidas integralmente pela CEMG. No mercado doméstico, a CEMG possui, ainda, duas pequenas participações qualificadas na Montepio Seguros, SGPS, S.A. e na HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A., cujas contas consolida parcialmente, por equivalência patrimonial. A nível internacional a CEMG dispõe de participações maioritárias no Banco MG Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. e no Finibanco Angola, S.A.. Em dezembro de 2014, a CEMG concluiu a aquisição de uma participação no Banco Terra em Moçambique, onde passou a deter controlo sobre a gestão. No grupo CEMG consolidam, ainda, os

Agrupamentos Complementares de Empresas: Montepio Recuperação de Crédito, ACE (Consolidação Integral) e Montepio Gestão de Ativos Imobiliários, ACE.

1.2 Marca e Sustentabilidade

No decurso do primeiro semestre de 2015, a CEMG prosseguiu o desenvolvimento da marca Montepio, enquanto garante de um serviço rigoroso e de qualidade, alicerçado nos valores do Grupo, dos quais é parte integrante a defesa da solidariedade social e da sustentabilidade.

Marca

A defesa dos valores mutualistas e de uma atuação transparente, rigorosa e competente têm contribuído para que a Caixa Económica Montepio Geral reúna cada vez mais clientes, os quais dispõem de uma oferta transversal e integrada de produtos e serviços, advogando a favor da marca e contribuindo para a consolidação do seu posicionamento.

Reputação

A marca Montepio foi considerada pela *Meaningful Brands Portugal 2015*, iniciativa promovida pelo *Havas Media Group*, a mais relevante no setor Finanças & Seguros. A análise baseou-se nas respostas de 11 200 indivíduos sobre 96 marcas oriundas de 11 diferentes setores. Esta distinção reflete a preocupação da Instituição para com os seus clientes, concretizada no acompanhamento que assegura, na deteção de tendências e no papel que, ao longo da sua história, tem vindo a imprimir na sociedade portuguesa.

A marca Montepio ficou entre os primeiros lugares no estudo *Global RepTrak™ Pulse 2015*, tendo conquistado o primeiro lugar nos fatores de qualidade dos serviços prestados, Responsabilidade Social e Governo da Sociedade.



Distinção da qualidade dos canais complementares

Na esfera dos canais complementares a marca continuou a conquistar o mercado e a merecer distinções que a colocam entre as melhores.

A CEMG mantém presença no *ranking 2015* dos 1.000 maiores bancos do mundo, de acordo com a revista *The Banker*, publicação de referência no setor da banca, que integra o grupo editorial britânico *Financial Times*. Este *ranking*, considerado a medida-padrão para a indústria desde 1970, baseia-se numa apreciação de força e robustez financeira de cada instituição. A CEMG, ocupando a 490ª posição, mantém assim a presença entre os 500 melhores bancos do mundo.



O serviço Net24 Particulares, a plataforma de *Homebanking* do Montepio, conquistou o Prémio Cinco Estrelas 2015 na categoria “Internet Banking”, com uma classificação global de 8,57 (máximo de 10), sendo considerado pelos consumidores como ‘muito bom - realmente Cinco Estrelas’. Para a classificação global, contribuíram as avaliações bastantes positivas que os consumidores portugueses efetuaram às características do serviço: satisfação, preço-qualidade, intenção de recomendação, confiança na marca e inovação.



Sustentabilidade

Ao longo do primeiro semestre de 2015, o Montepio prosseguiu a política e as medidas de incentivo às práticas socialmente responsáveis em prol de um desenvolvimento harmonioso, equilibrado e sustentável a médio e longo prazo. Neste domínio destacam-se ações em vertentes diversas, desde o apoio à Economia Social aos incentivos ao empreendedorismo, passando pela promoção da cultura e ações internas de voluntariado.

Apoio à Economia Social

A economia social e os seus *stakeholders* atuam sobre um universo cada vez mais alargado da população portuguesa, assumindo-se como agentes económicos e sociais de extrema importância. A CEMG, enquanto parceiro ativo de matriz social e inovadora, promove a sustentabilidade das regiões onde se insere e revela-se como importante protagonista na sua dinamização. Acompanhando este impulso a CEMG, no primeiro semestre de 2015, deu continuidade ao reforço do seu posicionamento como instituição financeira de referência da economia social e um parceiro estratégico, não só no apoio às necessidades financeiras, mas também na procura de soluções para inovação social e de práticas para uma maior sustentabilidade e capacitação, nomeadamente incentivando as Instituições a implementar medidas de avaliação de impacto social e de procurar novas formas de investimento social. A CEMG, através da sua área especializada para este setor (Relações Institucionais para o Terceiro Setor - RITS), tem criado pontes entre os seus clientes, as áreas de responsabilidade social do grupo e as diversas organizações de cúpula da economia social, permitindo assim, diversificar a oferta à medida das necessidades do mercado. Para isso têm contribuído os diversos protocolos de colaboração estabelecidos com essas entidades.

No apoio direto à economia social destacam-se importantes ações de suporte, dinamização e divulgação das instituições e das suas obras, com destaque para:

- O **Minuto Solidário** - Dando continuidade ao projeto iniciado em 2011, foi realizada a cerimónia de entrega às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) dos filmes de 1 e 3 minutos produzidos em 2014. A entrega foi precedida de sessão formativa dirigida às entidades do setor social e dedicada ao tema 'Comunicação e Marketing numa Organização Não Lucrativa';
- **Cartão +Vida** - O cartão de crédito +Vida permite apoiar uma instituição de solidariedade social sempre que é utilizado. Quando o cliente não indica a entidade que deseja apoiar, cabe ao Montepio definir as instituições que irão receber as contribuições. Nos primeiros seis meses de 2015, as entidades selecionadas para receber as contribuições foram: Liga Portuguesa Contra a Sida; Novamente - Associação de Apoio aos Traumatizados Crânio Encefálicos e Famílias; APCL - Liga Portuguesa Contra a Leucemia e Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger.



Do mesmo modo, em 2015 a CEMG patrocinou e participou em vários eventos destinados a entidades da economia social, com abordagem de temas atuais e importantes, tais como o 'II Encontro Responsabilidade Social', o 'Encontro Nacional das Instituições' e o

‘7.º Seminário de *Fundraising*’. A CEMG integrou também o ‘Grupo de Trabalho Português de Investimento Social’ e organizou, em parceria com a RedeMut, uma sessão de esclarecimento sobre os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) realizada no Auditório Montepio, sob o título ‘Portugal 2020 – oportunidades de financiamento para as Associações Mutualistas’. A CEMG patrocinou ainda a Conferência ‘Seniores Ativos’, organizada pela Santa Casa da Misericórdia do Porto, e o ‘Congresso Insular das Misericórdias’, realizado no Funchal.

O apoio às empresas estendeu-se ainda a outras esferas, com destaque para a primeira edição da *Montepio Runner Corporate Edition*, que reuniu cerca de 70 empresas que, no Estádio do Jamor, em Lisboa. Aliando a competitividade à solidariedade, a *Montepio Runner Corporate Edition* reuniu mais de 7 mil euros a favor da Associação Salvador, nomeadamente para a concretização do projeto de apoio ao emprego para pessoas com deficiência motora, desenvolvido por aquela entidade.

Ao nível do empreendedorismo, a CEMG continuou a promover e a desenvolver o seu papel no apoio a projetos inovadores e promissores, o qual tem vindo a ser amplamente reconhecido como aspeto chave para combater o desemprego, criar emprego e contribuir para a produtividade e dinamismo económico do país.

Neste âmbito, destaca-se a solução Microcrédito Montepio, que apresenta dois fatores verdadeiramente únicos e que marcam a diferença: a existência de gestores especializados, que acompanham os empreendedores desde a fase embrionária da ideia de negócio, e o papel, igualmente importante, dos tutores de proximidade na elaboração dos planos de negócio e no acompanhamento da primeira fase de implementação dos projetos.



Apoio à Economia do Mar

No que diz respeito à economia do mar, destaca-se o apoio às seguintes iniciativas reveladoras da amplitude dos patrocínios Montepio:

- 1.ª Edição do *Blue Business Fórum* – Em junho, o Montepio marcou presença no mais importante evento ligado à economia do mar realizado em Portugal: o *Blue Business Fórum*, inserido na *Blue Week* europeia. Este evento teve por objetivo destacar a importância da economia do mar, reuniu mais de 200 expositores e de 25 conferências, visitas agendadas de cerca de 70 países, encontros B2B e degustação de iguarias do mar. Este evento, organizado pela AIP – Associação Industrial Portuguesa, contou com o alto patrocínio do Ministério da Agricultura e do Mar e permitiu ao Montepio divulgar a sua oferta para o setor, bem como a oferta ligada ao Negócio Internacional;
- *Peniche Paddle Series* Montepio – O *Peniche Paddle Series* voltou a contar com o patrocínio principal do Montepio e, pelo segundo ano consecutivo, foi o único evento a reunir as Federações Portuguesas de Canoagem, de Remo e de Surf. Realizou-se a 13 e 14 de junho, em Peniche, e evoluiu para um evento multiatividades com etapas dos campeonatos nacionais de Canoagem de Mar e de Remo de Mar, Circuito Nacional de *Stand Up Paddle* (SUP), nas suas vertentes *Race Wave*, e ainda Taça de Portugal de Remo.

Apoio à cultura

No decurso do primeiro semestre de 2015 foi dada continuidade à estratégia de apoio à cultura nacional, em particular na área da música portuguesa, merecendo destaque várias atividades, pela sua notoriedade e pelas parcerias que permitiram desenvolver.

Desde o lançamento do álbum de estreia que os **D.A.M.A** contam com o apoio do Montepio. O apoio estendeu-se à tournée de apresentação do álbum, que passou por mais de dez cidades portuguesas, de norte a sul do país, com atuações sempre esgotadas.

Numa estratégia de apoio a uma tour nacional, o Montepio acompanhou o **Maestro Rui Massena** em concertos que passaram pelo CCB e Casa da Música e que seguiram para cidades como Faro, Arcos de Valdevez ou Guimarães.



O apoio à música estendeu-se aos **Expensive Soul** e **GNR**, corporizando uma lógica de apoio às bandas nacionais em todo o seu percurso anual.



No que diz respeito à aposta da marca junto de artistas consagrados, destaque também para o concerto de **Kátia Guerreiro**, no CCB, ou para a apresentação do novo álbum de **Rodrigo Leão**. No Oceanário de Lisboa, **Rodrigo Leão** envolveu o visitante numa experiência de relaxamento, quietude e simplicidade, motivando-o a descobrir a natureza submersa. Fê-lo através da criação de composição inspirada na exposição "Florestas Submersas by Takashi Amano", garantindo uma fusão entre a arte e a natureza. Paralelamente, com o apoio do Montepio, o artista apresentou a nova obra ao longo de uma temporada de 20 apresentações realizadas, ao vivo, no Auditório "Mar da Palha", no Oceanário de Lisboa, nos meses de maio e junho.



A 4ª edição do **Belém Art Fest** contou com o apoio do Montepio através do *naming* do palco situado nos Claustros do Mosteiro dos Jerónimos. O palco principal do Festival - Palco Montepio – acolheu António Zambujo e Dead Combo enquanto cabeças de cartaz. Ao longo dos dois dias de evento foram acolhidos 5000 visitantes, 230 artistas portugueses e 20 bandas nacionais.



O sítio Montepio participou no evento "Às vezes o Amor" tendo transmitido o concerto dos Xutos & Pontapés em direto, via *streaming*, após votação na página de Facebook do evento.

Fora da música, o Montepio patrocinou a primeira edição o **Contentor 13**. Trata-se de um programa sobre autores portugueses, o primeiro de televisão produzido a partir de um dos contentores do *The Village Underground*.

Formação de Colaboradores

Os colaboradores do Grupo CEMG são um dos seus mais importantes *stakeholders*, com importância crescente, pelo que o primeiro semestre de 2015 continuou a ser pautado por iniciativas consideradas relevantes no domínio da Gestão de Recursos Humanos, das quais se destacam:

- **Programa i9** – Lançado em 2015, este programa agrega diversas iniciativas, sendo um dos pilares o tema de recursos humanos. Deste modo e no sentido de perceber as diversas temáticas mais sensíveis para os colaboradores, levou-se a cabo um estudo de Clima Organizacional, donde resultaram conclusões importantes para a tomada de medidas no âmbito da gestão de recursos humanos, nomeadamente nas vertentes de formação, remunerações, carreiras e avaliação de desempenho;
- **Mobilidade Interna** – A aposta na mobilidade interna constituiu um marco no domínio do recrutamento, permitindo ir ao encontro das necessidades organizacionais e, simultaneamente, criar oportunidades de valorização para os colaboradores;
- **Programa de promoção da saúde e bem-estar** – foi dada continuidade à implementação do programa junto de diversas unidades orgânicas com ações de sensibilização destinadas a um conjunto alargado de colaboradores.

Voluntariado

Durante o primeiro semestre de 2015, o Gabinete de Responsabilidade Social promoveu 33 ações de voluntariado corporativo, no âmbito da política de responsabilidade social interna e em articulação com a Direção de Recursos Humanos e com a Fundação Montepio. O desenvolvimento do programa de voluntariado corporativo envolveu o estabelecimento de parcerias com 31 entidades externas nos diversos domínios de atuação - social, ambiental, proteção animal e cultural.

Merece especial destaque a realização da terceira edição do *Dia do Voluntariado do Grupo Montepio*, que abrangeu, em simultâneo, 23 ações em locais diferentes, com cerca de 400 voluntários no terreno e juntando mais de 500 pessoas envolvidas nestas ações, nomeadamente, clientes das entidades beneficiadas e estudantes de escolas profissionais que estiveram lado a lado, colaborando e trabalhando em prol de uma sociedade mais justa e solidária.

Paralelamente ao dia do voluntariado, foram lançadas duas ferramentas fundamentais para o sucesso do Programa de Voluntariado do Grupo Montepio:

- Curso *e-learning* “Ser Solidário Sem Sair do Trabalho”, disponibilizado na intranet aos colaboradores, entre os dias 15 de maio e 30 de junho;
- “Guia do Colaborador Voluntário do Montepio”, distribuído em junho a todos os colaboradores do Montepio.

Durante o primeiro semestre de 2015, o número de voluntários envolvidos em voluntariado coletivo e em voluntariado de competências (*Junior Achievement*, Educação Financeira, Internet para associados e tutores de micro-crédito) ultrapassou os 600 voluntários, sendo de salientar o envolvimento crescente de reformados e de colaboradores de empresas fornecedoras de serviços, numa lógica de promoção da cadeia de valor.

No primeiro semestre de 2015 o volume total de formação registou um aumento significativo e abrangeu 96% dos colaboradores. Este período caracterizou-se sobretudo pela realização de ações de natureza legal / regulatória, tais como Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo, Produtos Financeiros Complexos, Seguros e Recuperação de Crédito. Destaca-se ainda, pela sua relevância e impacto, as ações sobre temas fiscais e negócio internacional.

Indicadores	jun.15	jun.14	Variação
Nº de ações:	174	136	27.9%
Horas de formação:	57 535	34 012	69.2%
Nº de participações:	12 579	6 471	94.4%

1.3 Recursos Humanos

No final do primeiro semestre de 2015, o quadro de pessoal da Caixa Económica Montepio Geral (CEMG) era composto por 3 906 colaboradores, que, face a 30 de junho de 2014, apresentou um aumento de 12 colaboradores.

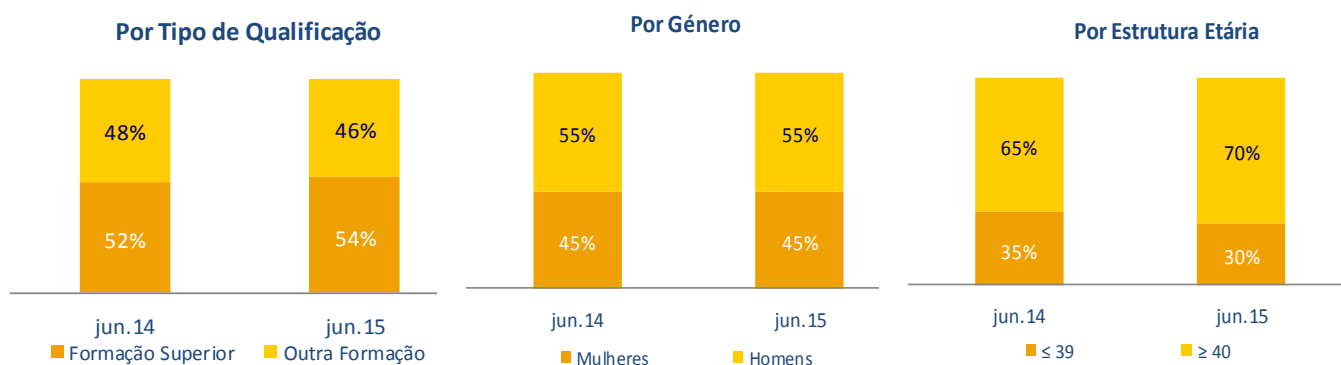
No conjunto das entidades que compõem o grupo CEMG, o total de colaboradores era de 4 434 em 30 de junho de 2015, com a seguinte distribuição pelas diversas entidades:

Colaboradores	jun.15	jun.14	Variação		Peso
			N.º	%	
Total do Grupo CEMG	4 434	4 212	222	5.3	100.0%
Caixa Económica	3 906	3 894	12	0.3	88.1%
BMG Cabo Verde	3	3	-	-	0.1%
Montepio Holding, do qual:	525	315	210	66.7	11.8%
Montepio Investimento	2	-	2	-	-
Montepio Valor	16	15	1	6.7	0.4%
Montepio Crédito	131	131	-	-	3.0%
Montepio Capital Risco	1	-	1	-	-
Banco Terra	182	-	182	-	4.1%
Finibanco Angola	193	169	24	14.2	4.3%

Para o aumento do quadro de colaboradores contribuiu também o aumento de colaboradores no Finibanco Angola (+24) e por via da aquisição de uma participação no Banco Terra, em Moçambique (+182).

A nível da distribuição por género, mantém-se a predominância da componente masculina (55%). O número de colaboradores com habilitações de nível superior, que compreende colaboradores com bacharelato, licenciados, com mestrado, com pós-graduação e doutorados, aumentou para 54%. Quanto à estrutura etária, nota-se um ligeiro aumento da faixa etária mais elevada (70%).

DISTRIBUIÇÃO DOS COLABORADORES DA CEMG



1.4 Redes de Distribuição e de Relação

Rede de Balcões

A CEMG detém uma rede de balcões distribuída pelo país, contando, no final do primeiro semestre de 2015, com 436 balcões. A esta, junta-se uma presença internacional de 6 escritórios de representação, junto das principais comunidades de emigrantes, de 17 balcões e 4 centros de empresas em Angola do Finibanco Angola e de 9 balcões do Banco Terra em Moçambique.

	N.º Balcões Domésticos e Presença Internacional		
	jun. 15	dez. 14	jun. 14
Balcões Rede Doméstica	436	436	436
Balcões Rede Internacional - Angola	21	18	17
Balcões Rede Internacional - Moçambique	9	9	-
Escritórios de Representação	6	6	6

Rede de Gestores

Para acompanhamento do segmento *Affluent*, que exige uma relação de maior proximidade, a rede de gestores Premium conta com 181 gestores dedicados. No segundo setor, e dando continuidade ao esforço de especialização do serviço, o Montepio disponibilizou 181 gestores de negócios e 82 gestores de empresas dedicados. Para responder ao setor da economia social, a Instituição garante uma equipa constituída por 25 gestores, cinco dos quais dedicados ao microcrédito.

N.º de Gestores por Segmento de Clientes		
	jun.15	dez.14
Empresas	281	286
Institucionais	7	6
Grandes Empresas	11	11
Pequenas e Média Empresas	82	80
Pequenos Negócios	181	189
Particulares	190	193
Top Premium	9	10
Premium	181	183
Terceiro Setor (*)	25	20
TOTAL DE GESTORES	496	499

(*) Inclui 5 gestores de Microcrédito

Canais Complementares Eletrónicos

O **Serviço Montepio24**, plataforma multicanal que integra os canais Net24, Phone24, Netmóvel24 e SMS24, registou no primeiro semestre de 2015 um incremento de clientes aderentes face ao período homólogo, com 776 mil utilizadores do segmento particulares (crescimento de 4,3%) e 114 mil empresas (crescimento homólogo de 10%).

O sítio público do Montepio, disponível em www.montepio.pt, observou também uma evolução positiva no número de acessos, consolidando a sua posição como principal ponto de contacto com a oferta de produtos e serviços, com uma média mensal superior a 3,1 milhões de visitas e 17,7 milhões de *page views*.

No âmbito do **serviço de ATM – Automated Teller Machine**, a Rede Global SIBS continuou, no decorrer de 2015, a sofrer um reajuste do número de máquinas disponíveis no mercado: de 12 701 (dezembro de 2014) para 12 519 (junho de 2015), verificando-se uma redução de 182 equipamentos. Ainda assim, o Montepio instalou mais 13 máquinas neste período, aumentando desse modo a quota de mercado de 8,59% para 8,82%.

No que respeita à rede interna de ATM – Chave24, o parque manteve-se estável, totalizando-se 378 máquinas instaladas, o que contribui, de forma direta, para a externalização de operações de carácter transaccional, libertando a rede comercial para a atividade de venda.

O mercado de Terminais de Pagamento Automático (TPA) cresceu 3,81% de dezembro de 2014 para junho de 2015, tendo este negócio crescido 6,09% para o Montepio. Este comportamento permitiu ao Montepio aumentar a sua quota de mercado de 6,87% para 7,02%.

O negócio de cartões registou, no primeiro semestre de 2015, um aumento de 3,0% na carteira, tendo o mercado registado um aumento de cerca de 0,5%. Para este aumento no Montepio contribuiu o crescimento da carteira de cartões de crédito (2,4%) e o crescimento da carteira de cartões pré-pagos (31,3%). Face ao incremento verificado, a quota de mercado aumentou de 5,1% para 5,3%.

2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

De acordo com as previsões do FMI, publicadas em julho, o crescimento da **economia mundial** deverá desacelerar ligeiramente de 3,4% em 2014 para 3,3% em 2015, menos 0,2 p.p. do que o previsto em abril, refletindo sobretudo o fraco 1.º trimestre, particularmente nos EUA (prejudicado pelas condições meteorológicas excecionalmente adversas), mas também a revisão das perspetivas para as economias emergentes, cujo ritmo de crescimento deverá abrandar, de 4,6%, em 2014, para 4,2%, em 2015, devendo acelerar para cerca de 4,7% em 2016. O FMI previu um crescimento em linha com o anteriormente esperado para o próximo ano, quer para as economias avançadas, quer para as economias emergentes, pelo que a projeção para o crescimento global para 2016 manteve-se em 3,8%. A distribuição dos riscos para a economia global ainda está inclinada para o lado negativo. No entanto, os principais determinantes para a recuperação económica nas economias desenvolvidas mantêm-se: condições financeiras mais favoráveis, uma política orçamental mais neutra (principalmente na Zona Euro), preços do petróleo relativamente baixos, melhoria dos níveis de confiança e melhores condições no mercado de trabalho. A desaceleração económica nas economias emergentes resulta dos baixos preços das *commodities*, condições de financiamento externo mais apertadas, deficiências ao nível estrutural e impactos económicos adversos resultantes de fatores geopolíticos. Para as economias emergentes, o FMI afirma que o abrandamento do crescimento continua a refletir vários fatores, incluindo preços mais baixos das *commodities* e as condições mais apertadas de financiamento externo, estrangulamentos estruturais, o reequilíbrio na China e a instabilidade económica que advém de fatores geopolíticos. O crescimento nos países desenvolvidos deverá, assim, passar de apenas 1,8%, em 2014, para 2,1%, em 2015, e para 2,4%, em 2016. Esta aceleração marca uma mudança significativa face ao período entre a Grande Recessão de 2008/09 e 2013, quando os países em desenvolvimento puxaram pela economia global, mas devendo, apesar de tudo, ainda ser responsáveis por dois terços do crescimento mundial em 2014/15.

Nos **EUA**, como referido, as condições meteorológicas adversas, greves portuárias (com impacto nas exportações superior ao das importações), a rápida subida do dólar e a queda do investimento no setor do petróleo proveniente do gás de xisto (penalizado pela queda dos preços) levaram a que a economia iniciasse o ano com um fraco comportamento, tendo o **PIB** subido apenas a um ritmo anualizado de 0,6%. No 2.º trimestre a economia acelerou para uns robustos 3,7%, embora com o crescimento no 1.º semestre a ficar-se pelos 2,2%, abaixo do crescimento mediano dos últimos 30 anos (+3,0%) durante os períodos de expansão. A **inflação** continuou baixa, com a variação homóloga do índice de preços do consumidor (IPC) a apresentar um valor médio de -0,1% no 1.º semestre (devido sobretudo à queda dos preços do petróleo), claramente aquém do objetivo de 2% para o deflator do consumo privado. Apesar do desapontante crescimento do semestre, a economia continuou a criar empregos, tendo a **taxa de desemprego** descido de 5,6% em dezembro de 2014 para 5,3% em junho, um mínimo desde abril de 2008. O problema é que a taxa de participação do mercado de trabalho caiu para mínimos desde 1977 e a duração do desemprego continua elevada historicamente, pelo que, mesmo com a taxa de desemprego já perto do seu valor de longo prazo, a *Fed* permanece com uma política monetária muito acomodaticia, com a sua principal taxa de referência a manter-se no intervalo entre 0,00% e 0,25%, algo que tem vindo a suceder desde 2009.

Demonstrando a fragilidade da recuperação económica, a economia da **Zona Euro** registou no ano de 2014 com um crescimento do **PIB** de 0,9%, depois de dois anos de contração (-0,4% em 2013), que resultaram sobretudo das políticas de consolidação orçamental levadas a cabo por um número significativo de Estados-Membros, na sequência da crise da dívida soberana na região. A economia prosseguiu em 2015 em crescimento, com o PIB a avançar em cadeia, respetivamente, 0,4% e 0,3% no 1.º e 2.º trimestre do ano. Note-se que o PIB da Zona Euro terminou o 2.º trimestre de 2015 ainda 1,2% abaixo dos níveis atingidos antes da Grande Recessão de 2008/09, os quais apenas deverão ser ultrapassados em 2016. A **taxa de desemprego** permaneceu ainda elevada, terminando o 1.º semestre de 2015 em 11,1% (11,3% em dezembro de 2014), ficando apenas 1,0 p.p. abaixo dos níveis máximos históricos desde o início da série (1990), observados em maio de 2013. A **taxa de inflação** apresentou alguma tendência de recuperação, passando de um valor negativo de 0,2%, em dezembro de 2014, para 0,2% em junho. Em janeiro a inflação chegou a cair para -0,6%, mas tendo em maio atingido 0,3%, um valor que deverá ser superado no 2.º semestre, devendo gradualmente aproximar-se do objetivo do Banco Central Europeu (BCE) de 2,0%.

Após três anos de recessão, a **economia portuguesa** regressou ao crescimento em 2014 (+0,9%), ainda que a um ritmo lento, num ano que ficou marcado pela conclusão, em maio, do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) acordado em 2011 com a *troika*. No 1.º semestre deste ano a economia deu continuidade ao processo de gradual recuperação, apresentando um crescimento em cadeia do PIB de 0,4% quer no 1.º trimestre quer no 2.º trimestre, suportado pela procura interna. Para o total de 2015, perspetiva-se uma aceleração do crescimento para 1,7%. O setor da construção continuou bastante pressionado, com o valor acrescentado bruto (VAB) a contrair 3,5% em 2014, não obstante o regresso aos crescimentos trimestrais no 2.º trimestre de 2014, tendo voltado a crescer no 1º trimestre de 2015, embora possa ter caído pontualmente no 2.º trimestre. O processo de **ajustamento orçamental** continuou ao longo do 1.º semestre. Depois de no ano de 2014 o défice ter ficado nos 4,5%, abaixo da meta oficial de 4,8% e dos 4,8% observados em 2013, e com os primeiros dados de execução orçamental para 2015 (até junho) a não permitirem, desde já, afastar o cumprimento da meta para o total do ano (2,7%). A **taxa de desemprego** subiu no 1.º trimestre, de 13,5% para 13,7%, agravando-se pelo 2.º trimestre consecutivo, mas registando uma forte descida para 11,9% no 2.º trimestre, terminando o 1.º semestre do ano em mínimos desde o 4.º trimestre de 2010, retomando a anterior tendência de redução e perspetivando-se uma forte descida anual em 2015, para 12,4%, abaixo dos 13,9% de 2014, embora tratando-se ainda de um valor historicamente. A **inflação** foi de -0,1% no 1.º trimestre de 2015, em linha com a observada no último trimestre de 2014, mas acelerou no 2.º trimestre para 0,7%. Em termos anuais, prevê-se uma taxa média de inflação de 0,4% (com riscos ascendentes), representando um alívio face à descida de 0,3% observada em 2014 (+0,3% de 2013), naquela que, excetuando o ano de 2009 (-0,8%), tinha sido a 1.ª situação de inflação negativa desde 1954 (-1,9%), em grande medida devido à queda dos preços dos produtos energéticos (-1,4%).

Mercados Financeiros

O **sentimento de mercado** revelou-se tendencialmente positivo ao longo da 1.ª metade do ano de 2015, verificando-se valorizações mais acentuadas apenas nos mercados acionistas, enquanto os ativos de taxa fixa e as *commodities* tiveram um comportamento misto, num contexto de desvalorização do euro.

O sentimento positivo terá sido, assim, em grande parte influenciado pelos desenvolvimentos ao nível da **política monetária**, nomeadamente o início do programa alargado de compra de ativos, através de uma política de *quantitative easing* (QE), que foi anunciado pelo BCE na histórica reunião de 22 de janeiro, tendo o *target* de compras mensais sido fixado nos 60 mil milhões de euros, ficando acima das então expectativas de mercado (cerca de 50 mil milhões de euros). O Eurosistema iniciou a 9 de março a compra, em mercado secundário, de títulos de dívida – denominados em euros e de *investment grade* – emitidos por governos da Zona Euro e pelas agências e instituições europeias. Segundo o BCE, desde o início do programa de QE e até final do 1.º semestre, foram adquiridos cerca de 204,7 mil milhões de euros em títulos de dívida pública, 5 mil milhões de euros em ABS e 41,9 mil milhões de euros em *covered bonds*. O **Banco Popular da China** decidiu tornar a sua política monetária mais acomodatória ao cortar a taxa de reservas obrigatórias por duas vezes ao longo do 1.º semestre, acabando em 18,50% (20,00% no final de 2014), e cortando a taxa de juro de referência para os empréstimos e depósitos por três vezes, terminando o semestre, respetivamente, nos 4,85% e 2,00% (respetivamente, 5,60% e 2,75% no final de 2014). O **Banco Central da Rússia**, após o significativo aumento da *key rate* em 16/12/2014, que teve como objetivo estabilizar o valor do rublo nos mercados internacionais, desceu ao longo do semestre esta mesma taxa por quatro vezes, acabando nos 11,50%, mas as condições permanecem ainda altamente restritivas. Nos **EUA**, a *Fed* na sua última reunião do semestre (17 de junho) decidiu manter a sua principal taxa de política monetária, no intervalo de 0,00% a 0,25%, com a Presidente da *Fed* a reforçar que “a importância de uma primeira subida” das taxas de juro “não deve ser exagerada” e considerou que devem existir mais evidências de crescimento sustentado antes de iniciar o ciclo de subida de taxas. No entanto, o cenário para a evolução das taxas parece manter-se, com a mediana das previsões dos responsáveis da *Fed* a continuar na reunião de junho a apontar para que taxa dos *fed funds* feche em 0,625%. O **Banco do Japão** deu continuidade à sua política extremamente acomodatória, mantendo a dimensão do seu programa de QE.

A suportar os mercados em geral têm estado também as perspetivas de continuação do crescimento da **economia mundial**, não obstante as perspetivas dos agentes económicos terem sido revistas em baixa.

Ao **nível da crise do euro**, o destaque, pela positiva, vai para o já referido início, a 9 de março, do programa de QE do BCE. Pela negativa continuou a estar a **grave crise económica e financeira da Grécia**, tendo esta falhado um acordo com os seus parceiros internacionais e entrando em incumprimento face aos pagamentos devidos ao FMI (1,6 mil milhões de euros), depois de no início do ano lhe ter sido concedido uma extensão por quatro meses do programa de assistência financeira (prazo que terminou no fim de junho). A não obtenção de acordo até ao dia 30 de junho implicou a entrada em incumprimento da Grécia face ao FMI, sendo que, já em julho, os resultados do referendo (no dia 5) revelaram uma vitória do “não”, em que o povo grego rejeitou as medidas de austeridade que estavam a ser então propostas pela *troika*. Depois do referendo foram restabelecidas as negociações entre o Governo grego e os credores internacionais, tendo o país acabado por chegar a acordo com os seus credores (tendo entretanto já reembolsado o FMI), estando na eminência de assinar um 3.º plano de resgate. Importa referir que o enquadramento na Zona Euro é agora mais favorável, num contexto em que a atividade económica parece começar a ganhar novamente ímpeto.

Os **spreads da dívida pública dos chamados países periféricos** subiram em quase todos os casos ao longo do 1.º semestre (com a exceção a ser a Irlanda no longo prazo, que registou uma ligeira descida de 5 p.b., sendo que nos prazos mais curtos foi Portugal quem encurtou a distância face aos **spreads** da dívida alemã, em -21 p.b.). No 1.º trimestre de 2015, os **spreads** tinham encurtado de forma significativa (com a exceção da Grécia), beneficiando sobretudo da postura expansionista do BCE, de uma tendência de melhoria da conjuntura económica e da execução orçamental desses países. Todavia, a partir do final de abril, os **spreads** encetaram uma trajetória ascendente, sobretudo devido às incertezas em torno da Grécia e da sua continuidade na Zona Euro. No conjunto do semestre, observou-se uma subida dos **spreads** da Grécia, Espanha, Itália e Portugal, respetivamente, em 546 p.b., 47 p.b., 22 p.b. e 9 p.b. no prazo de 10 anos. As **yields** a 10 anos de Espanha, Itália, Irlanda, Portugal e Alemanha fizeram mínimos históricos no 1.º trimestre. Na **dívida pública de referência**, observaram-se movimentos mistos na Alemanha e nos EUA. O movimento misto das **yields** na Alemanha em relação ao final de 2014 (+22 p.b. nos 10 anos e -13 p.b. nos dois anos) pode ser dividido em duas fases distintas: uma 1.ª fase (sensivelmente até ao final do 1.º trimestre de 2015) onde se observou uma forte descida nas **yields** em resultado do início do programa de QE; uma 2.ª fase (sensivelmente até ao final do semestre), onde as **yields** começaram a aumentar de forma gradual em resultado, por um lado, da eficácia do programa do BCE sobre a taxa de inflação e das melhorias no crescimento económico da Zona Euro, e, por outro, da noção de que as **yields** se encontram em níveis excessivamente baixos face ao *fair value*. A contribuir para a subida das **yields** dos *bunds* poderá ter continuado a estar também a maior concentração de emissões de dívida na Europa, tentando beneficiar da postura compradora do BCE. Já nos últimos meses as **yields** foram influenciadas, com os receios em torno da Grécia e pelos possíveis impactos caso esta abandonasse a Zona Euro. Nos EUA, observou-se um movimento misto das **yields** em relação ao final de 2014 (+18 p.b. nos 10 anos e -2 p.b. nos dois anos), sendo que a subida observada nas **yields** de longo prazo terá resultado dos efeitos de contágio da subida das **yields** dos países da Zona Euro, sendo que as expectativas de um fortalecimento moderado da economia americana levaram os investidores a privilegiarem outras classes de ativos, nomeadamente as ações. No **mercado monetário**, as taxas Euribor registaram durante o 1.º semestre mínimos em todos os prazos, refletindo a referida postura mais expansionista do BCE. As taxas Euribor nos prazos de três, seis e 12 meses desceram no 1.º semestre, 3 p.b., 4 p.b. e 3 p.b., para, respetivamente, -0,014%, 0,050% e 0,164%, com a Euribor a três meses a apresentar valores negativos desde meados de abril. No **mercado cambial**, a taxa de câmbio efetiva nominal do euro diminuiu 6,3% face a dezembro de 2014, tocando no período em mínimos desde abril de 2002, mas fechando ainda 35,1% acima dos mínimos históricos atingidos em outubro de 2000. A depreciação da moeda terá essencialmente refletido o lançamento dos novos estímulos monetários por parte do BCE, nomeadamente o início do programa de QE, bem como a consequente descida das taxas no MMI e a maior instabilidade e incerteza em relação à permanência da Grécia na Zona Euro. No 1.º semestre, a moeda única depreciou 7,8% face ao dólar, 8,7% em relação à libra e 6,1% face ao iene. A cotação euro/dólar tocou em mínimos desde agosto de 2003, fechando o semestre apenas ligeiramente acima da barreira psicológica dos 1,1 EUR/USD. Durante o 1.º semestre, registaram-se movimentos positivos em quase todos os principais **índices acionistas** mundiais, com alguns índices a baterem máximos históricos e outros a fazerem máximos desde o começo da crise económica e financeira. O mercado acionista nacional teve um desempenho positivo (o índice PSI-20 subiu 15,7%). O *EuroStoxx 50* observou também uma subida (+8,8%), tocando em máximos desde maio de 2008 em março, acabando

por fechar o semestre cerca de 37,3% abaixo dos máximos históricos alcançados em abril de 2000. Nos EUA, o *Nasdaq* registou a maior subida (+5,3%), fazendo durante o período máximos históricos, embora terminando o 1.º semestre de 2015 2,9% abaixo desse máximo. Por sua vez o *S&P 500* subiu 0,2% e o *Dow Jones* registou uma queda (-1,1%), com o *S&P 500* a fazer máximos históricos em maio, mas terminando o semestre 3,2% abaixo desse valor. Já o *Dow Jones* alivou ligeiramente dos máximos históricos alcançados em maio, fechando o semestre 3,8% abaixo desse nível. Na Ásia também, o chinês *Shangai Composite* tocou em máximos desde maio de 2008 e o indiano *Sensex 30* fez máximos históricos em fevereiro. Os preços do **petróleo** recuperaram ao longo do 1.º semestre, aliviando da forte queda ocorrida em 2014, mas não sem antes o *Brent* ter estado em mínimos desde março de 2009 e o WTI em março em mínimos desde março de 2009.

3. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE POR ÁREAS DE NEGÓCIO

A evolução da atividade do Montepio no primeiro semestre de 2015 reflete o complexo e adverso contexto de atuação que ainda subsiste, associado a uma intensa competição no setor da banca portuguesa. A par destes difíceis desafios de contexto acresce o aumento da exigência ao nível dos requisitos prudenciais no âmbito de Basileia III, com requisitos mais exigentes no que respeita a fundos próprios e na avaliação dos ativos ponderados pelo risco.

Não obstante este contexto, a CEMG continuou a prestar o seu contributo para o desenvolvimento da atividade económica do país, mantendo-se, para tal, fiel à sua missão de banca de retalho, privilegiando as operações de atividade bancária com clientes, na concessão de crédito, na captação de poupanças e na prestação de serviços financeiros a particulares, a pequenas e médias empresas e a entidades da economia social, com as quais tem vindo a manter e a estabelecer novas relações comerciais de crescente proximidade, não deixando de aproveitar as oportunidades de negócio dos mercados financeiros.

O primeiro semestre de 2015 ficou marcado pela implementação de uma estratégia orientada para o reforço do posicionamento do Montepio enquanto instituição financeira de retalho dedicada às famílias e pequenas e médias empresas e ao crescimento do tecido empresarial português, mantendo o compromisso para com outros segmentos de mercado.

3.1 Banca de Retalho (Atividade Consolidada)

O Grupo CEMG, vocacionado para a atividade de banca de retalho, opera maioritariamente no mercado bancário doméstico, mas com alguma presença no mercado internacional através do Banco MG Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A., do Finibanco Angola, S.A., e, desde dezembro 2014, também pelo Banco Terra, S.A., em Moçambique.

Recursos de Clientes

No primeiro semestre de 2015, o total de recursos de clientes era de 15 726 milhões de euros, no qual se inclui 14 823 milhões de euros referentes a recursos de balanço, incluindo depósitos, com um total de 13 125 milhões de euros. Destaca-se o perfil da carteira de depósitos que se concentra essencialmente nos depósitos de particulares, segmento que continua a manter a sua predominância como principal fonte de *funding*, os quais representam cerca de 70% do total de depósitos. Destaca-se igualmente a preponderância dos produtos de depósitos a prazo com 76% do total.

Não obstante o historicamente baixo nível das taxas de juro, a intensa competição entre os *players* e o facto de a CEMG ter continuado a adotar uma rigorosa política de *repricing* dos depósitos, com particular impacto nos segmentos empresas e institucionais, os depósitos de clientes particulares mantiveram-se estáveis em 9,1 mil milhões de euros (-0,3% face a junho de 2014), a que se juntou o crescimento das operações de mercado, substituindo recursos de clientes institucionais mais onerosos. Refira-se que a

taxa média dos depósitos reembolsados foi de 1,8%, que compara com uma taxa média de operações de mercado de cerca de 0,5%, permitindo um ganho de margem financeira de 1,3%.

Salienta-se também, neste contexto, a amortização de 546 milhões de euros de dívida titulada, evidenciando uma gestão ativa das necessidades líquidas de refinanciamento. A taxa média dos títulos colocados em clientes foi de 3,4%, pelo que a sua substituição por operações de mercado gerou um ganho na margem financeira de 2,9%.

EVOLUÇÃO DE RECURSOS DE CLIENTES

(milhares de euros)					
	jun.15	dez.14	jun.14	Variação Homóloga	
	Valor	Valor	Valor	Valor	%
Depósitos de Particulares	9 143 059	9 244 146	9 173 909	-30 850	-0.3
Depósitos de Empresas e Institucionais	3 982 429	4 998 533	5 140 602	-1158 173	-22.5
Total de Depósitos	13 125 488	14 242 679	14 314 511	-1 189 023	-8.3
Depósitos à Ordem	3 128 588	2 805 857	2 674 516	454 072	17.0
Depósitos a Prazo	9 996 900	11 436 822	11 639 995	-1 643 095	-14.1
Títulos Colocados em Clientes	1 697 328	2 120 870	2 242 134	-544 806	-24.3
Total de Recursos de Balanço	14 822 816	16 363 549	16 556 645	-1 733 829	-10.5
Recursos fora de Balanço	903 184	1 009 789	1 071 451	-168 267	-15.7
Total de Recursos	15 726 000	17 373 338	17 628 096	-1 902 096	-10.8

Crédito a Clientes

O processo de gradual recuperação da economia portuguesa, ainda que ténue, associado à manutenção dos diversos riscos refletiu-se na procura de crédito, tendo a carteira total do crédito a clientes permanecido relativamente estável durante o primeiro semestre de 2015.

O crédito bruto a clientes totalizou 16 306,7 milhões de euros, registando um decréscimo marginal de 2,7% face ao primeiro semestre de 2014. Esta evolução resultou, fundamentalmente, da redução homóloga de 8,5% do crédito imobiliário (habitação e construção), conjugada com o crescimento do crédito concedido a empresas (excluindo construção) de 287,2 milhões de euros (4,7%), o qual passou a representar 39,4% do total da carteira de crédito no final de junho de 2015, traduzindo a estratégia de diversificação e de apoio ao crescimento sustentável da economia, que tem sido prosseguida.

EVOLUÇÃO DO CRÉDITO A CLIENTES

(milhares de euros)

	jun.15	dez.14	jun.14	Variação Homóloga	
	Valor	Valor	Valor	Valor	%
Particulares e pequenos negócios	9 135 039	9 359 107	9 690 443	-555 404	-5.7
Particulares, do qual:	8 570 402	8 773 149	9 158 870	-588 468	-6.4
Habitação	7 051 919	7 207 359	7 538 276	-486 357	-6.5
Individual	621 512	634 555	643 491	-21 979	-3.4
Pequenos Negócios	564 637	585 958	531 573	33 064	6.2
Banca de Empresas	7 064 670	7 073 092	7 000 884	63 786	0.9
Construção	635 837	703 024	859 211	-223 374	-26.0
Outras Finalidades	6 428 833	6 370 068	6 141 673	287 160	4.7
Outros Segmentos	106 964	108 744	59 567	47 397	79.6
Total do Crédito (bruto)	16 306 673	16 540 943	16 750 894	-444 221	-2.7

Banca de Particulares

No primeiro semestre de 2015, a estratégia de oferta para o segmento de particulares manteve o enfoque na afirmação da instituição enquanto especialista em poupanças.

Com o objetivo de proporcionar aos clientes uma experiência de comparação imediata dos vários depósitos a prazo comercializados pela CEMG, as peças de comunicação em ambiente de Balcão passaram a apresentar, na capa, informação sobre a principal característica de cada produto:



A estratégia definida para o segmento de particulares tem privilegiado o estímulo à poupança das famílias, nomeadamente através da captação e retenção de depósitos a prazo com maturidades e características diversificadas. Destacam-se pela relevância e carácter diferenciador as seguintes soluções:

- Depósito **Montepio Super Poupança** - pagamento de juros semestrais e taxas de juro crescentes pelo prazo de três anos; Depósito **Montepio Poupança Flexível** – depósito a 2 anos com possibilidade de pagamento de juros trimestrais, semestrais ou anuais; e Depósito **Montepio Aforro 18 meses** – depósito a 18 meses com juros trimestrais e taxas de juros crescentes;



- Depósitos **Montepio Poupança Certa** e **Montepio Poupança Certa Associado** – depósitos a prazo a três anos com pagamento anual de juros e taxas de juro crescentes;
- Depósitos indexados - remuneração dependente do comportamento de diversos ativos financeiros, como ações ou índices, e prazos entre os 18 meses e os três anos. Evidenciam-se, pelo montante colocado, os produtos **Montepio Motor Brands** e **Montepio American Brands**.

Banca de Empresas

Uma das áreas prioritárias de atuação da CEMG continuou no 1.º semestre de 2015 a ser o apoio ao setor das empresas, nomeadamente orientando-se para o apoio às empresas com cariz internacional, apostando na exportação como uma via essencial para o desenvolvimento da economia portuguesa.

O enfoque estratégico e o posicionamento da marca junto do segmento empresarial desenvolveu-se em torno da Estratégia Europa 2020, com foco na internacionalização e empreendedorismo, alinhada pelo novo paradigma de sucesso empresarial, reconhecimento, incentivo e apoio à introdução de novas tecnologias, inovação, diferenciação e alargamento da atividade a novos mercados enquanto ativos de diferenciação e valorização.

Para divulgação desta estratégia foi desenvolvida uma campanha de comunicação multimeios dirigida a empresas. A campanha teve por objetivo posicionar o Montepio junto do segmento empresarial, apresentando-se como o banco de apoio às empresas do Portugal 2020. A partir do *endorsement* “Oferta Montepio Crescimento 2020”, o Montepio mostra que é o parceiro certo no apoio:

- Às novas ideias de negócio, através da mensagem
“Uma pequena ideia para si, um grande passo para Portugal”
- Ao esforço de internacionalização, através da mensagem
“Connosco os seus sapatos vão correr o mundo”



A campanha esteve presente nos principais suportes de divulgação (rádio, internet, imprensa e rede de balcões), durante o mês de junho, e contou com a participação gráfica da marca Luís Onofre, cliente e parceira e da Instituição.

O Montepio continuou, ao longo do primeiro semestre de 2015, a dedicar especial atenção e apoio às necessidades de financiamento das empresas, em particular das PME, num contexto financeiro que lhes é particularmente adverso. Em resultado dessa estratégia, a Instituição manteve e reforçou a sua participação nas iniciativas das entidades públicas orientadas à dinamização da oferta de financiamento das empresas, como sejam as seguintes linhas de crédito protocoladas:

- Linha de Crédito PME Crescimento 2015 – criada para apoiar o financiamento de investimento novo de PME em ativos fixos corpóreos e incorpóreos ou ao reforço do fundo de maneio ou dos capitais permanentes. Foi igualmente incluído nesta linha um apoio específico a empresas exportadoras para financiamento das necessidades de tesouraria relativamente a operações comerciais que impliquem necessidades temporárias de acréscimo de fundo de maneio;
- Linha de Crédito Comércio Investe – destinada a apoiar o financiamento de projetos aprovados na iniciativa desenvolvida pelo IAPMEI - Comércio Investe -, que tem por objetivo promover a inovação de processo, organizacional e de marketing nas empresas do sector do comércio;
- Linha Garantia Mútua FEI 2013-2015 – financiamento de investimento desenvolvido por PME para aquisição de ativos tangíveis e intangíveis, participações sociais, fundo de maneio, investigação e desenvolvimento e aquisição de licenças;
- Linha de Crédito BEI 2015 – criada no seguimento da assinatura, em junho, de contrato de financiamento celebrado entre o Montepio e o BEI para apoio ao investimento de PME, empresas de capitalização média e entidades de natureza pública.

Durante o semestre, o Montepio participou ainda em eventos ligados a vários setores da economia, dos quais se destacam:

- 20.^a edição do Salão Internacional do Setor Alimentar e Bebidas (SISAB)
- I Fórum Exportador – Conselho Empresarial do Ave e do Cávado (CEDRAC)
- *Roadshow* Portugal Global
- 1.º Encontro Empresarial Moçambique – Portugal

Importa ainda referir que, a par do enfoque na promoção da economia do mar, no primeiro semestre de 2015 a CEMG dirigiu atenções à agricultura, no âmbito do apoio à inovação enquanto eixo estratégico de captação, a partir de uma oferta de suporte ao setor agrícola e de uma política de apoios e patrocínios orientada para a promoção de uma estratégia comum e integrada das atividades ligadas ao desenvolvimento do ecossistema.

Banca para a Economia Social

O apoio à economia social manteve-se como uma das áreas prioritárias de atuação da CEMG, prosseguindo a estratégia de atuação e promoção junto dos agentes do setor. Merecendo destaque as seguintes iniciativas:

- Renovação da parceria com F3M – *Information Systems* por mais um ano. Esta parceria contribuiu para o volume da carteira de clientes do setor social, o que justificou o seu alargamento ao segmento empresas, concretizado numa oferta bancária integrada, pioneira no mercado e orientada para a modernização e o incremento de valências competitivas das empresas que desenvolvem o seu negócio junto do segmento ótico (laboratórios, distribuidoras e óticas);
- Também a parceria firmada, em 2014, com a Renault Portugal, e destinada a viabilizar a aquisição de viaturas por entidades do setor social, foi este ano renovada e ampliada ao setor dos veículos elétricos, permitindo-nos responder à instabilidade no preço dos combustíveis e apresentar solução orientada ao aproveitamento dos benefícios fiscais concedidos para 2015, apoiando e incentivando as organizações do setor público ou privado à mobilidade elétrica, enquanto ativos de diferenciação e valorização da organização.

Um tema de extrema importância no contexto económico atual é o **Empreendedorismo**, designadamente para o dinamismo, criatividade e crescimento económico do país. Nesse sentido, a CEMG tem feito uma aposta na especialização de competências para dar resposta ao crescimento que se verifica nesta área. Apoiar empreendedores com ideias de negócio sustentáveis, geradoras de emprego e que através de financiamentos de montante reduzido promovam o combate à exclusão social e à autonomia financeira, é a simbiose perfeita entre o empreendedorismo e o social, através de instrumentos de Microcrédito.

No primeiro semestre de 2015, a CEMG deu continuidade à sua estratégia de abordagem a este segmento, tendo sido reforçada a equipa de gestores, que acompanham os empreendedores desde a fase da ideia de negócio até à sua implementação. Por outro lado, os tutores de proximidade prestam auxílio importante ao longo do processo, estando mais perto dos empreendedores e das suas necessidades.

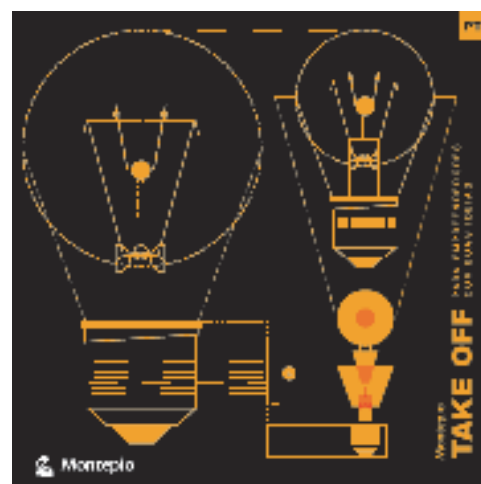
A CEMG manteve uma participação ativa no desenvolvimento do empreendedorismo social, nomeadamente:

- Apoio a projetos no âmbito das linhas protocoladas de Microinvest e Invest – permitiu à CEMG assumir lugares de destaque, afirmando-se como o primeiro parceiro ao nível do Microinveste e segundo parceiro em Invest+;
- Reforço da parceria na Plataforma Operacional do BIS – Banco de Inovação Social. Programa de apoio a Empresas Sociais através de *mentoring* sobre soluções de financiamento adaptadas às necessidades específicas;
- Parceria com a Câmara Municipal de Lisboa no DELI – Diversidade & Economia e Integração Local;
- Presença em diversas sessões públicas e seminários.

Atento às evoluções e necessidades nacionais e internacionais, a CEMG reforçou a sua presença no Empreendedorismo de Banda Larga, apoiando diversas iniciativas dos parceiros sociais, nomeadamente:

- Acompanhamento ao *MakerSpace Maquijig*: Centro Empresarial de Palmela;
- Presença como Júri Intercalar no programa Passaporte para o Empreendedorismo do IAPMEI;

- Sessão técnica de soluções de financiamento ao empreendedorismo no Centro de Negócios Ideia Atlântico – Braga;
- Sessão pública de soluções de apoio para o empreendedorismo no Instituto Politécnico de Santarém, Escola Superior de Educação e Escola Superior de Gestão;
- Parceria com a NERSANT para apoio ao empreendedorismo;
- Participação como júri nas PAT – Provas de Aptidão Tecnológica de Informação de Gestão no INED, Maia;
- 1.º Concurso de Ideias de Negócio – *Wanted Business Ideas* da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões;
- Acompanhamento permanente dos empreendedores nas incubadoras parceiras: Startup Lisboa, Viseu Dão Lafões, *Cross Innovation*, Tondela+10, *Village Underground*;
- O Montepio é um dos parceiros para a criação e implementação da Plataforma de *Crowdfunding* de Lisboa.



O primeiro semestre de 2015 tem vindo, deste modo, a permitir consolidar o posicionamento do Montepio na área do empreendedorismo. Na base encontra-se o apoio às *startups* de cariz inovador, em resultado de parcerias com as principais entidades de âmbito nacional, regional e social na área do empreendedorismo tecnológico e social, uma oferta adequada ao ciclo de vida das *startup* - Montepio *TAKEOFF* - e uma política de apoios e patrocínios orientada ao estímulo do espírito empreendedor da sociedade portuguesa.

3.2 Banca de Investimento

A atividade de banca de investimento é desenvolvida pelo Montepio Investimento, S.A., entidade que resultou da alteração de designação do Finibanco, S.A., que fazia parte do grupo Finibanco, adquirido em 2011.

O Montepio Investimento, S.A., entidade autónoma, tem por missão estratégica a de completar o leque de oferta do grupo CEMG dirigida aos segmentos das empresas, para concretizar a estratégia de diversificação transversal da atividade, dos mercados e das origens de proveitos. A atividade do Montepio Investimento, S.A. centra-se nas vertentes de *corporate finance*, assessoria financeira/fusões e aquisições, negócio internacional, intermediação financeira e estudos, assegurando uma intervenção especializada e complementar à oferta disponibilizada pelas restantes empresas do grupo CEMG.

Em junho de 2015, o ativo líquido do Montepio Investimento, S.A. registou um decréscimo em 267,0 milhões de euros, face ao período homólogo, situando-se em 263,9 milhões de euros, sendo que a rubrica «ativos financeiros disponíveis para venda» observou uma redução de 195,5 milhões de euros, totalizando 156,0 milhões de euros. O peso desta rubrica no ativo líquido reduziu-se de 66,2% em junho 2014 para 59,1% no final do primeiro semestre de 2015, refletindo a total alienação da carteira de títulos de dívida pública, concentrando-se a carteira, em grande medida, em unidades de participação em fundos de capital

de risco. O crédito a clientes passou a ter um peso de 25,4%, sendo que o «crédito a clientes (bruto)» composto, à data, exclusivamente por operações de *leasing* mobiliário e imobiliário, era de 89,7 milhões de euros, traduzindo um decréscimo de 15,2 milhões de euros face a junho de 2014. O financiamento da atividade continuou a ser sustentado por recursos de outras instituições de crédito, que registaram um decréscimo de 224,5 milhões de euros, em paralelo com a redução do ativo.

O produto bancário do Montepio Investimento, S.A. perfez 11,4 milhões de euros em junho de 2015, traduzindo-se numa redução de 58,6% face ao período homólogo, justificado pelo apuramento de 22,8 milhões de euros de «resultados de ativos financeiros disponíveis para venda» até junho de 2014 face a 9,0 milhões no corrente exercício. A margem financeira foi de 2,4 milhões de euros, que compara com 4,4 milhões de euros no período homólogo, refletindo o decréscimo da carteira de títulos de dívida pública. As comissões com operações de assessoria financeira atingiram 0,9 milhões de euros em junho de 2015, depois de terem sido virtualmente nulas em junho 2014, marcando o primeiro ano de atividade efetiva do Montepio Investimento, S.A. como entidade orientada para empresas *corporate* e instituições.

As provisões do exercício ascenderam a 4,8 milhões de euros, das quais 2,8 milhões de euros relativos à carteira de crédito, 1,7 milhões de euros à carteira de títulos e 0,3 milhões de euros para outros ativos. Os custos operacionais situaram-se 1,1 milhões, registando um aumento de 0,2 milhões de euros em resultado do reforço da estrutura core que permitiu um desenvolvimento da atividade em 2015.

Face ao exposto, o resultado líquido do Montepio Investimento, S.A. foi de 5,0 milhões de euros em junho de 2015, face a um resultado de 20,0 milhões de euros no período homólogo.

3.3 Gestão de Fundos de Investimento

A Montepio Valor – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A., resultante da alteração da designação da Finivalor, tem por objeto a gestão de fundos de investimento imobiliários destacando-se, neste contexto, o Finipredial (Fundo Aberto), três fundos de arrendamento habitacional (FIIAH) e diversos fundos fechados de subscrição particular.

O mercado nacional de fundos de investimento imobiliário terminou o primeiro semestre de 2015 com um valor global de 10.997,7 milhões de euros, representando um decréscimo de 9,9% (+1.086,4 milhões de euros) em relação ao período homólogo de 2014.

Em junho de 2015, o valor dos ativos geridos pela Montepio Valor era de 889,9 milhões de euros, verificando-se um decréscimo de 24,1% (-214,0 milhões de euros) face a jun.14, justificado pela redução de capital do Montepio Arrendamento FIIAH em dezembro de 2014, no montante 158,0 milhões de euros.

O produto bancário gerado pela Montepio Valor no primeiro semestre foi de 3,7 milhões de euros, evidenciando um decréscimo 20,2% (-0,9 milhões de euros) face ao período homólogo. Este decréscimo é explicado pelo menor comissionamento gerado pelo Montepio Arrendamento FIIAH fruto da anteriormente referida redução do capital do fundo, consubstanciando a redução do nível de comissionamento de 5,2 milhões de euros em junho de 2014 para 4,2 milhões de euros em junho de 2015.

Os gastos operacionais (1,0 milhões de euros) sofreram um ligeiro desagravamento de 12,3 milhares de euros (-1,2%), explicado, essencialmente, pelos gastos gerais administrativos (-26,7 milhares de euros, -3,9%). Esta rubrica predomina na estrutura de gastos operacionais (64,1%) e absorve 18,1% do produto bancário. Face ao exposto, o rácio *cost-to-income* registou um agravamento de 5,4p.p., para os 28,2%.

O resultado líquido da Montepio Valor, no primeiro semestre de 2015, foi de 2,0 milhões de euros, que compara com 2,7 milhões de euros no período homólogo (-24,7%).

3.4 Crédito Especializado

A Montepio Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A. é a entidade que assegura dentro do Grupo CEMG a oferta de financiamento especializado junto de pontos de venda de veículos e de equipamentos.

Tem-se vindo a efetuar um reposicionamento da instituição ao nível do grupo CEMG, juntando-se ao *core business* do financiamento automóvel o desenvolvimento do financiamento especializado em áreas profissionais, através da relação com parceiros de negócio fornecedores de veículos ligeiros e pesados, e de equipamentos industriais.

De acordo com dados publicados pela ACAP – Associação Automóvel de Portugal, no primeiro semestre de 2015, foram vendidos em território nacional 116.813 veículos automóveis novos, o que representou uma variação homóloga positiva de 31,2%.

Em junho de 2015, o ativo líquido do Montepio Crédito ascendeu a 464,6 milhões de euros, evidenciando um crescimento de 24,4 milhões de euros (+5,6%) face ao período homólogo. O total de financiamento líquido a clientes registou uma variação de 18,6% (para um total de 321,0 milhões de euros).

O produto bancário atingiu 20,3 milhões de euros, evidenciando um aumento 13,1 milhões de euros (+180,9%). A margem financeira contribuiu com uma variação de 2,0 milhões de euros (+70,7%), fruto da diversificação das fontes de financiamento e de uma rigorosa gestão do preço praticado nas novas operações. A margem complementar registou um crescimento de 11,0 milhões de euros (+252,9%), para a qual contribuiu o ganho de 12,7 milhões de euros registados numa operação de cessão de créditos.

Os custos de estrutura registaram uma diminuição de 34,5%, fixando-se nos 5,0 milhões de euros, que conjugada com o aumento do produto bancário, permitiu uma melhoria do rácio *cost-to-income* para 24,9%.

Face ao exposto, o resultado líquido alcançado no primeiro semestre de 2015 foi de 5,0 milhões de euros, face a 121,4 milhares de euros em 2014.

3.5 Atividade Internacional

A atividade internacional do Grupo CEMG é exercida pelas entidades Banco MG Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A., Finibanco Angola, S.A. e, desde dezembro de 2014, também pelo Banco Terra, S.A., em Moçambique.

Os depósitos de clientes do Banco MG Cabo Verde ('MGCV') totalizaram 493,3 milhões de euros, no final do primeiro semestre de 2015 (625,1 milhões de euros, no primeiro semestre de 2014), registando um decréscimo homólogo de 131,8 milhões de euros. O resultado do período do MGCV cifrou-se em 513,2 milhares de euros (111,6 milhares de euros, no primeiro semestre de 2014), para o qual contribuiu, sobretudo, o crescimento de 26,8% da margem financeira, atingindo 829,6 milhares de euros.

No Finibanco Angola, S.A. ('FNB-A'), destaca-se o crescimento dos depósitos de clientes de 6,4%, aumentando para 447,6 milhões de euros, bem como do crédito a clientes de 9,8%, cujo saldo se situou em 294,7 milhões de euros, face ao primeiro semestre de 2014. Este aumento da atividade do FNB-A teve um impacto direto na margem financeira, que se cifrou em 13,6 milhões de euros (+51,4%), contribuindo para que o produto bancário tenha atingido 23,1 milhões de euros (+13,3%, face ao período homólogo).

Desde o final de junho de 2014, a cobertura geográfica da rede de distribuição em Angola foi reforçada. Deste modo, solidificou-se a presença em Luanda, com mais um balcão, em Benguela, com um novo centro de empresas, e expandiu-se a presença do FNB-A à província do Lubango, com a abertura de um balcão e um centro de empresas. No final do primeiro semestre de 2015, o quadro de colaboradores ascendia a 193, traduzindo-se num aumento de 14,2%, face a junho 2014.

Atenta esta fase do ciclo de vida da instituição, de crescimento e de reforçadas necessidades de investimento, os gastos operacionais do FNB-A registaram um acréscimo de 30,6%, totalizando 10,2 milhões de euros, com o rácio de eficiência *cost-to-income* a fixar-se em 44,0% (38,2% em 30 de junho de 2014).

No final do primeiro semestre de 2015, registou-se um reforço líquido das imparidades da carteira de crédito do FNB-A, face ao período homólogo, de 1,6 milhões de euros, atingindo 6,7 milhões de euros. O resultado apurado no período foi de 4,1 milhões de euros, face aos 5,4 milhões de euros do primeiro semestre de 2014.

No final do primeiro semestre de 2015, o Banco Terra, S.A. apresentou uma situação líquida de 19,3 milhões de euros e um ativo líquido de 58,3 milhões de euros, para o qual contribuiu um montante de crédito concedido de 37,9 milhões de euros (+5,5 milhões de euros ou +17,0%, face a dezembro de 2014). Relativamente aos depósitos de clientes, o Banco Terra fechou o semestre com um ligeiro decréscimo de -3,7 milhões de euros (-13,4%), face ao final do ano de 2014, com o saldo total a fixar-se em 23,8 milhões de euros.

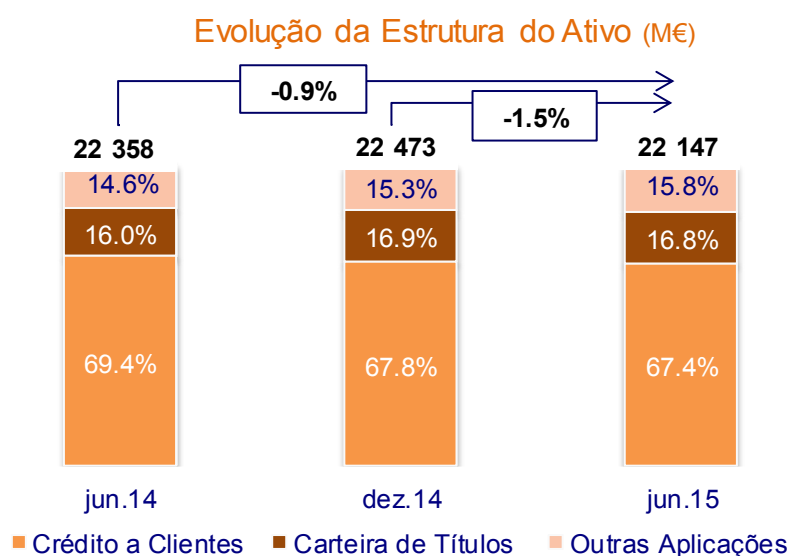
O resultado do Banco Terra, dos primeiros 6 meses de 2015, fixou-se em -2,2 milhões de euros, condicionado, sobretudo, pelo peso da estrutura operacional resultante da fase embrionária de crescimento em que se encontra a instituição.

4. ANÁLISE DO BALANÇO E DOS RESULTADOS

4.1 Balanço

Estrutura do Ativo

O ativo líquido atingiu 22 146,8 milhões de euros no final do primeiro semestre de 2015, registando um ligeiro decréscimo de 0,9% face ao primeiro semestre de 2014. Igualmente face ao período homólogo, verificou-se uma melhoria no perfil de diversificação do ativo, evidenciada na redução do peso do crédito a favor do aumento da expressão da Carteira de Títulos e dos Outros Ativos.



Estrutura do Passivo e dos Capitais

No primeiro semestre de 2015, o passivo atingiu 20 656,5 milhões de euros que comparando com 20 630,7 milhões de euros do período homólogo, representou um ligeiro crescimento de 0,1%. A CEMG reforçou, no dia 26 de junho de 2015, o seu capital através da emissão de 200 000 000 de Unidades de Participação representativas do seu Fundo de Participação, através de uma oferta privada integralmente subscrita pelo Montepio Geral Associação Mutualista.

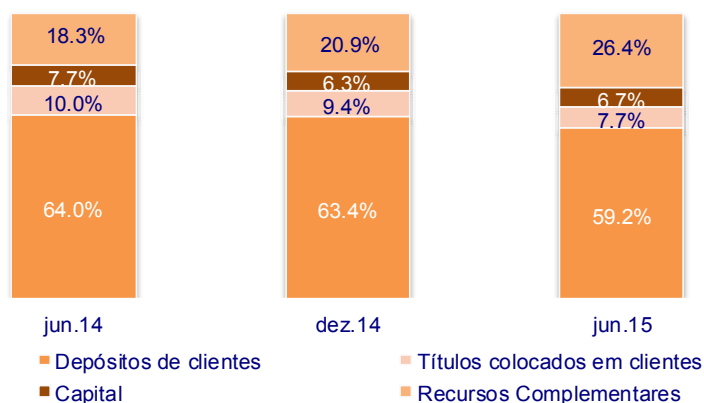
(milhares de euros)

	jun.15		dez.14		jun.14 *		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
PASSIVO	20 656 544	93.3	21 058 950	93.7	20 630 687	92.3	25 857	0.1
Recursos de Clientes	14 822 816	66.9	16 363 549	72.8	16 556 645	74.0	-1 733 829	-10.5
Depósitos Totais	13 125 488	59.2	14 242 679	63.4	14 314 511	64.0	-1 189 023	-8.3
Particulares	9 143 059	41.2	9 244 146	41.1	9 173 909	41.0	- 30 850	-0.3
Empresas e Institucionais	3 982 429	18.0	4 998 533	22.3	5 140 602	23.0	-1 158 173	-22.5
Títulos Colocados em Clientes	1 697 328	7.7	2 120 870	9.4	2 242 134	10.0	-544 806	-24.3
Recursos Complementares	5 833 728	26.4	4 695 401	20.9	4 074 042	18.3	1 759 686	43.2
Recursos de Instituições de Crédito e de Bancos Centrais	4 787 187	21.6	3 395 199	15.1	2 806 421	12.6	1 980 766	70.6
Empréstimos Subord. e não Subord. e Certificados de Dívida	464 785	2.1	456 312	2.1	504 594	2.3	-39 809	-7.9
Passivos Financeiros Associados a Ativos Transferidos	124 170	0.6	163 650	0.7	170 773	0.8	-46 603	-27.3
Outros Passivos	457 586	2.1	680 240	3.0	592 254	2.6	- 134 668	-22.7
CAPITAL	1 490 301	6.7	1 414 524	6.3	1 726 879	7.7	- 236 578	-13.7
Capital Institucional	1 500 000	6.8	1 500 000	6.7	1 500 000	6.7		
Fundo de Participação	400 000	1.8	200 000	0.9	200 000	0.9	200 000	100.0
Títulos Próprios	- 21 716	-0.1	- 3 280	0.0	- 3 577	0.0	- 18 139	<-100
Reservas e Resultados Transitados	- 390 941	-1.8	- 129 956	-0.6	3 799	0.0	- 394 740	<-100
Outros Instrumentos de capital e Interesses que não Controlam	31 867	0.1	34 713	0.1	20 448	0.1	11 419	55.8
Resultado do Exercício	- 28 909	-0.1	- 186 953	-0.8	6 209	0.0	- 35 118	<-100
TOTAL DE PASSIVO E DE CAPITAL	22 146 845	100.0	22 473 474	100.0	22 357 566	100.0	- 210 721	-0.9

*As demonstrações financeiras intercalares, junho.15, foram reexpressas, conforme Nota ab) das Políticas Contabilísticas.

Os recursos de clientes representam cerca de 67% no total do passivo e situação líquida, em 30 de junho 2015, dos quais 59,2% referentes a depósitos, mantendo a sua elevada expressão na estrutura de *funding*. O peso dos recursos complementares fixou-se em 26,4% e dos recursos próprios em 6,7%, atingindo os 1 490,3 milhões de euros, traduzindo um aumento face a dezembro 2014.

Evolução da Estrutura do Passivo e Capital



Solvabilidade

O Capital da Caixa Económica totalizou 1 900 milhões de euros em 30 de junho 2015, valor que inclui Capital Institucional, pertencente ao Montepio Geral Associação Mutualista, no montante de 1 500 milhões de euros e 400 milhões de euros de Unidades de Participação representativas do seu Fundo de Participação. Dos 400 milhões de euros do referido Fundo de Participação, 200 milhões de euros foram subscritos pelo Montepio Geral Associação Mutualista em junho de 2015, como referido anteriormente.

Desde janeiro de 2014, os indicadores prudenciais de solvabilidade têm por base a nova legislação de Basileia III, nomeadamente, a Diretiva 2013/36/UE e o Regulamento (UE) N° 575/2013 (CRD IV/CRR), ambos do Parlamento Europeu e do Conselho, bem como o Aviso 6/2013 do Banco de Portugal. Em

conformidade com este enquadramento legal, os Fundos Próprios da CEMG dividem-se em Fundos Próprios Principais de Nível 1 ou *Common Equity Tier 1 (CET1)*, Fundos Próprios de Nível 1 ou *Tier 1 (T1)* e Fundos Próprios de Nível 2 ou *Tier 2 (T2)*.

Até 2018 (2021 para elegibilidade alguns instrumentos de *Tier 1* e *Tier 2*, e 2023 para certos ativos por impostos diferidos existentes antes de 2014), a aplicação total da nova regulamentação de Basileia III será gradualmente introduzida, sendo este processo usualmente designado por *Phasing-in*. A assunção total da nova regulamentação, sem considerar planos transitórios, é designada por *Full Implementation*. Presentemente encontra-se em vigor o processo *Phasing-in*, sendo nesta base que foram determinados, pelo Banco de Portugal, os rácios mínimos regulamentares: de 7% para o *CET1* e de 8% para o Capital Total (*T1 + T2*).

Em junho de 2015, o rácio de *Common Equity Tier 1*, calculado de acordo com as regras *CRD IV/CRR* “*phasing-in*”, melhorou face a 31 de dezembro de 2014, passando de 8,51% para 9,53%, para o qual contribuiu o reforço do Fundo de Participação em 200 milhões de euros (2.^a emissão), fixando-se acima do limite mínimo de 7%, definido pelo Banco de Portugal. Adicionalmente, o rácio Capital Total (*phasing-in*) aumentou para 10,62%, superando também o nível requerido.

CAPITAL E REQUISITOS DE CAPITAL

Rubricas	(milhares de euros)				
	jun.15	dez.14	jun.14	Variação Homóloga	
	Valor	Valor	Valor	Valor	%
1. Capital Total	1 599 891	1 309 115	1 798 585	-198 694	-11.0
(+) Instrumentos elegíveis para CET1	1 896 031	1 682 235	1 698 458	197 573	11.6
(+) Reservas e Resultados	-419 849	-316 909	11 683	-431 532	<-100
(-) Deduções Regulamentares	40 370	80 096	143 693	-103 323	-71.9
1.1 (=) Capital Common Equity Tier I	1 435 812	1 285 230	1 566 448	-130 636	-8.3
(+) Outros Instrumentos de Capital	4 964	6 618	6 618	-1 654	-25.0
(-) Deduções Tier I	4 964	6 618	6 618	-1 654	-25.0
1.2 (=) Capital Tier I	1 435 812	1 285 230	1 566 448	-130 636	-8.3
(+) Capital Tier II	171 028	32 826	246 075	-75 047	-30.5
(-) Outras deduções	6 949	8 941	13 938	-6 989	-50.1
2. Requisitos Mínimos de Fundos Próprios	1 205 240	1 208 400	1 195 421	9 819	0.8
3. Ativos e equivalentes ponderados pelo risco	15 065 497	15 104 998	14 942 765	122 732	0.8
4. Rácios de Solvabilidade CRD IV - Phasing-in					
Common Equity Tier 1 (1.1/3)	9.53%	8.51%	10.48%	-0.95 p.p.	
Tier 1 (1.2/3)	9.53%	8.51%	10.48%	-0.95 p.p.	
Capital Total (1/3)	10.62%	8.67%	12.04%	-1.42 p.p.	
5. Rácios de Solvabilidade CRD IV - Full Implementation					
Common Equity Tier 1	7.30%	6.98%	9.49%	-2.19 p.p.	
Tier 1	7.31%	6.99%	9.49%	-2.18 p.p.	
Capital Total	8.45%	7.21%	11.13%	-2.68 p.p.	

Para o reforço da solvabilidade contribuiu, assim, o efeito combinado de reforço dos fundos próprios em 348,5 milhões de euros e uma redução dos ativos ponderados pelo risco em 345,0 milhões de euros, face a março de 2015, e 39,5 milhões de euros, em relação a dezembro 2014. Os rácios prudenciais evidenciam uma folga de capital acima dos mínimos regulamentares de 380 milhões de euros, no rácio CET1 e de 395 milhões de euros no que se refere ao rácio de capital total.

Liquidez

O *gap* comercial obteve uma melhoria de 32,5 milhões de euros, comparando a totalidade do crédito com a dos recursos de clientes de balanço, resultando na manutenção de um padrão equilibrado ao nível dos rácios de transformação. O rácio de transformação (Crédito/Depósitos) passou de 108,0% para 113,4%. Considerando os recursos totais de clientes de balanço, o rácio situou-se em 99,8%.

	jun.15	dez.14	jun.14	Variação Homóloga
	%	%	%	Valor
Crédito a Clientes Líquido / Depósitos de Clientes ^(a)	113.4	106.5	108.0	5.4p.p.
Crédito a Clientes Líquido / Recursos Totais de Clientes de Balanço ^(b)	99.8	92.5	93.1	6.7p.p.

(a) Indicador de acordo com a versão atualizada da Instrução n.º 16/2004, do Banco de Portugal

(b) Recursos Totais de Clientes de Balanço = Recursos de Clientes e Responsabilidades representadas por títulos

A utilização de recursos do Banco Central Europeu (BCE) por parte da CEMG registou um acréscimo no valor de 300 milhões de euros (+12,1%) no primeiro semestre de 2015, tendo passado de 2,5 mil milhões de euros, a 31 de dezembro de 2014, para 2,8 mil milhões de euros a 30 de junho de 2015. Este incremento resultou da utilização da linha de longo prazo *Targeted Longer Term Refinancing Operations* (TLTRO), disponibilizada pelo Eurosistema no âmbito das medidas de política monetária expansionista, que permitirá alongar as maturidades de financiamento em condições muito favoráveis.

Relativamente à *pool* de colateral de ativos elegíveis, para operações de refinanciamento junto do BCE, verificou-se uma ligeira redução de 225 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2015, passando de 4,2 mil milhões de euros, em 31 de dezembro de 2014, para 4,0 mil milhões de euros em 30 de junho de 2015. Esta variação da *pool* ficou a dever-se, fundamentalmente, à redução da posição da carteira própria em Obrigações do Tesouro e ao aumento de operações de mercado.

POOL DE ATIVOS ELEGÍVEIS PARA REFINANCIAMENTO JUNTO DO BCE

(milhares de euros)

	jun.15		dez.14		jun.14		Variação Homóloga	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<i>Pool</i> de Ativos Elegíveis	3 977 299	100.0	4 202 365	100.0	4 253 770	100.0	-276 471	-6.5
Utilização da <i>Pool</i>	2 775 990	69.8	2 475 990	58.9	1 990 000	46.8	785 990	39.5
<i>Pool</i> Ativos Disponíveis	1 201 309	30.2	1 726 375	41.1	2 263 770	53.2	-1 062 461	-46.9

As operações de mercado apresentam um crescimento no primeiro semestre de 2015, sinal da retoma de alguma normalidade nos mercados financeiros, tendo o saldo destes recursos atingida 2,1 mil milhões de euros em 30 de junho de 2015.

Refira-se que, durante o primeiro semestre de 2015, foram amortizados 545,9 milhões de euros de dívida titulada, cerca de 22% do total da dívida emitida, fixando-se, assim, as necessidades líquidas futuras de refinanciamento de dívida de médio e longo prazo até 2018 em apenas 63,1 milhões de euros.

Qualidade dos Ativos

A atual conjuntura económica continuou a ter um impacto negativo nos riscos da atividade financeira, traduzido no agravamento do incumprimento. No entanto, e apesar da lenta recuperação da atividade económica continuar a condicionar os riscos da atividade financeira, afetando negativamente o saldo de crédito e juros vencidos há mais de 90 dias, o rácio de crédito em risco verificou uma melhoria de 0,45 p.p., tendo-se fixado em 13,37%, face a 13,82%, no final do primeiro semestre de 2014.

Neste enquadramento, em linha com a política de prudência e conservadorismo que o contexto económico recomenda, a CEMG continuou a reforçar as suas imparidades para riscos de crédito durante o primeiro semestre de 2015, tendo o rácio de cobertura do crédito e juros vencidos por imparidades atingido 102,81% e o do crédito e juros vencidos há mais de 90 dias ficado em 118,68%. A cobertura simples do crédito em risco por imparidade situou-se em 66,04%, enquanto a cobertura considerando o total de imparidades de crédito e os colaterais hipotecários associados atingiu 130,7%.

PRINCIPAIS INDICADORES DE CRÉDITO E JUROS VENCIDOS

Indicadores	(milhares de euros)				
	jun.15	dez.14	jun.14	Variação Homóloga	
				Valor	%
Crédito a Clientes Bruto	16 306 673	16 540 943	16 750 894	-444 221	-2.7
Crédito e Juros Vencidos	1 406 126	1 148 497	1 093 322	312 804	28.6
Crédito e Juros Vencidos há mais de 90 dias	1 218 026	1 014 197	997 540	220 486	22.1
Imparidade para Riscos de Crédito	1 445 610	1 385 872	1 313 559	132 051	10.1
Rácios (%)					
Crédito e Juros Vencidos há mais de 90 dias	7.47	6.13	5.96	1.51p.p.	
Crédito com incumprimento (a)	8.79	7.42	8.41	0.38p.p.	
Crédito com incumprimento, líquido (a)	-0.04	-1.00	0.66	-0.70p.p.	
Crédito em Risco (a)	13.37	12.03	13.82	-0.45p.p.	
Crédito em Risco, líquido (a)	4.98	4.02	6.52	-1.54p.p.	
Crédito Reestruturado (b)	10.43	10.49	9.59	0.84p.p.	
Crédito Reestruturado não incluído no Crédito em Risco (b)	5.46	6.89	6.42	-0.96p.p.	
Cobertura por Imparidades (%)					
Crédito e Juros Vencidos há mais de 90 dias	118.68	136.65	131.68	-13.00p.p.	
Crédito e Juros Vencidos	102.81	120.67	120.14	-17.33p.p.	
Crédito em Risco	66.04	69.35	56.49	9.55p.p.	
Crédito em Risco, incluindo garantias hipotecárias associadas	130.70	136.50	129.90	0.80p.p.	

(a) De acordo com a Instrução n.º 16/2004, do Banco de Portugal.

(b) De acordo com a Instrução n.º 32/2013, do Banco de Portugal.

4.2 Resultados

No primeiro semestre de 2015, o desempenho do setor bancário e da CEMG manteve-se condicionado pelas exigências de contexto, quer a nível doméstico, pela ainda lenta recuperação da atividade económica, quer pela ténue retoma económica a nível europeu, onde se destaca a grave crise económica

e financeira da Grécia, fatores que condicionaram a confiança dos agentes neste primeiro semestre de 2015, com consequências ao nível do investimento e do emprego.

(milhares de euros)						
	jun.15		jun.14 *		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Margem Financeira	126 022	44.2	160 576	33.7	-34 554	-21.5
Comissões Líquidas de Serviços a Clientes	49 196	17.2	51 718	10.8	-2 522	-4.9
Produto Bancário Comercial	175 218	61.4	212 294	44.5	-37 076	-17.5
Rendimento de Instrumentos de Capital	1 400	0.5	493	0.1	907	>100
Resultado de Operações Financeiras	114 927	40.2	275 043	57.7	-160 116	-58.2
Outros Resultados	-6 125	-2.1	-10 751	-2.3	4 626	43.0
Produto Bancário	285 420	100.0	477 079	100.0	-191 659	-40.2
Gastos com Pessoal	101 839	35.7	95 282	20.0	6 557	6.9
Gastos Gerais Administrativos	57 757	20.2	54 504	11.4	3 253	6.0
Amortizações	13 846	4.9	15 428	3.2	-1 582	-10.3
Gastos Operacionais	173 442	60.8	165 214	34.6	8 228	5.0
Resultado Bruto	111 978	39.2	311 865	65.4	-199 887	-64.1
Provisões e Imparidades Líquidas	165 144	57.9	292 906	61.4	-127 762	-43.6
Crédito	151 286		265 353		-114 067	-43.0
Títulos	10 667		25 708		-15 041	-58.5
Outras	3 191		1 845		1 346	73.0
Resultados de Associadas e Empreendimentos Conjuntos	-4 116		208		-4 324	<-100
Resultado Antes de Impostos e interesses que não controlam	-57 282	-20.1	19 167	4.0	-76 449	<-100
Impostos	27 888	9.8	-11 955	-2.5	39 843	>100
Correntes	218		-38 894		39 112	>100
Diferidos	27 670		26 939		731	2.7
Interesses que não controlam	485		-1 003		1 488	>100
Resultado do Exercício	-28 909	-10.1	6 209	1.3	-35 118	<-100

* As demonstrações financeiras intercalares, junho 2014, foram reexpressas, conforme Nota ab) das Políticas Contabilísticas.

No final do primeiro semestre de 2015, o resultado do período fixou-se em -28,9 milhões de euros, que compara com 6,2 milhões de euros, no período homólogo. Esta evolução reflete dois efeitos: a melhoria de 157,6 milhões de euros de resultados recorrentes conjugada com a redução de 192,7 milhões de euros nos resultados de operações financeiras, que atingiram 114,9 milhões de euros devido ao menor contributo dos resultados da alienação de títulos de dívida pública portuguesa.

Para a melhoria dos resultados recorrentes contribuiu: i) o aumento de 1,4% da margem financeira comercial, resultante do aumento do crédito concedido a empresas (excluindo construção) e do *repricing* ao nível dos recursos de clientes; ii) bem como a política de contenção ao nível dos gastos operacionais da atividade doméstica (+0,7%). Este efeito compensou a redução do volume de negócios decorrente da lenta recuperação da Economia Nacional, ainda instável, e que se reflete na redução de 3,8% do crédito líquido a clientes e de 4,9% das comissões líquidas.

Os custos operacionais cresceram 5,0% refletindo a subida dos mesmos nas operações internacionais, já que em Portugal essa evolução foi de apenas +0,7%. Não obstante o ligeiro crescimento dos custos com pessoal e dos custos administrativos, essa evolução foi parcialmente compensada pela redução das amortizações e depreciações em 1,6 milhões de euros (-10,3%) em função da contenção de custos com investimentos.

A imparidade de crédito reduziu-se em 43,0% para 151,3 milhões de euros, sendo que no mercado doméstico, essa redução foi de -44,6% que reflete a recuperação económica em curso e o impacto da situação económico-financeira das famílias e das empresas.

No que se refere à atividade internacional, as imparidades para crédito registadas pelo Finibanco Angola subiram para 6,7 milhões de euros, enquanto no Banco Terra as imparidades para crédito fixaram-se em apenas 0,4 milhões de euros.

Margem Financeira

A margem financeira cifrou-se em 126,0 milhões de euros que compara com 160,6 milhões de euros obtidos no final do primeiro semestre de 2014. Para este desempenho concorreu, sobretudo, a redução de 70,2 milhões de euros na carteira de títulos resultante da diminuição das *yields* dos títulos de dívida soberana registados em carteira, no seguimento da realização de proveitos com a alienação de dívida soberana, em 2014, beneficiando de condições de mercado que se revelaram bastante favoráveis. Adicionalmente, a redução dos saldos médios do crédito, derivado da ainda lenta recuperação da procura e da exigente política de análise de risco na concessão de crédito, à qual se juntam os níveis historicamente baixos das taxas Euribor, levou a uma redução do contributo dos ganhos do crédito a clientes de 37,6 milhões de euros. Ainda assim, esta redução foi inferior à diminuição verificada nos custos dos recursos de clientes que atingiu 39,4 milhões de euros, o que levou a um crescimento homólogo da margem financeira comercial de 1,7 milhões de euros (1,4%). Decorrente da política de *repricing* que a CEMG tem vindo a seguir, a margem financeira registou um aumento de 1,3%, do primeiro para o segundo trimestre de 2015.

(milhares de euros)					
	jun.15	dez.14	jun.14	Variação Homóloga	
	Valor	Valor	Valor	Valor	%
Ativos Financeiros					
Crédito a acientes (1)	251 834	597 813	289 476	-37 642	-13.0
Carteira de títulos	39 797	190 881	110 028	-70 231	-63.8
Instrumentos derivados	44 686	104 337	53 688	-9 002	-16.8
Outras aplicações	12 712	20 679	10 079	2 633	26.1
Total	349 029	913 710	463 271	-114 242	-24.7
Passivos Financeiros					
Recursos de clientes (2)	124 417	316 303	163 802	-39 385	-24.0
Títulos de dívida emitida	40 302	94 303	47 725	-7 423	-15.6
Instrumentos derivados	45 727	104 920	54 115	-8 388	-15.5
Outros passivos	12 561	61 678	37 053	-24 492	-66.1
Total	223 007	577 204	302 695	-79 688	-26.3
Margem Financeira	126 022	336 506	160 576	-34 554	-21.5
Margem Financeira Comercial (1-2)	127 417	281 510	125 674	1 743	1.4

Margem Complementar

As comissões líquidas atingiram 49,2 milhões de euros, registando uma ligeira redução de 2,5 milhões de euros (-4,9%), face ao período homólogo.

Fruto de uma criteriosa política de gestão de tesouraria, os resultados de operações financeiras totalizaram 114,9 milhões de euros, os quais comparam com 275,0 milhões de euros no período homólogo de 2014. Esta evolução foi determinada pela menor contribuição decorrente da alienação de títulos de dívida pública portuguesa que ascendeu, no primeiro semestre de 2014, a 262,2 milhões de euros, aproveitando condições de mercado que se revelaram bastante favoráveis, contra 69,5 milhões de euros até 30 de junho de 2015.

(milhares de euros)					
	jun.15	dez.14	jun.14	Variação Homóloga	
	Valor	Valor	Valor	Valor	%
Resultados de Ativos e Passivos Aval. ao Justo Valor através de Resultados	11 199	4 204	508	10 691	>100
Resultados de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	83 418	374 386	275 067	-191 649	-69.7
Resultados da Reavaliação Cambial	7 239	17 016	9 849	-2 610	-26.5
Outros Resultados	13 071	-43 436	-10 381	23 452	>100
TOTAL	114 927	352 170	275 043	-160 116	-58.2

Gastos Operacionais

Os gastos operacionais consolidados totalizaram 173,4 milhões de euros (+5,0%, em termos homólogos), com o aumento dos gastos com pessoal (+6,9%) e dos gastos gerais administrativos (+6,0%) a serem afetados pelas operações da atividade internacional do Grupo CEMG. Em base comparável, não considerando a entrada em Moçambique através da aquisição da participação qualificada no capital do Banco Terra, S.A. ("BTM"), ocorrida no final de 2014, os gastos operacionais registaram um aumento de apenas 2,2%.

Para tal, contribuiu a contenção de custos na atividade doméstica, registando um ligeiro acréscimo de 0,7%, em relação ao período homólogo. De referir que, no decorrer do mês de julho de 2015, numa ótica de racionalização da rede de distribuição e de otimização dos custos que tem vindo a ser seguida desde 2011 e da qual já tinha resultado o fecho de 70 balcões em Portugal, se procedeu ao encerramento de mais 14 balcões, subindo o anterior registo para 84.

Por sua vez, na atividade internacional, os gastos operacionais registaram um incremento de 6,8 milhões de euros, face ao primeiro semestre de 2014, em consequência da exigência de meios humanos e materiais que a operação em Angola (Finibanco Angola, S.A.) implica e da já referida entrada no mercado moçambicano. Desde o final de junho de 2014, foram abertos 2 novos balcões e 2 novos centros de empresas em Angola, a par de um incremento de 14,2% no número de colaboradores (193 colaboradores, em 30 de junho de 2015).

(milhares de euros)

	jun.15			dez.14		jun.14		Variação Homóloga		
	Reportado		excl. BTM							
	Valor	%		Valor	%	Valor	%	Valor	%	excl. BTM %
Gastos com Pessoal	101 839	58.7	99 699	194 153	56.8	95 282	57.7	6 557	6.9	4.6
Gastos Gerais Administrativos	57 757	33.3	55 619	120 494	35.3	54 504	33.0	3 253	6.0	2.0
Gastos de Funcionamento	159 596	92.0	155 318	314 647	92.1	149 786	90.7	9 810	6.5	3.7
Amortizações	13 846	8.0	13 471	27 077	7.9	15 428	9.3	-1 582	-10.3	-12.7
Gastos Operacionais	173 442	100.0	168 789	341 724	100.0	165 214	100.0	8 228	5.0	2.2
Atividade Doméstica (a)	158 615	-	158 615	324 104	-	157 441	-	1 174	0.7	0.7
Atividade Internacional	15 044	-	10 391	18 405	-	8 259	-	6 785	82.2	25.8
Produto Bancário	285 420		-	784 499		477 079		-191 659	-40.2	-
RÁCIOS										
Cost-to-Income (Gastos Operacionais / Produto Bancário) (b)	60.77%		-	43.56%		34.63%				
Cost-to-Income sem Amortizações	55.92%		-	40.11%		31.40%				

(a) Exclui ajustes de consolidação (b) De acordo com a Instrução n.º 16/2004, do Banco de Portugal.

Provisões e Imparidades

A prossecução de uma política prudente e conservadora na interpretação dos fatores de risco associados ao desempenho da atividade bancária, num ainda complexo enquadramento macroeconómico, refletiu-se numa significativa redução das provisões e imparidades (-43,6%), que atingiram 165,1 milhões de euros e que representaram uma diminuição de 127,8 milhões de euros face ao primeiro semestre de 2014.

Destaca-se a redução de 58,5% nas imparidades líquidas constituídas para títulos, bem como a redução de 43,0% nas imparidades líquidas para crédito, sendo que no mercado doméstico essa redução foi de 44,6%, que reflete a recuperação económica em curso e o impacto da situação económico-financeira das famílias e das empresas. No que se refere à atividade internacional, as imparidades para crédito registadas pelo Finibanco Angola aumentaram 30,3%, atingindo 6,7 milhões de euros, enquanto no Banco Terra as imparidades para crédito fixaram-se em apenas 0,4 milhões de euros.

Esta prudente análise de crédito resultou na redução do custo do risco de crédito para 1,8%, face a 3,2%, em junho de 2014, e 3,1%, em final de 2014.

A prudência revelada na avaliação dos níveis de risco da carteira de ativos permitirá à CEMG enfrentar o difícil contexto económico prevaiente com níveis de cobertura e robustez económica mais acentuados, reforçando a confiança que nela depositam todos os seus *stakeholders*.

(milhares de euros)

	jun.15		dez.14		jun.14		Variação Homóloga	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Provisões e Imparidades de Crédito (líquidas)	151 286	91.6	524 579	81.3	265 353	90.6	-114 067	-43.0
Imparidades de Títulos (líquidas)	10 667	6.5	61 648	9.5	25 708	8.8	-15 041	-58.5
Provisões e Imparidades de Outros Ativos (líquidas)	3 191	1.9	59 516	9.2	1 845	0.6	1 346	73.0
Total das Provisões e Imparidades (líquidas)	165 144	100.0	645 743	100.0	292 906	100.0	-127 762	-43.6

4.3 Rating

A evolução favorável num conjunto de indicadores-chave refletiu-se na melhoria das notações de *rating*.

A *Moody's* subiu, em junho de 2015, a notação de Longo-Prazo da CEMG de 'B2' para 'B1', assim como, apreciou em alta o *Outlook* da instituição melhorando-o para 'Estável'. Realce, ainda, para a subida em 3 níveis do *rating* das obrigações hipotecárias atribuídas pela *Moody's*, de 'Ba1' para 'Baa1', passando a ser classificado como instrumento de 'risco de crédito moderado', na categoria de *Investment Grade*.

Em maio de 2015, a *Fitch Ratings* confirmou o *rating* intrínseco (*Viability Rating*) da CEMG, tendo melhorado o *Outlook* de 'Negativo' para 'Estável' e procedido à revisão da notação IDR (*Issuer Default Rating*) de Longo-Prazo da CEMG, de 'BB' para 'B+', refletindo o seu *Viability Rating*, decorrente da remoção do suporte governamental.

O *rating* sénior de Longo-Prazo atribuído à CEMG pela DBRS não foi alvo de revisão no primeiro semestre de 2015, tendo-se mantido em 'BBB (*low*)'.

A 30 de junho de 2015, as notações de *rating* atribuídas à CEMG pelas agências internacionais *Fitch Ratings*, *Moody's Investors Service* e DBRS eram as seguintes:

Agências de <i>Rating</i>	Longo Prazo	Curto Prazo	<i>Outlook</i>
Fitch Ratings	B+	B	Estável
Moody's	B1	NP	Estável
DBRS	BBB (<i>low</i>)	R-2 (<i>low</i>)	Negativo

5. ANÁLISE DOS RISCOS

Durante o primeiro semestre de 2015 prosseguiram os trabalhos de desenvolvimento de métodos e procedimentos no domínio da identificação dos riscos, quantificação das perdas potenciais subjacentes e tomada de medidas para a sua mitigação.

Risco de Crédito

No primeiro semestre de 2015 foi dada continuidade a um projeto cujo objetivo é a apresentação, a médio prazo, da candidatura à adoção do Método das Notações Internas (*IRB*) para apuramento de requisitos de capital para risco de crédito. Este projeto é estratégico para a CEMG e, dada a sua profundidade e abrangência, envolve várias áreas da organização e exige a revisão e eventuais desenvolvimentos no que respeita aos modelos de avaliação de risco de crédito, ao processo de avaliação e decisão de crédito e ao algoritmo de cálculo de requisitos de capital, entre outros.

O processo de decisão de operações de crédito baseia-se num conjunto de políticas recorrendo a modelos de *scoring* para as carteiras de clientes particulares e negócios e de *rating* para o segmento de empresas. Os modelos, desenvolvidos a partir de dados históricos internos, permitem obter uma avaliação que se traduz na atribuição de uma classe de risco ao cliente/operação. No âmbito do projeto de candidatura ao

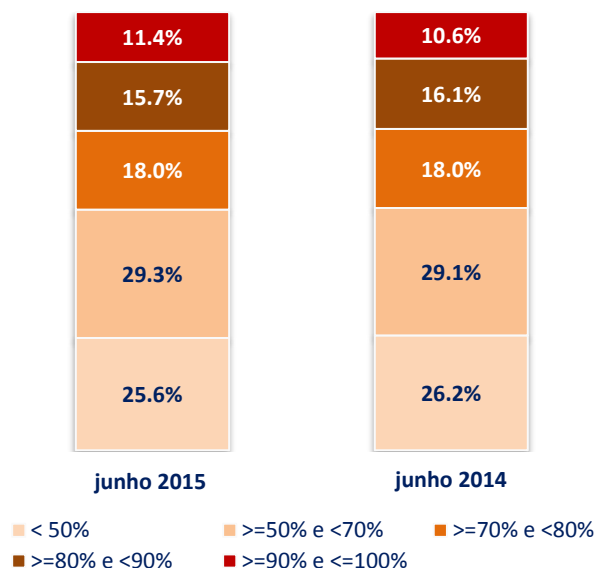
método *IRB* para cálculo de requisitos de capital, está em curso a revisão dos modelos de *scoring* e *rating* da CEMG que estão associados aos segmentos mais significativos da carteira de crédito, que se irá traduzir num aperfeiçoamento dos modelos internos de risco e da governação.

A classificação interna de risco, em conjugação com a avaliação de mitigantes de risco, sob a forma de garantias pessoais ou reais, constituem aspetos determinantes para a decisão e preço das operações. Os escalões de decisão de *pricing* são definidos em função da rentabilidade dos capitais próprios (*ROE*) ajustada de risco, de acordo com o princípio de que os níveis hierárquicos mais elevados dispõem de competência para aprovar operações com menor *ROE* ajustado de risco.

Além dos modelos de *rating* e *scoring*, o processo de decisão de operações de crédito baseia-se também em regras de rejeição. As rejeições de crédito são determinadas pela ocorrência de eventos de crédito no sistema financeiro, incumprimento de regras de crédito (por exemplo, taxa de esforço, no caso de crédito a particulares) e sempre que o *pricing* associado a uma determinada operação represente um risco de seleção adversa.

Na carteira de crédito à habitação, os níveis do rácio *LTV* (*Loan-To-Value* – valor de financiamento sobre valor da garantia) registaram uma melhoria, tendo o *LTV* médio da carteira ativa decrescido de 64,8%, em junho 2014, para 63,6%, em junho 2015.

DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA DE CRÉDITO À HABITAÇÃO POR NÍVEL DE LTV



Risco de Concentração

No seguimento da estratégia de diversificação que tem vindo a ser adotada pela CEMG, verificou-se no primeiro semestre de 2015, uma evolução favorável no nível de concentração setorial do crédito a clientes, conforme reportado regularmente nos termos da Instrução n.º 5/2011, ao Banco de Portugal. O índice reduziu-se de 12,8%, em junho 2014, para 12,4% em junho 2015 (12,3% em dezembro 2014), tendo o setor da construção diminuído o seu peso na carteira de crédito a empresas não financeiras, de 22,6% para 19,7% (21,3% em dezembro 2014). No que diz respeito à distribuição setorial do crédito, manteve-se

em junho 2015 a predominância do setor terciário face ao secundário, com 59,7% e 38,8%, respetivamente (59,8% e 38,8% em junho 2014 e 58,4% e 39,6% em dezembro 2014, respetivamente).

Relativamente à concentração geográfica, os distritos de Lisboa e Porto mantêm-se como as regiões com maior peso na carteira de crédito, com 36,8% e 15% (39,2% e 15,4% em junho 2014 e 38,7% e 16,2% em dezembro 2014), respetivamente, em linha com a maior densidade populacional e de empresas desses dois distritos.

Quanto ao risco de concentração individual, que mede o risco decorrente de exposição significativa a uma contraparte individual ou a um grupo de contrapartes relacionadas, observou-se um ligeiro aumento do peso das 100 maiores exposições, de 16,4% para 16,9%, entre junho 2014 e junho 2015 (17,8% em dezembro 2014), a que correspondeu uma manutenção do índice de concentração geral em aproximadamente 0,28% (0,30% em dezembro 2014). O índice de concentração das 1 000 maiores exposições aumentou de 0,16%, em junho 2014, para 0,17%, em dezembro junho 2015 (0,18% em dezembro 2014), com o acréscimo do peso na carteira total a diminuir de 30,4% para 29,2%, entre junho 2014 e junho 2015 (32% em dezembro 2014).

Risco em Ativos Financeiros

A carteira de títulos da CEMG registou um decréscimo de 18,3 milhões de euros, de dezembro 2014 para junho 2015. Este decréscimo verificou-se mais significativamente ao nível das obrigações (-110,0 milhões de euros), sendo no entanto em grande parte atenuado pelo acréscimo ao nível das ações e unidades de participação (UP's) (+94,9 milhões de euros).

ESTRUTURA DA CARTEIRA DE TÍTULOS POR TIPO DE ATIVOS

(milhares de euros)

Tipo de Ativos	jun.15		dez.14		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Obrigações (*)	3 136 793	84.8	3 246 806	87.3	-110 013	-3.4
Papel Comercial	6 850	0.2	10 000	0.3	-3 150	-31.5
Títulos de Capital e UP's	554 655	15.0	459 769	12.4	94 886	20.6
Total	3 698 298	100.0	3 716 575	100.0	-18 277	-0.5

(*) Inclui Juros

A política de investimento da CEMG pautou-se pela redução de exposição a títulos de dívida pública nacional, pelo aumento de exposição a dívida pública espanhola e italiana. Esta política de investimento, bem como *upgrades* de notações de *rating* de crédito verificados neste primeiro semestre, motivaram variações ao nível da estrutura de *ratings*, nomeadamente nos *buckets* BBB e BBB-. Estas alterações originaram um maior peso das obrigações classificadas como *investment grade* no total da carteira de obrigações a junho 2015 face a dezembro 2014. Destaca-se igualmente o ligeiro decréscimo de exposição a títulos sem notação de *rating*.

ESTRUTURA DA CARTEIRA DE OBRIGAÇÕES POR CLASSES DE RATING

(milhares de euros)

CLASSES DE RATING	jun.15		dez.14		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
AAA	5 677	0.2	5 507	0.2	170	3.1
AA+	5 600	0.2	0	0.0	5 600	>100
AA	4 936	0.2	2 080	0.1	2 856	>100
AA-	2 890	0.1	3 017	0.1	-127	-4.2
A+	10 970	0.3	24 392	0.8	-13 422	-55.0
A	65 208	2.1	69 897	2.2	-4 689	-6.7
A-	50 462	1.6	40 832	1.3	9 630	23.6
BBB+	66 611	2.1	69 091	2.2	-2 480	-3.6
BBB	300 982	9.5	155 307	4.9	145 675	93.8
BBB-	193 082	6.1	80 019	2.5	113 063	>100
BB+	1 755 789	55.6	1 987 978	62.6	-232 189	-11.7
BB	2 815	0.1	6 965	0.2	-4 150	-59.6
BB-	132 184	4.2	109 355	3.4	22 829	20.9
B+	13 409	0.4	2 628	0.1	10 781	>100
B	50	0.0	9 901	0.3	-9 851	-99.5
B-	0	0.0	35 404	1.1	-35 404	-100.0
CCC	7 113	0.2	0	0.0	7 113	>100
CCC-	0	0.0	206	0.0	-206	-100.0
NR	539 095	17.1	572 431	18.0	-33 336	-5.8
Total	3 156 873	100.0	3 175 010	100.0	-18 137	-0.6

Risco de Liquidez

A gestão do risco de liquidez na CEMG baseia-se na análise dos prazos residuais de maturidade dos diferentes ativos e passivos do balanço. Os volumes de entradas e saídas de recursos são evidenciados por intervalos temporais em função do seu prazo residual de ocorrência, apurando-se os respetivos *gaps* de liquidez tanto do período como acumulados. Estes *mismatches* de liquidez correspondem, assim, aos desfasamentos entre *cash inflows* e *cash outflows*, e têm em conta os colaterais disponíveis para obtenção de financiamento junto do BCE, sem incorporação, contudo, de dinâmica de negócio comercial face à data de referência.

A CEMG tem apresentado historicamente *gaps* de liquidez positivos, com *mismatches* acumulados positivos para os diversos intervalos temporais até 12 meses, procurando-se garantir uma estrutura de financiamento sustentável e equilibrada da sua atividade. No final do primeiro semestre de 2015, o *mismatch* de liquidez acumulado até aos 12 meses seguintes era de 875 milhões de euros.

Gaps Dinâmicos de Posição de Liquidez em junho de 2015

(milhões de euros)

Posições à data de referência + Valores Previsionais	Intervalos Temporais				
	À Vista e até 1 semana	Superior a 1 semana e até 1 mês	Superior a 1 mês e até 3 meses	Superior a 3 meses e até 6 meses	Superior a 6 meses e até 12 meses
Mismatches Acumulados	1 373	1 406	1 401	950	875

Risco de Taxa de Juro

Em junho de 2015, o impacto sobre a situação líquida decorrente de uma deslocação paralela de +200 pontos base da curva de rendimentos era de 9% (3% em 2014). A sensibilidade da carteira bancária da CEMG ao risco de taxa de juro encontrava-se, assim, dentro do limite orientador de 20% dos Fundos Próprios definido pelo BIS em *“Principles for the Management and Supervision of Interest Rate Risk”*.

Na mesma data, o *gap* de *repricing* acumulado a 12 meses foi estimado em 4,1 mil milhões de euros (3,6 mil milhões de euros em 2014), prevendo-se um impacto na margem financeira de +44,5 milhões de euros (+40,4 milhões de euros em 2014) no caso de uma alteração instantânea das taxas de juro em +100 pontos base. A variação verificada nesta métrica decorre, essencialmente, do desfasamento entre os prazos de revisão de taxa de juro, onde se evidencia um maior peso da aplicação em títulos de dívida com prazos mais longos.

Risco Operacional

Ao nível da avaliação de riscos tem vindo a exercer-se grande enfoque na identificação prévia dos riscos operacionais relevantes sempre que se implementa ou revê um produto, um processo ou um sistema no grupo CEMG.

No que respeita à monitorização do risco operacional, mantiveram-se as atividades de recolha e análise de eventos de perda.

Em termos de exposição ao risco operacional, as linhas de negócio que apresentam maior exposição são a atividade de retalho e de pagamento e liquidação.

DISTRIBUIÇÃO DE EVENTOS POR LINHA DE NEGÓCIO EM JUN.15

	Frequência	Severidade
Banca de retalho	22.7%	46.5%
Pagamento e liquidação	76.7%	52.5%
Intermediação relativa à carteira de retalho	0.6%	1.0%

Por sua vez, o ciclo de gestão da continuidade de negócio é suportado por um conjunto de atividades de avaliação, desenho, implementação e monitorização, integradas num ciclo de melhoria contínua que tem por objetivo tornar os processos de negócio mais resilientes, permitindo assegurar a continuidade das operações no caso de ocorrência de eventos que provoquem a interrupção da atividade.

Testes de Esforço (*Stress Tests*)

Em termos regulamentares, a CEMG realizou testes de esforço, no âmbito do Plano de Recuperação do Grupo CEMG e do Processo de Auto-Avaliação da Adequação do Capital Interno (ICAAP) submetidos ao Banco de Portugal durante o primeiro semestre de 2015.

No Plano de Recuperação do Grupo CEMG são analisados e medidos impactos decorrentes de cenários adversos, considerando eventos sistémicos, eventos idiossincráticos do Grupo e uma combinação de ambos. Da análise anterior resulta um conjunto de opções estratégicas e medidas de recuperação a serem postos em prática a fim de assegurar a preservação e solidez dos níveis de capital, liquidez, rentabilidade e atividades operacionais do Grupo CEMG, perante situações de contingência ou de crise financeira.

No processo de Auto-Avaliação da Adequação do Capital Interno (ICAAP), de modo a avaliar insuficiências de capital em períodos de *stress*, foram definidos um conjunto de testes de esforço (análise de sensibilidade e de cenários) sobre os modelos de quantificação de risco. O resultado dos referidos testes permitem atestar a adequação de níveis de capital interno adequados aos cenários adversos testados.

Para além dos testes de esforço reportados ao Banco de Portugal, a CEMG realiza regularmente outros estudos de impacto que pretendem proporcionar uma visão analítica da sua posição em termos de liquidez, resultados do exercício e capital quando sujeita a cenários adversos decorrentes de alterações em fatores de risco como taxas de juro, *spreads* de crédito, reembolsos de depósitos, margens de avaliação de ativos elegíveis aplicadas pelo Banco Central Europeu (BCE), notações de *rating* (da CEMG e das contrapartes), sinistralidade das carteiras, colaterais, entre outros.

Os testes de esforço e análises de cenários são divulgados e debatidos com a gestão da CEMG, sendo as conclusões retiradas posteriormente incorporadas nos processos de tomada de decisões estratégicas, nomeadamente na determinação de níveis de solvabilidade, liquidez, exposição a riscos específicos (riscos de contraparte e de preço) e globais (riscos de taxa de juro, cambial e de liquidez), assim como no âmbito do *pricing*, dos critérios de concessão de crédito e de desenvolvimento da oferta de produtos.

6. PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS PARA O SEGUNDO SEMESTRE

Para o segundo semestre de 2015, perspetiva-se a manutenção do processo de recuperação gradual da atividade económica em Portugal, a par da prossecução de medidas de ajustamento de alguns desequilíbrios da economia portuguesa, que ainda persistem.

A recuperação da procura interna e do investimento acompanhada pelo crescimento das exportações, sendo um dos aspetos mais relevantes relativo ao processo de ajustamento da economia portuguesa o grau de adaptação das empresas nacionais às exigências dos mercados internacionais, que, têm, igualmente, beneficiado da crescente evolução da procura externa e ganhos de competitividade, via preço, num contexto de forte depreciação do euro. No entanto, a permanência da necessidade de medidas de consolidação orçamental, de redução da dívida pública, o menor investimento público, a prevalência de taxas de juro historicamente baixas e a persistência em níveis elevados da taxa de desemprego, não obstante a sua progressiva redução, e da definição do novo quadro político, permanecem como riscos relevantes ao desenvolvimento da economia portuguesa.

Não obstante, a recuperação, ainda que ténue, da atividade económica em Portugal, a mesma apresenta-se com alguns condicionamentos, pelas exigências de contexto, não só a nível doméstico, mas também na vertente dos riscos externos, por via da ainda lenta recuperação da atividade económica a nível europeu, onde se destaca a crise económica e financeira da Grécia.

Ao nível do setor bancário, apesar da expectativa de melhoria da situação económica das famílias e das empresas, com reflexos na redução dos rácios de incumprimento, a atividade vai continuar ainda pressionada pelos riscos de crédito, de mercado (incluindo risco imobiliário) e de liquidez, ao que acresce, no decurso do segundo semestre, um clima de particular incerteza em relação à evolução dos acontecimentos relacionados com a resolução do BES e o seu impacto no sistema financeiro português, via contribuição para o Fundo de Resolução.

A gestão preventiva de potenciais casos de incumprimento através da reestruturação de créditos será fundamental para evitar novas entradas em incumprimento e no crédito em risco. No âmbito regulamentar, os desafios passarão pelo ajustamento à nova regulação que visa melhorar o perfil de crédito dos bancos e melhorar a transparência da informação por estes fornecida, nomeadamente ao nível da *CRD IV/CRR* e a Diretiva de Recuperação e Regulação Bancárias (*BRRD*).

Neste quadro, os grandes desafios para a CEMG residem nos domínios do capital, tanto a nível dos fundos próprios como da gestão dos *Risk Weighted Assets*, liquidez, qualidade dos ativos, alteração do quadro jurídico das caixas económicas, resultados recorrentes e rating. No entanto, salienta-se o desafio no âmbito da rendibilidade, dado as taxas de juro próximas de zero, que vão continuar a pressionar a margem financeira, em conjunto com a crescente regulamentação sobre o comissionamento.

À semelhança do primeiro semestre, deverá continuar a observar-se um excesso de liquidez no mercado, condicionando fortemente o nível de taxas de juro, que se encontram negativas nos prazos mais curtos. As taxas Euribor deverão evidenciar este facto, fruto de uma política monetária expansionista do BCE.

As principais respostas aos riscos enunciados, por parte da CEMG, passam por assegurar a concretização das medidas previstas nos domínios da gestão do balanço, do incumprimento e da recuperação de créditos e da preservação dos níveis de liquidez.

7. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, NOTAS EXPLICATIVAS, DECLARAÇÕES E RELATÓRIOS DE AUDITORIA

7.1. Demonstrações Financeiras em Base Consolidada

BALANÇO CONSOLIDADO DA CAIXA ECONÓMICA EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(milhares de euros)

	2015			2014
	Ativo Bruto	Imparidade e Amortizações	Ativo Líquido	Ativo Líquido
ATIVO				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	360 059	-	360 059	284 813
Disponibilidades em outras instituições de crédito	222 262	-	222 262	217 043
Ativos financeiros detidos para negociação	79 389	-	79 389	86 581
Ativos financeiros disponíveis para venda	3 560 352	64 567	3 495 785	3 589 711
Aplicações em instituições de crédito	349 293	929	348 364	546 162
Crédito a clientes	16 365 765	1 445 610	14 920 155	15 226 223
Investimentos detidos até à maturidade	151 562	-	151 562	120 101
Derivados de cobertura	32	-	32	60
Ativos não correntes detidos para venda	995 276	141 700	853 576	799 739
Propriedades de investimento	740 145	-	740 145	715 737
Outros ativos tangíveis	272 303	179 692	92 611	98 931
Ativos intangíveis	151 800	84 002	67 798	66 054
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	21 090	341	20 749	24 650
Ativos por impostos correntes	5 278	-	5 278	2 664
Ativos por impostos diferidos	417 195	-	417 195	355 881
Outros ativos	389 984	18 099	371 885	339 124
TOTAL DO ATIVO	24 081 785	1 934 940	22 146 845	22 473 474
PASSIVO				
Recursos de bancos centrais			2 777 391	2 496 886
Passivos financeiros detidos para negociação			45 798	85 292
Recursos de outras instituições de crédito			2 143 121	1 070 156
Recursos de clientes e outros empréstimos			13 170 661	14 314 659
Responsabilidades representadas por títulos			1 782 009	2 146 525
Passivos financeiros associados a ativos transferidos			124 170	163 650
Derivados de cobertura			77	-
Provisões			1 119	1 494
Passivos por impostos correntes			14 246	20 329
Passivos por impostos diferidos			1 564	16 962
Outros passivos subordinados			331 491	373 279
Outros passivos			264 897	369 718
TOTAL DO PASSIVO			20 656 544	21 058 950
CAPITAL				
Capital			1 900 000	1 700 000
Capital Institucional			1 500 000	1 500 000
Fundo de Participação			400 000	200 000
Outros instrumentos de capital			8 273	8 273
Títulos Próprios			-21 716	-3 280
Reservas de reavaliação			-18 169	18 516
Outras reservas e resultados transitados			-372 772	-148 472
Resultado do exercício			-28 909	-186 953
Interesses que não controlam			23 594	26 440
TOTAL DO CAPITAL			1 490 301	1 414 524
TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL			22 146 845	22 473 474

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Luís Miguel Lines Andrade

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

José Manuel Félix Morgado - Presidente

João Carlos Martins da Cunha Neves

Luís Gabriel Moreira Maia Almeida

Fernando Ferreira Santo

João Belard da Fonseca Lopes Raimundo

Jorge Manuel Viana de Azevedo Pinto Bravo

Luís Miguel Resende de Jesus

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014

(milhares de euros)

	2015	2014 Reexpresso
Juros e rendimentos similares	349 029	463 271
Juros e encargos similares	223 007	302 695
MARGEM FINANCEIRA	126 022	160 576
Rendimentos de instrumentos de capital	1 400	493
Rendimentos de serviços e comissões	65 660	69 235
Encargos com serviços e comissões	16 464	17 517
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	11 199	508
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	83 418	275 067
Resultados de reavaliação cambial	7 239	9 849
Resultados de alienação de outros ativos	-7 821	-14 176
Outros resultados de exploração	14 767	-6 956
PRODUTO DA ATIVIDADE	285 420	477 079
Custos com pessoal	101 839	95 282
Gastos gerais administrativos	57 757	54 504
Depreciações e amortizações	13 846	15 428
Provisões líquidas de reposições e anulações	-5 226	-1 252
Imparidade de crédito líquida de reversões e recuperações	151 286	265 353
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	10 667	25 708
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	8 417	3 097
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	-4 116	208
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS E INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	-57 282	19 167
Impostos		
Correntes	218	-38 894
Diferidos	27 670	26 939
Interesses que não controlam	485	-1 003
RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO	-28 909	6 209

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Luís Miguel Lines Andrade

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

José Manuel Félix Morgado - Presidente

João Carlos Martins da Cunha Neves

Luís Gabriel Moreira Maia Almeida

Fernando Ferreira Santo

João Belard da Fonseca Lopes Raimundo

Jorge Manuel Viana de Azevedo Pinto Bravo

Luís Miguel Resende de Jesus

Caixa Económica Montepio Geral

Demonstração dos Resultados Consolidados para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Notas	30 de Junho de 2015	30 de Junho de 2014
			Reexpreso
Juros e rendimentos similares	3	349 029	463 271
Juros e encargos similares	3	223 007	302 695
Margem financeira		126 022	160 576
Rendimentos de instrumentos de capital	4	1 400	493
Rendimentos de serviços e comissões	5	65 660	69 235
Encargos com serviços e comissões	5	(16 464)	(17 517)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	6	11 199	508
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	7	83 418	275 067
Resultados de reavaliação cambial	8	7 239	9 849
Resultados de alienação de outros activos	9	(7 821)	(14 176)
Outros resultados de exploração	10	14 767	(6 956)
Total de proveitos operacionais		285 420	477 079
Custos com pessoal	11	101 839	95 282
Gastos gerais administrativos	12	57 757	54 504
Amortizações do período	13	13 846	15 428
Total de custos operacionais		173 442	165 214
Imparidade do crédito	14	151 286	265 353
Imparidade de outros activos financeiros	15	10 667	25 708
Imparidade de outros activos	16	8 417	3 097
Outras provisões	17	(5 226)	(1 252)
Resultado operacional		(53 166)	18 959
Resultados por equivalência patrimonial	18	(4 116)	208
Resultado antes de impostos		(57 282)	19 167
Impostos			
Correntes	32	218	(38 894)
Diferidos	32	27 670	26 939
Resultado após impostos		(29 394)	7 212
Resultado líquido do período atribuível ao Capital Institucional e fundo de participação		(28 909)	6 209
Interesses que não controlam	50	(485)	1 003
Resultado líquido do período		(29 394)	7 212

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

Caixa Económica Montepio Geral

Balanço Consolidado em 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Notas	30 de Junho de 2015	31 de Dezembro de 2014
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	19	360 059	284 813
Disponibilidades em outras instituições de crédito	20	222 262	217 043
Aplicações em instituições de crédito	21	348 364	546 162
Crédito a clientes	22	14 920 155	15 226 223
Activos financeiros detidos para negociação	23	79 389	86 581
Activos financeiros disponíveis para venda	24	3 495 785	3 589 711
Derivados de cobertura	25	32	60
Investimentos detidos até à maturidade	26	151 562	120 101
Investimentos em associadas e outras	27	20 749	24 650
Activos não correntes detidos para venda	28	853 576	799 739
Propriedades de investimento	29	740 145	715 737
Outros activos tangíveis	30	92 611	98 931
Activos intangíveis	31	67 798	66 054
Activos por impostos correntes		5 278	2 664
Activos por impostos diferidos	32	417 195	355 881
Outros activos	33	371 885	339 124
Total do Activo		22 146 845	22 473 474
Passivo			
Recursos de bancos centrais	34	2 777 391	2 496 886
Recursos de outras instituições de crédito	35	2 143 121	1 070 156
Recursos de clientes	36	13 170 661	14 314 659
Responsabilidades representadas por títulos	37	1 782 009	2 146 525
Passivos financeiros associados a activos transferidos	38	124 170	163 650
Passivos financeiros detidos para negociação	23	45 798	85 292
Derivados de cobertura	25	1 119	1 494
Passivos não correntes detidos para venda		77	-
Provisões	39	14 246	20 329
Passivos por impostos correntes		1 564	16 962
Outros passivos subordinados	40	331 491	373 279
Outros passivos	41	264 897	369 718
Total do Passivo		20 656 544	21 058 950
Capitais próprios			
Capital institucional	42	1 500 000	1 500 000
Fundo de participação	43	400 000	200 000
Outros instrumentos de capital	44	8 273	8 273
Títulos próprios	45	(21 716)	(3 280)
Reservas de reavaliação	47	(18 169)	18 516
Outras reservas e resultados transitados	46 e 47	(372 772)	(148 472)
Resultado líquido consolidado do período atribuíveis aos detentores de capital institucional e fundo de participação		(28 909)	(186 953)
Total dos Capitais Próprios atribuíveis aos detentores de capital institucional e fundo de participação		1 466 707	1 388 084
Interesses que não controlam	49	23 594	26 440
Total dos Capitais Próprios		1 490 301	1 414 524
		22 146 845	22 473 474

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

Caixa Económica Montepio Geral

Demonstração dos Resultados Consolidados para o período de três meses compreendido entre 1 de Abril e 30 de Junho de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Notas	2º Trimestre 2015	2º Trimestre 2014
			Reexpresso
Juros e rendimentos similares	3	158 314	240 918
Juros e encargos similares	3	94 902	162 220
Margem financeira		63 412	78 698
Rendimentos de instrumentos de capital	4	1 399	459
Rendimentos de serviços e comissões	5	33 750	36 159
Encargos com serviços e comissões	5	(9 155)	(9 262)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	6	(2 033)	(502)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	7	11 440	66 362
Resultados de reavaliação cambial	8	7 324	4 931
Resultados de alienação de outros activos	9	(13 895)	(9 224)
Outros resultados de exploração	10	10 190	1 798
Total de proveitos operacionais		102 432	169 419
Custos com pessoal	11	51 095	49 282
Gastos gerais administrativos	12	33 282	27 996
Amortizações do período	13	6 887	6 237
Total de custos operacionais		91 264	83 515
Imparidade do crédito	14	83 689	115 885
Imparidade de outros activos financeiros	15	7 278	7 519
Imparidade de outros activos	16	5 373	1 435
Outras provisões	17	(12 555)	(951)
Resultado operacional		(72 617)	(37 984)
Resultados por equivalência patrimonial	18	(4 413)	208
Resultado antes de impostos		(77 030)	(37 776)
Impostos			
Correntes	32	9 259	(16 405)
Diferidos	32	28 686	17 213
Resultado após impostos		(39 085)	(36 968)
Resultado líquido do período atribuível ao Capital Institucional e fundo de participação		(38 669)	(37 971)
Interesses que não controlam	50	(416)	1 003
Resultado líquido do período		(39 085)	(36 968)

Caixa Económica Montepio Geral

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Euros)

	30 de Junho de 2015	30 de Junho de 2014
Fluxos de caixa de actividades operacionais		
Juros recebidos	364 393	435 699
Comissões recebidas	65 511	469
Pagamento de juros	(267 691)	(331 386)
Pagamento de comissões	(18 770)	(26 659)
Despesas com pessoal e fornecedores	(146 250)	(161 985)
Recuperação de crédito e juros	2 678	7 298
Outros pagamentos e recebimentos	(37 240)	310 494
Impostos	(3 936)	(38 264)
	(41 305)	195 666
(Aumentos) / diminuições de activos operacionais		
Créditos sobre instituições de crédito e clientes	431 386	(412 546)
Outros activos	(196 847)	(84 152)
	234 539	(496 698)
(Aumentos) / diminuições de passivos operacionais		
Recursos para com clientes	(1 118 948)	239 729
Recursos para com instituições de crédito	1 073 824	535 295
Recursos de Bancos Centrais	300 814	(1 405 000)
	255 690	(629 976)
	448 924	(931 008)
Fluxos de caixa de actividades de investimento		
Dividendos recebidos	1 400	493
(Compra) / Venda de activos financeiros detidos para negociação	3 283	1 410
(Compra) / Venda de activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	-	3 450
(Compra) / Venda de activos financeiros disponíveis para venda	(19 926)	1 183 513
(Compra) / Venda de derivados de cobertura	(347)	328
(Compra) / Venda de investimentos detidos até à maturidade	(30 791)	(55 543)
(Compra) / Venda de investimentos em associadas	7 676	10 328
Depósitos detidos com fins de controlo monetário	(78 102)	8 245
Aquisição de imobilizações	(36 191)	(172 194)
	(152 998)	980 030
Fluxos de caixa de actividades de financiamento		
Títulos próprios	(18 436)	-
Aumento de capital	200 000	-
Recompra do fundo de participação	-	(3 577)
Emissão de obrigações de caixa e títulos subordinados	71 150	259 553
Reembolso de obrigações de caixa e títulos subordinados	(465 287)	(335 499)
Aumento / (diminuição) noutras contas de passivo	(80 990)	(13 865)
	(293 563)	(93 388)
Variação líquida em caixa e equivalentes	2 363	(44 366)
Caixa e equivalentes no início do período	406 391	414 002
Variação líquida em caixa e equivalentes	2 363	(44 366)
Caixa e equivalentes no fim do período	408 754	369 636
Caixa e equivalentes no fim do período engloba:		
Caixa (nota 19)	186 492	147 828
Disponibilidades em outras instituições de crédito (nota 20)	222 262	221 808
Total	408 754	369 636

Caixa Económica Montepio Geral

Demonstração das alterações dos Capitais Próprios Consolidados
para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Total da situação líquida	Capital	Fundo de participação	Outros instrumentos de capital	Reserva geral e especial	Reservas de reavaliação	Outras reservas de reavaliação	Outras reservas e resultados acumulados	Interesses que não controlam
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	1 647 343	1 500 000	200 000	8 273	255 805	3 286	(14 819)	(316 237)	11 035
Outro rendimento integral:									
Alterações de justo valor (nota 47)	84 273	-	-	-	-	84 273	-	-	-
Impostos diferidos relativos a variações patrimoniais registadas por contrapartida de reservas (nota 32)	(23 523)	-	-	-	-	(21 939)	-	(1 584)	-
Desvios actuariais no período	25 496	-	-	-	-	-	-	25 496	-
Resultado do período	7 212	-	-	-	-	-	-	6 209	1 003
Total de rendimento integral do período	93 458	-	-	-	-	62 334	-	30 121	1 003
Interesses que não controlam (nota 49)	137	-	-	-	-	-	-	-	137
Fundo de participação adquirido	(3 577)	-	(3 577)	-	-	-	-	-	-
Outras reservas	(10 482)	-	-	-	-	-	(11 026)	544	-
Saldos em 30 de Junho de 2014	1 726 879	1 500 000	196 423	8 273	255 805	65 620	(25 845)	(285 572)	12 175
Outro rendimento integral:									
Alterações de justo valor (nota 47)	(39 234)	-	-	-	-	(26 016)	(13 218)	-	-
Impostos diferidos relativos a variações patrimoniais registadas por contrapartida de reservas (nota 32)	2 136	-	-	-	-	7 698	-	(5 562)	-
Desvios actuariais no período	(107 550)	-	-	-	-	-	-	(107 550)	-
Resultado do período	(192 589)	-	-	-	-	-	-	(193 162)	573
Total de rendimento integral do período	(337 237)	-	-	-	-	(18 318)	(13 218)	(306 274)	573
Interesses que não controlam (nota 49)	16 161	-	-	-	-	-	-	-	16 161
Distribuição de resultados da Caixa Económica Montepio Geral	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos do Finibanco Angola, S.A.	(2 469)	-	-	-	-	-	-	-	(2 469)
Outras reservas	10 893	-	-	-	-	-	10 277	616	-
Fundo de participação alienado	297	-	297	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	1 414 524	1 500 000	196 720	8 273	255 805	47 302	(28 786)	(591 230)	26 440
Outro rendimento integral:									
Alterações de justo valor (nota 47)	(103 185)	-	-	-	-	(103 185)	-	-	-
Impostos diferidos relativos a variações patrimoniais registadas por contrapartida de reservas (nota 32)	33 644	-	-	-	-	34 126	-	(482)	-
Resultado do período	(29 394)	-	-	-	-	-	-	(28 909)	(485)
Total de rendimento integral do período	(98 935)	-	-	-	-	(69 059)	-	(29 391)	(485)
Emissão de unidades de participação no Fundo de Participação	200 000	-	200 000	-	-	-	-	-	-
Interesses que não controlam (nota 49)	(2 361)	-	-	-	-	-	-	-	(2 361)
Custo financeiro relativo à emissão de valores mobiliários perpétuos	(379)	-	-	-	-	-	-	(379)	-
Outras reservas	(4 112)	-	-	-	-	-	32 374	(36 486)	-
Fundo de participação adquirido	(18 436)	-	(18 436)	-	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de Junho de 2015	1 490 301	1 500 000	378 284	8 273	255 805	(21 757)	3 588	(657 486)	23 594

Caixa Económica Montepio Geral

Demonstração Consolidada do Rendimento Integral
para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2015

(Valores expressos em milhares de Euros)

		30 de Junho de 2015		
	Notas	Total	Detentores de capital institucional e fundo de participação	Interesses que não controlam
Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração dos resultados				
Reservas de justo valor				
Activos financeiros disponíveis para venda	47	(103 185)	(103 185)	-
Impostos	32 e 47	34 126	34 126	-
		(69 059)	(69 059)	-
Itens que não irão ser reclassificados para a demonstração dos resultados				
Impostos diferidos	32	(482)	(482)	-
Custo financeiro relativo à emissão de valores mobiliários perpétuos		(379)	(379)	-
		(861)	(861)	-
Resultado líquido do período		(29 394)	(28 909)	(485)
Total de outro rendimento integral do período		(99 314)	(98 829)	(485)

Caixa Económica Montepio Geral

Demonstração Consolidada do Rendimento Integral
para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2014

(Valores expressos em milhares de Euros)

		30 de Junho de 2014		
	Notas	Total	Detentores de capital institucional e fundo de participação	Interesses que não controlam
Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração dos resultados				
Reservas de justo valor				
Activos financeiros disponíveis para venda	47	84 273	84 273	-
Impostos	32 e 47	(21 939)	(21 939)	-
		<u>62 334</u>	<u>62 334</u>	<u>-</u>
Itens que não irão ser reclassificados para a demonstração dos resultados				
Desvios actuariais do exercício		25 496	25 496	-
Impostos diferidos	32	(1 584)	(1 584)	-
		<u>23 912</u>	<u>23 912</u>	<u>-</u>
Resultado líquido do período		<u>7 212</u>	<u>6 209</u>	<u>1 003</u>
Total de outro rendimento integral do período		<u>93 458</u>	<u>92 455</u>	<u>1 003</u>

Caixa Económica Montepio Geral

Demonstração Consolidada do Rendimento Integral
para o período de três meses compreendido entre 1 de Abril e 30 de Junho de 2015

(Valores expressos em milhares de Euros)

		2º Trimestre 2015		
	Notas	Total	Detentores de capital institucional e fundo de participação	Interesses que não controlam
Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração dos resultados				
Reservas de justo valor				
Activos financeiros disponíveis para venda	47	(98 424)	(98 424)	-
Impostos	32 e 47	28 974	28 974	-
		(69 450)	(69 450)	-
Itens que não irão ser reclassificados para a demonstração dos resultados				
Impostos diferidos	32	(482)	(482)	-
Desvios actuariais do período		(22 500)	(22 500)	-
		(22 982)	(22 982)	-
Resultado líquido do período		(39 085)	(38 669)	(416)
Total de outro rendimento integral do período		(131 517)	(131 101)	(416)

Caixa Económica Montepio Geral

Demonstração Consolidada do Rendimento Integral
para o período de três meses compreendido entre 1 de Abril e 30 de Junho de 2014

(Valores expressos em milhares de Euros)

		2º Trimestre 2014		
	Notas	Total	Detentores de capital institucional e fundo de participação	Interesses que não controlam
Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração dos resultados				
Reservas de justo valor				
Activos financeiros disponíveis para venda	47	(3 802)	(3 802)	-
Impostos	32 e 47	3 332	3 332	-
		(470)	(470)	-
Itens que não irão ser reclassificados para a demonstração dos resultados				
Desvios actuariais do exercício		25 496	25 496	-
Impostos diferidos	32	(808)	(1 584)	-
		24 688	23 912	-
Resultado líquido do período		(36 968)	(37 971)	1 003
Total de outro rendimento integral do período		(12 750)	(14 529)	1 003

Caixa Económica Montepio Geral

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares 30 de Junho de 2015

1 Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

A Caixa Económica Montepio Geral (adiante designada por “CEMG”) é uma instituição de crédito, anexa e detida pelo Montepio Geral – Associação Mutualista, tendo sido constituída em 24 de Março de 1844. Está autorizada a operar no âmbito do disposto no Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, bem como do Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de Maio, que regulamenta a actividade das caixas económicas, estabelecendo algumas restrições à sua actividade. Porém, a CEMG pode realizar operações bancárias mesmo para além das enunciadas nos seus Estatutos, desde que genericamente autorizadas pelo Banco de Portugal, o que na prática se traduz na possibilidade de realizar a universalidade das operações bancárias. As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os resultados das operações da CEMG e de todas as suas subsidiárias (em conjunto “Grupo”) e a participação do Grupo nas associadas para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2015 e 2014.

No decurso do exercício de 2010, o Montepio Geral – Associação Mutualista, accionista único da CEMG, procedeu à aquisição pelo montante de 341.250 milhares de Euros de 100% do capital da Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. através de uma Oferta Pública de Aquisição.

Em 31 de Março de 2011, o Montepio Geral – Associação Mutualista alienou a participação detida na Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. à CEMG. No âmbito da alteração da estrutura do Grupo decorrente desta aquisição, em 4 de Abril de 2011, a CEMG adquiriu um conjunto de activos e passivos do Finibanco, S.A. (excluindo os imóveis propriedade do Finibanco, S.A. e adquiridos por este em resultado de aquisições em reembolso de crédito próprio e os contratos de locação financeira (mobiliária e imobiliária) em que o Finibanco, S.A. é locador financeiro e os elementos do activo imobilizado que suportam materialmente a actividade de locação financeira, bem como todos os passivos e provisões associadas.

A 3 de Setembro de 2013, o Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. alterou a sua designação para Montepio Holding, S.G.P.S., S.A. e a 12 de Julho de 2013, o Finibanco, S.A. alterou a sua designação para Montepio Investimento, S.A.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002 e do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme aprovadas pela União Europeia (UE) a partir do exercício de 2005. As IFRS incluem as normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) bem como as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores. As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração Executivo da CEMG em 20 de Agosto de 2015. As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros arredondados ao milhar mais próximo.

Todas as referências deste documento a quaisquer normativos reportam sempre à respectiva versão vigente.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2015 foram preparadas para efeitos de reconhecimento e mensuração em conformidade com as IFRS aprovadas pela UE e em vigor nessa data, sendo as divulgações apresentadas de acordo com os requisitos definidos pela IAS 34. Estas demonstrações financeiras apresentam também a demonstração de resultados do segundo trimestre de 2015 com os comparativos do segundo trimestre do ano anterior. As demonstrações financeiras do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2015 não incluem toda a informação a divulgar nas demonstrações financeiras anuais completas.

O Grupo adoptou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciaram em ou após 1 de Janeiro de 2014.

As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente a todas as entidades do Grupo, e são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do período anterior, tendo sido introduzida a alteração decorrentes nomeadamente da adopção da norma: IFRIC 21 - Taxas.

IFRIC 21 - Taxas

O IASB emitiu, em 20 de Maio de 2013, esta interpretação com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Esta interpretação foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 634/2014, de 13 de Junho (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após 17 de Junho de 2014).

Esta nova interpretação define taxas (*Levy*) como sendo um desembolso de uma entidade imposto pelo governo de acordo com legislação. Confirma que uma entidade reconhece um passivo pela taxa quando – e apenas quando – o evento específico que desencadeia a mesma, de acordo com a legislação, ocorre.

De acordo com o IAS 8, esta alteração de política é apresentada para efeitos comparativos a partir de 1 de Janeiro de 2014, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 ab).

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos financeiros e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda, excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os activos financeiros e passivos financeiros que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto, quando aplicável. Os outros activos financeiros e passivos financeiros e activos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico. Activos não correntes detidos para venda e grupos detidos para venda (*disposal groups*) são registados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respectivos custos de venda. O passivo sobre obrigações de benefícios definidos é reconhecido ao valor presente dessa obrigação líquido dos activos do fundo.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração Executivo formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade ou

para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos são apresentados na política contabilística descrita na nota 1 aa).

b) Bases de consolidação

A partir de 1 de Janeiro de 2010, o Grupo passou a aplicar a IFRS 3 (revista) para o reconhecimento contabilístico das concentrações de actividades empresariais. As alterações de políticas contabilísticas decorrentes da aplicação da IFRS 3 (revista) são aplicadas prospectivamente.

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os activos, passivos, proveitos e custos da CEMG e das suas subsidiárias (Grupo), e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

Participações financeiras em subsidiárias

Subsidiárias são entidades (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização) controladas pelo Grupo. O Grupo controla uma entidade quando está exposto, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as actividades relevantes dessa entidade (controlo de facto). As demonstrações financeiras das subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas desde a data em que o Grupo adquire o controlo até à data em que o controlo termina.

As perdas acumuladas são atribuídas aos interesses que não controlam nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam negativos.

Numa operação de aquisição por fases/etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de controlo, aquando do cálculo do *goodwill*, a reavaliação de qualquer participação anteriormente adquirida é reconhecida por contrapartida de resultados. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação remanescente é reavaliada ao valor de mercado na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Investimentos financeiros em associadas

Os investimentos financeiros em associadas são consolidados pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. As empresas associadas são entidades nas quais o Grupo tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o Grupo detenha, directa ou indirectamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que o Grupo não possui influência significativa, excepto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por parte do Grupo é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- representação no Conselho de Administração ou órgão de direcção equivalente;
- participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- transacções materiais entre o Grupo e a participada;

- intercâmbio de pessoal de gestão; e
- fornecimento de informação técnica essencial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos da associada contabilizada de acordo com o método da equivalência patrimonial. Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o valor contabilístico da associada, o valor contabilístico deve ser reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, excepto na parcela em que o Grupo incorra numa obrigação legal de assumir essas perdas em nome da associada.

Diferenças de consolidação - Goodwill

As concentrações de actividades empresariais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos activos cedidos e passivos incorridos ou assumidos.

O registo dos custos directamente relacionados com a aquisição de uma subsidiária são directamente imputados a resultados.

O *goodwill* positivo resultante de aquisições é reconhecido como um activo e registado ao custo de aquisição, não sendo sujeito a amortização.

O *goodwill* resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas é definido como a diferença entre o valor do custo de aquisição e o justo valor total ou proporcional dos activos e passivos e passivos contingentes da adquirida, consoante a opção tomada.

Caso o *goodwill* apurado seja negativo este é registado directamente em resultados do período em que a concentração de actividades ocorre.

O valor recuperável do *goodwill* é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período. O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos activos e o valor de mercado deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

O *goodwill* não é corrigido em função da determinação final do valor do preço contingente pago, sendo este impacto reconhecido por contrapartida de resultados, ou capitais próprios, se aplicável.

Aquisição e diluição de interesses que não controlam

A aquisição de interesses que não controlam da qual não resulte uma alteração de controlo sobre uma subsidiária, é contabilizada como uma transacção com accionistas e, como tal, não é reconhecido *goodwill* adicional resultante desta transacção. A diferença entre o custo de aquisição e o justo valor dos interesses que não controlam adquiridos é reconhecida directamente em reservas. De igual forma, os ganhos ou perdas decorrentes de alienações de interesses que controlam, das quais não resulte uma perda de controlo sobre uma subsidiária, são sempre reconhecidos por contrapartida de reservas.

Perda de controlo

Os ganhos ou perdas decorrentes da diluição ou venda de uma parte da participação financeira numa subsidiária, com perda de controlo, são reconhecidos pelo Grupo na demonstração dos resultados.

Nas diluições de interesses que controlam sem perda de controlo, as diferenças entre o valor de aquisição e o justo valor dos interesses que não controlam adquiridos são registadas por contrapartida de reservas.

Investimentos em subsidiárias e associadas residentes no estrangeiro

As demonstrações financeiras das subsidiárias e associadas do Grupo residentes no estrangeiro são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde estas operam ou como a moeda em que as subsidiárias obtêm os seus proveitos ou financiam a sua actividade. Na consolidação, o valor dos activos e passivos, incluindo o *goodwill*, de subsidiárias residentes no estrangeiro é registado pelo seu contravalor em Euros à taxa de câmbio oficial em vigor na data de balanço.

Relativamente às participações expressas em moeda estrangeira em que se aplica o método de consolidação integral e equivalência patrimonial, as diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em Euros da situação patrimonial no início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data de balanço, a que se reportam as contas consolidadas, são relevadas por contrapartida de reservas - diferenças cambiais. As diferenças cambiais resultantes dos instrumentos de cobertura relativamente às participações expressas em moeda estrangeira são diferenças cambiais registadas em capitais próprios em relação àquelas participações financeiras. Sempre que a cobertura não seja totalmente efectiva, a diferença apurada é registada em resultados do período.

Os resultados destas subsidiárias são transpostos pelo seu contravalor em Euros a uma taxa de câmbio aproximada das taxas em vigor na data em que se efectuaram as transacções. As diferenças cambiais resultantes da conversão em Euros dos resultados do período, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração de resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas - diferenças cambiais.

Na alienação de participações financeiras em subsidiárias residentes no estrangeiro para as quais existe perda de controlo, as diferenças cambiais associadas à participação financeira e à respectiva operação de cobertura previamente registadas em reservas são transferidas para resultados, como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

Transacções eliminadas em consolidação

Os saldos e transacções entre empresas do Grupo, bem como os ganhos e perdas não realizados resultantes dessas transacções, são anulados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ganhos e perdas não realizados de transacções com associadas e entidades controladas conjuntamente são eliminados na proporção da participação do Grupo nessas entidades.

c) Crédito a clientes

A rubrica crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Grupo para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efectuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O desreconhecimento destes activos no balanço ocorre nas seguintes situações: (i) os direitos contratuais do Grupo expiram; ou (ii) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transacção, e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva, sendo apresentado em balanço deduzido de perdas por imparidade.

Imparidade

A política do Grupo consiste na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Após o reconhecimento inicial, um crédito ou uma carteira de créditos sobre clientes, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, poderá ser classificada como carteira com imparidade quando existe evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos, e quando estes tenham impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do crédito ou carteira de créditos sobre clientes, que possam ser estimados de forma fiável.

De acordo com a IAS 39 existem dois métodos para o cálculo das perdas por imparidade: (i) análise individual; e (ii) análise colectiva.

(i) Análise individual

A avaliação da existência de perdas por imparidade em termos individuais é determinada através de uma análise da exposição total de crédito caso a caso. Para cada crédito considerado individualmente significativo, o Grupo avalia, em cada data de balanço, a existência de evidência objectiva de imparidade. Na determinação das perdas por imparidade, em termos individuais, são considerados os seguintes factores:

- a exposição total de cada cliente junto do Grupo e a existência de crédito vencido;
- a viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios suficientes para fazer face ao serviço da dívida no futuro;
- a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais associados a cada crédito;
- a deterioração significativa no *rating* do cliente;
- o património do cliente em situações de liquidação ou falência;
- a existência de credores privilegiados; e
- a montante e os prazos de recuperação estimados.

As perdas por imparidade são calculadas através da comparação do valor actual dos fluxos de caixa futuros esperados descontados à taxa de juro efectiva original de cada contrato e o valor contabilístico de cada crédito, sendo as perdas registadas por contrapartida de resultados. O valor contabilístico dos créditos com imparidade é apresentado no balanço líquido das perdas por imparidade. Para os créditos com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de juro efectiva anual, aplicável no período em que foi determinada a imparidade.

Os créditos em que não seja identificada uma evidência objectiva de imparidade são agrupados em carteiras com características de risco de crédito semelhantes, as quais são avaliadas colectivamente.

(ii) Análise colectiva

As perdas por imparidade baseadas na análise colectiva podem ser calculadas através de duas perspectivas:

- Para grupos homogéneos de créditos não considerados individualmente significativos; ou
- Em relação a perdas incorridas mas não identificadas ('IBNR') em créditos para os quais não existe evidência objectiva de imparidade (ver parágrafo (i) anterior).

As perdas por imparidade em termos colectivos são determinadas considerando os seguintes aspectos:

- Experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante;
- Conhecimento das actuais envolventes económica e creditícia e da sua influência sobre o nível das perdas históricas; e
- Período estimado entre a ocorrência da perda e a sua identificação.

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Grupo de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

Os créditos para os quais não foi identificada evidência objectiva de imparidade são agrupados tendo por base características de risco semelhantes com o objectivo de determinar as perdas por imparidade em termos colectivos. Esta análise permite ao Grupo o reconhecimento de perdas cuja identificação, em termos individuais, só ocorrerá em períodos futuros.

Em conformidade com a Carta Circular n.º 15/2009 do Banco de Portugal, a anulação contabilística dos créditos é efectuada quando não existem perspectivas realistas de recuperação dos créditos, numa perspectiva económica, e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

d) Instrumentos financeiros

(i) Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente

1) Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

1a) Activos financeiros detidos para negociação

Os activos e passivos financeiros adquiridos ou emitidos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou acções, os que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e para os quais exista evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado (excepto no caso de um derivado classificado como de cobertura), são classificados como de negociação. Os dividendos associados a acções destas carteiras são registados em Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados.

Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos em margem financeira.

Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica activos financeiros detidos para negociação, sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

1b) Outros activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados (Fair Value Option)

O Grupo adoptou o *Fair Value Option* para algumas emissões próprias, operações de mercado monetário e depósitos a prazo que contêm derivados embutidos ou com derivados de cobertura associados.

As variações de risco de crédito do Grupo associadas a passivos financeiros em *Fair Value Option* encontram-se divulgadas na nota da rubrica Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados.

A designação de outros activos ou passivos financeiros ao justo valor através de resultados (*Fair Value Option*) pode ser realizada desde que se verifique pelo menos um dos seguintes requisitos:

- os activos e passivos financeiros são geridos, avaliados e reportados internamente ao seu justo valor;
- a designação elimina ou reduz significativamente o *mismatch* contabilístico das transacções; e
- os activos ou passivos financeiros contêm derivados embutidos que alteram significativamente os fluxos de caixa dos contratos originais (*host contracts*).

Os activos e passivos financeiros ao *Fair Value Option* são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transacções reconhecidos em resultados no momento inicial, com as variações subsequentes de justo valor reconhecidas em resultados. A periodificação dos juros e do prémio/desconto (quando aplicável) é reconhecida na margem financeira com base na taxa de juro efectiva de cada transacção, assim como a periodificação dos juros dos derivados associados a instrumentos financeiros classificados nesta categoria.

2) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda detidos com o objectivo de serem mantidos pelo Grupo, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou acções, são classificados como disponíveis para venda, excepto se forem classificados numa outra categoria de activos financeiros. Os activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transacções e posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no justo valor são registadas por contrapartida de reservas de justo valor até ao momento em que são vendidos ou até ao reconhecimento de perdas de imparidade, caso em que passam a ser reconhecidos em resultados. Na alienação dos activos financeiros disponíveis para venda, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos em reservas de justo valor são reconhecidos na rubrica “Resultados de activos financeiros disponíveis para venda” da demonstração dos resultados. Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos com base na taxa de juro efectiva em margem financeira, incluindo um prémio ou desconto, quando aplicável. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao recebimento.

3) Investimentos detidos até à maturidade

Nesta categoria são reconhecidos activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais o Grupo tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de activos financeiros. Estes activos financeiros são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de

juro efectiva e reconhecido em margem financeira. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados quando identificadas.

Qualquer reclassificação ou venda de activos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, ou caso não esteja enquadrada nas excepções previstas pelas normas, obrigará o Grupo a reclassificar integralmente esta carteira para activos financeiros disponíveis para venda e ficará durante dois anos impossibilitado de classificar qualquer activo financeiro nesta categoria.

4) Crédito a clientes - Crédito titulado

Os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em mercado e que o Grupo não tenha a intenção de venda imediata, nem num futuro próximo, podem ser classificados nesta categoria.

O Grupo apresenta nesta categoria para além do crédito concedido, papel comercial. Os activos financeiros aqui reconhecidos são inicialmente registados ao seu justo valor e subsequentemente ao custo amortizado líquido de imparidade. Os custos de transacção associados fazem parte da taxa de juro efectiva destes instrumentos financeiros. Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efectiva são reconhecidos em margem financeira.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados quando identificadas.

5) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são todos os passivos financeiros que não se encontram registados na categoria de passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Esta categoria inclui tomadas em mercado monetário, depósitos de clientes e de outras instituições financeiras, dívida emitida, entre outros.

Estes passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado. Os custos de transacção associados fazem parte da taxa de juro efectiva. Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efectiva são reconhecidos em margem financeira.

As mais e menos valias apuradas no momento da recompra de outros passivos financeiros são reconhecidas em Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados no momento em que ocorrem.

(ii) Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade. Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade. De acordo com as políticas do Grupo, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de um ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo do custo de aquisição.

Se for identificada imparidade num activo financeiro disponível para venda, a perda acumulada (mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, excluindo perdas de imparidade anteriormente reconhecidas por contrapartida de resultados) é transferida de reservas de justo valor e reconhecida em resultados. Caso, num período subsequente, o justo valor dos

instrumentos de dívida classificados como activos financeiros disponíveis para venda aumente e esse aumento possa ser objectivamente associado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade em resultados, a perda por imparidade é revertida por contrapartida de resultados. A recuperação das perdas de imparidade reconhecidas em instrumentos de capital classificados como activos financeiros disponíveis para venda é registada como mais-valia em reservas de justo valor quando ocorre (não existindo reversão por contrapartida de resultados).

(iii) Derivados embutidos

Os derivados embutidos em instrumentos financeiros são tratados separadamente sempre que os riscos e benefícios económicos do derivado não estão relacionados com os do instrumento principal (*host contract*), desde que o instrumento híbrido (conjunto) não esteja, à partida, reconhecido ao justo valor através de resultados. Os derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações de justo valor subsequentes registadas em resultados do período e apresentadas na carteira de derivados de negociação.

e) Contabilidade de cobertura

(i) Contabilidade de cobertura

O Grupo designa derivados e outros instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro e risco cambial resultantes de actividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para contabilidade de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor e os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo Grupo. Uma relação de cobertura existe quando:

- à data de início da relação existe documentação formal da cobertura;
- se espera que a cobertura seja altamente efectiva;
- a efectividade da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- a cobertura é avaliada numa base contínua e efectivamente determinada como sendo altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro; e
- em relação à cobertura de uma transacção prevista, esta é altamente provável e apresenta uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afectar os resultados.

Quando um instrumento financeiro derivado é utilizado para cobrir variações cambiais de elementos monetários activos ou passivos, não é aplicado qualquer modelo de contabilidade de cobertura. Qualquer ganho ou perda associado ao derivado é reconhecido em resultados do período, assim como as variações do risco cambial dos elementos monetários subjacentes.

(ii) Cobertura de justo valor

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do activo, passivo ou grupo de activos e passivos a cobrir no que diz respeito ao risco coberto. Se a relação de cobertura deixa de cumprir com os requisitos da contabilidade de cobertura, os ganhos ou perdas acumulados pelas variações do risco de taxa de juro associado ao item de cobertura até à data da descontinuação da cobertura são amortizados por resultados pelo período remanescente do item coberto.

(iii) Cobertura de fluxos de caixa

As variações de justo valor dos derivados, que se qualificam para coberturas de fluxos de caixa, são reconhecidas em capitais próprios - reservas de fluxos de caixa na parte efectiva das relações de cobertura. As variações de justo valor da parcela inefectiva das relações de cobertura são reconhecidas por contrapartida de resultados, no momento em que ocorrem.

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para resultados nos períodos em que o item coberto afecta resultados.

No caso de uma cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa, quando o instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos de contabilidade de cobertura, ou a relação de cobertura é revogada, a relação de cobertura é descontinuada prospectivamente. Desta forma, as variações de justo valor do derivado acumuladas em capitais próprios até à data da descontinuação da cobertura podem ser:

- diferidas pelo prazo remanescente do instrumento coberto; ou
- reconhecidas de imediato em resultados do período, no caso de o instrumento coberto se ter extinguido.

No caso da descontinuação de uma relação de cobertura de uma transacção futura, as variações de justo valor do derivado registadas em capitais próprios mantêm-se aí reconhecidas até que a transacção futura seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transacção ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados.

(iv) Efectividade de cobertura

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal de acordo com a IAS 39, deve ser demonstrada a sua efectividade. Assim, o Grupo executa testes prospectivos na data de início da relação de cobertura, quando aplicável, e testes retrospectivos de modo a demonstrar em cada data de balanço a efectividade das relações de cobertura, mostrando que as alterações no justo valor do instrumento de cobertura são cobertas por alterações no item coberto no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefectividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

(v) Cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira

A cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira é contabilizada de forma similar à cobertura de fluxos de caixa. Os ganhos e perdas cambiais resultantes do instrumento de cobertura são reconhecidos em capitais próprios na parte efectiva da relação de cobertura. A parte inefectiva é reconhecida em resultados do período. Os ganhos e perdas cambiais acumulados relativos ao investimento e à respectiva operação de cobertura registados em capitais próprios são transferidos para resultados do período no momento da venda da entidade estrangeira, como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

f) Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

Em Outubro de 2008, o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira instrumentos financeiros de Activos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de Activos financeiros disponíveis para venda, Crédito a clientes - Crédito titulado ou para

Investimentos detidos até à maturidade (*Held-to-maturity*), desde que sejam verificados os requisitos enunciados na norma para o efeito, nomeadamente:

- Se um activo financeiro, na data da reclassificação, apresentar características de um instrumento de dívida para o qual não exista mercado activo; ou
- Quando se verificar algum evento que é não usual e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, esse evento puder ser considerado uma circunstância rara.

O Grupo adoptou esta possibilidade para um conjunto de activos financeiros.

As transferências de activos financeiros reconhecidas na categoria de Activos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Crédito a clientes - Crédito titulado e Investimentos detidos até à maturidade são permitidas em determinadas circunstâncias específicas.

São proibidas as transferências de e para outros Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados (*Fair Value Option*).

g) Desreconhecimento

O Grupo desreconhece activos financeiros quando expiram todos os direitos aos fluxos de caixa futuros. Numa transferência de activos, o desreconhecimento apenas pode ocorrer quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos financeiros foram transferidos ou o Grupo não mantém controlo dos mesmos.

O Grupo procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

h) Instrumentos de capital

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro a terceiros, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos de transacção directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito ao seu recebimento é estabelecido e deduzidos ao capital próprio.

i) Empréstimo de títulos e transacções com acordo de recompra

(i) Empréstimo de títulos

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo de títulos continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística da categoria a que pertencem. O montante recebido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um passivo financeiro. Os títulos obtidos através de acordos de empréstimo de títulos não são reconhecidos patrimonialmente. O montante cedido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um débito para com clientes ou

instituições financeiras. Os proveitos ou custos resultantes de empréstimo de títulos são periodificados durante o período das operações e são incluídos em juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares (margem financeira).

(ii) Acordos de recompra

O Grupo realiza compras/vendas de títulos com acordo de revenda/recompra de títulos substancialmente idênticos numa data futura a um preço previamente definido. Os títulos adquiridos que estiverem sujeitos a acordos de revenda numa data futura não são reconhecidos em balanço. Os montantes pagos são reconhecidos em crédito a clientes ou aplicações em instituições de crédito. Os valores a receber são colateralizados pelos títulos associados. Os títulos vendidos através de acordos de recompra continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística da categoria a que pertencem. Os recebimentos da venda de investimentos são considerados como depósitos de clientes ou de outras instituições de crédito.

A diferença entre as condições de compra/venda e as de revenda/recompra é periodificada durante o período das operações e é registada em juros e rendimentos similares e juros e encargos similares.

j) Activos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas

Os activos não correntes, grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um activo não corrente) e operações descontinuadas são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos activos e passivos e os activos ou grupos de activos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O Grupo também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como activos não correntes detidos para venda, a mensuração de todos os activos não correntes e todos os activos e passivos incluídos num grupo de activos para venda é efectuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua reclassificação, estes activos ou grupos de activos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

As operações descontinuadas e as subsidiárias adquiridas exclusivamente com o objectivo de venda no curto prazo são consolidadas até ao momento da sua venda.

O Grupo classifica igualmente em activos não correntes detidos para venda os imóveis detidos por recuperação de crédito, que se encontram mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor líquido de custos de venda e o valor contabilístico do crédito existente na data em que foi efectuada a dação ou arrematação judicial do bem.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efectuadas pelo Grupo.

A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido dos custos de venda, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do período.

k) Locação financeira

Na óptica do locatário os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Na óptica do locador os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira. As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital. O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

I) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares (margem financeira), pelo método da taxa de juro efectiva. Os juros à taxa efectiva de activos financeiros disponíveis para venda também são reconhecidos em margem financeira assim como dos activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efectiva, o Grupo procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção, excepto para activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada para desconto de fluxos de caixa futuros na mensuração da perda por imparidade.

Especificamente no que diz respeito à política de registo dos juros de crédito vencido são considerados os seguintes aspectos:

- Os juros de créditos vencidos com garantias reais até que seja atingido o limite de cobertura prudentemente avaliado são registados por contrapartida de resultados de acordo com a IAS 18 no pressuposto de que existe uma razoável probabilidade da sua recuperação; e
- Os juros já reconhecidos e não pagos relativos a crédito vencido há mais de 90 dias que não estejam cobertos por garantia real são anulados, sendo os mesmos apenas reconhecidos quando recebidos por se considerar, no âmbito da IAS 18, que a sua recuperação é remota.

Para os instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles que forem classificados como instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juro não é autonomizada das alterações no seu justo valor, sendo classificada como Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados. Para derivados de cobertura do risco de taxa de juro e associados a activos financeiros ou passivos financeiros reconhecidos na categoria de *Fair Value Option*, a

componente de juro é reconhecida em juros e rendimentos similares ou em juros e encargos similares (margem financeira).

m) Resultados de operações financeiras (Resultados em activos financeiros disponíveis para venda e Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados)

O Resultado de operações financeiras reflecte os ganhos e perdas dos activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, isto é, variações de justo valor e juros de derivados de negociação e de derivados embutidos, assim como os dividendos recebidos associados a estas carteiras. Inclui igualmente, mais ou menos valias das alienações de activos financeiros disponíveis para venda e de investimentos detidos até à maturidade. As variações de justo valor dos derivados afectos a carteiras de cobertura e dos itens cobertos, quando aplicável a cobertura de justo valor, também aqui são reconhecidas.

n) Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões

Os proveitos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam; ou
- quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído; e

Quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro, os proveitos resultantes de serviços e comissões são registados na margem financeira.

o) Actividades fiduciárias

Os activos detidos no âmbito de actividades fiduciárias não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. Os resultados obtidos com serviços e comissões provenientes destas actividades são reconhecidos na demonstração dos resultados no período em que ocorrem.

p) Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	<u>Número de anos</u>
Imóveis de serviço próprio	50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Outras imobilizações	4 a 10

Sempre que exista uma indicação de que um activo fixo tangível possa ter imparidade, é efectuada uma estimativa do seu valor recuperável, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido desse activo exceda o valor recuperável.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se espera vir a obter com o uso continuado do activo e da sua alienação no final da vida útil.

As perdas por imparidade de activos fixos tangíveis são reconhecidas em resultados do período.

q) Propriedades de investimento

Os imóveis detidos pelos fundos de investimento consolidados pelo Grupo são reconhecidos como propriedades de investimento, dado que estes imóveis têm como objectivo a valorização do capital a longo prazo e não a venda a curto prazo, nem são destinados à venda no curso ordinário do negócio nem para sua utilização.

Estes investimentos são inicialmente reconhecidos ao custo de aquisição, incluindo os custos de transacção, e subsequentemente são reavaliados ao justo valor. O justo valor da propriedade de investimento deve reflectir as condições de mercado à data do balanço. As variações de justo valor são reconhecidas em resultados do período na rubrica de Outros resultados de exploração.

Os avaliadores responsáveis pela valorização do património estão devidamente certificados para o efeito, encontrando-se inscritos na CMVM.

r) Activos intangíveis

Software

O Grupo regista em activos intangíveis os custos associados ao *software* adquirido a entidades terceiras e procede à sua amortização linear pelo período de vida útil estimado entre 3 e 6 anos. O Grupo não capitaliza custos gerados internamente relativos ao desenvolvimento de *software*.

s) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

t) Offsetting

Os activos e passivos financeiros são compensados e reconhecidos pelo seu valor líquido em balanço quando o Grupo tem um direito legal de compensar os valores reconhecidos e as transacções podem ser liquidadas pelo seu valor líquido.

u) Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao custo histórico são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor é determinado e reconhecido por contrapartida de resultados, com excepção daqueles reconhecidos em activos financeiros disponíveis para venda, cuja diferença é registada por contrapartida de capitais próprios.

v) Benefícios dos empregados

Pensões

Decorrente da assinatura do Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) e subsequentes alterações decorrentes dos 3 acordos tripartidos, o Grupo constituiu um fundo de pensões tendo em vista assegurar a cobertura das responsabilidades assumidas para com pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência, benefícios de saúde e subsídio de morte.

A cobertura das responsabilidades é assegurada através do fundo de pensões geridos pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

O plano de pensões existente no Grupo corresponde a um plano de benefícios definidos, uma vez que define os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma são calculadas anualmente, em 31 de Dezembro de cada ano, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, sendo sujeitas a uma revisão anual por actuários independentes. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a emissões de obrigações de empresas de alta qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

O proveito/custo de juros com o plano de pensões é calculado pelo Grupo multiplicando o activo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos activos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma e atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento esperado dos activos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas actuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos actuariais utilizados e os valores efectivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos actuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos activos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

O Grupo reconhece na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no exercício. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

O Grupo efectua pagamentos aos fundos de forma a assegurar a solvência dos mesmos, sendo os níveis mínimos fixados pelo Banco de Portugal como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

Anualmente, o Grupo avalia, para cada plano, a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

Benefícios de saúde

Aos trabalhadores bancários é assegurada pelo Grupo a assistência médica através de um Serviço de Assistência Médico-Social. O Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS – constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respectivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo do Grupo, a verba correspondente a 6,50% do total das retribuições efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações do Grupo com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões. Estes benefícios estão cobertos pelo Fundo de Pensões que passou a integrar todas as responsabilidades com pensões e benefícios de saúde.

Prémios de antiguidade

No âmbito do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, o Grupo assumiu o compromisso de pagar aos seus trabalhadores, quando estes completam 15, 25 e 30 anos ao serviço do Grupo, prémios de antiguidade de valor correspondente a uma, duas ou três vezes, respectivamente, o salário mensal recebido à data de pagamento destes prémios.

À data da passagem à situação de invalidez ou invalidez presumível, o trabalhador tem direito a um prémio por antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Os prémios de antiguidade são contabilizados pelo Grupo de acordo com a IAS 19, como outros benefícios de longo prazo a empregados.

O valor das responsabilidades do Grupo com estes prémios por antiguidade é estimado anualmente, à data do balanço, pelo Grupo com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. Os pressupostos actuariais utilizados baseiam-se em expectativas de futuros aumentos salariais e tábuas de mortalidade. A taxa de desconto utilizada neste cálculo foi determinada com base na mesma metodologia descrita nas pensões de reforma.

Em cada exercício, o aumento da responsabilidade com prémios por antiguidade, incluindo ganhos e perdas actuariais e custos de serviços passados, é reconhecido em resultados.

Remunerações variáveis aos empregados e órgãos de administração (bónus)

De acordo com a IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros, prémios e outras) atribuídas aos empregados e aos membros dos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

w) Impostos sobre lucros

Até 31 de Dezembro de 2011, a CEMG encontrava-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas ('IRC'), nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 10º do Código do IRC, tendo tal isenção sido reconhecida por Despacho de 3 de Dezembro de 1993, do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e confirmada pela Lei n.º 10-B/96, de 23 de Março, que aprovou o Orçamento do Estado para 1996.

Com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2012, a CEMG passa a estar sujeita ao regime estabelecido no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC). Adicionalmente são registados impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de IRC sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor que se apura relativamente ao rendimento tributável do exercício, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção do *goodwill*, não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

O Grupo procede, conforme estabelecido na IAS 12, parágrafo 74, à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os activos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e activos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os activos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou activos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

x) Relato por segmentos

O Grupo adoptou o IFRS 8 – Segmentos Operacionais para efeitos de divulgação da informação financeira por segmentos operacionais. Um segmento de negócio é uma componente do Grupo: (i) que desenvolve actividades de negócio de que pode obter réditos ou gastos; (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais do Grupo para efeitos de tomada de decisões sobre imputação de recursos ao segmento e avaliação do seu desempenho; e (iii) relativamente ao qual esteja disponível informação financeira distinta.

O Grupo controla a sua actividade através dos seguintes segmentos operacionais principais: (i) Operacionais: Banca de Retalho, Banca de Empresas e Outros Segmentos, e (ii) Geográficos: Portugal e Área Internacional (Angola, Cabo Verde e Moçambique).

y) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

A mensuração das provisões tem em conta os princípios definidos na IAS 37 no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das acções em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo. Nos casos em que o efeito do desconto é material, provisões correspondentes ao valor actual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por contrapartida de resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

z) Prestação do serviço de mediação de seguros ou de resseguros

A CEMG é uma entidade autorizada pelo Instituto de Seguros de Portugal para a prática da actividade de mediação de seguros, na categoria de Mediador de Seguros Ligado, de acordo com o Artigo 8º, alínea a), subalínea i), do Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de Julho, desenvolvendo a actividade de intermediação de seguros nos ramos vida e não vida.

No âmbito dos serviços de mediação de seguros a CEMG efectua a venda de contratos de seguros. Como remuneração pelos serviços prestados de mediação de seguros, a CEMG recebe comissões de mediação de contratos de seguros, as quais estão definidas em acordos/protocolos estabelecidos entre a CEMG e as Seguradoras.

As comissões recebidas pelos serviços de mediação de seguros têm a seguinte tipologia:

- comissões que incluem uma componente fixa e uma componente variável. A componente fixa é calculada pela aplicação de uma taxa pré-determinada sobre o valor das subscrições efectuadas pela CEMG e a componente variável é calculada mensalmente segundo critérios pré-estabelecidos, sendo a comissão total anual igual à soma das comissões calculadas mensalmente; e
- comissões por participação nos resultados de seguros, as quais são apuradas anualmente e pagas pela Seguradora no início do ano seguinte (até 31 de Janeiro) àquele a que respeitam.

As comissões recebidas pelos serviços de mediação de seguros são reconhecidas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo que as comissões cujo pagamento ocorre em momento diferente do exercício a que respeita são objecto de registo como valor a receber numa rubrica de Outros activos por contrapartida da rubrica Rendimentos de serviços e comissões – Por serviços de mediação de seguros.

O Grupo não efectua a cobrança de prémios de seguro por conta das Seguradoras, nem efectua a movimentação de fundos relativos a contratos de seguros. Desta forma, não há qualquer outro activo e passivo, rendimento ou encargo a reportar, relativo à actividade de mediação de seguros exercida pela CEMG, para além dos já divulgados.

aa) Estimativas contabilísticas na aplicação das políticas contabilísticas

As IFRS estabelecem um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que o Conselho de Administração Executivo utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são analisados nos parágrafos seguintes, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação.

Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adoptado pelo Conselho de Administração Executivo, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento distinto fosse escolhido. O Conselho de Administração Executivo considera que os critérios adoptados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Grupo avalia, entre outros factores, a volatilidade normal dos preços dos activos financeiros. De acordo com as políticas do Grupo, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de um ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados consolidados do Grupo.

Perdas por imparidade em créditos a clientes

O Grupo efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 c).

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a probabilidade de incumprimento, as notações de risco, o valor dos colaterais associado a cada operação, as taxas de recuperação e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados consolidados do Grupo.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na sua ausência é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo poderiam originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Investimentos detidos até à maturidade

O Grupo classifica os seus activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas como investimentos detidos até à maturidade, de acordo com os requisitos da IAS 39. Esta classificação requer um nível de julgamento significativo.

No julgamento efectuado, o Grupo avalia a sua intenção e capacidade de deter estes investimentos até à maturidade. Caso o Grupo não detenha estes investimentos até à maturidade, excepto em circunstâncias específicas – por exemplo, alienar uma parte não significativa perto da maturidade – é requerida a reclassificação de toda a carteira para activos financeiros disponíveis para venda, com a sua consequente mensuração ao justo valor e não ao custo amortizado.

Os activos detidos até à maturidade são objecto de teste sobre a existência de imparidade, o qual segue uma análise e decisão do Grupo. A utilização de metodologias e pressupostos diferentes dos usados nos cálculos efectuados poderia ter impactos diferentes em resultados.

Entidades incluídas no perímetro de consolidação

Para determinação das entidades a incluir no perímetro de consolidação, o Grupo avalia em que medida está exposto, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre essa entidade (controlo de facto).

A decisão de que uma entidade tem que ser consolidada pelo Grupo requer a utilização de julgamento, pressupostos e estimativas para determinar em que medida o Grupo está exposto à variabilidade do retorno e à capacidade de se apoderar dos mesmos através do seu poder.

Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente, com impacto directo nos resultados consolidados.

Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efectuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

A Autoridade Tributária e Aduaneira Portuguesa têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Grupo e pelas suas subsidiárias residentes durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que hajam correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal, que pela sua probabilidade, o Conselho de Administração Executivo considera que não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios dos empregados

A determinação das responsabilidades pelo pagamento de pensões requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Imparidade do Goodwill

O valor recuperável do *goodwill* registado no activo do Grupo é revisto anualmente independentemente da existência de sinais de imparidade.

Para o efeito, o valor de balanço das entidades do Grupo para as quais se encontra reconhecido no activo o respectivo *goodwill*, é comparado com o seu valor recuperável. É reconhecida uma perda por imparidade associada ao *goodwill* quando o valor recuperável da entidade a ser testada é inferior ao seu valor de balanço.

Na ausência de um valor de mercado disponível, o mesmo é calculado com base em técnicas de valores descontados usando uma taxa de desconto que considera o risco associado à unidade a ser testada. A determinação dos fluxos de caixa futuros a descontar e da taxa de desconto a utilizar envolve julgamento.

ab) Impacto da alteração da política contabilística associada ao reconhecimento de taxas

Para efeitos de preparação das demonstrações financeiras intercalares consolidadas com referência a 30 de Junho de 2015, o Grupo aplicou pela primeira vez a IFRIC 21 – Taxas, a qual esclarece o momento em que se deve reconhecer uma responsabilidade por taxas/ impostos devidos a entidades governamentais, definindo a data em que ocorre o evento que gera a obrigação como o momento em que se deve reconhecer a responsabilidade de pagamento de uma taxa/imposto.

A alteração, em 2015, do momento de reconhecimento de algumas taxas, em particular as contribuições sobre o sector bancário, para o fundo de garantia depósitos e para o fundo de resolução, determinou a necessidade de reexpressar, para efeitos comparativos, os valores referentes ao primeiro semestre de 2014, de forma a incluir o mesmo critério de reconhecimento destas taxas em ambos os períodos,

O impacto desta reexpressão nas demonstrações financeiras do primeiro semestre de 2014 traduziu-se na relevação na rubrica Outros resultados de exploração um custo no montante de 6.426 milhares de Euros (ver nota 10), e na rubrica Impostos sobre lucros um crédito de 764 milhares de Euros (ver nota 32).

A adopção desta Interpretação não altera os valores apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas anuais, afectando apenas os montantes relevados nas demonstrações financeiras consolidadas intercalares, pelo que, consequentemente, o Balanço Consolidado de 31 de Dezembro de 2014 não foi reexpresso.

2 Margem financeira e resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda

As IFRS em vigor exigem a divulgação desagregada da margem financeira, dos resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda, conforme apresentado nas notas 3, 6 e 7. Uma actividade de negócio específica pode gerar impactos quer na rubrica de resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e em activos financeiros disponíveis para venda, quer nas rubricas da margem financeira, pelo que o requisito de divulgação, tal como apresentado, não evidencia a contribuição das diferentes actividades de negócio para a margem financeira e para os resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda.

A análise conjunta destas rubricas é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Jun 2014
Margem Financeira	126 022	160 576
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	11 199	508
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	83 418	275 067
	220 639	436 151

3 Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Jun 2014
Juros e rendimentos similares		
Juros de crédito a clientes	251 834	289 476
Juros de depósitos e outras aplicações	4 150	2 047
Juros de títulos disponíveis para venda	35 291	107 321
Juros de activos financeiros detidos para negociação	45 729	53 312
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	50
Juros de investimentos detidos até à maturidade	4 507	2 615
Juros de derivados de cobertura	87	418
Outros juros e rendimentos similares	7 431	8 032
	349 029	463 271
Juros e encargos similares		
Juros de recursos de clientes	124 417	163 802
Juros de recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	9 578	5 693
Juros de títulos emitidos	36 306	44 441
Juros de outros passivos subordinados	3 996	3 284
Juros de passivos financeiros associados a outros activos transferidos	112	29 063
Juros de passivos financeiros detidos para negociação	45 727	54 115
Juros de derivados de cobertura	346	632
Outros juros e encargos similares	2 525	1 665
	223 007	302 695
Margem Financeira	126 022	160 576

As rubricas Juros de crédito e Outros juros e encargos similares incluem o montante positivo de 11.805 milhares de Euros e o montante negativo de 2.469 milhares de Euros (30 de Junho de 2014: montante positivo de 12.369 milhares de Euros e montante negativo de 1.665 milhares de Euros), respectivamente, relativo a comissões e outros custos/proveitos contabilizados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 I).

A rubrica Juros e encargos similares – Juros de recursos de clientes inclui o efeito da contabilização de juros de depósitos a prazo com taxas crescentes, no montante negativo de 5.900 milhares de Euros (30 de Junho de 2014: montante negativo de 4.293 milhares de Euros).

4 Rendimentos de instrumentos de capital

Esta rubrica inclui dividendos e rendimentos de unidades de participação recebidos durante o período, relativos à carteira de activos financeiros disponíveis para venda.

5 Resultados de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Jun 2014
Rendimentos de serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados	17 775	20 536
Por operações realizadas por conta de terceiros	10 839	10 394
Por compromissos assumidos perante terceiros	1 345	2 160
Por garantias prestadas	4 065	4 798
Por serviços de mediação de seguros	3 507	3 712
Outros rendimentos de serviços e comissões	28 129	27 635
	65 660	69 235
Encargos com serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros	10 206	15 526
Por compromissos assumidos por terceiros	3	-
Por operações realizadas com títulos	273	283
Outros encargos com serviços e comissões	5 982	1 708
	16 464	17 517
Resultados líquidos de serviços e comissões	49 196	51 718

Em 30 de Junho de 2015 e 2014, as remunerações decorrentes da prestação do serviço de mediação ou de resseguros têm a seguinte composição:

		(milhares de Euros)	
		Jun 2015	Jun 2014
Ramo Vida			
Habitação		577	584
Consumo		668	625
Outros		778	819
		<u>2 023</u>	<u>2 028</u>
Ramo Não Vida			
Habitação		898	1 011
Consumo		19	69
Outros		567	604
		<u>1 484</u>	<u>1 684</u>
		<u>3 507</u>	<u>3 712</u>

As remunerações por serviços de mediação de seguros foram recebidas integralmente em numerário e a totalidade das comissões resultaram da intermediação de seguros da Lusitania, Companhia de Seguros, S.A. e Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A..

6 Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Euros)						
	Jun 2015			Jun 2014		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Activos e passivos detidos para negociação						
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	9 955	14 109	(4 154)	96	-	96
De outros emissores	68	75	(7)	108	57	51
Acções	8 330	7 013	1 317	1 678	21 831	(20 153)
Unidades de participação	44	48	(4)	-	4 041	(4 041)
	<u>18 397</u>	<u>21 245</u>	<u>(2 848)</u>	<u>1 882</u>	<u>25 929</u>	<u>(24 047)</u>
Instrumentos financeiros derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	48 999	48 314	685	-	36 833	(36 833)
Contratos sobre taxas de juro	93 745	92 932	813	127 268	62 442	64 826
Contratos sobre créditos (CDS)	-	-	-	134	107	27
Contratos de futuros	2 046	2 112	(66)	1 534	3 019	(1 485)
Contratos de opções	10 583	10 661	(78)	7 283	7 313	(30)
Outros	66 617	66 676	(59)	701	692	9
	<u>221 990</u>	<u>220 695</u>	<u>1 295</u>	<u>136 920</u>	<u>110 406</u>	<u>26 514</u>
Crédito e outros valores a receber						
Crédito a clientes	659	573	86	229	69	160
Outros	14 088	6	14 082	-	-	-
	<u>14 747</u>	<u>579</u>	<u>14 168</u>	<u>229</u>	<u>69</u>	<u>160</u>
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De outros emissores	-	-	-	1 216	275	941
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1 216</u>	<u>275</u>	<u>941</u>
Derivados de cobertura						
Contratos sobre taxas de juro	748	333	415	732	801	(69)
	<u>748</u>	<u>333</u>	<u>415</u>	<u>732</u>	<u>801</u>	<u>(69)</u>
Passivos financeiros						
Recursos de outras instituições de crédito	141	61	80	200	871	(671)
Recursos de clientes	352	323	29	3 921	275	3 646
Responsabilidades representadas por títulos	456	1 528	(1 072)	710	2 797	(2 087)
Outros passivos subordinados	447	1 616	(1 169)	-	2 146	(2 146)
	<u>1 396</u>	<u>3 528</u>	<u>(2 132)</u>	<u>4 831</u>	<u>6 089</u>	<u>(1 258)</u>
Outras operações financeiras						
Crédito a clientes	-	543	(543)	-	543	(543)
Outros	866	22	844	806	1 996	(1 190)
	<u>866</u>	<u>565</u>	<u>301</u>	<u>806</u>	<u>2 539</u>	<u>(1 733)</u>
	<u><u>258 144</u></u>	<u><u>246 945</u></u>	<u><u>11 199</u></u>	<u><u>146 616</u></u>	<u><u>146 108</u></u>	<u><u>508</u></u>

A rubrica Passivos Financeiros inclui as variações de justo valor associadas à alteração do risco de crédito próprio (*spread*) das operações, no valor de 5.668 milhares de Euros (30 de Junho de 2014: 14.410 milhares de Euros), conforme nota 33, 34, 35 e 38. Assim, a CEMG reconheceu em resultados no período findo em 30 de Junho de 2015, um efeito negativo de 2.591 milhares de Euros (30 de Junho de 2014: 4.171 milhares de Euros, relativo à variação de valor dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, atribuível ao risco de crédito da própria entidade.

De acordo com as políticas contabilísticas seguidas pelo Grupo, os instrumentos financeiros são mensurados, no momento do seu reconhecimento inicial, pelo seu justo valor. Presume-se que o valor de transacção do instrumento corresponde à melhor estimativa do seu justo valor na data do seu reconhecimento inicial. Contudo, em determinadas circunstâncias, o justo valor inicial de um instrumento financeiro, determinado com base em técnicas de avaliação, pode diferir do valor de transacção, nomeadamente pela existência de uma margem de intermediação, dando origem a um *day one profit*.

O Grupo reconhece em resultados os ganhos decorrentes da margem de intermediação (*day one profit*), gerados fundamentalmente na intermediação de produtos financeiros derivados e cambiais, uma vez que o justo valor destes instrumentos, na data do seu reconhecimento inicial e subsequentemente, é determinado apenas com base em variáveis observáveis no mercado e reflecte o acesso do Grupo ao mercado financeiro grossista (*wholesale market*).

7 Resultados de activos financeiros disponíveis para venda

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Euros)						
	Jun 2015			Jun 2014		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Títulos de rendimento fixo						
Obrigações						
De emissores públicos	72 847	1 192	71 655	262 587	333	262 254
De outros emissores	11 181	1 957	9 224	532	875	(343)
Acções	678	75	603	798	2	796
Outros títulos de rendimento variável	1 968	32	1 936	12 370	10	12 360
	<u>86 674</u>	<u>3 256</u>	<u>83 418</u>	<u>276 287</u>	<u>1 220</u>	<u>275 067</u>

A rubrica Títulos de rendimento fixo – Obrigações – De outros emissores públicos inclui o montante de 71.729 milhares de Euros (30 de Junho 2014: 262.147 milhares de Euros), referente às mais e menos valias realizadas na alienação de obrigações do tesouro da dívida pública portuguesa.

8 Resultados de reavaliação cambial

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Euros)						
	Jun 2015			Jun 2014		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Reavaliação cambial	227 636	220 397	7 239	26 301	16 452	9 849

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 u).

9 Resultados de alienação de outros activos

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Jun 2014
Alienação de imóveis	(13 456)	(14 059)
Alienação de crédito a clientes	6 025	-
Outros	(390)	(117)
	<u>(7 821)</u>	<u>(14 176)</u>

A 30 de Junho de 2015, a rubrica Alienação de crédito a clientes, regista a valia realizada com a alienação de créditos a clientes que se encontravam em situação de incumprimento. O montante global bruto dos créditos alienados ascendeu a 94.033 milhares de Euros, conforme nota 22.

A rubrica Alienação de imóveis, é referente aos resultados obtidos na venda de activos não correntes detidos para venda e propriedades de investimento.

10 Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Jun 2014
Outros proveitos de exploração		
Prestação de serviços	23 442	3 174
Proveitos na gestão de contas de depósitos à ordem	4 597	4 225
Reembolso de despesas	4 022	3 670
Proveitos com a cedência de pessoal	2 680	3 522
Recompra de emissões próprias	103	834
Outros	31 018	23 454
	65 862	38 879
Outros custos de exploração		
Contribuição para o sector bancário	10 666	7 778
Recompra de emissões próprias	4 355	18
Impostos	2 852	840
Contribuição para o fundo de resolução	2 278	1 850
Fundo de Garantia de Depósitos	655	3 117
Donativos e Quotizações	495	243
Outros	29 794	31 989
	51 095	45 835
Outros resultados líquidos de exploração	14 767	(6 956)

A 30 de Junho de 2015, a rubrica Outros proveitos de exploração – Prestação de serviços inclui o montante de 20.000 milhares de Euros, referente ao custo estimado com a prestação de serviços efectuada pelo Grupo ao Montepio Geral Associação Mutualista, conforme nota 33.

A 30 de Junho de 2015, a rubrica Outros proveitos de exploração – Proveitos com a cedência de pessoal inclui o montante de 1.714 milhares de Euros (30 de Junho de 2014: 2.898 milhares de Euros) relativo à cedência de pessoal efectuada pelo Grupo ao Montepio Geral Associação Mutualista.

Em 30 de Junho de 2015 e 2014, o resultado de Recompra de emissões próprias é apurado de acordo com o definido na política contabilística descrita na nota 1 d) e refere-se à recompra de *Euro Medium Term Notes* e obrigações de caixa.

Em 30 de Junho de 2015, a rubrica Outros proveitos de exploração – Outros, inclui o montante de 8.642 milhares de Euros (30 de Junho de 2014: 8.877 milhares de Euros), referente à renda de imóveis classificados como propriedades de investimento.

A contribuição específica sobre o sector Bancário é estimada de acordo com o disposto na Lei n.º 55-A/2010. A determinação do montante a pagar incide sobre: (i) o passivo médio anual apurado em balanço deduzido dos fundos próprios de base (*Tier 1*) e dos fundos próprios complementares (*Tier 2*) e os depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos; e (ii) o valor nominal dos instrumentos financeiros derivados.

A rubrica Contribuição para o fundo de resolução corresponde às contribuições obrigatórias para o Fundo, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 24/2013. Estas contribuições são calculadas de acordo com uma taxa específica definida anualmente e aplicada sobre os passivos das instituições, com excepção das provisões, reavaliação de instrumentos financeiros derivados, proveitos diferidos e passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização.

Com a adopção da IFRIC 21, conforme definido na política contabilística descrita na nota 1 ab), os valores das contribuições para o sector bancário e para o fundo de resolução correspondem ao valor total pago em cada exercício.

A rubrica Outros custos de exploração – Impostos inclui o montante de 23 milhares de Euros (30 de Junho de 2014: 373 milhares de Euros), relativo ao pagamento do Imposto Municipal de Transacções ('IMT'). A 30 de Junho de 2015, a rubrica Outros custos de exploração – Outros, inclui o montante de 13.806 milhares de Euros (30 de Junho de 2014: 5.127 milhares de Euros), referente ao reconhecimento de menos valias potenciais associadas à reavaliação dos imóveis detidos como propriedades de investimento.

11 Custos com pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Jun 2014
Remunerações	74 401	69 535
Encargos sociais obrigatórios	18 865	18 699
Encargos com fundo de pensões	6 153	4 388
Outros custos	2 420	2 660
	<u>101 839</u>	<u>95 282</u>

Em 30 de Junho de 2015 e 2014, a rubrica Encargos com fundo de pensões refere-se ao custo dos serviços correntes relativos ao primeiro semestre.

Adicionalmente, em 30 de Junho de 2014, a rubrica Encargos com fundo de pensões inclui o montante de 344 milhares de Euros relativo ao custo com os colaboradores reformados antecipadamente.

12 Gastos gerais administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Jun 2014
Rendas e alugueres	14 217	14 143
Serviços especializados		
Informática	5 415	5 500
Trabalho independente	1 254	1 019
Outros serviços especializados	12 365	10 629
Comunicações e expedição	4 123	4 564
Conservação e reparação	3 378	2 581
Publicidade e publicações	3 115	4 511
Água, energia e combustíveis	2 570	2 380
Seguros	1 524	1 444
Deslocações, estadias e despesas de representação	1 321	1 229
Transportes	1 250	1 409
Material de consumo corrente	803	970
Formação	201	141
Outros gastos administrativos	6 221	3 984
	<u>57 757</u>	<u>54 504</u>

A rubrica Rendas e alugueres inclui o montante de 12.853 milhares de Euros (30 de Junho de 2014: 13.112 milhares de Euros) correspondente a rendas pagas sobre imóveis utilizados pelo Grupo na condição de arrendatário.

A rubrica Outros gastos administrativos inclui, entre outros, serviços especializados com segurança e vigilância, informações e fornecimentos externos diversos.

13 Amortizações do período

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Jun 2014
Activos intangíveis		
Software	7 316	6 623
Outros activos tangíveis		
Imóveis	2 235	1 921
Equipamento		
Equipamento Informático	2 324	2 680
Instalações interiores	792	818
Mobiliário e material	459	423
Equipamento de transporte	351	188
Equipamento de segurança	203	493
Activos em locação operacional	71	2 201
Máquinas e ferramentas	41	13
Outros activos tangíveis	54	68
	6 530	8 805
	13 846	15 428

14 Imparidade do crédito

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Jun 2014
Aplicações em instituições de crédito		
Dotação do período	1 140	60
Reversão do período	(524)	(503)
	616	(443)
Crédito a clientes		
Dotação do período líquida de reversões	153 348	273 094
Recuperação de crédito e de juros	(2 678)	(7 298)
	150 670	265 796
	151 286	265 353

A rubrica Crédito a clientes regista igualmente a estimativa de perdas incorridas determinadas de acordo com a avaliação da evidência objectiva de imparidade, conforme referida na política contabilística descrita na nota 1 c).

15 Imparidade de outros activos financeiros

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Euros)	
	<u>Jun 2015</u>	<u>Jun 2014</u>
Imparidade para activos financeiros disponíveis para venda		
Dotação do período	38 055	34 909
Reversão do período	(27 388)	(9 201)
	<u>10 667</u>	<u>25 708</u>

Em 30 de Junho de 2015, a rubrica Imparidade para activos financeiros disponíveis para venda – Dotação do período inclui o montante de 36 milhares de Euros (30 de Junho de 2014: 1.279 milhares de Euros) referentes a imparidade reconhecida para unidades de participação em Fundos Especializados de Crédito, adquiridas no âmbito da cedência de créditos a clientes, conforme notas 22, 24 e 58.

Adicionalmente, em 30 de Junho de 2015, a rubrica Imparidade para activos financeiros disponíveis para venda – Dotação do período inclui o montante de 3.115 milhares de Euros, referentes a imparidade reconhecida para unidades de participação em Fundos de Investimento Imobiliário, conforme referido na nota 24.

Esta rubrica inclui ainda, a 30 de Junho de 2015, o montante de 2.338 milhares de Euros (30 de Junho de 2014: 419 milhares de Euros) relativo à imparidade adicional reconhecida, referente a títulos de dívida grega conforme referido nas notas 24 e 57 e o montante de 1.144 milhares de Euros, referentes à imparidade constituída sobre as obrigações de Classe B, adquiridas no âmbito da operação de venda de créditos conforme nota 22 e 24.

16 Imparidade de outros activos

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Jun 2014
Imparidade para activos não correntes detidos para venda		
Dotação do período líquida de reversões	7 792	(869)
Imparidade para outros activos		
Dotação do período	12 816	4 417
Reversão do período	(12 191)	(451)
	625	3 966
	8 417	3 097

17 Outras provisões

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Jun 2014
Provisões para outros riscos e encargos		
Dotação do período	1 636	273
Reversão do período	(6 862)	(1 525)
	(5 226)	(1 252)

18 Resultados por equivalência patrimonial

Os contributos na rubrica de rendimento de participações financeiras consolidadas pelo método de apropriação por equivalência patrimonial são analisados como segue:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Jun 2014
Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A.	(4 013)	361
Iberpartners Cafés, S.G.P.S., S.A.	17	(9)
HTA - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	(120)	(144)
	(4 116)	208

19 Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Dez 2014
Caixa	186 492	189 348
Depósitos em bancos centrais		
Banco de Portugal	89 580	31 079
Outros bancos centrais	83 987	64 386
	360 059	284 813

A rubrica Depósitos em bancos centrais inclui o saldo junto dos Bancos Centrais dos países em que o Grupo opera, com vista a satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de caixa, calculadas com base no montante dos depósitos e outras responsabilidades efectivas. O regime de constituição de reservas de caixa, de acordo com as directrizes do Sistema Europeu de Bancos Centrais da Zona Euro obriga à manutenção de um saldo em depósito junto do Banco Central, equivalente a 1% sobre o montante médio dos depósitos e outras responsabilidades, ao longo de cada período de constituição de reservas.

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, a taxa de remuneração média destes depósitos no Banco de Portugal ascendia a 0,05%. Os depósitos em Outros bancos centrais não são remunerados.

20 Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Dez 2014
Em instituições de crédito no país	170 072	160 244
Em instituições de crédito no estrangeiro	13 194	18 812
Valores a cobrar	38 996	37 987
	<u>222 262</u>	<u>217 043</u>

A rubrica Valores a cobrar diz respeito a cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito e que se encontram em cobrança.

21 Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Dez 2014
Aplicações sobre instituições de crédito no país		
Depósitos	1 076	1 076
Empréstimos	1	48
Operações de compra com acordo de revenda	30 190	-
Aplicações de muito curto prazo	27 500	96 473
Outras aplicações	6 380	10 126
	65 147	107 723
Aplicações sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	7 008	19 653
Empréstimos	3 197	1 284
Operações de compra com acordo de revenda	168 431	15 621
Aplicações de muito curto prazo	1 560	286 883
Aplicações subordinadas	209	271
Outras aplicações	103 741	115 040
	284 146	438 752
	349 293	546 475
Imparidade para riscos de crédito sobre aplicações em instituições de crédito	(929)	(313)
	348 364	546 162

As principais aplicações em instituições de crédito no país, em 30 de Junho de 2015, vencem juros à taxa média anual de 0,14% (31 de Dezembro de 2014: 0,08%).

As aplicações em instituições de crédito no estrangeiro vencem juros às taxas dos mercados internacionais onde o Grupo opera.

No âmbito das operações de instrumentos financeiros derivados com contrapartes institucionais, e de acordo com o definido nos respectivos contratos, o Grupo detém o montante de 74.882 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 103.263 milhares de Euros) de aplicações em instituições de crédito dadas como colateral das referidas operações.

Os movimentos ocorridos no exercício de imparidade para riscos de crédito sobre aplicações em instituições de crédito, são analisados como segue:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Jun 2014
Saldo em 1 de Janeiro	313	810
Dotação do período	1 140	60
Reversão do período	(524)	(503)
Saldo em 30 de Junho	<u>929</u>	<u>367</u>

22 Crédito a clientes

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Dez 2014
Crédito interno		
A empresas		
Empréstimo	2 648 426	2 635 216
Créditos em conta corrente	939 857	1 072 130
Papel comercial	537 745	627 348
Locação financeira	494 433	487 088
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	115 696	111 241
<i>Factoring</i>	82 890	87 998
Descobertos em depósitos à ordem	27 537	68 131
Outros créditos	1 056 011	1 099 673
A particulares		
Habitação	7 587 168	7 763 579
Locação financeira	72 739	75 312
Consumo e outros créditos	1 076 709	1 108 171
	14 639 211	15 135 887
Crédito ao exterior		
A empresas	298 356	282 834
A particulares	18 416	40 764
	14 955 983	15 459 485
Correcção de valor de activos que sejam objecto de operações de cobertura		
Outros créditos	3 656	4 113
Crédito e juros vencidos		
Menos de 90 dias	188 100	134 300
Mais de 90 dias	1 218 026	1 014 197
	1 406 126	1 148 497
	16 365 765	16 612 095
Imparidade para riscos de crédito	(1 445 610)	(1 385 872)
	14 920 155	15 226 223

Em 30 de Junho de 2015, a rubrica Crédito a clientes inclui créditos afectos à emissão de obrigações hipotecárias, realizadas pelo Grupo de 2.723.689 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 2.711.971 milhares de Euros), conforme nota 37.

Em Março de 2015, o Grupo procedeu à venda de 3 carteiras de crédito ao consumo e crédito automóvel que se encontrava em incumprimento a uma sociedade de titularização de créditos (“Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.”). Estas 3 carteiras apresentavam um valor bruto de 94.033 milhares de Euros: (i) 14.254 milhares de Euros na rubrica de Crédito a cliente; (ii) 39.229 milhares de Euros registados na rubrica de Activos financeiros disponíveis para negociação (nota 23) e (iii) 40.550 milhares de Euros registados fora de balanço.

Considerando a natureza desta operação o Conselho de Administração Executivo procedeu à sua análise e enquadramento contabilístico, nomeadamente à luz dos requisitos definidos no Aviso n.º 7/2007, do Banco de Portugal, por força do disposto na alínea c), do n.º 4, da Instrução n.º 7/2008, do Banco de Portugal, para transferência do risco de crédito numa operação de titularização, nomeadamente:

- As posições em risco encontram-se fora do controlo do cedente e dos seus credores, nomeadamente em caso de insolvência; e
- O cedente não mantém um controlo efectivo, directo ou indirecto, sobre as posições em risco transferidas.

Uma vez efectuada esta cessão, o Grupo não se encontra obrigado a recomprar qualquer daqueles créditos, não havendo, igualmente, qualquer direito de recurso sobre o Grupo em caso de incumprimento das obrigações de pagamento por parte dos devedores dos créditos cedidos, em cumprimento do disposto do n.º 6, do artigo 4.º da Lei de Titularização de Créditos, uma vez que não foi prestada por parte do Grupo qualquer garantia da solvência dos devedores em causa.

Por outro lado, no contrato, apenas foi acolhida a possibilidade de amortização antecipada de posições residuais quando se encontre por amortizar um valor igual ou inferior a 10% dos valores mobiliários titularizados da Classe A (*Principal Amount Outstanding of the Class A Notes on the Closing Date*), ou seja 1.430 milhões de euros, e no caso de alterações fiscais com impacto, inter alia, no emitente, nos créditos cedidos ou nos valores mobiliários titularizados e em cumprimento do disposto no artigo 45.º da Lei de Titularização de Créditos.

No concerne, aos valores mobiliários de Classe B, o Grupo reterá a totalidade desta tranche, no montante de 1,144 milhões de euros com maior grau de subordinação para cumprimento do disposto no Aviso n.º 9/2010, do Banco de Portugal e nos artigos 405 a 410 do Regulamento (UE) n.º 648/2012, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de Julho de 2012. Adicionalmente, considerando que a operação de titularização tem reservas de caixa, cujas obrigações foram compradas pelo Grupo, foi constituída uma provisão para perdas por imparidade de 100% sobre o montante despendido, 1.144 milhões de euros, conforme nota 15 e 24.

Face às características do contrato celebrado, a alienação de créditos realizada no âmbito da operação de titularização constituiu, uma venda efectiva e completa, com a separação plena dos créditos objecto da cessão de património do Grupo e consequente integração no património da Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

O montante das carteiras de créditos alienado encontrava-se registado no balanço por 6.702 milhares de euros tendo sido registada uma mais valia no montante de 6.025 milhões de Euros, conforme nota 9.

Em Dezembro de 2014, o Grupo procedeu a venda à SilverEquation, Unipessoal, Lda., S.A. (“SilverEquation”) de uma carteira de créditos em situação de incumprimento. Esta venda implicou a

transferência de todos os riscos e benefícios da referida carteira, incluindo o direito sobre as garantias constituídas em colateral de empréstimos/créditos. Considerando a natureza desta operação o Conselho de Administração Executivo procedeu à sua análise e enquadramento contabilístico, nomeadamente à luz das regras de desreconhecimento da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, em particular as expressas nos parágrafos AG 36 e seguintes desta norma. Esta análise teve por base a verificação dos seguintes aspectos principais:

- Transferência integral dos direitos aos fluxos de caixa futuros do activo;
- Existência ou não de acerto de preço (“preço contingente”);
- Existência ou não de direito de regresso dos créditos;
- Verificação da autonomia do Cessionário (*autopilot*); e
- Eventual controlo ou influência por parte da CEMG sobre a SilverEquation.

Face às características do contrato celebrado entre o Grupo e a SilverEquation, e cujas características permitiram ao Conselho de Administração Executivo concluir que por via da venda dos créditos, o Grupo eliminou a sua exposição à variabilidade resultante do montante e *timing* dos *cash flows* associados à carteira de crédito objecto da venda. Nessa base, concluiu que foram transferidos os riscos e os benefícios associados à carteira de crédito cedida, pelo que, a 31 de Dezembro de 2014, foram desreconhecidos de balanço créditos no montante de 398.100 milhares de Euros e registada uma valia no montante de menos 37.712 milhares de Euros.

Conforme referido nas notas 15, 24 e 58, o Grupo realizou operações de cedência de créditos a clientes para Fundos Especializados de Crédito. A 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, o montante global dos créditos alienados ascendeu a 71.207 milhares de Euros.

A 30 de Junho de 2015, encontra-se por liquidar por parte da SilverEquation, o montante de 139.176 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 139.176 milhares de Euros) relativos a esta venda, conforme nota 33.

Em 30 de Junho de 2015, o crédito, as garantias e as linhas de crédito irrevogáveis (excluindo transacções interbancárias e do mercado monetário) que o Grupo concedeu ao detentor de capital institucional e a empresas por estes controladas, era de 94.126 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 95.621 milhares de Euros).

O Grupo realizou as seguintes operações, ao abrigo do Programa de Emissão de Obrigações Hipotecárias da CEMG:

- Maio 2013: Emissão de 500.000 milhares de Euros, prazo: 4 anos, uma taxa de juro de Euribor 3M + 0,75%;
- Julho 2012: Reembolso de 655.000 milhares de Euros;
- Junho 2012: Cancelamento de 53.300 milhares de Euros, com um resultado de 1.857 milhares de Euros;
- Novembro 2011: Emissão de 300.000 milhares de Euros, prazo: 5 anos, uma taxa de juro de Euribor 3M + 0,75%;

- Outubro 2011: Cancelamento de 291.700 milhares de Euros, com um resultado de 17.750 milhares de Euros;
- Setembro 2011: Emissão de 550.000 milhares de Euros, prazo: 5 anos, uma taxa de juro de Euribor 3M + 0,75%;
- Novembro 2010: Emissão de 500.000 milhares de Euros, prazo: 5 anos, uma taxa de juro de Euribor 3M + 2,5%;
- Dezembro 2009: Emissão de 150.000 milhares de Euros, prazo: 7 anos, a uma taxa de juro de Euribor 3M + 0,75%; e
- Julho 2009: Emissão de 1.000.000 milhares de Euros, prazo: 3 anos, a uma taxa de juro de 3,25%.

A rubrica Crédito a clientes inclui o efeito de operações de securitização tradicionais, detidas por SPE's sujeitas a consolidação no âmbito da IFRS 10, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 b) e de securitização sintéticas.

A operação de securitização realizada pelo Grupo respeita a créditos hipotecários, créditos ao consumo, *leasing*, ALD e empréstimos a empresas concretizadas através de entidades de finalidade especial (SPE's). Conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 b), quando a substância da relação com tais entidades indicia que o Grupo exerce controlo sobre as suas actividades, estas SPE's são consolidadas pelo método integral. Assim, em 30 de Junho de 2015, o valor do crédito a clientes (líquido de imparidade), inclui o montante de 181.090 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 191.970 milhares de Euros), referente a operações de securitização em que, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 b), são consolidados no Grupo pelo método integral, conforme referido na nota 54.

Em 30 de Junho de 2015, o Crédito a clientes incluía cerca de 4.170.710 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 3.219.099 milhares de Euros) relativo a créditos que foram objecto de securitização e, que de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 g), não foram objecto de desreconhecimento.

A rubrica Créditos a clientes inclui os seguintes montantes relativos a operações de securitização, detalhados por tipo de operação:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Dez 2014
Crédito hipotecário	2 853 848	2 927 601
Crédito ao consumo	382 849	291 409
Empréstimo a empresas	934 013	89
	4 170 710	3 219 099

Na rubrica Correção de valores de activos que sejam objecto de operações de cobertura está registado o justo valor da parte da carteira coberta. Esta valorização é registada por contrapartida de resultados de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 e). O Grupo realiza periodicamente testes de efectividade das relações de cobertura existentes.

O justo valor da carteira de crédito a clientes encontra-se apresentado na nota 51.

A rubrica Crédito a clientes corresponde na sua maioria a contratos de crédito a taxa variável.

A análise da rubrica Crédito a clientes, por prazos de maturidade e por tipo de cliente, para o período findo em 30 de Junho de 2015, é a seguinte:

(milhares de Euros)

	Crédito a clientes				
	A mais de 5				Total
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	anos	Indeterminado	
Crédito com garantias reais	469 368	1 020 747	9 766 606	786 701	12 043 422
Crédito com outras garantias	883 625	334 549	381 020	343 788	1 942 982
Crédito em locação	17 485	291 693	257 994	50 098	617 270
Papel comercial	537 745	-	-	63 927	601 672
Outros créditos	434 593	188 375	375 839	161 612	1 160 419
	2 342 816	1 835 364	10 781 459	1 406 126	16 365 765

A análise da rubrica Crédito a clientes, por prazos de maturidade e por tipo de crédito, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, é a seguinte:

(milhares de Euros)

	Crédito a clientes				
	A mais de 5				Total
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	anos	Indeterminado	
Crédito com garantias reais	473 687	1 168 163	9 781 530	633 646	12 057 026
Crédito com outras garantias	684 273	74 941	640 545	298 141	1 697 900
Crédito em locação	18 352	218 190	325 858	49 759	612 159
Papel comercial	627 348	-	-	-	627 348
Outros créditos	762 194	255 572	432 945	166 951	1 617 662
	2 565 854	1 716 866	11 180 878	1 148 497	16 612 095

O crédito vincendo em locação, em 30 de Junho de 2015, em termos de prazos residuais é apresentado como segue:

(milhares de Euros)

	Crédito em locação			
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	A mais de 5 anos	Total
Rendas vincendas	75 684	291 453	184 442	551 579
Juros Vincendos	(16 579)	(54 069)	(42 331)	(112 979)
Valores residuais	11 307	61 065	56 200	128 572
	<u>70 412</u>	<u>298 449</u>	<u>198 311</u>	<u>567 172</u>

O crédito vincendo em locação, em 31 de Dezembro de 2014, em termos de prazos residuais é apresentado como segue:

(milhares de Euros)

	Crédito em locação			
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	A mais de 5 anos	Total
Rendas vincendas	90 000	271 761	191 130	552 891
Juros Vincendos	(17 645)	(43 151)	(34 619)	(95 415)
Valores residuais	12 104	50 125	42 695	104 924
	<u>84 459</u>	<u>278 735</u>	<u>199 206</u>	<u>562 400</u>

Em relação à locação operacional, o Grupo não apresenta contratos relevantes como Locador.

A análise da rubrica Crédito e juros vencidos, por tipo de crédito, é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2015	Dez 2014
Crédito com garantias reais	786 701	633 646
Crédito com outras garantias	343 788	298 141
Crédito em locação	50 098	49 759
Papel comercial	63 927	-
Outros créditos	161 612	166 951
	<u>1 406 126</u>	<u>1 148 497</u>

A análise do Crédito e juros vencidos, por tipo de crédito, é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	<u>Jun 2015</u>	<u>Dez 2014</u>
Empresas		
Construção/Produção	303 114	267 505
Investimento	385 354	276 859
Tesouraria	460 354	353 667
Outras finalidades	21 486	27 726
Particulares		
Habitação	71 511	69 354
Crédito ao consumo	49 064	45 457
Outras finalidades	69 232	53 181
Sector Público Administrativo	583	456
Outros Segmentos	45 428	54 292
	<u>1 406 126</u>	<u>1 148 497</u>

Os movimentos por imparidade para riscos de crédito são analisados como segue:

	(milhares de Euros)	
	<u>Jun 2015</u>	<u>Jun 2014</u>
Saldo em 1 de Janeiro	1 385 872	1 051 526
Dotação do período líquida de reversões	151 286	273 094
Utilização de imparidade	(91 548)	(18 586)
Transferências	-	7 525
Saldo em 30 de Junho	<u>1 445 610</u>	<u>1 313 559</u>

Se o valor de uma perda por imparidade decresce num período subsequente à sua contabilização e essa diminuição pode ser relacionada objectivamente com um evento que tenha ocorrido após o reconhecimento dessa perda, a imparidade em excesso é anulada por contrapartida de resultados.

Em conformidade com a política do Grupo, os juros sobre crédito vencido há mais de 90 dias, que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

A imparidade para riscos de crédito, por tipo de crédito, é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Dez 2014
Crédito com garantias reais	816 041	795 564
Crédito com outras garantias	338 470	350 715
Papel comercial	94 963	73 886
Crédito sem garantias	166 136	165 707
	1 415 610	1 385 872

Em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1 c), a anulação contabilística dos créditos é efectuada quando não existem perspectivas fiáveis de recuperação dos créditos e para os créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade, quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

A anulação de crédito por utilização da respectiva imparidade, analisada por tipo de crédito, é a seguinte:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Jun 2014
Crédito com garantias reais	25 588	5 830
Crédito com outras garantias	12 719	3 411
Crédito sem garantias	53 241	9 345
	91 548	18 586

A análise da recuperação de créditos e juros, efectuada no período entre 1 de Janeiro e 30 de Junho de 2015 e 2014 ascendeu ao montante de 2.678 milhares de Euros e 7.298 milhares de Euros, respectivamente, relacionada com a recuperação de crédito com garantias reais, conforme mencionado na nota 14.

O Grupo utiliza colaterais físicos e colaterais financeiros como instrumentos de mitigação do risco de crédito. Os colaterais físicos correspondem maioritariamente a hipotecas sobre imóveis residenciais no âmbito de operações de crédito à habitação e hipotecas sobre outros tipos de imóveis no âmbito de outros tipos de operações de crédito. De forma a reflectir o valor de mercado dos mesmos, estes colaterais são revistos regularmente com base em avaliações efectuadas por entidades avaliadoras certificadas e independentes ou através da utilização de coeficientes de reavaliação que reflectem a tendência de evolução do mercado para o tipo de imóvel e a área geográfica respectiva. Os colaterais financeiros são reavaliados com base nos valores de mercado dos respectivos activos, quando disponíveis, sendo aplicados determinados coeficientes de desvalorização de forma a reflectir a sua volatilidade.

Em 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, o detalhe da imparidade determinada de acordo com a nota política contabilística descrita na nota 1 c), é apresentado como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2015					
	Imparidade calculada em base individual		Imparidade calculada em base <i>portfólio</i>		Total	
	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Crédito líquido de imparidade
Crédito a empresas	5 324 208	892 338	3 014 490	341 335	8 338 698	1 233 673
Crédito a particulares – Habitação	18 880	2 096	7 637 793	104 202	7 656 673	106 298
Crédito a particulares – Outros	80 709	22 686	826 850	82 953	907 559	105 639
	<u>5 423 797</u>	<u>917 120</u>	<u>11 479 133</u>	<u>528 490</u>	<u>16 902 930</u>	<u>1 445 610</u>
						<u>15 457 320</u>

(milhares de Euros)

	Dez 2014					
	Imparidade calculada em base individual		Imparidade calculada em base <i>portfólio</i>		Total	
	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Crédito líquido de imparidade
Crédito a empresas	5 375 331	848 851	2 985 454	326 952	8 360 785	1 175 803
Crédito a particulares – Habitação	19 095	2 407	7 812 919	100 797	7 832 014	103 204
Crédito a particulares – Outros	91 428	18 734	862 215	88 131	953 643	106 865
	<u>5 485 854</u>	<u>869 992</u>	<u>11 660 588</u>	<u>515 880</u>	<u>17 146 442</u>	<u>1 385 872</u>
						<u>15 760 570</u>

A carteira de crédito do Grupo, que inclui para além do crédito a clientes, as garantias e os avales prestados, dividida entre crédito com imparidade e sem imparidade, é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2015	Dez 2014
Crédito total	<u>16 902 930</u>	<u>17 146 442</u>
Individualmente significativos		
Valor bruto	5 423 797	5 485 854
Imparidade	(917 120)	(869 992)
Valor líquido	<u>4 506 677</u>	<u>4 615 862</u>
Análise colectiva		
Crédito com sinais de imparidade		
Valor bruto	2 163 036	2 165 706
Imparidade	(496 589)	(485 922)
Valor líquido	<u>1 666 447</u>	<u>1 679 784</u>
Crédito sem sinais de imparidade	9 316 097	9 494 882
Imparidade (IBNR)	(31 901)	(29 958)
Valor líquido	<u>15 457 320</u>	<u>15 760 570</u>

A rubrica Crédito total inclui o crédito directo concedido a clientes e o crédito indirecto, registado na rubrica de Garantias e outros compromissos (conforme nota 50), no montante de 537.165 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 534.347 milhares de Euros).

A análise do justo valor dos colaterais associados à carteira de crédito sobre clientes é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Dez 2014
Crédito com imparidade:		
Individualmente significativos:		
Títulos e outros activos financeiros	345 435	365 418
Imóveis residenciais (Crédito à habitação)	105 165	102 566
Outros imóveis (Construção civil)	2 646 613	2 795 126
Outras garantias	420 902	399 753
	3 518 115	3 662 863
Análise paramétrica:		
Títulos e outros activos financeiros	49 771	56 897
Imóveis residenciais (Crédito à habitação)	1 689 388	1 795 475
Outros imóveis (Construção civil)	517 508	625 995
Outras garantias	39 532	56 357
	2 296 199	2 534 724
Crédito sem imparidade:		
Títulos e outros activos financeiros	513 547	491 558
Imóveis residenciais (Crédito à habitação)	12 912 869	13 280 989
Outros imóveis (Construção civil)	807 391	851 571
Outras garantias	290 646	611 296
	14 524 453	15 235 414
	20 338 767	21 433 001

O Grupo utiliza colaterais físicos e colaterais financeiros como instrumentos de mitigação do risco de crédito. Os colaterais físicos correspondem maioritariamente a hipotecas sobre imóveis residenciais no âmbito de operações de crédito à habitação e hipotecas sobre outros tipos de imóveis no âmbito de outros tipos de operações de crédito. De forma a reflectir o valor de mercado dos mesmos, estes colaterais são revistos regularmente com base em avaliações efectuadas por entidades avaliadoras certificadas e independentes ou através da utilização de coeficientes de reavaliação que reflectem a tendência de evolução do mercado para o tipo de imóvel e a área geográfica respectiva. Os colaterais financeiros são reavaliados com base nos valores de mercado dos respectivos activos, quando disponíveis, sendo aplicados determinados coeficientes de desvalorização de forma a reflectir a sua volatilidade.

Tendo em conta o actual momento dos mercados imobiliário e financeiro, o Grupo continuou a negociar, ao longo do primeiro semestre de 2015, o reforço de colaterais físicos e financeiros com os seus clientes.

A carteira de crédito a clientes inclui contratos que resultaram de uma reestruturação formal com os clientes e consequente constituição de novo financiamento em substituição dos anteriores. A reestruturação pode resultar de um reforço de garantias e/ou liquidação de parte do crédito e implicar uma prorrogação de vencimentos ou alteração de taxa de juro. A análise dos créditos reestruturados, por tipo de crédito, é a seguinte:

(milhares de Euros)

	Jun 2015		Dez 2014	
	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade
Empresas				
Construção/Produção	270 127	91 716	297 705	88 376
Investimento	748 934	239 603	715 435	195 855
Tesouraria	146 323	53 616	151 089	49 658
Outras finalidades	65	5	65	11
Particulares	-	-	-	-
Habitação	327 216	23 093	346 580	19 257
Crédito ao consumo	15 253	3 610	17 383	3 537
Outras finalidades	80 784	10 885	85 145	12 717
Sector Público Administrativo	1 417	50	42	1
Outros Segmentos	70 605	32 125	70 502	31 828
	<u>1 660 724</u>	<u>454 703</u>	<u>1 683 946</u>	<u>401 240</u>

As exposições de crédito por segmento e a imparidade constituída a 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, são apresentadas como segue:

(milhares de Euros)

Segmento	Exposição Jun 2015					Imparidade Jun 2015		
	Exposição total	Crédito em cumprimento	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Corporate	5 799 780	4 896 224	145 547	903 557	314 555	651 773	191 971	459 802
Construção e CRE	2 538 918	1 366 646	235 876	1 172 272	540 653	581 900	89 871	492 029
Habitação	7 656 673	7 281 073	241 651	375 600	123 265	106 298	15 354	90 944
Particulares - Outros	907 559	749 195	30 785	158 364	28 394	105 639	25 225	80 414
	<u>16 902 930</u>	<u>14 293 138</u>	<u>653 859</u>	<u>2 609 793</u>	<u>1 006 867</u>	<u>1 445 610</u>	<u>322 421</u>	<u>1 123 189</u>

(milhares de Euros)

Segmento	Exposição Dez 2014					Imparidade Dez 2014		
	Exposição total	Crédito em cumprimento	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Corporate	5 774 440	4 998 966	197 609	775 474	234 900	613 707	227 462	386 245
Construção e CRE	2 586 345	1 508 077	333 721	1 078 268	488 189	562 096	121 409	440 687
Habitação	7 832 014	7 456 896	275 984	375 118	110 954	103 204	16 822	86 382
Particulares - Outros	953 643	793 320	35 773	160 323	29 104	106 865	24 263	82 602
	<u>17 146 442</u>	<u>14 757 259</u>	<u>843 087</u>	<u>2 389 183</u>	<u>863 147</u>	<u>1 385 872</u>	<u>389 956</u>	<u>995 916</u>

Caixa Económica Montepio Geral
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Junho de 2015

(milhares de Euros)

Segmento	Exposição total Jun 15						Imparidade total Jun 15				
	Exposição total Dez 2014	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento		Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento		
		Sem indícios	Dias de atraso <30 Com indícios	Sub-total	Dias de atraso <= 90*	Dias de atraso > 90 dias	Imparidade total Dez 14	Dias de atraso < 30	Dias de atraso entre 30 - 90	Dias de atraso <= 90*	Dias de atraso > 90 dias
<i>Corporate</i>	5 799 780	4 138 354	599 791	4 738 145	241 778	661 779	651 773	136 329	55 642	110 436	349 366
Construção e CRE	2 538 918	832 917	410 883	1 243 806	337 148	835 124	581 900	56 337	33 534	116 692	375 337
Habituação	7 656 673	6 557 784	630 959	7 188 743	27 380	348 220	106 298	11 553	3 801	4 007	86 937
Particulares - Outros	907 559	594 064	119 313	713 907	6 668	151 696	105 639	6 850	18 375	1 749	78 665
	<u>16 902 930</u>	<u>12 123 119</u>	<u>1 760 946</u>	<u>13 884 601</u>	<u>612 974</u>	<u>1 996 819</u>	<u>1 445 610</u>	<u>211 069</u>	<u>111 352</u>	<u>232 884</u>	<u>890 305</u>

Segmento	Exposição total Dez 2014						Imparidade total Dez 2014				
	Exposição total Dez 2014	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento		Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento		
		Sem indícios	Dias de atraso <30 Com indícios	Sub-total	Dias de atraso <= 90*	Dias de atraso > 90 dias	Imparidade total Dez 14	Dias de atraso < 30	Dias de atraso entre 30 - 90	Dias de atraso <= 90*	Dias de atraso > 90 dias
<i>Corporate</i>	5 774 440	4 499 579	593 988	5 093 567	282 382	520 203	613 707	215 838	11 624	98 607	287 638
Construção e CRE	2 586 345	979 418	527 583	1 507 001	368 147	747 816	562 096	112 273	9 135	113 957	326 731
Habituação	7 832 014	6 456 670	648 500	7 105 170	32 807	329 455	103 204	12 143	4 678	5 469	80 914
Particulares - Outros	953 643	611 771	135 937	747 708	13 737	141 092	106 865	21 747	2 516	7 577	75 025
	<u>17 146 442</u>	<u>12 547 438</u>	<u>1 906 008</u>	<u>14 453 446</u>	<u>697 073</u>	<u>1 738 566</u>	<u>1 385 872</u>	<u>362 001</u>	<u>27 953</u>	<u>225 610</u>	<u>770 308</u>

A carteira de crédito por segmento e por ano de produção a 30 de Junho de 2015 é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

Ano de produção	<i>Corporate</i>			Construção e CRE			Particulares - Habituação			Particulares - Outros		
	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
2004 e anteriores	2 721	165 787	30 802	2 078	384 467	166 539	65 950	2 618 607	39 645	43 651	40 179	8 230
2005	867	43 979	9 589	623	128 334	43 451	15 073	888 838	12 640	5 227	12 976	2 058
2006	1 235	65 049	11 216	834	155 567	54 072	17 999	1 076 782	17 158	8 127	47 563	14 234
2007	2 410	154 676	32 950	1 312	229 385	53 412	18 191	1 073 478	17 360	45 929	56 717	15 597
2008	8 573	158 929	40 379	2 747	161 615	32 371	9 535	563 865	8 709	62 546	57 920	10 391
2009	10 895	226 913	45 746	3 668	225 328	59 839	5 305	359 993	4 215	46 524	64 051	11 151
2010	12 284	370 222	76 634	2 433	177 375	37 062	5 492	401 244	3 535	26 050	79 891	14 042
2011	15 617	400 148	61 642	3 510	147 552	30 043	2 144	156 912	1 077	27 357	72 442	10 423
2012	11 767	452 170	56 751	2 312	152 563	23 771	1 457	108 445	835	16 718	62 913	7 249
2013	21 614	896 501	113 285	2 584	258 487	45 895	1 838	142 020	764	24 269	98 377	5 786
2014	30 425	1 431 917	97 593	4 654	341 387	27 841	2 106	162 077	250	35 888	193 107	4 711
	18 597	1 433 489	75 186	3 141	176 858	7 604	1 311	104 412	110	20 480	121 423	1 767
	<u>137 005</u>	<u>5 799 780</u>	<u>651 773</u>	<u>29 896</u>	<u>2 538 918</u>	<u>581 900</u>	<u>146 401</u>	<u>7 656 673</u>	<u>106 298</u>	<u>362 766</u>	<u>907 559</u>	<u>105 639</u>

A carteira de crédito por segmento e por ano de produção a 31 de Dezembro de 2014 é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

Ano de produção	<i>Corporate</i>			Construção e CRE			Particulares - Habituação			Particulares - Outros		
	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
2004 e anteriores	2 890	167 943	29 657	2 156	400 707	164 975	67 290	2 746 589	39 786	45 857	45 442	9 598
2005	964	54 112	9 683	579	132 390	44 156	15 371	917 281	12 437	5 709	14 936	2 335
2006	1 362	86 995	11 401	823	177 329	55 376	18 238	1 107 974	16 471	8 971	51 597	10 421
2007	2 826	168 723	33 924	1 408	244 721	55 550	18 462	1 105 686	16 599	49 595	66 419	14 466
2008	9 183	176 275	39 353	2 780	182 139	36 757	9 673	580 279	7 771	65 284	70 372	13 149
2009	11 602	256 305	45 456	3 825	252 673	58 566	5 387	370 653	3 936	48 414	78 336	14 803
2010	12 885	438 505	70 010	2 593	187 505	38 492	5 577	414 490	3 382	28 769	95 218	14 673
2011	17 837	407 781	57 444	3 890	159 296	27 175	2 181	162 034	913	29 248	88 842	10 576
2012	11 989	494 232	54 037	2 544	177 120	31 674	1 492	112 642	859	17 772	73 054	6 627
2013	22 047	1 056 616	100 094	2 664	267 584	30 573	1 877	146 837	748	25 740	125 604	5 454
2014	37 378	2 466 952	162 648	6 066	404 881	18 802	2 123	167 549	302	37 011	243 823	4 763
	<u>130 963</u>	<u>5 774 440</u>	<u>613 707</u>	<u>29 328</u>	<u>2 586 345</u>	<u>562 096</u>	<u>147 671</u>	<u>7 832 014</u>	<u>103 204</u>	<u>362 370</u>	<u>953 643</u>	<u>106 865</u>

O valor da exposição bruta de crédito e imparidade individual e colectiva por segmento, a 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, é apresentado como segue:

(milhares de Euros)										
Avaliação	Jun 2015									
	Corporate		Construção e CRE		Particulares - Habitação		Particulares - Outros		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
	3 365 418	419 923	1 958 790	472 415	18 880	2 096	80 709	22 686	5 423 797	917 120
	2 434 362	231 850	580 128	109 485	7 637 793	104 202	826 850	82 953	11 479 133	528 490
	5 799 780	651 773	2 538 918	581 900	7 656 673	106 298	907 559	105 639	16 902 930	1 445 610

(milhares de Euros)											
Avaliação	Dez 2014										
	Corporate		Construção e CRE		Particulares - Habitação		Particulares - Outros		Total		
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	
	Individual	3 378 629	392 708	1 996 702	456 143	19 095	2 407	91 428	18 734	5 485 854	869 992
	Colectiva	2 395 811	220 999	589 643	105 953	7 812 919	100 797	862 215	88 131	11 660 588	515 880
	5 774 440	613 707	2 586 345	562 096	7 832 014	103 204	953 643	106 865	17 146 442	1 385 872	

O valor da exposição bruta de crédito e imparidade individual e colectiva por sector de actividade para as empresas, a 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, é apresentado como segue:

(milhares de euros)												
30.06.2015	Construção		Indústrias		Comércio		Actividades imobiliárias		Outras actividades		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação Individual	1 137 338	296 821	577 155	57 193	458 586	57 154	728 391	159 736	2 422 738	321 434	5 324 208	892 338
Colectiva	314 651	73 807	854 896	67 642	819 266	106 641	119 637	13 864	906 040	79 381	3 014 490	341 335
Total	1 451 989	370 628	1 432 051	124 835	1 277 852	163 795	848 028	173 600	3 328 778	400 815	8 338 698	1 233 673
31.12.2014	Construção		Indústrias		Comércio		Actividades imobiliárias		Outras actividades		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação Individual	1 216 112	296 817	591 919	53 739	445 196	54 271	688 247	145 318	2 433 858	298 707	5 375 332	848 852
Colectiva	325 250	70 896	863 470	66 055	813 653	98 960	118 231	14 728	864 849	76 312	2 985 453	326 951
Total	1 541 362	367 713	1 455 389	119 794	1 258 849	153 231	806 478	160 046	3 298 707	375 019	8 360 785	1 175 803

O valor da exposição bruta de crédito e imparidade individual e colectiva por geografia, a 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, é apresentado como segue:

(milhares de Euros)								
Jun 2015								
	Portugal		Angola		Internacional		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação								
Individual	5 423 797	917 120	-	-	-	-	5 423 797	917 120
Colectiva	11 070 593	505 364	370 111	18 047	38 429	5 079	11 479 133	528 490
	<u>16 494 390</u>	<u>1 422 484</u>	<u>370 111</u>	<u>18 047</u>	<u>38 429</u>	<u>5 079</u>	<u>16 902 930</u>	<u>1 445 610</u>
(milhares de Euros)								
Dez 2014								
	Portugal		Angola		Internacional		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação								
Individual	5 485 854	869 992	-	-	-	-	5 485 854	869 992
Colectiva	11 216 913	493 451	410 967	17 836	32 708	4 593	11 660 588	515 880
	<u>16 702 767</u>	<u>1 363 443</u>	<u>410 967</u>	<u>17 836</u>	<u>32 708</u>	<u>4 593</u>	<u>17 146 442</u>	<u>1 385 872</u>

A carteira de crédito reestruturado por medida de reestruturação aplicada, a 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, é apresentado como segue:

(milhares de Euros)									
Jun 15									
Medida	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
Alargamento de prazo	1 132	104 302	4 106	474	71 835	26 910	1 606	176 137	31 016
Período de carência	3 457	399 669	33 674	2 205	708 069	253 872	5 662	1 107 738	287 546
Nova operação c/ liquidação	1 098	47 410	2 021	587	37 842	13 432	1 685	85 252	15 453
Redução da taxa de juro	14	1 045	18	127	15 866	4 595	141	16 911	4 613
Outros	661	101 433	28 216	652	173 255	88 280	1 313	274 688	116 496
	<u>6 362</u>	<u>653 859</u>	<u>68 035</u>	<u>4 045</u>	<u>1 006 867</u>	<u>387 089</u>	<u>10 407</u>	<u>1 660 726</u>	<u>455 124</u>
(milhares de Euros)									
Dez 14									
Medida	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
Alargamento de prazo	1 261	124 409	11 994	447	65 850	11 890	1 708	190 259	23 884
Período de carência	3 990	536 962	64 403	2 064	589 514	185 031	6 054	1 126 476	249 434
Nova operação c/ liquidação	1 225	55 203	2 691	480	24 134	7 907	1 705	79 337	10 598
Redução da taxa de juro	28	4 743	102	131	13 249	4 337	159	17 992	4 439
Outros	712	121 770	31 755	714	170 400	81 129	1 426	292 170	112 884
	<u>7 216</u>	<u>843 087</u>	<u>110 945</u>	<u>3 836</u>	<u>863 147</u>	<u>290 294</u>	<u>11 052</u>	<u>1 706 234</u>	<u>401 239</u>

Os movimentos de entradas e saídas na carteira de crédito reestruturado são apresentados como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 15	Dez 2014
Saldo inicial da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)	1 706 234	1 624 305
Crédito reestruturados no período	103 847	293 593
Juros corridos da carteira reestruturada	1 399	1 203
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	(77 576)	(185 791)
Créditos reclassificados de "reestruturado" para "normal"	(588)	(390)
Outros	(72 590)	(26 686)
Saldo final da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)	1 660 726	1 706 234

O justo valor dos colaterais subjacentes à carteira de crédito dos segmentos de *Corporate*, *Construção e Commercial Real Estate* (CRE) e Habitação, a 30 de Junho de 2015 são apresentados como segue:

(milhares de Euros)

Justo valor	Construção e CRE				Habitação			
	Imóveis		Outros colaterais reais		Imóveis		Outros colaterais reais	
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
< 0,5 M€	5 357	682 153	1 923	77 547	113 492	14 298 507	326	12 582
>= 0,5 M€ e <1M€	361	252 130	52	31 572	364	227 231	1	500
>= 1 M€ e <5M€	405	830 207	34	57 553	33	45 125	1	1 340
>= 5 M€ e <10M€	51	374 007	3	19 115	-	-	-	-
>= 10 M€ e <20M€	35	452 483	1	12 609	-	-	-	-
>= 20 M€ e <50M€	10	307 691	-	-	-	-	-	-
>= 50M€	2	201 334	-	-	-	-	-	-
	6 221	3 100 005	2 013	198 396	113 889	14 570 863	328	14 422

O justo valor dos colaterais subjacentes à carteira de crédito dos segmentos de *Corporate*, *Construção e Commercial Real Estate* (CRE) e Habitação, a 31 de Dezembro de 2014 são apresentados como segue:

(milhares de Euros)

Justo valor	Construção e CRE				Habitação			
	Imóveis		Outros colaterais reais		Imóveis		Outros colaterais reais	
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
< 0,5 M€	5 208	686 595	1 939	79 963	114 236	14 730 677	317	12 532
>= 0,5 M€ e <1M€	401	280 853	49	29 877	406	252 514	1	500
>= 1 M€ e <5M€	487	996 232	38	63 339	37	50 955	1	1 584
>= 5 M€ e <10M€	61	442 890	2	13 690	-	-	-	-
>= 10 M€ e <20M€	36	473 288	1	12 609	-	-	-	-
>= 20 M€ e <50M€	11	326 858	-	-	-	-	-	-
>= 50M€	2	201 334	-	-	-	-	-	-
	6 206	3 408 050	2 029	199 478	114 679	15 034 146	319	14 616

O rácio de LTV dos segmentos de *Corporate*, *Construção e CRE* e *Habitação*, a 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014 é apresentado como segue:

(milhares de Euros)

Jun 15				
Segmento/ Rácio	Número de imóveis	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento	Imparidade
Corporate				
Sem imóvel associado (*)	n.a.	4 099 643	582 536	506 392
< 60%	2 242	303 870	64 976	31 249
>= 60% e < 80%	951	229 023	45 579	17 623
>= 80% e < 100%	989	234 067	117 961	41 416
>= 100%	261	29 621	92 505	55 093
Construção e CRE				
Sem imóvel associado (*)	n.a.	709 128	389 279	213 998
< 60%	2 062	220 776	194 452	82 620
>= 60% e < 80%	968	101 527	171 713	57 440
>= 80% e < 100%	1 897	173 821	152 139	54 483
>= 100%	1 294	161 394	264 689	173 359
Habitação				
Sem imóvel associado (*)	n.a.	612 820	57 835	16 179
< 60%	64 344	2 633 923	49 618	13 146
>= 60% e < 80%	28 426	2 250 525	59 519	16 350
>= 80% e < 100%	18 364	1 636 976	90 117	24 951
>= 100%	2 755	146 829	118 511	35 672

(*) Inclui operações com outro tipo de colaterais associados, nomeadamente colaterais financeiros.

(milhares de Euros)

Dez 14				
Segmento/ Rácio	Número de imóveis	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento	Imparidade
Corporate				
Sem imóvel associado (*)	n.a.	4 252 770	521 698	489 210
< 60%	2 209	299 971	41 334	21 335
>= 60% e < 80%	870	165 167	79 987	15 491
>= 80% e < 100%	950	224 700	45 350	22 238
>= 100%	240	56 358	87 105	65 433
Construção e CRE				
Sem imóvel associado (*)	n.a.	789 393	368 842	205 318
< 60%	2 130	250 275	153 948	74 429
>= 60% e < 80%	994	158 059	140 452	58 304
>= 80% e < 100%	1 858	167 776	168 322	70 363
>= 100%	1 224	142 574	246 704	153 682
Habitação				
Sem imóvel associado (*)	n.a.	641 911	59 393	16 215
< 60%	65 197	2 726 701	55 157	14 079
>= 60% e < 80%	29 630	2 374 375	68 338	18 081
>= 80% e < 100%	17 659	1 601 013	93 567	25 031
>= 100%	2 193	112 896	98 663	29 798

(*) Inclui operações com outro tipo de colaterais associados, nomeadamente colaterais financeiros.

O justo valor e o valor líquido dos imóveis recebidos em dação, por tipo de activo e por antiguidade, a 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, são apresentados como segue:

(milhares de euros)

Activo	Jun 2015		
	Número de imóveis	Justo valor do activo	Valor contabilístico
Terreno	1 711	301 324	284 801
Urbano	1 506	232 484	221 751
Rural	205	68 840	63 050
Edifícios em desenvolvimento	523	128 713	118 845
Comerciais	40	4 339	3 012
Habitação	483	124 374	115 833
Outros	-	-	-
Edifícios construídos	3 973	498 894	449 930
Comerciais	1 011	144 394	126 002
Habitação	2 943	348 308	318 241
Outros	19	6 192	5 687
Outros	-	-	-
Total	6 207	928 931	853 576

Activo	Dez 2014		
	Número de imóveis	Justo valor do activo	Valor contabilístico
Terreno	1 605	309 119	258 009
Urbano	1 351	243 732	219 929
Rural	254	65 387	58 080
Edifícios em desenvolvimento	569	134 798	125 016
Comerciais	88	7 635	6 571
Habitação	468	126 983	118 267
Outros	13	180	178
Edifícios construídos	3 584	440 664	396 714
Comerciais	921	139 361	121 685
Habitação	2 151	292 554	267 752
Outros	512	8 749	7 277
	5 758	884 581	779 739

O tempo decorrido desde a dação/ execução dos imóveis recebidos em dação, a 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, é apresentado como segue:

(milhares de Euros)					
Jun 2015					
Tempo decorrido desde a dação/ execução	< 1 ano	>= 1 ano e < 2,5 anos	>= 2,5 ano e < 5 anos	>= 5 anos	Total
Terreno	55 475	138 814	64 128	3 222	261 639
Urbano	30 828	104 879	59 662	3 220	198 589
Rural	24 647	33 935	4 466	2	63 050
Edifícios em desenvolvimento	40 957	53 433	24 172	283	118 845
Comerciais	226	2 056	730	-	3 012
Habitação	40 731	51 377	23 442	283	115 833
Outros	-	-	-	-	-
Edifícios construídos	134 873	203 396	104 369	7 292	449 930
Comerciais	31 249	68 039	24 831	1 883	126 002
Habitação	101 161	132 133	79 538	5 409	318 241
Outros	2 463	3 224	-	-	5 687
Outros					-
	<u>231 305</u>	<u>395 643</u>	<u>192 669</u>	<u>10 797</u>	<u>830 414</u>

(milhares de Euros)					
Dez 2014					
Tempo decorrido desde a dação/ execução	< 1 ano	>= 1 ano e < 2,5 anos	>= 2,5 ano e < 5 anos	>= 5 anos	Total
Terreno	59 015	162 571	33 670	2 753	258 009
Urbano	50 676	116 810	30 142	2 301	199 929
Rural	8 339	45 761	3 528	452	58 080
Edifícios em desenvolvimento	23 587	62 756	38 562	111	125 016
Comerciais	887	3 347	2 337	-	6 571
Habitação	22 664	59 267	36 225	111	118 267
Outros	36	142	-	-	178
Edifícios construídos	144 962	193 408	49 634	8 710	396 714
Comerciais	25 174	78 700	15 323	2 488	121 685
Habitação	116 538	111 344	33 922	5 948	267 752
Outros	3 250	3 364	389	274	7 277
	<u>227 564</u>	<u>418 735</u>	<u>121 866</u>	<u>11 574</u>	<u>779 739</u>

23 Activos e passivos financeiros detidos para negociação

A rubrica Activos e passivos financeiros detidos para negociação é apresentada como segue:

		(milhares de Euros)	
		Jun 2015	Dez 2014
Activos financeiros detidos para negociação			
Títulos			
Acções		7 820	6 115
Obrigações		42 972	648
Unidades de participação		159	-
		<u>50 951</u>	<u>6 763</u>
Derivados			
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo		28 438	74 509
Créditos e outros valores a receber		-	5 309
		<u>28 438</u>	<u>79 818</u>
		<u>79 389</u>	<u>86 581</u>
Passivos financeiros detidos para negociação			
Títulos			
Vendas a descoberto		1 843	561
Derivados			
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo		43 955	84 731
		<u>45 798</u>	<u>85 292</u>

Conforme a política contabilística descrita na nota 1 d), os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

Em Março de 2015, o Grupo procedeu à alienação Créditos e outros valores a receber, com um montante bruto de 39.229 milhares de Euros e que se encontravam registados por 5.309 milhares de Euros, conforme nota 22.

A rubrica Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo inclui o valor de 12.295 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 30.350 milhares de Euros) relativos a instrumentos associados a activos ou passivos avaliados ao justo valor através de resultados, com excepção do crédito a clientes no valor de 194 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 218 milhares de Euros).

A rubrica Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo inclui o valor de 9.060 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 24.215 milhares de Euros) relativos a instrumentos associados a activos ou passivos avaliados ao justo valor através de resultados, com excepção do crédito a clientes no valor de 2.044 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 2.177 milhares de Euros).

A carteira de negociação é valorizada ao justo valor, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 d). Conforme a referida política contabilística, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

Conforme disposto na IFRS 13, os instrumentos financeiros são mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização descritos na nota 51, conforme segue:

(milhares de Euros)				
Jun 2015				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos financeiros detidos para negociação				
Títulos				
Acções	7 820	-	-	7 820
Obrigações	42 972	-	-	42 972
Unidades de participação	159	-	-	159
	<u>50 951</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>50 951</u>
Derivados				
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	-	28 438	-	28 438
	<u>50 951</u>	<u>28 438</u>	<u>-</u>	<u>79 389</u>
Passivos financeiros detidos para negociação				
Títulos				
Vendas a descoberto	1 843	-	-	1 843
Derivados				
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	-	43 955	-	43 955
	<u>1 843</u>	<u>43 955</u>	<u>-</u>	<u>45 798</u>

(milhares de Euros)

Dez 2014				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos financeiros detidos para negociação				
Títulos				
Acções	6 115	-	-	6 115
Obrigações	648	-	-	648
	<u>6 763</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6 763</u>
Derivados				
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	-	74 509	-	74 509
Créditos e outros valores a receber	-	-	5 309	5 309
	<u>6 763</u>	<u>74 509</u>	<u>5 309</u>	<u>86 581</u>
Passivos financeiros detidos para negociação				
Títulos				
Vendas a descoberto	561	-	-	561
Derivados				
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	-	84 731	-	84 731
	<u>561</u>	<u>84 731</u>	<u>-</u>	<u>85 292</u>

A análise da carteira de títulos detidos para negociação por maturidade em 30 de Junho de 2015 é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

Jun 2015					
	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Superior a 1 ano	Indeterminado	Total
Títulos de rendimento fixo					
Obrigações					
Nacionais	-	-	22 214	-	22 214
Estrangeiras	-	-	20 758	-	20 758
Títulos de rendimento Variável					
Acções					
Nacionais	-	-	-	1 218	1 218
Estrangeiras	-	-	-	6 602	6 602
Unidades de participação	-	-	-	159	159
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>42 972</u>	<u>7 979</u>	<u>50 951</u>
Cotados	-	-	42 972	7 979	50 951

A análise da carteira de títulos detidos para negociação por maturidade em 31 de Dezembro de 2014 é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

Dez 2014					
	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Superior a 1 ano	Indeterminado	Total
Títulos de rendimento fixo					
Obrigações					
Estrangeiras	-	-	648	-	648
Títulos de rendimento Variável					
Acções					
Nacionais	-	-	-	1 080	1 080
Estrangeiras	-	-	-	5 035	5 035
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>648</u>	<u>6 115</u>	<u>6 763</u>
Cotados	-	-	648	6 115	6 763

O valor de balanço dos activos e passivos financeiros detidos para negociação em 30 de Junho de 2015, pode ser analisado como segue:

(milhares de Euros)

Jun 2015								
Produto derivado	Activo / Passivo financeiro associado	Derivado			Activo / Passivo associado			
		Nocional	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Valor de balanço	Valor de reembolso na maturidade
<i>Swap</i> de taxa de juro	Responsabilidades representadas por títulos e outros passivos subordinados	93 556	734	(2 093)	(5 704)	2 241	90 492	90 118
<i>Swap</i> de taxa de juro	Recursos de clientes	88 310	(998)	385	(9)	(29)	84 019	83 973
<i>Swap</i> de taxa de juro	Recursos de outras instituições de crédito	63 920	6 961	(2 278)	1 762	(80)	71 491	69 775
<i>Swap</i> de taxa de juro	Obrigações hipotecárias	5 450 438	(3 462)	1 085	-	-	-	-
<i>Swap</i> de taxa de juro	Crédito a clientes	44 757	(1 850)	109	1 938	86	45 698	45 334
<i>Swap</i> de taxa de juro	Outros	3 097 973	(17 269)	(1 853)	-	-	-	-
<i>Swap</i> Cambial	-	95 087	32	(630)	-	-	-	-
Futuros	-	1 520	55	59	-	-	-	-
Opções	-	133 722	280	(79)	-	-	-	-
		<u>9 069 283</u>	<u>(15 517)</u>	<u>(5 295)</u>	<u>(2 013)</u>	<u>2 218</u>	<u>291 700</u>	<u>289 200</u>

O valor de balanço dos activos e passivos financeiros detidos para negociação em 31 de Dezembro de 2014, pode ser analisado como segue:

(milhares de Euros)

Dez 2014								
Produto derivado	Activo / Passivo financeiro associado	Derivado			Activo / Passivo associado			
		Nocional	Justo valor	Varição de justo valor no ano	Justo valor	Varição de justo valor no ano	Valor de balanço	Valor de reembolso na maturidade
Swap de taxa de juro	Responsabilidades representadas por títulos e outros passivos subordinados	228 653	2 827	(2 836)	(7 945)	7 162	266 440	262 864
Swap de taxa de juro	Recursos de clientes	101 610	(1 383)	(222)	20	(5 343)	95 657	95 624
Swap de taxa de juro	Recursos de outras instituições de crédito	87 745	9 239	(711)	1 842	2 270	61 009	60 000
Swap de taxa de juro	Obrigações hipotecárias	5 513 279	(4 547)	(74)	-	-	-	-
Swap de taxa de juro	Crédito a clientes	43 740	(1 959)	6	1 852	64	44 110	43 740
Swap de taxa de juro	Outros	3 198 090	(15 416)	5 447	-	-	-	-
Swap Cambial	-	197 172	662	1 052	-	-	-	-
Futuros	-	1 559	(4)	(1)	-	-	-	-
Opções	-	214 562	359	(109)	-	-	-	-
Credit Default Swaps	-	-	-	(81)	-	-	-	-
		<u>9 586 410</u>	<u>(10 222)</u>	<u>2 471</u>	<u>(4 231)</u>	<u>4 153</u>	<u>467 216</u>	<u>462 228</u>

A componente do justo valor dos passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados atribuível ao risco de crédito do Grupo é negativa e o respectivo valor acumulado ascende em 30 de Junho de 2015 a 8.955 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 12.339 milhares de Euros).

A análise dos instrumentos financeiros derivados de negociação por maturidade em 30 de Junho de 2015 é a seguinte:

(milhares de Euros)

Jun 2015						
	Nacionais com prazo remanescente				Justo valor	
	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Superior a 1 ano	Total	Activo	Passivo
Contratos sobre taxas de juro						
Swap de taxa de juro	22 350	276 868	8 539 736	8 838 954	23 035	(38 919)
Opções	27 723	39 156	66 843	133 722	5 273	(4 993)
Contratos sobre taxas de câmbio						
Swap cambial	95 087	-	-	95 087	75	(43)
Contratos sobre índices						
Futuros de índices	1 520	-	-	1 520	55	-
		<u>316 024</u>	<u>8 606 579</u>	<u>9 069 283</u>	<u>28 438</u>	<u>(43 955)</u>
		<u>146 680</u>				

A análise dos instrumentos financeiros derivados de negociação por maturidade em 31 de Dezembro de 2014 é a seguinte:

(milhares de Euros)

	Dez 2014					
	Nacionais com prazo remanescente				Justo valor	
	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Superior a 1 ano	Total	Activo	Passivo
Contratos sobre taxas de juro						
<i>Swap</i> de taxa de juro	106 450	313 457	8 752 940	9 172 847	67 665	78 904
Opções	40 530	111 796	62 236	214 562	6 013	5 654
Contratos sobre taxas de câmbio						
<i>Swap</i> cambial	195 533	1 639	-	197 172	831	169
Contratos sobre índices						
Futuros de índices	1 559	-	-	1 559	-	4
	<u>344 072</u>	<u>426 892</u>	<u>8 815 176</u>	<u>9 586 140</u>	<u>74 509</u>	<u>84 731</u>

24 Activos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2015				
	Reserva de justo valor			Perdas por imparidade	Valor de balanço
	Custo ⁽¹⁾	Positiva	Negativa		
Títulos de rendimento fixo					
Obrigações de emissores públicos					
Nacionais	1 710 139	12 614	(50 393)	-	1 672 360
Estrangeiros	277 114	3 640	(10 511)	(11 172)	259 071
Obrigações de outros emissores					
Nacionais	571 210	3 498	(7 341)	(20 834)	546 533
Estrangeiros	495 015	12 999	(13 268)	(8 236)	486 510
Papel comercial	7 848	-	-	(998)	6 850
Títulos de rendimento variável					
Acções					
Nacionais	81 676	282	(7)	(6 703)	75 248
Estrangeiras	82 425	3 030	(173)	(3 951)	81 331
Unidades de participação	368 501	14 123	(2 069)	(12 673)	367 882
	<u>3 593 928</u>	<u>50 186</u>	<u>(83 762)</u>	<u>(64 567)</u>	<u>3 495 785</u>

(1) Custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida.

(milhares de Euros)

	Dez 2014				
		Reserva de justo valor			
	Custo ⁽¹⁾	Positiva	Negativa	Perdas por imparidade	Valor de balanço
Títulos de rendimento fixo					
Obrigações de emissores públicos					
Nacionais	1 751 190	59 697	(3 085)	-	1 807 802
Estrangeiros	123 227	5 030	(1 331)	(8 834)	118 092
Obrigações de outros emissores					
Nacionais	657 855	7 155	(19 037)	(19 690)	626 283
Estrangeiros	568 952	18 707	(5 501)	(8 278)	573 880
Papel comercial	10 998	-	-	(998)	10 000
Títulos de rendimento variável					
Acções					
Nacionais	87 184	147	(55)	(6 775)	80 501
Estrangeiras	16 482	2 248	(916)	(3 030)	14 784
Unidades de participação	359 977	11 790	(5 240)	(8 158)	358 369
	3 575 865	104 774	(35 165)	(55 763)	3 589 711

(1) Custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida.

A rubrica de Activos financeiros disponíveis para venda inclui títulos sujeitos a operações de cobertura, cujo impacto no valor de balanço ascende, a 30 de Junho de 2015, a 760 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 1.230 milhares de Euros), conforme referido na nota 25.

Conforme descrito na nota 1 d), a carteira de activos disponíveis para venda é apresentada ao seu valor de mercado sendo as variações de justo valor registadas por contrapartida de capitais próprios, conforme nota 47. O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de activos disponíveis para venda seguindo os critérios de julgamento descritos na política contabilística descrita na nota 1 aa).

Conforme referido na nota 58, a rubrica Títulos de rendimentos variável – Unidades de participação inclui o montante de 95.473 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 94.528 milhares de Euros) referentes a unidades de participação em Fundos Especializados de Crédito adquiridas no âmbito da cedência de créditos a clientes. Em 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, este montante inclui 6.153 milhares de Euros referentes a títulos júnior (unidades de participação com carácter mais subordinado), os quais se encontram totalmente provisionados, conforme nota 15.

A rubrica Títulos de rendimento fixo – Obrigações de outros emissores – Nacionais inclui o valor de 1.144 milhares de Euros, correspondente a títulos da classe B, adquiridos no âmbito da operação de venda de créditos efectuada pelo Grupo, conforme nota 22. De referir que estes títulos se encontram totalmente provisionados, conforme nota 15.

A análise dos activos financeiros disponíveis para venda, líquido de imparidade, por níveis de valorização, com referência a 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014 é apresentado como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2015				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Instrumentos financeiros ao custo	Total
Títulos de rendimento fixo					
Obrigações de emissores públicos					
Nacionais	1 672 360	-	-	-	1 672 360
Estrangeiros	246 273	-	-	12 798	259 071
Obrigações de outros emissores					
Nacionais	47 420	482 913	16 200	-	546 533
Estrangeiros	455 636	30 874	-	-	486 510
Papel comercial	-	-	-	6 850	6 850
	2 421 689	513 787	16 200	19 648	2 971 324
Títulos de rendimento variável					
Acções					
Nacionais	1 008	-	-	74 240	75 248
Estrangeiras	15 655	-	65 300	376	81 331
Unidades de participação	186 768	-	181 114	-	367 882
	203 431	-	246 414	74 616	524 461
	2 625 120	513 787	262 614	94 264	3 495 785

(milhares de Euros)

	Dez 2014				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Instrumentos financeiros ao custo	Total
Títulos de rendimento fixo					
Obrigações de emissores públicos					
Nacionais	1 807 802	-	-	-	1 807 802
Estrangeiros	102 217	-	-	15 875	118 092
Obrigações de outros emissores					
Nacionais	28 764	590 392	7 127	-	626 283
Estrangeiros	523 680	49 998	202	-	573 880
Papel comercial	-	-	-	10 000	10 000
	2 462 463	640 390	7 329	25 875	3 136 057
Títulos de rendimento variável					
Acções					
Nacionais	919	-	-	79 582	80 501
Estrangeiras	14 392	-	-	392	14 784
Unidades de participação	298 647	59 722	-	-	358 369
	313 958	59 722	-	79 974	453 654
	2 776 421	700 112	7 329	105 849	3 589 711

Conforme disposto na IFRS 13, os instrumentos financeiros estão mensurados de acordo com os níveis de valorização descritos na nota 51.

Relativamente a instrumentos classificados no nível 3, no primeiro semestre de 2015 foram registados em Lucros em operações com activos financeiros disponíveis para venda no montante de 1.702 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 422 milhares de Euros).

Não foram realizadas quaisquer reclassificações de activos financeiros durante o primeiro semestre de 2015 e o exercício de 2014.

Os instrumentos classificados no nível 3 têm associados ganhos e perdas não realizadas no montante positivo de 11.128 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: montante positivo de 10.887 milhares de Euros) registadas em reservas de justo valor.

O montante de imparidade registado nestes títulos ascende a Euros 35.647 milhares de Euros em 30 de Junho de 2015 (31 de Dezembro de 2014: 15.004 milhares de Euros). Não foram efectuadas transferências de e para este nível.

Os activos contemplados no nível 3, no montante de 29.737 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 29.610 milhares de Euros), correspondem a unidades de participação em fundos de investimentos fechados cujo valor resultou da divulgação do Valor Líquido Global do Fundo (VLGF) determinado pela sociedade gestora, conforme contas dos respectivos fundos. O património desses fundos resulta de um conjunto diversificado de activos e passivos valorizados, nas respectivas contas, ao justo valor, por metodologias internas utilizadas pela sociedade gestora.

Em 30 de Junho de 2015, foi reconhecida imparidade para unidades de participação de Fundos de Investimento Imobiliário no montante de 3.115 milhares de Euros, conforme referido na nota 15.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda são analisados como segue:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Jun 2014
Saldo em 1 de Janeiro	55 763	39 266
Dotação do período	38 055	34 909
Reversão do período	(27 388)	(9 201)
Utilização de imparidade	(1 863)	(31 704)
Saldo em 30 de Junho	<u>64 567</u>	<u>33 270</u>

O Grupo reconhece imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda sempre que se verifique uma quebra prolongada ou significativa no seu justo valor ou quando se prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. Esta avaliação implica, por parte do Grupo, um julgamento o qual tem em consideração, entre outros factores, a volatilidade dos preços dos títulos.

Assim, como consequência do reduzido nível de liquidez e da significativa volatilidade dos mercados financeiros, foram tidos em consideração na determinação da existência de imparidade os seguintes factores:

- Instrumentos de capital: (i) desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição; ou (ii) valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a 12 meses;
- Instrumentos de dívida: sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos.

Conforme descrito na política contabilística descrita na nota 1 d), a carteira de activos financeiros disponíveis para venda é apresentada líquida do total da reserva de justo valor e de imparidade. O total de reserva de justo valor para a carteira de activos financeiros disponíveis para venda é negativa e ascende a 33.576 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: positiva de 69.609 milhares de Euros) e a imparidade ascende a 64.567 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 55.763 milhares de Euros).

A evolução da crise da dívida dos países da zona Euro associado à evolução da situação macro económica na Grécia, que tem contribuído para uma deterioração da situação económica e financeira do Estado Grego e a incapacidade de aceder a financiamentos nos mercados financeiros o que implica que a solvência imediata do país continue dependente do contínuo apoio da UE e do FMI.

Em 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, a imparidade reconhecida relativa à dívida soberana da Grécia ascende a 11.172 milhares de Euros e 8.834 milhares de Euros, respectivamente conforme notas 15 e 57.

A análise dos activos financeiros disponíveis para venda por maturidade em 30 de Junho de 2015 é a seguinte:

(milhares de Euros)

Jun 2015				
Inferior a três meses	Entre três meses e um	Superior a um ano	Indeterminado	Total
Títulos de rendimento fixo				
Obrigações de emissores públicos				
Nacionais	-	150 832	1 521 528	-
Estrangeiros	-	8 175	238 098	12 798
Obrigações de outros emissores				
Nacionais	-	-	544 211	2 322
Estrangeiros	423	32 865	449 709	3 513
Papel comercial	6 850	-	-	-
	7 273	191 872	2 753 546	18 633
	7 273	191 872	2 753 546	2 971 324
Títulos de rendimento variável				
Acções				
Nacionais	-	-	-	75 248
Estrangeiras	-	-	-	81 331
Unidades de participação	-	-	2 021	365 861
	-	-	2 021	522 440
	7 273	191 872	2 755 567	541 073
	7 273	191 872	2 755 567	3 495 785

A análise dos activos financeiros disponíveis para venda por maturidade em 31 de Dezembro de 2014 é a seguinte:

(milhares de Euros)

	Dez 2014				
	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	Superior a um ano	Indeterminado	Total
Títulos de rendimento fixo					
Obrigações de emissores públicos					
Nacionais	835	23 205	1 783 762	-	1 807 802
Estrangeiros	7 193	13 811	97 088	-	118 092
Obrigações de outros emissores					
Nacionais	10 397	15 513	598 251	2 122	626 283
Estrangeiros	67 152	19 487	483 766	3 475	573 880
Papel comercial	10 000	-	-	-	10 000
	<u>95 577</u>	<u>72 016</u>	<u>2 962 867</u>	<u>5 597</u>	<u>3 136 057</u>
Títulos de rendimento variável					
Acções					
Nacionais	-	-	-	80 501	80 501
Estrangeiras	-	-	-	14 784	14 784
Unidades de participação	-	-	1 772	356 597	358 369
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1 772</u>	<u>451 882</u>	<u>453 654</u>
	<u>95 577</u>	<u>72 016</u>	<u>2 964 639</u>	<u>457 479</u>	<u>3 589 711</u>

Esta rubrica, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é desagregada da seguinte forma:

(milhares de Euros)

	Jun 2015			Dez 2014		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Títulos de rendimento fixo						
Obrigações de emissores públicos						
Nacionais	1 672 360	-	1 672 360	1 807 802	-	1 807 802
Estrangeiros	246 273	12 798	259 071	102 217	15 875	118 092
Obrigações de outros emissores						
Nacionais	63 985	482 548	546 533	35 891	590 392	626 283
Estrangeiros	458 519	27 991	486 510	523 680	50 200	573 880
Papel comercial	-	6 850	6 850	-	10 000	10 000
Títulos de rendimento variável						
Acções						
Nacionais	1 009	74 239	75 248	919	79 582	80 501
Estrangeiros	80 955	376	81 331	14 393	391	14 784
Unidades de participação	264 666	103 216	367 882	358 369	-	358 369
	<u>2 787 767</u>	<u>708 018</u>	<u>3 495 785</u>	<u>2 843 271</u>	<u>746 440</u>	<u>3 589 711</u>

Os títulos dados em garantia registados em Activos financeiros disponíveis para venda são apresentados como segue:

- O valor de mercado dos activos dados em garantia ao Banco Central Europeu no âmbito de operações de cedência de liquidez no montante de 3.977 mil milhões de Euros (31 de Dezembro de 2014: 4.202 mil milhões de Euros);
- Títulos dados em garantia à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários no âmbito do Sistema de Indemnização aos Investidores no montante de 1.750 milhões de Euros (31 de Dezembro de 2014: 1.750 mil milhões de Euros);
- Títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos no montante de 28 milhões de Euros (31 de Dezembro de 2014: 28 milhões de Euros).

Estes activos financeiros dados em garantia podem ser executados em caso de incumprimento das obrigações contratuais assumidas pelo Grupo nos termos e condições dos contratos celebrados, conforme nota 34.

25 Derivados de cobertura

Esta rubrica é apresentada como segue:

		(milhares de Euros)	
		Jun 2015	Dez 2014
Activo			
	<i>Swaps</i> de taxas de juro	32	60
Passivo			
	<i>Swaps</i> de taxas de juro	1 119	1 494

Os derivados de cobertura encontram-se valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado. Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização, e conforme disposto na IFRS 13, estes instrumentos estão categorizados no nível 2, conforme nota 51.

O Grupo contrata instrumentos financeiros derivados para cobrir a sua exposição ao risco de taxa de juro. O tratamento contabilístico depende da natureza do risco coberto, nomeadamente se o Grupo está exposto às variações de justo valor, ou a variações de fluxos de caixa, ou se encontra perante coberturas de transacções futuras.

O Grupo realiza periodicamente testes de efectividade das relações de cobertura existentes.

O ajustamento sobre os riscos financeiros cobertos efectuado às rubricas do activo e do passivo que incluem itens cobertos é analisado como segue:

(milhares de Euros)

Activos financeiros disponíveis para venda

Jun 2015	Dez 2014
760	1 230

A análise da carteira de derivados de cobertura por maturidades em 30 de Junho de 2015, é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2015						
	Nacionais por prazo remanescente				Justo valor		
	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	Superior a um ano	Total	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	Superior a um ano
			Euros				Total
Derivados de cobertura de justo valor com risco de taxa de juro:							
Swap de taxa de juro	10 000	3 000	3 500	16 500	(289)	(85)	(713)
	10 000	3 000	3 500	16 500	(289)	(85)	(713)

A análise da carteira de derivados de cobertura por maturidades em 31 de Dezembro de 2014, é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Dez 2014						
	Nacionais por prazo remanescente				Justo valor		
	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	Superior a um ano	Total	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	Superior a um ano
			Euros				Total
Derivados de cobertura de justo valor com risco de taxa de juro:							
Swap de taxa de juro	-	20 000	6 500	26 500	-	(447)	(987)
	-	20 000	6 500	26 500	-	(447)	(987)

As operações de cobertura de justo valor em 30 de Junho de 2015 podem ser analisadas como segue:

(milhares de Euros)

Produto derivado	Jun 2015						
	Produto coberto	Risco coberto	Nocional	Justo valor do derivado ⁽¹⁾	Variação do justo valor do derivado no exercício	Justo valor do elemento coberto ⁽²⁾	Variação do justo valor do elemento coberto no exercício ⁽²⁾
Swap de taxa de juro	Activos financeiros disponíveis para venda	Taxa de juro	16 500	(1 087)	347	760	(470)
			16 500	(1 087)	347	760	(470)

⁽¹⁾ Inclui o juro corrido.

⁽²⁾ Atribuível ao risco coberto.

As operações de cobertura de justo valor em 31 de Dezembro de 2014 podem ser analisadas como segue:

(milhares de Euros)

Dez 2014						
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nacional	Justo valor do derivado ⁽¹⁾	Variação do justo valor do derivado no exercício	Variação do justo valor do elemento coberto no exercício ⁽²⁾
Swap de taxa de juro	Recursos de OIC's	Taxa de juro	-	-	(414)	209
	Activos financeiros disponíveis para venda					
Swap de taxa de juro		Taxa de juro	26 500	(1 434)	326	1 230
			<u>26 500</u>	<u>(1 434)</u>	<u>(88)</u>	<u>(39)</u>

⁽¹⁾ Inclui o juro corrido.

⁽²⁾ Atribuível ao risco coberto.

26 Investimentos detidos até à maturidade

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2015	Dez 2014
Títulos de rendimento fixo		
Obrigações de emissores públicos nacionais	6 346	6 209
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	145 216	113 892
	<u>151 562</u>	<u>120 101</u>

O justo valor da carteira de investimentos detidos até à maturidade encontra-se apresentado na nota 51.

O Grupo avaliou com referência a 30 de Junho de 2015, a existência de evidência objectiva da imparidade na sua carteira de investimentos detidos até à maturidade, não tendo verificado eventos com impacto no montante recuperável dos fluxos de caixa futuros desses investimentos.

Os títulos detidos até à maturidade podem ser analisados, à data de 30 de Junho de 2015, como segue:

(milhares de Euros)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor de Balanço
OT - Outubro 05/15-10-2015	Julho, 2005	Outubro, 2015	Taxa fixa de 3,35%	6 346
Netherlands Government 05/2015	Junho, 2005	Julho, 2015	Taxa fixa de 3,25%	5 154
Republic of Austria 04/15-07-2015	Maio, 2004	Julho, 2015	Taxa fixa de 3,50%	2 067
Belgium Kingdom 05/28-09-2015	Março, 2005	Setembro, 2015	Taxa fixa de 3,75%	2 054
Buoni Poliennali del Tes. 05/2015	Maio, 2005	Agosto, 2015	Taxa fixa de 3,75%	2 030
OT Angola 13/15-11-2015 - 5% - Index USD	Novembro, 2013	Novembro, 2015	Taxa fixa de 5%	30 344
OT Angola 13/15-11-2016 - 5% - Index USD	Novembro, 2013	Novembro, 2016	Taxa fixa de 5%	22 034
OT Angola 13/15-11-2017 - 5% - Index USD	Novembro, 2013	Novembro, 2017	Taxa fixa de 5%	5 154
OT Angola 13/04-12-2015 - 7% - Index USD	Dezembro, 2013	Dezembro, 2015	Taxa fixa de 7%	4 557
OT Angola 14/09-07-2016 - 7% - Index USD	Julho, 2014	Julho, 2016	Taxa fixa de 7%	1 216
OT Angola 14/16-07-2016 - 7% - Index USD	Julho, 2014	Julho, 2016	Taxa fixa de 7%	1 217
OT Angola 14/23-07-2016 - 7% - Index USD	Julho, 2014	Julho, 2016	Taxa fixa de 7%	1 220
OT Angola 14/30-07-2016 - 7% - Index USD	Julho, 2014	Julho, 2016	Taxa fixa de 7%	609
OT Angola 13/04-12-2016 - 7,25% - Index USD	Dezembro, 2013	Dezembro, 2016	Taxa fixa de 7,25%	4 558
OT Angola 14/06-08-2017 - 7,25% - Index USD	Agosto, 2014	Agosto, 2017	Taxa fixa de 7,25%	570
OT Angola 14/13-08-2017 - 7,25% - Index USD	Agosto, 2014	Agosto, 2017	Taxa fixa de 7,25%	3 127
OT Angola 14/16-07-2017 - 7,25% - Index USD	Julho, 2014	Julho, 2017	Taxa fixa de 7,25%	914
OT Angola 14/23-07-2017 - 7,25% - Index USD	Julho, 2014	Julho, 2017	Taxa fixa de 7,25%	915
OT Angola 14/30-07-2017 - 7,25% - Index USD	Julho, 2014	Julho, 2017	Taxa fixa de 7,25%	914
OT Angola 14/01-10-2018 - 7,5% - Index USD	Outubro, 2014	Outubro, 2018	Taxa fixa de 7,5%	2 177
OT Angola 14/06-08-2018 - 7,5% - Index USD	Agosto, 2014	Agosto, 2018	Taxa fixa de 7,5%	1 142
OT Angola 15/07-04-2019 - 7,5% - Index USD	Abril, 2015	Abril, 2019	Taxa fixa de 7,5%	1 349
OT Angola 14/08-10-2018 - 7,5% - Index USD	Outubro, 2014	Outubro, 2018	Taxa fixa de 7,5%	2 172
OT Angola 14/13-08-2018 - 7,5% - Index USD	Agosto, 2014	Agosto, 2018	Taxa fixa de 7,5%	1 565
OT Angola 15/14-04-2019 - 7,5% - Index USD	Abril, 2015	Abril, 2019	Taxa fixa de 7,5%	1 333
OT Angola 14/16-09-2018 - 7,5% - Index USD	Setembro, 2014	Setembro, 2018	Taxa fixa de 7,5%	1 556
OT Angola 15/19-02-2019 - 7,5% - Index USD	Fevereiro, 2015	Fevereiro, 2019	Taxa fixa de 7,5%	5 214
OT Angola 15/21-04-2019 - 7,5% - Index USD	Abril, 2015	Abril, 2019	Taxa fixa de 7,5%	1 868
OT Angola 14/22-10-2018 - 7,5% - Index USD	Outubro, 2014	Outubro, 2018	Taxa fixa de 7,5%	2 156
OT Angola 14/23-07-2018 - 7,5% - Index USD	Julho, 2014	Julho, 2018	Taxa fixa de 7,5%	458
OT Angola 14/26-11-2018 - 7,5% - Index USD	Novembro, 2014	Novembro, 2018	Taxa fixa de 7,5%	3 005
OT Angola 15/28-04-2019 - 7,5% - Index USD	Abril, 2015	Abril, 2019	Taxa fixa de 7,5%	1 513
OT Angola 14/29-10-2018 - 7,5% - Index USD	Outubro, 2014	Outubro, 2018	Taxa fixa de 7,5%	2 150
OT Angola 14/30-07-2018 - 7,5% - Index USD	Julho, 2014	Julho, 2018	Taxa fixa de 7,5%	458
OT Angola 14/01-10-2019 - 7,75% - Index USD	Outubro, 2014	Outubro, 2019	Taxa fixa de 7,75%	2 178
OT Angola 14/06-08-2019 - 7,75% - Index USD	Agosto, 2014	Agosto, 2019	Taxa fixa de 7,75%	571
OT Angola 15/07-04-2020 - 7,5% - Index USD	Abril, 2015	Abril, 2020	Taxa fixa de 7,5%	1 349
OT Angola 14/08-10-2019 - 7,75% - Index USD	Outubro, 2014	Outubro, 2019	Taxa fixa de 7,75%	2 174
OT Angola 14/13-08-2019 - 7,75% - Index USD	Agosto, 2014	Agosto, 2019	Taxa fixa de 7,75%	1 566
OT Angola 15/14-04-2020 - 7,5% - Index USD	Abril, 2015	Abril, 2020	Taxa fixa de 7,5%	667
OT Angola 14/16-09-2019 - 7,75% - Index USD	Setembro, 2014	Setembro, 2019	Taxa fixa de 7,75%	1 557
OT Angola 15/16-06-2020 - 7,5% - Index USD	Junho, 2015	Junho, 2020	Taxa fixa de 7,5%	3 757
OT Angola 15/21-04-2020 - 7,5% - Index USD	Abril, 2015	Abril, 2020	Taxa fixa de 7,5%	1 868
OT Angola 14/22-10-2019 - 7,75% - Index USD	Outubro, 2014	Outubro, 2019	Taxa fixa de 7,75%	2 157
OT Angola 14/23-07-2019 - 7,75% - Index USD	Julho, 2014	Julho, 2019	Taxa fixa de 7,75%	459
OT Angola 15/23-06-2020 - 7,75% - Index USD	Junho, 2015	Junho, 2020	Taxa fixa de 7,75%	2 964
OT Angola 14/26-11-2019 - 7,75% - Index USD	Novembro, 2014	Novembro, 2019	Taxa fixa de 7,75%	3 006
OT Angola 15/28-04-2020 - 7,5% - Index USD	Abril, 2015	Abril, 2020	Taxa fixa de 7,5%	1 513
OT Angola 14/29-10-2019 - 7,75% - Index USD	Outubro, 2014	Outubro, 2019	Taxa fixa de 7,75%	2 151
OT Angola 14/30-07-2019 - 7,75% - Index USD	Julho, 2014	Julho, 2019	Taxa fixa de 7,75%	459
OT Cabo Verde - Março 2013/28-04-2016 - 5,5%	Abril, 2013	Abril, 2016	Taxa fixa de 5,5%	50
				151 562

Os títulos detidos até à maturidade podem ser analisados, à data de 31 de Dezembro de 2014, como segue:

(milhares de Euros)				
Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor de Balanço
OT - Outubro 05/15-10-2015	Julho, 2005	Outubro, 2015	Taxa fixa de 3,35%	6 209
Netherlands Government 05/2015	Junho, 2005	Julho, 2015	Taxa fixa de 3,25%	5 061
Republic of Austria 04/15-07-2015	Maio, 2004	Julho, 2015	Taxa fixa de 3,50%	2 029
Belgium Kingdom 05/28-09-2015	Março, 2005	Setembro, 2015	Taxa fixa de 3,75%	2 011
Buoni Poliennali del Tes. 05/2015	Maio, 2005	Agosto, 2015	Taxa fixa de 3,75%	2 023
OT Cabo Verde 13/28-04-2016	Abril, 2013	Abril, 2016	Taxa fixa de 5,50%	50
OT Angola 13/15-11-2015	Novembro, 2013	Novembro, 2015	Taxa fixa de 5,00%	27 735
OT Angola 13/15-11-2016	Novembro, 2013	Novembro, 2016	Taxa fixa de 5,00%	21 088
OT Angola 13/15-11-2017	Novembro, 2013	Novembro, 2017	Taxa fixa de 5,00%	5 046
OT Angola 13/04-12-2015	Dezembro, 2013	Dezembro, 2015	Taxa fixa de 7,00%	4 205
OT Angola 13/04-12-2016	Dezembro, 2013	Dezembro, 2016	Taxa fixa de 7,25%	4 206
OT Angola 14/09-07-2016	Julho, 2014	Julho, 2016	Taxa fixa de 7,00%	1 123
OT Angola 14/16-07-2016	Julho, 2014	Julho, 2016	Taxa fixa de 7,00%	1 123
OT Angola 14/23-07-2016	Julho, 2014	Julho, 2016	Taxa fixa de 7,00%	1 126
OT Angola 14/30-07-2016	Julho, 2014	Julho, 2016	Taxa fixa de 7,00%	562
OT Angola 14/16-07-2017	Julho, 2014	Julho, 2017	Taxa fixa de 7,25%	844
OT Angola 14/23-07-2017	Julho, 2014	Julho, 2017	Taxa fixa de 7,25%	845
OT Angola 14/30-07-2017	Julho, 2014	Julho, 2017	Taxa fixa de 7,25%	844
OT Angola 14/23-07-2018	Julho, 2014	Julho, 2018	Taxa fixa de 7,50%	423
OT Angola 14/30-07-2018	Julho, 2014	Julho, 2018	Taxa fixa de 7,50%	422
OT Angola 14/23-07-2019	Julho, 2014	Julho, 2019	Taxa fixa de 7,75%	423
OT Angola 14/30-07-2019	Julho, 2014	Julho, 2019	Taxa fixa de 7,75%	423
OT Angola 14/06-08-2017	Agosto, 2014	Agosto, 2017	Taxa fixa de 7,25%	526
OT Angola 14/13-08-2017	Agosto, 2014	Agosto, 2017	Taxa fixa de 7,25%	2 887
OT Angola 14/06-08-2018	Agosto, 2014	Agosto, 2018	Taxa fixa de 7,50%	1 054
OT Angola 14/13-08-2018	Agosto, 2014	Agosto, 2018	Taxa fixa de 7,50%	1 444
OT Angola 14/06-08-2019	Agosto, 2014	Agosto, 2019	Taxa fixa de 7,75%	527
OT Angola 14/13-08-2019	Agosto, 2014	Agosto, 2019	Taxa fixa de 7,75%	1 446
OT Angola 14/16-09-2018	Setembro, 2014	Setembro, 2018	Taxa fixa de 7,50%	1 436
OT Angola 14/16-09-2019	Setembro, 2014	Setembro, 2019	Taxa fixa de 7,75%	1 437
OT Angola 14/01-10-2018	Outubro, 2014	Outubro, 2018	Taxa fixa de 7,50%	2 008
OT Angola 14/08-10-2018	Outubro, 2014	Outubro, 2018	Taxa fixa de 7,50%	2 005
OT Angola 14/22-10-2018	Outubro, 2014	Outubro, 2018	Taxa fixa de 7,50%	1 990
OT Angola 14/29-10-2018	Outubro, 2014	Outubro, 2018	Taxa fixa de 7,50%	1 984
OT Angola 14/01-10-2019	Outubro, 2014	Outubro, 2019	Taxa fixa de 7,75%	2 010
OT Angola 14/08-10-2019	Outubro, 2014	Outubro, 2019	Taxa fixa de 7,75%	2 006
OT Angola 14/22-10-2019	Outubro, 2014	Outubro, 2019	Taxa fixa de 7,75%	1 991
OT Angola 14/29-10-2019	Outubro, 2014	Outubro, 2019	Taxa fixa de 7,75%	1 985
OT Angola 14/26-11-2018	Novembro, 2014	Novembro, 2018	Taxa fixa de 7,50%	2 772
OT Angola 14/26-11-2019	Novembro, 2014	Novembro, 2019	Taxa fixa de 7,75%	2 772
				120 101

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados de acordo com o descrito na política contabilística descrita na nota 1 d).

Durante o primeiro semestre de 2015 e o exercício de 2014, o Grupo não procedeu a transferências para ou desta categoria de activos.

27 Investimentos em associadas e outras

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Euros)		
	Jun 2015	Dez 2014
Participações financeiras em associadas e outras		
Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A.	15 904	19 553
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	3 061	3 330
Iberpartners Cafés S.G.P.S., S.A.	1 086	1 069
Montepio - Gestão de Activos Imobiliários, ACE	698	698
Pinto & Bulhosa, S.A.	191	191
Naviser – Transportes Marítimos Internacionais, S.A.	150	150
	21 090	24 991
Não cotados		
Imparidade para participações financeiras em associadas e outras	(341)	(341)
	20 749	24 650

Os dados relativos às empresas associadas são apresentados no quadro seguinte:

(milhares de Euros)						
	Activo	Passivo	Capital Próprio	Proveitos	Resultado líquido	Custo da participação
30 de Junho de 2015						
Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A.	1 049 247	978 050	71 197	107 079	(11 927)	65 100
HTA - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	41 420	26 115	15 305	3 203	(600)	3 200
Iberpartners Cafés S.G.P.S., S.A.	5 480	1 786	3 694	103	57	1 000
Montepio - Gestão de Activos Imobiliários, ACE	3 171	721	2 450	1 945	-	698
31 de Dezembro de 2014						
Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A.	1 069 177	986 290	82 887	226 801	(15 688)	65 100
HTA - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	42 019	25 370	16 649	7 598	(188)	3 200
Iberpartners Cafés S.G.P.S., S.A.	5 376	1 741	3 635	410	315	1 000
Montepio - Gestão de Activos Imobiliários, ACE	3 817	1 367	2 450	2 086	-	698

(milhares de Euros)						
	Percentagem detida		Valor de balanço		Resultados de associadas	
	Jun 2015	Dez 2014	Jun 2015	Dez 2014	Jun 2015	Dez 2014
	%	%				
Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A.	33,65%	33,65%	15 904	19 553	(4 013)	(5 278)
HTA - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	20%	20%	3 061	3 330	(120)	(38)
Iberpartners Cafés S.G.P.S., S.A.	29,41%	29,41%	1 086	1 069	17	93
Montepio - Gestão de Activos Imobiliários, ACE	28,50%	28,50%	698	698	-	-
Pinto & Bulhosa, S.A.	16%	16%	-	-	-	-
Naviser - Transportes Marítimos Internacionais, S.A.	20%	20%	-	-	-	-

O movimento verificado nesta rubrica é analisado como segue:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Dez 2014
Saldo em 1 de Janeiro	24 991	42 740
Aquisições	-	698
Resultado de associadas	(4 116)	(5 223)
Reserva de justo valor de associadas	215	(13 224)
Saldo no fim do período	<u>21 090</u>	<u>24 991</u>

Em 9 de Maio de 2014, foi constituído o Montepio – Gestão de Activos Imobiliários, ACE. Neste âmbito, a CEMG participa neste ACE, com uma percentagem de 28,5%.

28 Activos não correntes detidos para venda

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Dez 2014
Imóveis e outros activos resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes	995 276	934 230
Imparidade para activos não correntes detidos para venda	(141 700)	(134 491)
	<u>853 576</u>	<u>799 739</u>

Os activos registados nesta rubrica estão contabilizados de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 j).

A rubrica Imóveis e outros activos resultantes de resolução de contratos de crédito sobre clientes resulta da resolução de contratos de crédito sobre clientes, decorrente de (i) dação simples, com opção de recompra ou com locação financeira, sendo contabilizadas com a celebração do contrato de dação ou promessa de dação e respectiva procuração irrevogável emitida pelo cliente em nome do Grupo; ou (ii) adjudicação dos bens em consequência do processo judicial de execução das garantias, sendo contabilizadas com o título de adjudicação ou na sequência do pedido de adjudicação após registo de primeira penhora.

De acordo com a expectativa do Grupo, pretende-se que os referidos activos estejam disponíveis para venda num prazo inferior a 1 ano, existindo uma estratégia para a sua alienação. No entanto, face às actuais condições de mercado, não é possível em algumas situações concretizar essas alienações no prazo esperado. A referida rubrica inclui imóveis para os quais foram já celebrados contratos promessa de compra e venda no montante de 24.886 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 9.271 milhares de Euros).

Os movimentos dos activos não correntes detidos para venda no primeiro semestre de 2015, são analisados como segue:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Dez 2014
Saldo em 1 de Janeiro	934 230	773 540
Aquisições	117 223	288 615
Alienações	(56 576)	(131 430)
Outros movimentos	399	3 505
Saldo no fim do período	<u>995 276</u>	<u>934 230</u>

Os movimentos da imparidade para activos não correntes detidos para venda são analisados como segue:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Jun 2014
Saldo em 1 de Janeiro	134 491	92 152
Dotação do período líquida de reversões	7 792	(869)
Utilização	(583)	(297)
Saldo em 30 de Junho	<u>141 700</u>	<u>90 986</u>

Adicionalmente às perdas por imparidade o Grupo reconheceu em resultados do período para estes activos, perdas em imóveis, decorrentes da sua alienação, no valor de 12.897 milhares de Euros e ganhos de 1.052 milhares de Euros (30 de Junho de 2014: perdas de 11.709 milhares de Euros e ganhos de 2.842 milhares de Euros), conforme referido na nota 9.

29 Propriedades de investimento

A rubrica Propriedades de Investimento inclui os imóveis detidos pelo Finipredial - Fundo de Investimento Aberto, Montepio Arrendamento – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional, Montepio Arrendamento II – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional, Montepio Arrendamento III – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional, Polaris - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado de Subscrição Particular, Portugal Estates Fund – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado de Subscrição Particular e Carteira Imobiliária – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Aberto que são consolidados integralmente, conforme política contabilística descrita na nota 1 b).

Os imóveis encontram-se valorizados de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 q), tendo por base avaliações feitas independentes e o cumprimento das determinações legais.

A movimentação desta rubrica é analisada com segue:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Dez 2014
Saldo em 1 de Janeiro	715 737	543 534
Alterações do perímetro de consolidação	12 573	149 816
Reavaliações	(4 053)	(13 821)
Alienações	(28 861)	(23 145)
Transferências	44 749	59 353
Saldo no fim do período	<u>740 145</u>	<u>715 737</u>

O valor de balanço das propriedades de investimento corresponde ao justo valor das propriedades tal como determinado por um avaliadores registados e independentes cuja qualificação profissional e experiência na respectiva categoria e localização da propriedade tenha sido devidamente reconhecida.

As propriedades de investimento constituem um grupo de activos detidos pelos fundos de investimento imobiliário e incluem propriedades que se encontram alugadas a terceiros.

Em 30 de Junho de 2015, a diminuição do justo valor das propriedades de investimento, no montante de Euros 13.806 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 13.821 milhares de Euros), e as rendas recebidas no aluguer das propriedades de investimento, no montante de 8.399 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 8.432 milhares de Euros), estão registadas em na rubrica de Outros resultados de exploração, conforme nota 10.

Em 30 de Junho de 2015, o Grupo procedeu à alienação de imóveis no valor de 28.661 milhares de Euros e reconheceu menos valias de 1.360 milhares de Euros, conforme nota 9.

30 Outros activos tangíveis

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Dez 2014
Custos		
Imóveis		
De serviço próprio	38 352	40 006
Obras em imóveis arrendados	54 356	54 699
Imobilizado em curso	18 659	19 989
Equipamento		
Equipamento informático	88 654	87 389
Mobiliário e material	21 855	22 103
Instalações interiores	22 119	21 953
Equipamento de segurança	8 151	8 155
Equipamento de transporte	5 646	5 517
Máquinas e ferramentas	3 418	3 682
Outro equipamento	40	42
Património artístico	2 870	2 869
Activos em locação operacional	765	975
Activos em locação financeira	38	38
Outras imobilizações corpóreas	2 427	2 452
Imobilizações em curso	4 953	4 647
	<u>272 303</u>	<u>274 516</u>
Amortizações acumuladas		
Relativas ao período corrente	(6 530)	(10 438)
Relativas a períodos anteriores	(173 162)	(165 147)
	<u>(179 692)</u>	<u>(175 585)</u>
	<u>92 611</u>	<u>98 931</u>

31 Activos intangíveis

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Dez 2014
Custo		
Software	77 322	77 206
Diferenças de consolidação e de reavaliação (<i>goodwill</i>)	56 304	56 304
Outros activos intangíveis	953	1 490
Activos intangíveis em curso	17 221	5 629
	151 800	140 629
Amortizações acumuladas		
Relativas ao período corrente	(7 316)	(15 698)
Relativas a períodos anteriores	(50 174)	(32 365)
	(57 490)	(48 063)
Imparidade para activos intangíveis	(26 512)	(26 512)
	67 798	66 054

A rubrica Diferenças de consolidação e de reavaliação (*goodwill*), corresponde ao justo valor dos activos e passivos do Grupo Finibanco adquiridos pelo Grupo em 31 de Março de 2011 ao Montepio Geral – Associação Mutualista, conforme descrito na nota 1 a).

Este activo intangível não possui vida útil finita, pelo que, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 b) e 1 aa), o seu valor recuperável é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas por imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados.

De acordo com a IAS 36, o valor recuperável do *goodwill* deve ser o maior entre o seu valor de uso (isto é, o valor presente dos fluxos de caixa futuros que se esperam do seu uso) e o seu justo valor deduzido dos custos de venda. Tendo por base estes critérios, o Grupo efectua anualmente avaliações em relação às participações financeiras para as quais existe *goodwill* registado no activo que consideraram entre outros factores:

- (i) uma estimativa dos fluxos de caixa futuros gerados;
- (ii) uma expectativa sobre potenciais variações nos montantes e prazo desses fluxos de caixa;
- (iii) o valor temporal do dinheiro;
- (iv) um prémio de risco associado a incerteza pela detenção do activo; e
- (v) outros factores associados a situação actual dos mercados financeiros.

As avaliações efectuadas têm por base pressupostos razoáveis e suportáveis que representam a melhor estimativa do Conselho de Administração Executivo sobre as condições económicas que afectarão cada entidade, os orçamentos e as projecções mais recentes aprovadas pelo Conselho de Administração para aquelas entidades e a sua extrapolação para períodos futuros. Os pressupostos assumidos para as referidas avaliações podem alterar-se com a modificação das condições económicas e de mercado.

32 Impostos

As diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de IRC, sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 w), são elegíveis para o reconhecimento de impostos diferidos.

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 podem ser analisados como se segue:

(milhares de Euros)

	Activo		Passivo		Líquido	
	Jun 2015	Dez 2014	Jun 2015	Dez 2014	Jun 2015	Dez 2014
Instrumentos financeiros	30 404	13 105	(18 583)	(35 434)	11 821	(22 329)
Outros activos tangíveis	54	10	-	-	54	10
Provisões	277 438	260 661	-	-	277 438	260 661
Benefícios dos empregados	34 524	35 900	-	-	34 524	35 900
Outros	3 257	4 609	(116)	(111)	3 141	4 498
Prejuízos fiscais reportáveis	90 217	77 141	-	-	90 217	77 141
Imposto diferido activo/(passivo) líquido	<u>435 894</u>	<u>391 426</u>	<u>(18 699)</u>	<u>(35 545)</u>	<u>417 195</u>	<u>355 881</u>

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os activos e passivos por impostos diferidos são apresentados pelo seu valor líquido sempre que, nos termos da legislação aplicável, possam ser compensados activos por impostos correntes com passivos por impostos correntes e sempre que os impostos diferidos estejam relacionados com o mesmo imposto.

Através da Lei n.º 82-B/2014, de 16 de Janeiro (Lei do Orçamento de Estado para 2015), foi reduzida a taxa de IRC, aplicável a partir de 1 de Janeiro de 2015, de 23% para 21%.

A taxa de imposto diferido é analisada como segue:

	Jun 2015	Dez 2014
	%	%
Taxa de IRC (a)	21,0%	21,0%
Taxa de derrama municipal	1,5%	1,5%
Taxa de derrama estadual	7,0%	7,0%
Total (b)	<u>29,5%</u>	<u>29,5%</u>

(a) - Aplicável aos impostos diferidos associados a prejuízos fiscais;

(b) - Aplicável aos impostos diferidos associados a diferenças temporárias.

O Grupo avaliou a recuperabilidade dos seus impostos diferidos em balanço tendo por base as expectativas de lucros futuros tributáveis.

Os activos e passivos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis são reconhecidos quando existe uma expectativa razoável de haver lucros tributáveis futuros. A incerteza quanto à recuperação de prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto é considerada no apuramento de activos por impostos diferidos.

Os impostos diferidos activos associados a prejuízos fiscais, por ano de caducidade, são analisados como segue:

(milhares de Euros)		
<u>Ano de caducidade</u>	<u>Jun 2015</u>	<u>Dez 2014</u>
2015	1 599	1 409
2017	32 792	28 248
2018	47 074	47 484
2026	5	-
2027	8 747	-
	<u>90 217</u>	<u>77 141</u>

Os movimentos ocorridos nas rubricas de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

(milhares de Euros)		
	<u>Jun 2015</u>	<u>Dez 2014</u>
Saldo inicial	355 881	336 264
Reconhecido em resultados	27 670	41 004
Reconhecido em reservas de justo valor	34 126	(14 241)
Reconhecido em reservas e resultados transitados	(482)	(7 146)
Saldo final (Activo / (Passivo))	<u>417 195</u>	<u>355 881</u>

O imposto reconhecido em resultados e reservas para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2015 e para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 teve as seguintes origens:

(milhares de Euros)

	Jun 2015		Dez 2014	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Instrumentos financeiros	-	34 150	-	(14 241)
Outros activos tangíveis	44	-	455	-
Provisões	16 777	-	64 877	-
Benefícios de empregados	(49)	(1 327)	2 983	(7 146)
Outros	(2 178)	821	7 273	-
Prejuízos fiscais reportáveis	13 076	-	(34 584)	-
Imposto diferido	27 670	33 644	41 004	(21 387)
Impostos correntes	218	-	(18 190)	-
Total do imposto reconhecido	27 888	33 644	22 814	(21 387)

A variação de saldo dos impostos diferidos líquidos inclui os encargos de impostos diferidos do exercício reconhecidos em resultados, bem como as variações relevadas em capitais próprios, nomeadamente o impacto decorrente da alteração, nos termos previstos na política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais relativos a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego de benefício definido, e os ganhos e perdas potenciais decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda serem reconhecidos em capitais próprios.

A reconciliação da taxa de imposto, na parte respeitante ao montante reconhecido em resultados, pode ser analisada como segue:

	(milhares de Euros)			
	Jun 2015		Jun 2014	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos		(57 282)		19 167
Imposto apurado com base na taxa nominal	21,0	(12 029)	23,0	4 408
Impacto das taxas de derrama municipal e estadual	(1,5)	855	8,0	1 533
Benefícios pós-emprego e Fundo de Pensões	(0,7)	403	(20,7)	(3 966)
Constituição/reversão de provisões tributadas	(28,4)	16 271	189,0	36 227
Contribuição extraordinária sobre o sector bancário	(18,6)	10 666	40,6	7 778
Prejuízos fiscais utilizados	(15,9)	9 125	(267,2)	(51 220)
Tributações autónomas e outros impostos	(0,4)	218	104,7	20 063
Outros	44,9	(25 727)	199,0	38 136
Impacto da constituição de imposto diferido	48,3	(27 670)	(213,9)	(41 004)
Imposto do período	48,7	(27 888)	62,4	11 955

O Grupo reconheceu os seus impostos diferidos com base numa avaliação da sua recuperabilidade, tendo em conta a expectativa de lucros fiscais futuros. Na presente data não existem impostos diferidos não reconhecidos.

Em 2014, a CEMG foi objecto de uma acção inspectiva pela Autoridade Tributária ao ano de 2012. Em resultado da inspecção a CEMG foi sujeita a uma liquidação adicional em sede de IRC respeitante a tributação autónoma e a diversas correcções ao prejuízo fiscal apurado. Em sede de Imposto do Selo, a CEMG foi também objecto de uma liquidação adicional. A CEMG procedeu ao pagamento dos valores liquidados, sem prejuízo de reclamar graciosamente de algumas correcções efectuadas.

33 Outros activos

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Dez 2014
Bonificações a receber do Estado Português	6 782	6 460
Outros devedores	234 432	203 384
Outros proveitos a receber	22 637	7 354
Despesas com custo diferido	4 023	2 695
Contas diversas	122 110	135 471
	389 984	355 364
Imparidade para outros activos	(18 099)	(16 240)
	371 885	339 124

A 30 de Junho de 2015, a rubrica Outros proveitos a receber inclui o montante de 20.000 milhares de Euros, referente ao custo estimado com a prestação de serviços efectuada pela CEMG ao Montepio Geral Associação Mutualista, conforme descrito na nota 10.

A 30 de Junho de 2015, a rubrica de Outros devedores inclui o montante de 139.176 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 139.176 milhares de Euros) relativo a valores a receber, no âmbito da operação de venda de créditos à SilverEquation, conforme nota 22.

Adicionalmente, a rubrica Outros devedores inclui o valor de 27.436 milhares de Euros relativos à venda de imóveis classificados como Activos não correntes detidos para venda.

A 30 de Junho de 2015, a rubrica de Outros devedores inclui ainda o montante de 20.531 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 3.833 milhares de Euros) relativos a valores a receber de entidades públicas, na sua maioria tribunais no âmbito de processos de insolvência e reclamação de créditos.

A rubrica Bonificações a receber do Estado Português corresponde às bonificações referentes a contratos de crédito à habitação e PME's, de acordo com os dispositivos legais aplicáveis ao crédito bonificado. Estes montantes não vencem juros e são reclamados mensalmente.

Em 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, a rubrica Bonificações a receber do Estado Português pode ser detalhada como segue:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Dez 2014
Bonificações reclamadas ao Estado e ainda não liquidadas	2 325	2 265
Bonificações processadas e ainda não reclamadas	411	315
Bonificações vencidas e ainda não reclamadas	4 046	3 880
	6 782	6 460

Em 30 de Junho de 2015, a rubrica Contas Diversas inclui, o montante de 112 milhares Euros (31 de Dezembro de 2014: 1.443 milhares de Euros) relativo a operações realizadas com títulos, registadas na *trade date* a aguardar liquidação.

Os movimentos da imparidade para outros activos são analisados como segue:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Jun 2014
Saldo em 1 de Janeiro	16 240	11 732
Dotação do período	12 816	4 417
Reversão do período	(12 191)	(451)
Transferências	1 234	(1 587)
Saldo em 30 de Junho	18 099	14 111

34 Recursos de bancos centrais

Em 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, esta rubrica regista os recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais que se encontram colateralizados por títulos da carteira de activos financeiros disponíveis para venda. Adicionalmente, regista ainda os recursos do Banco de Moçambique.

A análise da rubrica Recursos de bancos centrais pelo período remanescente a 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2015	Dez 2014
Até 3 meses	1 050 845	2 020 772
Mais de 6 meses	1 726 546	476 114
	<u>2 777 391</u>	<u>2 496 886</u>

35 Recursos de outras instituições de crédito

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2015			Dez 2014		
	Não remunerados	Remunerados	Total	Não remunerados	Remunerados	Total
Recursos de instituições de crédito no país						
Aplicações de muito curto prazo	-	13 406	13 406	-	-	-
Depósitos	2 754	39 317	42 071	920	45 449	46 369
Empréstimos	-	4 829	4 829	-	-	-
	<u>2 754</u>	<u>57 552</u>	<u>60 306</u>	<u>920</u>	<u>45 449</u>	<u>46 369</u>
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro						
Aplicações de muito curto prazo	207 993	-	207 993	-	-	-
Depósitos	15 714	2 661	18 375	-	10 761	10 761
Empréstimos	-	636 250	636 250	2 604	443 332	445 936
Operações de compra com acordo de revenda	781 292	423 392	1 204 684	-	538 602	538 602
Outros recursos	15 513	-	15 513	-	28 488	28 488
	<u>1 020 512</u>	<u>1 062 303</u>	<u>2 082 815</u>	<u>2 604</u>	<u>1 021 183</u>	<u>1 023 787</u>
	<u>1 023 266</u>	<u>1 119 855</u>	<u>2 143 121</u>	<u>3 524</u>	<u>1 066 632</u>	<u>1 070 156</u>

No âmbito de operações de instrumentos financeiros derivados com contrapartes institucionais, de acordo com o definido nos contratos respectivos, a CEMG tem, em 30 de Junho de 2015, o montante de 10.670 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 16.650 milhares de Euros) de depósitos de outras instituições de crédito recebidos como colateral das referidas operações.

A rubrica de Recursos de outras instituições de crédito inclui emissões ao justo valor de acordo com metodologias de valorização internas, considerando maioritariamente dados observáveis de mercado no valor de 71.491 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 61.009 milhares de Euros). Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização, e conforme disposto na IFRS 13, estes instrumentos estão categorizados no nível 2. Os passivos financeiros incluídos nesta rubrica encontram-se reavaliados por contrapartida de resultados, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 d), tendo-se reconhecido em 30 de Junho de 2015, um ganho de 80 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: uma perda de 2.270 milhares de Euros) relativo às variações de justo valor associadas ao risco de crédito do Grupo, conforme referido nas notas 6 e 23.

36 Recursos de clientes

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2015			Dez 2014		
	Não remunerados	Remunerados	Total	Não remunerados	Remunerados	Total
Depósitos à ordem	2 875 847	234 266	3 110 113	2 584 965	207 665	2 792 630
Depósitos a prazo	-	9 938 542	9 938 542	-	11 398 246	11 398 246
Depósitos de poupança	-	109 427	109 427	-	110 992	110 992
Outros recursos	12 588	-	12 588	12 771	-	12 771
Correcções de valor por operações de cobertura	(9)	-	(9)	20	-	20
	<u>2 888 426</u>	<u>10 282 235</u>	<u>13 170 661</u>	<u>2 597 756</u>	<u>11 716 903</u>	<u>14 314 659</u>

Nos termos da Portaria n.º 180/94, de 15 de Dezembro, foi constituído o Fundo de Garantia de Depósitos, cuja finalidade é a garantia de reembolso de depósitos constituídos nas Instituições de Crédito. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo estão definidos no Aviso n.º 11/94 de 29 de Dezembro do Banco de Portugal.

A rubrica Depósitos a prazo inclui depósitos valorizados ao justo valor de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado, no valor de 84.019 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 95.657 milhares de Euros). Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização, e conforme o disposto na IFRS 13, estes instrumentos estão categorizados no Nível 2. Os passivos financeiros incluídos nesta rubrica encontram-se reavaliados por contrapartida de resultados, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 d), tendo-se reconhecido em 30 de Junho de 2015, um ganho de 29 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 5.343 milhares de Euros) relativo às variações de justo valor associadas ao risco de crédito do Grupo, conforme referido nas notas 6 e 23.

37 Responsabilidades representadas por títulos

A análise das Responsabilidades representadas por títulos, decompõe-se como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2015	Dez 2014
<i>Euro Medium Term Notes (EMTN)</i>	67 075	150 145
Obrigações de caixa	1 591 709	1 974 804
Obrigações hipotecárias	120 134	-
Papel comercial	3 091	21 576
	<u>1 782 009</u>	<u>2 146 525</u>

O justo valor das responsabilidades representadas por títulos encontra-se apresentada na nota 51.

A rubrica Responsabilidades representadas por títulos inclui emissões valorizados ao justo valor de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado. Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização, e conforme o disposto na IFRS 13, estes instrumentos estão categorizados no Nível 2. Os passivos financeiros incluídos nesta rubrica encontram-se reavaliados por contrapartida de resultados, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 d), tendo-se reconhecido em 30 de Junho de 2015, uma perda no montante de 1.072 milhares de Euros (30 de Junho de 2014: uma perda no montante de 4.148 milhares de Euros) relativo às variações de justo valor associadas ao risco de crédito do Grupo, conforme referido na nota 6 e 23.

Em 30 de Junho de 2015, esta rubrica inclui o montante de 106.177 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 196.809 milhares de Euros) de responsabilidades representadas por títulos registados em balanço ao justo valor através de resultados.

Durante o primeiro semestre de 2015, o Grupo procedeu à emissão de 28.100 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 573.597 milhares de Euros) de títulos, tendo sido reembolsados 547.054 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 781.540 milhares de Euros).

No âmbito do Programa de Emissão de Obrigações Hipotecárias, cujo montante máximo é de 5.000.000 milhares de Euros, o Grupo procedeu a emissões que totalizaram 2.000.000 milhares de Euros. As características das emissões vivas a 30 de Junho de 2015 são apresentadas como segue:

Designação	Valor Nominal	Valor de balanço	Data de emissão	Data de reembolso	Periodicidade do pagamento dos juros	Taxa de juro	Rating (Moody's/Fitch/Dbbs)
Obrig. hipotecárias - 2S	1 000 000	1 000 386	Dezembro 2009	Dezembro 2016	Trimestral	Euribor 3M + 0,75%	Baa1/BB+/A
Obrig. hipotecárias - 3S	500 000	501 941	Novembro 2010	Novembro 2015	Trimestral	Euribor 3M + 2,5%	Baa1/BB+/A
Obrig. hipotecárias - 4S	500 000	500 076	Maio 2013	Maio 2017	Mensal	Euribor 1M + 0,75%	Baa1/BB+/A
	<u>2 000 000</u>	<u>2 002 403</u>					

As obrigações hipotecárias são garantidas por um conjunto de créditos à habitação que se encontram segregados como património autónomo nas contas do Grupo, conferindo assim privilégios creditórios especiais aos detentores destes títulos sobre quaisquer outros credores. As condições da referida emissão enquadram-se no disposto do Decreto-Lei n.º 59/2006, nos Avisos n.º 5/2006 de 20 de Março, n.º 6/2006 de 11 de Outubro, n.º 7/2006 de 11 de Outubro e n.º 8/2006 de 11 de Outubro e na Instrução n.º 13/2006 de 15 de Novembro do Banco de Portugal.

Em 30 de Junho de 2015, o valor dos créditos que contragarantem estas emissões ascende a 2.723.689 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 2.711.971 milhares de Euros) de acordo com a nota 22.

No decorrer do primeiro semestre de 2015, o Grupo alienou o montante de 120.000 milhares de Euros de obrigações hipotecárias – 2.^a série.

O movimento ocorrido durante o primeiro semestre de 2015 nas Responsabilidades representadas por títulos foi o seguinte:

(milhares de Euros)

	Saldo em 1 de Janeiro	Emissões	Reembolsos	Compras (Líquidas)	Outros movimentos ^(a)	Saldo em 30 de Junho
<i>Euro Medium Term Notes (EMTN)</i>	150 145	-	(125 000)	43 050	(1 120)	67 075
Obrigações de caixa	1 974 804	28 100	(400 704)	-	(10 491)	1 591 709
Obrigações hipotecárias	-	-	-	-	120 134	120 134
Papel comercial	21 576	-	(21 350)	-	2 865	3 091
	<u>2 146 525</u>	<u>28 100</u>	<u>(547 054)</u>	<u>43 050</u>	<u>111 388</u>	<u>1 782 009</u>

(a) Os outros movimentos incluem o juro corrido no balanço, correcções por operações de cobertura, correcções de justo valor, variação cambial e alienação de emissões de obrigações hipotecárias.

O movimento ocorrido durante o exercício de 2014 nas Responsabilidades representadas por títulos foi o seguinte:

(milhares de Euros)

	Saldo em 1 de Janeiro	Emissões	Reembolsos	Compras (Líquidas)	Outros movimentos ^(a)	Saldo em 31 de Dezembro
<i>Euro Medium Term Notes (EMTN)</i>	357 803	-	(105 000)	(37 350)	(65 308)	150 145
Obrigações de caixa	1 717 872	528 247	(416 950)	-	145 635	1 974 804
Obrigações hipotecárias	80	-	-	-	(80)	-
Papel comercial	243 673	45 350	(259 590)	-	(7 857)	21 576
	<u>2 319 428</u>	<u>573 597</u>	<u>(781 540)</u>	<u>(37 350)</u>	<u>72 390</u>	<u>2 146 525</u>

(a) Os outros movimentos incluem o juro corrido no balanço, correcções por operações de cobertura, correcções de justo valor e variação cambial.

De acordo com a política contabilística descrita na nota 1 d), no caso de compras de títulos representativos de responsabilidades do Grupo, os mesmos são anulados do passivo consolidado e a diferença entre o valor de compra e o respectivo valor de balanço é reconhecido em resultados.

As emissões efectuadas pelo Grupo durante o primeiro semestre de 2015 nas Responsabilidades representadas por títulos foi o seguinte:

(milhares de euros)

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor de balanço
MONTEPIO CAP CERTO 2014/2019 12S	02-01-2015	31-12-2019	Taxa anual de 2,90% (2.º a 4.º ano taxa de 2,95%; 5.º ano taxa de 3,25%)	23 100
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2015/2020 1S	02-02-2015	03-02-2020	Taxa anual de 2,65% (2.º a 4.º ano taxa de 2,70%; 5.º ano taxa de 3%)	5 000
				<u>28 100</u>

Em 30 de Junho de 2015, os empréstimos obrigacionistas venciam juros postecipados e antecipados, encontrando-se as suas taxas compreendidas no intervalo entre 0,73% e 12,16% (31 de Dezembro de 2014 :1,06% e 12,16%).

38 Passivos financeiros associados a activos transferidos

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Dez 2014
<i>Pelican Mortgages No. 3</i>	124 170	163 650

39 Provisões

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Dez 2014
Provisões para outros riscos e encargos	14 246	20 329

Os movimentos das provisões para outros riscos e encargos são analisados como segue:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Jun 2014
Saldo em 1 de Janeiro	20 329	8 014
Dotação do período	1 636	273
Reversão do período	(6 862)	(1 525)
Transferências	(857)	(585)
Saldo em 30 de Junho	14 246	6 177

Estas provisões foram efectuadas tendo como base a probabilidade de ocorrência de certas contingências relacionadas com a actividade do Grupo, sendo revistas em cada data de reporte de forma a reflectir a melhor estimativa do montante e respectiva probabilidade de pagamento.

40 Outros passivos subordinados

As principais características dos passivos subordinados, em 30 de Junho de 2015 são apresentadas como seguem:

(milhares de Euros)

Descrição da emissão	Data de emissão	Maturidade	Valor de emissão	Taxa de juro	Valor de balanço
CEMG/06	Abr. 2006	Abr. 2016	50 000	Euribor 3 meses+0,95%	26 149
CEMG/08 1.ª série	Fev.2008	Fev.2018	150 000	Euribor 6 meses+1,5%	121 248
CEMG/08 3.ª série	Jul.2008	Jul.2018	150 000	Euribor 6 meses+1,5%	121 027
CEMG/08 2.ª série	Jun.2008	Jun.2018	28 000	Euribor 12 meses+1,5%	17 993
FNB 08/18 1ª/2ª Série	Dez.2008	Dez.2018	10 363	Euribor 6 meses+1,75% (iv)	9 550
FNB Grandes empresas 07/16 2ª/3ª série	Jun.2011	Jun.2016	22 602	Máx.(0;6,0%*(1-n/8)) (i)	18 702
FNB Grandes empresas 07/16_ 1ª série	Mai.2007	Mai.2016	1 745	Máx.(0;6,0%*(1-n/8)) (i)	4 722
Ob. Cx Subordinadas Finicrédito	Nov.2007	Nov.2017	16 550	Taxa base+0,90% (<i>barrier level</i>)	16 077
					<u>335 468</u>
				Correcção de valor por operações de cobertura	(3 977)
					<u>331 491</u>

As principais características dos passivos subordinados, em 31 de Dezembro de 2014 são apresentadas como seguem:

(milhares de Euros)

Descrição da emissão	Data de emissão	Maturidade	Valor de emissão	Taxa de juro	Valor de balanço
CEMG/06	Abr. 2006	Abr. 2016	50 000	Euribor 3 meses+0,95%	26 154
CEMG/08 1.ª série	Fev.2008	Fev.2018	150 000	Euribor 6 meses+1,5%	121 330
CEMG/08 3.ª série	Jul.2008	Jul.2018	150 000	Euribor 6 meses+1,5%	121 031
CEMG/08 2.ª série	Jun.2008	Jun.2018	28 000	Euribor 12 meses+1,5%	18 179
FNB 08/18 1ª/2ª Série	Dez.2008	Dez.2018	10 363	Euribor 6 meses+1,75% (iv)	9 681
FNB Grandes empresas 07/16 2ª/3ª série	Jun.2011	Jun.2016	22 602	Máx.(0;6,0%*(1-n/7)) (i)	19 397
FNB Grandes empresas 07/16_ 1ª série	Mai.2007	Mai.2016	1 745	Máx.(0;6,0%*(1-n/7)) (i)	4 863
FNB Indices estratégicos 07/17 1ª série	Mai.2007	Jun.2015	13 207	6,25%*VN Min.(cotação) (ii)	10 257
FNB Indices estratégicos 07/17 2ª/3ª série	Jun.2011	Jun.2015	26 629	6,25%*VN Min.(cotação) (ii)	31 107
FNB Rendimento Seguro 05/15	Jun.2005	Jun.2015	238	6,25%*VN Min.(cotação) (iii)	236
Ob. Cx Subordinadas Finicrédito	Nov.2007	Nov.2017	16 550	Taxa base+0,90% (<i>barrier level</i>)	16 190
					<u>378 425</u>
				Correcção de valor por operações de cobertura	(5 146)
					<u>373 279</u>

Referências:

(i) - Serão pagos os seguintes cupões, no final de cada ano (a 9 de Maio, para a 1ª série e a 20 de Junho, para as 2ª e 3ª séries):

Cupão	Taxa/ intervalo
1º Cupão	5,50%
2º Cupão	5,50%
3º Cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/3)]
4º Cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/4)]
5º Cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/5)]
6º Cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/6)]
7º Cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/7)]
8º Cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/8)]
9º Cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/9)]

Notas:

onde, n é o número acumulado de Entidades de Referência em relação às quais tenha ocorrido um Evento de Crédito.

Se ocorrer uma fusão entre duas ou mais empresas de referência e ocorrer um Evento de Crédito na empresa resultante da fusão, serão contados tantos Eventos de Crédito quanto o número de empresas fundidas.

(ii) - A remuneração será paga anualmente e será igual a:

Cupão	Taxa/ Intervalo
1º ano	5,5% * valor nominal
2º ano	5,5% * valor nominal
3º ano e seguintes	6,25% * valor nominal se Min (SDk/SD0-SXk/SX0; HSk/HS0- SXk/SX0) > Barreira k ***

*** se não = 0%, onde:

Barreira 3 = Barreira a aplicar no 3º cupão = 0%;
 Barreira 4 = Barreira a aplicar no 4º cupão = 1%;
 Barreira 5 = Barreira a aplicar no 5º cupão = 2%;
 Barreira 6 = Barreira a aplicar no 6º cupão = 3%;
 Barreira 7 = Barreira a aplicar no 7º cupão = 4%;
 Barreira 8 = Barreira a aplicar no 8º cupão = 5%;
 Barreira k = Barreira a aplicar no kº cupão;
 SDk – Cotação de fecho do índice Eurostoxx Select Dividend (Bloomberg: SD3E) na data de observação K (K=1 a 6)
 SD0 – Cotação de fecho do índice Eurostoxx Select Dividend (Bloomberg: SD3E) na data de início
 SXk – Cotação de fecho do índice Eurostoxx 50 Total Return (Bloomberg: SX5T) na data de observação K (K=1 a 6)
 SX0 – Cotação de fecho do índice Eurostoxx 50 Total Return (Bloomberg: SX5T) na data de início
 HSk – Cotação de fecho do índice HS60 Europe (Bloomberg: HS60EU) na data de observação K (K=1 a 6)
 HS0 – Cotação de fecho do índice HS60 Europe (Bloomberg: HS60EU) na data de início

(iii) - A remuneração será paga semestralmente, terá como mínimo 1% e como máximo 5%, e será calculada de acordo com a seguinte fórmula (taxa anual):

$$n/N * 5\% + m/N * 1\%$$

onde:

n é o nº de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está dentro do intervalo fixado;

m é o nº de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está fora do intervalo fixado;

N é o nº de dias úteis do período respectivo;

Nota:

Intervalo: é o que se encontra definido no quadro seguinte, para cada cupão:

Período	Data do cupão	Intervalo
1º semestre	09-Dez-05	[1,60; 2,75%]
2º semestre	09-Jun-06	[1,60; 3,00%]
3º semestre	09-Dez-06	[1,60; 3,25%]
4º semestre	09-Jun-07	[1,60; 3,50%]
5º semestre	09-Dez-07	[1,60; 3,50%]
6º semestre	09-Jun-08	[1,70; 3,75%]
7º semestre	09-Dez-08	[1,70; 3,75%]
8º semestre	09-Jun-09	[1,70; 4,00%]
9º semestre	09-Dez-09	[1,80; 4,00%]
10º semestre	09-Jun-10	[1,80; 4,25%]
11º semestre	09-Dez-10	[1,80; 4,25%]
12º semestre	09-Jun-11	[1,80; 4,50%]
13º semestre	09-Dez-11	[1,90; 4,50%]
14º semestre	09-Jun-12	[1,90; 4,50%]
15º semestre	09-Dez-12	[1,90; 4,50%]
16º semestre	09-Jun-13	[1,90; 4,50%]
17º semestre	09-Dez-13	[2,00; 4,50%]
18º semestre	09-Jun-14	[2,00; 4,50%]
19º semestre	09-Dez-14	[2,00; 4,50%]
20º semestre	09-Jun-15	[2,00; 4,50%]

(iv) - A remuneração será paga semestralmente e o primeiro cupão será fixo:

Cupão	Taxa/ Intervalo
1º cupão	6,50% (taxa anual)
entre 2º e 10º cupão	Euribor 6M + 1,50% (taxa anual)
entre 11º e seguintes	Euribor 6M + 1,75% (taxa anual)

A 30 de Junho de 2015, a rubrica Outros passivos subordinados inclui emissões ao justo valor de acordo com metodologias de valorização internas considerando dados observáveis de mercado. Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização, e conforme disposto na IFRS 13, estes instrumentos estão categorizados no nível 2. Os passivos financeiros incluídos nesta rubrica encontram-se reavaliados por contrapartida de resultados, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 d), tendo-se reconhecido em 30 de Junho de 2015, o montante negativo de 1.169 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: montante negativo de 3.014 milhares de Euros) relativo às variações de justo valor associadas ao risco de crédito do Grupo, conforme referido nas notas 6 e 23.

Em 30 de Junho de 2015, os outros passivos subordinados registados em balanço ao justo valor através de resultados ascendem ao montante de 15.684 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 69.631 milhares de Euros).

Em 30 de Junho de 2015, os empréstimos subordinados venciam juros trimestrais e semestrais postecipados, encontrando-se as suas taxas compreendidas no intervalo entre 0,11% e 2,00% (31 de Dezembro de 2014: 0,8% e 2,03%).

O justo valor da carteira de outros passivos subordinados encontra-se apresentada na nota 51.

41 Outros passivos

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Dez 2014
Credores		
Fornecedores	8 206	23 481
Outros credores	144 676	81 419
Sector Público administrativo	18 861	20 907
Encargos a pagar por gastos com pessoal	37 097	36 541
Outros custos a pagar	3 514	2 876
Receitas antecipadas	1 616	5 025
Contas diversas	50 927	199 469
	264 897	369 718

A 30 de Junho de 2015, a rubrica Contas Diversas inclui o valor de 30.501 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 89.053 milhares de Euros), relativo aos passivos líquidos reconhecidos em balanço e que representam a diferença entre as responsabilidades com pensões, benefícios de saúde e subsídio por morte e os activos.

A 31 de Dezembro de 2014, a rubrica Contas Diversas inclui o valor de 68.208 milhares de Euros, referentes a saldos de operações sobre títulos a regularizar.

A 30 de Junho de 2015, a rubrica Encargos a pagar por gastos com pessoal inclui o valor de 15.253 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 15.052 milhares de Euros), relativo ao prémio de antiguidade.

Adicionalmente, a 30 de Junho de 2015, esta rubrica inclui o montante de 21.844 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 21.489 milhares de Euros), relativo à especialização de férias, subsídio de férias e subsídio de Natal.

42 Capital institucional

O capital institucional da CEMG, que se encontra integralmente realizado, é de 1.500.000 milhares de Euros, pertencendo na sua totalidade ao Montepio Geral Associação Mutualista.

Em 6 de Novembro de 2013, na sequência da deliberação do Conselho de Administração Executivo, procedeu-se ao aumento do capital institucional da Caixa Económica Montepio Geral, no montante de 105.000 milhares de Euros, por entrada de numerário.

Em 26 de Setembro de 2013, na sequência da deliberação do Conselho de Administração Executivo, procedeu-se ao aumento do capital institucional da Caixa Económica Montepio Geral, no montante de 100.000 milhares de Euros, por entrada de numerário.

Em 20 de Dezembro de 2012, na sequência da deliberação da Assembleia Geral realizada, procedeu-se ao aumento do capital institucional da Caixa Económica Montepio Geral, no montante de 50.000 milhares de Euros, por entrada de numerário.

43 Fundo de participação

O fundo de participação da CEMG possui um valor nominal global de 400.000 milhares de Euros.

Na sequência da decisão tomada pelo Conselho de Administração Executivo em 29 de Abril de 2015, da deliberação da Assembleia Geral realizada, em 30 de Abril de 2015 e da Assembleia de titulares de unidades de participação do Fundo de Participação da Caixa Económica Montepio Geral, onde foi deliberado a supressão do direito de preferência atribuído aos titulares de unidades de participação do Fundo de Participação da Caixa Económica Montepio Geral realizada no dia 5 de Junho de 2015, procedeu-se à emissão em 26 de Junho de 2015 de unidades representativas do Fundo de Participação da Caixa Económica Montepio Geral, com um valor nominal global de 200.000 milhares de Euros, por entrada de numerário, colocada através de oferta particular, mediante subscrição integral pelo Montepio Geral – Associação Mutualista.

Na sequência da deliberação da Assembleia Geral realizada, em 28 de Outubro de 2013, procedeu-se à emissão em 17 de Dezembro de 2013 de unidades representativas do Fundo de Participação da Caixa Económica Montepio Geral, com um valor nominal global de 200.000 milhares de Euros, por entrada de numerário.

As unidades de participação constituem valores mobiliários, nos termos previstos na alínea g) do artigo 1º do Código dos Valores Mobiliários, na medida em que constituem outros documentos representativos de situações jurídicas homogéneas (designadamente quanto ao direito à remuneração ou ao direito de recebimento do saldo de liquidação da Caixa Económica Montepio Geral, após satisfação dos restantes credores, inclusive dos que detenham outros créditos subordinados), susceptíveis de serem transmitidos em mercado.

A Caixa Económica Montepio Geral procedeu à emissão de 400.000.000 unidades de participação com o valor nominal de 1 Euro, que são, quanto à forma de representação, escriturais e emitidas exclusivamente na modalidade nominativa.

Nos termos dos Estatutos da Caixa Económica Montepio Geral, as unidades de participação não conferem direitos de participação na Assembleia Geral da Caixa Económica Montepio Geral ou de gestão e os direitos económicos associados à titularidade das unidades de participação incluem o direito a receber uma remuneração anual quando, existindo suficiência de resultados, a Assembleia Geral o deliberar, sob proposta do Conselho de Administração Executivo, no direito ao reembolso das unidades de participação apenas em caso de dissolução da Caixa Económica Montepio Geral e após satisfação dos restantes credores, inclusivé dos que detenham outros créditos subordinados, e no direito ao eventual reembolso na sequência da amortização das unidades de participação por deliberação da Assembleia Geral da Caixa Económica Montepio Geral, sempre sujeita à prévia autorização do Banco de Portugal. O direito à informação associado à titularidade das unidades de participação é exercido através do representante comum eleito em Assembleia Geral de titulares de unidades de participação, donde os titulares das unidades de participação não terão direito de acesso directo à informação económica e financeira da Caixa Económica Montepio Geral.

Estes instrumentos são elegíveis para efeitos prudenciais para o Core Tier 1. À luz do disposto na IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação, para efeitos contabilísticos, estes instrumentos são classificados como capital, tendo em consideração as suas características específicas, nomeadamente a não existência de uma obrigação de pagamento de capital e juros.

Assim, a classificação como capital resulta do facto do investidor, enquanto detentor do instrumento emitido, se encontrar efectivamente exposto ao risco dos instrumentos de capital da sociedade, dado que poderá não receber um montante equivalente ao valor investido.

44 Outros instrumentos de capital

Esta rubrica regista a emissão de 15.000 milhares de Euros ocorrida no primeiro trimestre de 2010 de Valores Mobiliários Perpétuos Subordinados com juros condicionados efectuada pelo Montepio Investimento, S.A. (ex-Finibanco, S.A.), e que no âmbito do processo de aquisição do Montepio Holding, S.G.P.S., S.A. (ex-Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A.) e das suas subsidiárias passou a integrar as responsabilidades da CEMG, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 a).

No caso de compras de Valores Mobiliários Perpétuos Subordinados, os mesmos são anulados da situação líquida e a diferença entre o valor de compra e o respectivo valor de balanço é reconhecido em resultados.

No decurso de 2013, a CEMG efectuou recompras de Valores Mobiliários Perpétuos Subordinados no montante de 6.727 milhares de Euros. Após estas operações, a rubrica Outros instrumentos de capital apresenta o montante de 8.273 milhares de Euros.

Remuneração

Com sujeição às limitações ao vencimento de juros descritas abaixo, a remuneração será paga semestralmente, em 2 de Fevereiro e em 2 de Agosto de cada ano, com início em 2 de Agosto de 2010 e será igual a:

1.º ao 4.º cupões: 7,00%;

5.º cupão e seguintes: Euribor 6M + 2,75%, com um mínimo de 5%.

Limitações ao vencimento de juros

A Emitente estará impedida de proceder ao pagamento de juros:

- Na medida e até à concorrência em que a soma do montante a pagar pelos juros desta emissão com o montante dos dividendos pagos ou deliberados e o de pagamentos garantidos relativos a eventuais acções preferenciais que se possam vir a emitir, exceder os Fundos Distribuíveis da Emitente, ou
- Estiver em incumprimento da Regulamentação de Requisitos de Fundos Próprios ou na medida e até à concorrência em que o seu pagamento implicar incumprimento dessa Regulamentação.

A Emitente ainda está impedida de proceder ao Pagamento de Juros se, na opinião do Conselho de Administração Executivo ou do Banco de Portugal, esse pagamento colocar em risco o cumprimento da Regulamentação de requisitos de Fundos Próprios.

O impedimento de proceder ao Pagamento de Juros poderá ser total ou parcial.

O não pagamento de juros numa qualquer data desonera a Emitente do pagamento dos juros relativos a essa data em momento futuro.

Consideram-se Fundos distribuíveis de um determinado ano a soma algébrica, com referência ao exercício anterior, dos resultados acumulados retidos com quaisquer outros valores susceptíveis de serem distribuíveis e com os lucros ou prejuízos, líquida das reservas obrigatórias, legais e estatutárias, mas antes da dedução do montante de quaisquer dividendos relativos às acções ordinárias ou a quaisquer outros valores mobiliários subordinados a estes, relativos a esse exercício.

No decorrer do semestre de 2015, a CEMG procedeu ao pagamento de juros por esta emissão no montante de 379 milhares de Euros.

De referir, que no ano de 2014, o montante de juros a pagar excede os “Fundos Distribuíveis do Emitente”, pelo que a CEMG não procedeu ao pagamento de juros para esta emissão.

Reembolso

Estes valores Mobiliários são perpétuos, só sendo reembolsáveis segundo as condições de reembolso antecipado abaixo previstas.

Mediante acordo prévio do Banco de Portugal, o emitente poderá proceder ao reembolso, total ou parcial, a partir da 10ª data de pagamento de juros, inclusive (5º ano).

Em caso de ocorrência continuada de um evento de desqualificação como Fundos Próprios de Base, mesmo antes de decorridos 5 anos desde a sua emissão, e mediante acordo prévio do Banco de Portugal, estes Valores Mobiliários são reembolsáveis por opção do Emitente, em qualquer data.

Por evento de desqualificação como Fundos Próprios de Base entende-se uma alteração de qualquer documento legal ou respectiva interpretação oficial que implique que estes Valores Mobiliários deixem de poder ser qualificados como Fundos Próprios de Base da Emitente.

45 Títulos próprios

Esta rubrica regista unidades representativas do Fundo de Participação da CEMG detidas por entidades incluídas no perímetro de consolidação.

A 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, estas entidades detinham 3.280.322 unidades, com um custo médio unitário de 0,895 Euros.

As unidades de participação são detidas por entidades incluídas no perímetro de consolidação e encontram-se dentro dos limites estabelecidos pelos estatutos da CEMG e pelo Código das Sociedades Comerciais.

46 Reserva geral e especial

As reservas geral e especial são constituídas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de Maio. A reserva geral destina-se a fazer face a qualquer eventualidade e a cobrir prejuízos ou depreciações extraordinárias.

Nos termos da legislação portuguesa e dos Estatutos da CEMG, a CEMG deverá reforçar anualmente a reserva geral com pelo menos 20% dos lucros líquidos anuais. Esta reserva, normalmente não está disponível para distribuição e pode ser utilizada para absorver prejuízos futuros e para aumentar o capital.

A reserva especial destina-se a suportar prejuízos resultantes das operações correntes. Nos termos dos Estatutos da CEMG, a CEMG deverá reforçar anualmente a reserva especial com pelo menos 5% dos lucros líquidos anuais. Esta reserva, normalmente não está disponível para distribuição e pode ser utilizada para absorver prejuízos e para aumentar o capital.

A variação da reserva geral e especial é apresentada na nota 47.

47 Reservas de reavaliação, outras reservas e resultados transitados

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Dez 2014
Reservas de reavaliação		
Activos financeiros disponíveis para venda		
Valor bruto	(33.576)	69.609
Imposto	11.819	(22.307)
Diferença cambial de consolidação	(5.801)	2.019
Outros	9.389	(30.805)
	<u>(18.169)</u>	<u>18.516</u>
Outras reservas e resultados transitados		
Reserva geral	187.532	187.532
Reserva especial	68.273	68.273
Reservas por impostos diferidos	41.696	42.178
Resultados transitados	(670.273)	(446.455)
	<u>(372.772)</u>	<u>(148.472)</u>

As reservas de reavaliação relativas a activos financeiros disponíveis para venda representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros disponíveis para venda líquidas de imparidade reconhecida em resultados do exercício e/ou em exercícios anteriores em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1 d).

A movimentação da reserva de reavaliação relativa a activos financeiros disponíveis para venda durante o primeiro semestre de 2015 desta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)					
	Saldo em 1 de Janeiro	Reavaliação	Aquisições	Alienações	Variação de imparidade no período	Saldo em 30 de Junho
Títulos de rendimento fixo						
Obrigações de emissores públicos nacionais	56 612	1 164	(46 653)	(48 902)	-	(37 779)
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	3 699	825	(9 057)	-	(2 338)	(6 871)
Obrigações de outros emissores:						
Nacionais	(12 291)	12 415	238	(3 061)	(1 144)	(3 843)
Estrangeiros	13 206	(8 227)	(3 091)	(2 199)	42	(269)
	<u>61 226</u>	<u>6 177</u>	<u>(58 563)</u>	<u>(54 162)</u>	<u>(3 440)</u>	<u>(48 762)</u>
Títulos de rendimento variável						
Acções						
Nacionais	92	12	48	51	72	275
Estrangeiras	1 332	1 363	384	699	(921)	2 857
Unidades de participação	6 550	10 047	(9)	(19)	(4 515)	12 054
	<u>7 974</u>	<u>11 422</u>	<u>423</u>	<u>731</u>	<u>(5 364)</u>	<u>15 186</u>
	<u>69 200</u>	<u>17 599</u>	<u>(58 140)</u>	<u>(53 431)</u>	<u>(8 804)</u>	<u>(33 576)</u>

A movimentação durante o ano de 2014 desta rubrica é apresentada conforme segue:

	(milhares de Euros)					
	Saldo em 1 de Janeiro	Reavaliação	Aquisições	Alienações	Variação de imparidade no exercício	Saldo em 31 de Dezembro
Títulos de rendimento fixo						
Obrigações de emissores públicos nacionais	33 404	15 242	10 816	(2 850)	-	56 612
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	294	3 176	645	3	(419)	3 699
Obrigações de outros emissores:						
Nacionais	(20 396)	20 781	4 920	2 503	(19 690)	(11 882)
Estrangeiros	(1 377)	15 813	5 303	(114)	(6 419)	13 206
	<u>11 925</u>	<u>55 012</u>	<u>21 684</u>	<u>(458)</u>	<u>(26 528)</u>	<u>61 635</u>
Títulos de rendimento variável						
Acções						
Nacionais	243	98	57	7	(313)	92
Estrangeiras	1 947	(400)	(370)	(67)	222	1 332
Unidades de participação	(2 763)	(2 198)	495	894	10 122	6 550
	<u>(573)</u>	<u>(2 500)</u>	<u>182</u>	<u>834</u>	<u>10 031</u>	<u>7 974</u>
	<u>11 352</u>	<u>52 512</u>	<u>21 866</u>	<u>376</u>	<u>(16 497)</u>	<u>69 609</u>

As reservas de reavaliação relativas a activos financeiros disponíveis para venda explicam-se da seguinte forma:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Dez 2014
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda	3 593 928	3 575 865
Imparidade acumulada reconhecida	(64 567)	(55 763)
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda líquidos de imparidade	3 529 361	3 520 102
Valor de mercado dos activos financeiros disponíveis para venda	3 495 785	3 589 711
Ganhos/ Perdas potenciais reconhecidos na reserva de reavaliação	(33 576)	69 609

48 Distribuição de resultados

Em 2015 e 2014, a CEMG não procedeu à distribuição de resultados.

49 Interesses que não controlam

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)			
	Balanço		Demonstração dos Resultados	
	Jun 2015	Dez 2014	Jun 2015	Jun 2014
Finibanco Angola S.A.	12 900	13 610	747	1 003
Banco Terra, S.A.	10 694	12 830	(1 232)	-
	23 594	26 440	(485)	1 003

A movimentação desta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Euros)		
	Jun 2015	Dez 2014
Saldo inicial	26 440	11 035
Conversão em moeda estrangeira	(8 636)	862
Dividendos	-	(2 469)
Outros	6 275	15 436
	<u>24 079</u>	<u>24 864</u>
Lucro atribuível a interesses que não controlam	(485)	1 576
Saldo final	<u><u>23 594</u></u>	<u><u>26 440</u></u>

			Percentagem detida por interesses que não controlam	
Nome	Sede	Segmento	Jun 2015	Dez 2014
Finibanco Angola, S.A.	Luanda	Banca	18,43%	18,43%
Banco Terra, S.A.	Maputo	Banca	55,46%	55,46%

50 Garantias e outros compromissos

Os saldos destas contas são analisados como segue:

(milhares de Euros)		
	Jun 2015	Dez 2014
Garantias e avales prestados	537 595	534 775
Garantias e avales recebidos	31 528 362	31 702 268
Compromissos perante terceiros	1 484 896	1 256 209
Compromissos assumidos por terceiros	138 493	94 206
Activos cedidos em operações de titularização	181 090	191 970
Valores recebidos em depósitos	7 776 695	8 456 178
	<u><u>41 647 131</u></u>	<u><u>42 235 606</u></u>

Os montantes de garantias e avales prestados e os compromissos perante terceiros são analisados como segue:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Dez 2014
Garantias e avales prestados		
Garantias e avales	483 683	487 896
Créditos documentários abertos	53 482	46 451
Fianças e indemnizações (contragarantias)	430	428
	<u>537 595</u>	<u>534 775</u>
Compromissos perante terceiros		
Compromissos irrevogáveis		
Linhas de crédito irrevogáveis	642 306	653 777
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos	25 314	25 314
Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores	2 774	3 217
Compromissos revogáveis		
Linhas de crédito revogáveis	814 502	573 901
	<u>1 484 896</u>	<u>1 256 209</u>

Os créditos documentários são compromissos irrevogáveis, por parte do Grupo, por conta dos seus clientes, de pagar/mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Os compromissos revogáveis e irrevogáveis, apresentam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Grupo (por exemplo linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade, quer do cliente, quer do negócio que lhe está subjacente, sendo que o Grupo requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

O saldo da rubrica Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos, em 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, refere-se ao compromisso irrevogável que o Grupo assumiu, por força da lei, de entregar àquele Fundo, em caso de solicitação deste, as parcelas não realizadas das contribuições anuais.

O saldo da rubrica Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores, em 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, é relativo à obrigação irrevogável que o Grupo assumiu, por força da lei aplicável, de entregar àquele Sistema, em caso de accionamento deste, os montantes necessários para pagamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

Os instrumentos financeiros contabilizados como Garantias e outros compromissos estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados à carteira de crédito nomeadamente quanto à avaliação da adequação das provisões constituídas tal como descrito na política contabilística descrita na nota 1 c) a exposição máxima de crédito é representada pelo valor nominal que poderia ser perdido relativo aos passivos contingentes e outros compromissos assumidos pelo Grupo na eventualidade de incumprimento pelas respectivas contrapartes, sem ter em consideração potenciais recuperações de crédito ou colaterais.

51 Justo valor

O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, como acontece em muitos dos produtos colocados junto de clientes, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa.

A geração de fluxos de caixa dos diferentes instrumentos comercializados é feita com base nas respectivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas incorporam quer a curva de taxas de juro de mercado, quer as actuais condições da política de *pricing* do Grupo.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjectividade, e reflecte exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros. Não considera, no entanto, factores de natureza prospectiva, como por exemplo a evolução futura de negócio.

Nestas condições, os valores apresentados não podem ser entendidos como uma estimativa do valor económico do Grupo.

De seguida, são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros:

- *Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais, Disponibilidades em outras Instituições de Crédito e Recursos de outras Instituições de Crédito*

Atendendo ao prazo extremamente curto associado a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

- *Aplicações em Instituições de Crédito, Depósitos de Instituições de Crédito e Activos com Acordos de Recompra*

O justo valor destes instrumentos financeiros é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos, considerando que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas.

Para os Recursos de Bancos Centrais foi considerado que o valor de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor, atendendo à tipologia das operações e ao prazo associado. A taxa de remuneração das tomadas de fundos junto do Banco Central Europeu é de 0,05% (31 de Dezembro de 2014: 0,32%).

- Para as restantes aplicações e recursos, a taxa de desconto utilizada reflecte as actuais condições praticadas pelo Grupo em idênticos instrumentos para cada um dos diferentes prazos de maturidade residual. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de *swaps* de taxa de juro, no final do exercício).
- *Activos financeiros detidos para negociação (excepto derivados), Passivos financeiros detidos para negociação (excepto derivados), Activos financeiros disponíveis para venda e Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados*

Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base as cotações de mercado (*Bid-price*), sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e o risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respectivos.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros - *Reuters* e *Bloomberg* – mais concretamente as que resultam das cotações dos *swaps* de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. A curva de taxa de juro obtida é ainda calibrada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

Caso exista opcionalidade envolvida, utilizam-se os modelos *standards* (*Black-Scholes*, *Black*, *Ho* e outros) considerando as superfícies de volatilidade aplicáveis. Sempre que se entenda que não existem referências de mercado de qualidade suficiente ou que os modelos disponíveis não se aplicam integralmente face às características do instrumento financeiro, utilizam-se cotações específicas fornecidas por uma entidade externa, tipicamente a contraparte do negócio.

- *Investimentos detidos até à maturidade*

Estes investimentos estão contabilizados ao custo amortizado líquido de imparidade. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxo de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respectivos.

- *Derivados de cobertura e de negociação*

Todos os derivados se encontram contabilizados pelo seu justo valor.

No caso daqueles que são cotados em mercados organizados utiliza-se o respectivo preço de mercado. Quanto aos derivados negociados "ao balcão", aplicam-se os métodos numéricos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa e modelos de avaliação de opções considerando variáveis de mercado nomeadamente as taxas de juro aplicáveis aos instrumentos em causa, e sempre que necessário, as respectivas volatilidades.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros - *Reuters* e *Bloomberg* - mais concretamente as que resultam das cotações dos *swaps* de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. A curva de taxa de juro obtida é ainda calibrada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

- *Crédito a clientes com maturidade definida*

O justo valor destes instrumentos financeiros é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais do Grupo para cada uma das classes homogêneas deste tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de *swaps* de taxa de juro, no final do exercício) e o *spread* praticado à data de reporte, calculado através da média da produção do segundo trimestre de 2015. A taxa média de desconto foi de 3,84% (31 de Dezembro de 2014: 3,88%) assumindo a projecção das taxas variáveis segundo a evolução das taxas *forward* implícitas nas curvas de taxas de juro. Os cálculos efectuados incorporam o *spread* de risco de crédito.

- *Créditos a clientes sem maturidade definida e Débitos à vista para com clientes*

Atendendo ao curto prazo deste tipo de instrumentos, as condições desta carteira são semelhantes às praticadas à data de reporte, pelo que o seu valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

- *Recursos de clientes*

O justo valor destes instrumentos financeiros é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais do Grupo para este tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de *swaps* de taxa de juro, no final do exercício) e o *spread* do Grupo à data de reporte, calculado através da média da produção do segundo trimestre de 2015. A taxa média de desconto foi de 0,70% (31 de Dezembro de 2014: 1,37%).

- *Responsabilidades representadas por títulos e Outros passivos subordinados*

Para estes instrumentos financeiros foi calculado o justo valor para as componentes cujo justo valor ainda não se encontra reflectido em balanço. Nos instrumentos que são a taxa fixa e para os quais o Grupo adopta contabilisticamente uma política de *hedge-accounting*, o justo valor relativamente ao risco de taxa de juro já se encontra registado.

Para o cálculo do justo valor foram levadas em consideração as outras componentes de risco, para além do risco de taxa de juro já registado. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assentou na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e a margem comercial, esta última apenas no caso de emissões colocadas nos clientes não institucionais do Grupo.

Como referência original utilizaram-se as curvas resultantes do mercado de *swaps* de taxa de juro para cada moeda específica. O risco de crédito (*spread* de crédito) é representado por um excesso à curva de *swaps* de taxa de juro apurado especificamente para cada prazo e classe de instrumentos tendo como base preços de mercado sobre instrumentos equivalentes.

No caso das emissões próprias destinadas a colocação junto dos Clientes não institucionais do Grupo, adicionou-se mais um diferencial (*spread* comercial) que representa a margem existente entre o custo de financiamento no mercado institucional e o que se obtém distribuindo o instrumento respectivo na rede comercial própria.

No quadro seguinte apresenta-se, com referência a 30 de Junho de 2015, a tabela com os valores da taxa de juro utilizadas no apuramento da curva taxa de juro das principais moedas, nomeadamente Euro, Dólar Norte-Americano, Libra Esterlina, Franco Suíço e Iene Japonês utilizadas para a determinação do justo valor dos activos e passivos financeiros do Grupo:

	Moedas				
	Euro	Dólar Norte Americano	Libra Esterlina	Franco Suíço	Iene Japonês
1 dia	-0,1180%	0,2200%	0,4450%	-2,2750%	-0,1250%
7 dias	-0,1200%	0,2350%	0,5500%	-0,8750%	0,0700%
1 mês	-0,0640%	0,3600%	0,5800%	-0,8750%	0,0700%
2 meses	-0,0380%	0,4100%	0,6600%	-0,9000%	-0,0950%
3 meses	-0,0140%	0,4000%	0,7100%	-0,9000%	0,0100%
6 meses	0,0500%	0,5900%	0,8450%	-0,8400%	0,0550%
9 meses	0,1000%	0,7050%	0,9850%	-0,8950%	-0,0750%
1 ano	0,1640%	0,9100%	1,1050%	-0,8350%	0,1500%
2 anos	0,1215%	1,0589%	1,1020%	-0,7406%	0,1499%
3 anos	0,2175%	1,2083%	1,1020%	-0,6324%	0,1499%
5 anos	0,5024%	1,5082%	1,1020%	-0,4153%	0,1499%
7 anos	0,8009%	1,8090%	1,1020%	-0,1977%	0,1499%
10 anos	1,1600%	2,2575%	1,1020%	0,1273%	0,1499%
15 anos	1,5075%	2,6504%	1,1020%	0,6700%	0,1499%
20 anos	1,6485%	2,8060%	1,1020%	0,6700%	0,1499%
30 anos	1,6990%	2,8970%	1,1020%	0,6700%	0,1499%

No quadro seguinte apresenta-se, com referência a 31 de Dezembro de 2014, a tabela com os valores da taxa de juro utilizadas no apuramento da curva taxa de juro das principais moedas, nomeadamente Euro, Dólar Norte-americano, Libra Esterlina, Franco Suíço e Iene Japonês utilizadas para a determinação do justo valor dos activos e passivos financeiros do Grupo:

	Moedas				
	Euro	Dólar Norte Americano	Libra Esterlina	Franco Suíço	Iene Japonês
1 dia	-0,0150%	0,1700%	0,5300%	-0,0500%	-0,0200%
7 dias	-0,0150%	0,1980%	0,5300%	-0,0500%	-0,0200%
1 mês	0,0180%	0,3100%	0,5250%	-0,2000%	-0,0200%
2 meses	0,0440%	0,3750%	0,5600%	-0,2200%	-0,0200%
3 meses	0,0780%	0,1900%	0,6000%	-0,2400%	0,0450%
6 meses	0,1710%	0,5000%	0,6750%	-0,0200%	0,0650%
9 meses	0,2450%	0,6000%	0,8700%	-0,0200%	0,1100%
1 ano	0,3250%	0,8200%	0,9250%	-0,0300%	0,1450%
2 anos	0,1770%	0,8930%	0,9280%	-0,0960%	0,1449%
3 anos	0,2240%	1,2930%	1,1340%	-0,0590%	0,1449%
5 anos	0,3600%	1,7880%	1,4410%	0,0720%	0,1449%
7 anos	0,5320%	2,0640%	1,6390%	0,2470%	0,1449%
10 anos	0,8195%	2,3060%	1,8360%	0,5140%	0,1449%
15 anos	1,1528%	2,5280%	2,0630%	0,7720%	0,1449%
20 anos	1,3268%	2,6070%	2,0630%	0,7720%	0,1449%
30 anos	1,4718%	2,6830%	2,0630%	0,7720%	0,1449%

Câmbios e volatilidades cambiais

Seguidamente apresentam-se as taxas de câmbio (Banco Central Europeu) à data de balanço e as volatilidades implícitas (*at the Money*) para os principais pares de moedas, utilizadas na avaliação dos derivados:

Cambial	Jun-15	Dez-14	Volatilidade (%)				
			1 mês	3 meses	6 meses	9 meses	1 ano
EUR/USD	1,1189	1,2141	13,688	12,275	11,575	11,250	11,100
EUR/GBP	0,7114	0,7789	11,550	10,250	9,850	9,650	9,500
EUR/CHF	1,0413	1,2024	10,350	10,325	10,175	10,200	10,150
EUR/JPY	137,01	145,23	14,800	12,700	12,100	11,750	11,550

Relativamente às taxas de câmbio, o grupo utiliza nos seus modelos de avaliação a taxa *spot* observada no mercado no momento da avaliação.

O justo valor dos activos e passivos financeiros do Grupo, a 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014 é apresentado como segue:

(milhares de Euros)

Jun 2015					
Designado ao justo valor	Custo amortizado	Disponíveis para venda	Outros	Valor contabilístico	Justo valor
Activos Financeiros					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	360 059	-	360 059	360 059
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	222 262	-	222 262	222 262
Aplicações em instituições de crédito	-	348 364	-	348 364	348 364
Crédito a clientes	45 698	14 874 457	-	14 920 155	14 045 404
Activos financeiros detidos para negociação	79 389	-	-	79 389	79 389
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	3 495 785	3 495 785	3 495 785
Derivados de cobertura	32	-	-	32	32
Investimentos detidos até à maturidade	-	151 562	-	151 562	151 785
Investimentos em associadas e outras	-	-	20 749	20 749	20 749
	<u>125 119</u>	<u>15 956 704</u>	<u>3 495 785</u>	<u>19 598 357</u>	<u>18 723 829</u>
Passivos financeiros					
Recursos de bancos centrais	-	2 777 391	-	2 777 391	2 777 391
Recursos de outras instituições de crédito	71 491	2 071 630	-	2 143 121	2 143 227
Recursos de clientes	84 019	13 086 637	-	13 170 656	13 295 663
Responsabilidades representadas por títulos	106 177	1 675 832	-	1 782 009	1 832 743
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	-	124 170	233 277
Passivos financeiros detidos para negociação	45 798	-	-	45 798	45 798
Derivados de cobertura	1 119	-	-	1 119	1 119
Outros passivos subordinados	15 684	315 807	-	331 491	324 951
	<u>324 288</u>	<u>19 927 297</u>	<u>-</u>	<u>20 375 755</u>	<u>20 654 169</u>

(milhares de Euros)

Dez 2014					
Designado ao justo valor	Custo amortizado	Disponíveis para venda	Outros	Valor contabilístico	Justo valor
Activos Financeiros					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	284 813	-	284 813	284 813
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	217 043	-	217 043	217 043
Aplicações em instituições de crédito	-	546 162	-	546 162	546 162
Crédito a clientes	44 110	15 182 113	-	15 226 223	14 528 632
Activos financeiros detidos para negociação	86 581	-	-	86 581	86 581
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	3 589 673	3 589 673	3 589 673
Derivados de cobertura	60	-	-	60	60
Investimentos detidos até à maturidade	-	120 101	-	120 101	120 549
Investimentos em associadas e outras	-	-	24 636	24 636	24 636
	<u>130 751</u>	<u>16 350 232</u>	<u>3 589 673</u>	<u>20 095 292</u>	<u>19 398 149</u>
Passivos financeiros					
Recursos de bancos centrais	-	2 496 886	-	2 496 886	2 496 886
Recursos de outras instituições de crédito	89 301	980 855	-	1 070 156	1 070 156
Recursos de clientes	95 657	14 219 002	-	14 314 659	14 426 952
Responsabilidades representadas por títulos	196 809	1 949 716	-	2 146 525	2 238 129
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	-	163 650	163 650
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	1 494	-	-	1 494	1 494
Outros passivos subordinados	69 632	303 647	-	373 279	319 138
	<u>452 893</u>	<u>19 950 106</u>	<u>-</u>	<u>20 566 649</u>	<u>20 716 405</u>

O quadro seguinte resume, por níveis de valorização, para cada grupo de activos e passivos financeiros da CEMG, os seus justos valores com referência a 30 de Junho de 2015:

(milhares de Euros)

	Jun 2015				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Instrumentos financeiros ao custo	Valor contabilístico
Activos financeiros					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	360 059	-	-	-	360 059
Disponibilidades em outras instituições de crédito	222 262	-	-	-	222 262
Aplicações em instituições de crédito	348 364	-	-	-	348 364
Crédito a clientes	-	45 698	13 999 706	-	14 045 404
Activos financeiros detidos para negociação	50 951	28 438	-	-	79 389
Activos financeiros disponíveis para venda	2 625 120	513 787	262 614	94 264	3 495 785
Derivados de cobertura	-	32	-	-	32
Investimentos detidos até à maturidade	151 562	-	-	-	151 562
Investimentos em associadas e outras	-	-	-	20 749	20 749
	3 758 318	587 955	14 262 320	115 013	18 723 606
Passivos financeiros					
Recursos de bancos centrais	2 777 391	-	-	-	2 777 391
Recursos de outras instituições de crédito	2 071 630	71 491	-	-	2 143 121
Recursos de clientes	-	84 019	13 086 752	-	13 170 771
Responsabilidades representadas por títulos	-	106 177	1 675 832	-	1 782 009
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	233 277	-	233 277
Passivos financeiros detidos para negociação	1 843	43 955	-	-	45 798
Derivados de cobertura	-	1 119	-	-	1 119
Outros passivos subordinados	-	15 684	315 807	-	331 491
	4 850 864	322 445	15 311 668	-	20 484 977

O quadro seguinte resume, por níveis de valorização, para cada grupo de activos e passivos financeiros da CEMG, os seus justos valores com referência a 31 de Dezembro de 2014:

(milhares de Euros)

Dez 2014					
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Instrumentos financeiros ao custo	Valor contabilístico
Activos financeiros					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	284 813	-	-	-	284 813
Disponibilidades em outras instituições de crédito	217 043	-	-	-	217 043
Aplicações em instituições de crédito	545 162	-	-	-	545 162
Crédito a clientes	-	-	15 226 275	-	15 226 275
Activos financeiros detidos para negociação	6 763	74 509	5 309	-	86 581
Activos financeiros disponíveis para venda	2 776 774	700 112	7 329	105 496	3 589 711
Derivados de cobertura	-	60	-	-	60
Investimentos detidos até à maturidade	120 101	-	-	-	120 101
Investimentos em associadas e outras	-	-	-	24 598	24 598
	<u>3 950 656</u>	<u>774 681</u>	<u>15 238 913</u>	<u>130 094</u>	<u>20 094 344</u>
Passivos financeiros					
Recursos de bancos centrais	2 496 886	-	-	-	2 496 886
Recursos de outras instituições de crédito	1 009 147	61 009	-	-	1 070 156
Recursos de clientes	-	-	14 314 659	-	14 314 659
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	2 146 525	-	2 146 525
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	163 650	-	163 650
Passivos financeiros detidos para negociação	561	84 731	-	-	85 292
Derivados de cobertura	-	1 494	-	-	1 494
Outros passivos subordinados	-	383 576	-	-	383 576
	<u>3 506 594</u>	<u>530 810</u>	<u>16 624 834</u>	<u>-</u>	<u>20 662 238</u>

O Grupo utiliza a seguinte hierarquia de Justo valor com 3 níveis na valorização de instrumentos financeiros (activos ou passivos), a qual reflecte o nível de julgamento, a observabilidade dos dados utilizados e a importância dos parâmetros aplicados na determinação da avaliação do justo valor do instrumento, de acordo com o disposto na IFRS 13:

- Nível 1: O justo valor é determinado com base em preços cotados não ajustados, capturados em transacções em mercados activos envolvendo instrumentos financeiros idênticos aos instrumentos a avaliar. Existindo mais que um mercado activo para o mesmo instrumento financeiro, o preço relevante é o que prevalece no mercado principal do instrumento, ou o mercado mais vantajoso para as quais o acesso existe.
- Nível 2: O justo valor é apurado a partir de técnicas de avaliação suportadas em dados observáveis em mercados activos, sejam dados directos (preços, taxas, spreads, etc.) ou indirectos (derivados), e pressupostos de valorização semelhantes aos que uma parte não relacionada usaria na estimativa do justo valor do mesmo instrumento financeiro.
- Nível 3: O justo valor é determinado com base em dados não observáveis em mercados activos, com recurso a técnicas e pressupostos que os participantes do mercado utilizariam para avaliar os mesmos instrumentos, incluindo hipóteses acerca dos riscos inerentes, à técnica de avaliação utilizada e aos inputs utilizados e contemplados processos de revisão da acuidade dos valores assim obtidos.

O Grupo considera um mercado activo em que ocorrem transacções do instrumento financeiro com frequência e volume suficientes para fornecer informação sobre preços de forma contínua, devendo, para o efeito verificar as seguintes condições mínimas:

- Existência de cotações diárias frequentes de negociação no último ano;
- As cotações acima mencionadas alteram-se com regularidade;
- Existem cotações executáveis de mais do que uma entidade.

Um parâmetro utilizado numa técnica de valorização é considerado um dado observável no mercado se estiverem reunidas as condições seguintes:

- Se o seu valor é determinado num mercado activo;
- Ou, se existe um Mercado OTC e é razoável assumir-se que se verificam as condições de mercado activo, com a excepção da condição de volumes de negociação;
- Ou, o valor do parâmetro pode ser obtido pelo cálculo inverso dos preços dos instrumentos financeiros e ou derivados onde os restantes parâmetros necessários à avaliação inicial são observáveis num mercado líquido ou num mercado OTC que cumprem com os parágrafos anteriores.

52 Desintermediação

De acordo com a legislação em vigor as sociedades gestoras, em conjunto com o banco depositário, respondem solidariamente perante os participantes dos fundos pelo incumprimento das obrigações assumidas nos termos da lei e nos regulamentos dos fundos geridos.

À data de 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, o valor dos recursos de desintermediação geridos pelas empresas do Grupo é analisado como segue:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Dez 2014
Fundos de investimento mobiliário	279 902	351 832
Fundos de investimento imobiliário	333 571	342 743
Fundo de pensões	194 786	197 283
Bancasseguros	94 926	117 932
	903 185	1 009 790

Os valores incluídos nestas rubricas encontram-se valorizados ao justo valor determinado na data do balanço.

53 Transacções com partes relacionadas

O Grupo concede empréstimos no decurso normal das suas actividades a partes relacionadas. O Grupo concede aos seus colaboradores empréstimos a taxas de juro que se encontram fixadas nos referidos acordos ou em regulamentação interna para cada tipo de operação, com base em propostas de crédito apresentadas pelos colaboradores.

Em relação aos membros do Conselho de Administração Executivo da CEMG e Conselhos de Administração das empresas que integram o perímetro de consolidação, o crédito registado à data de 30 de Junho de 2015 ascendia a 234 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 242 milhares de Euros), representando um valor 0,02% dos capitais próprios (31 de Dezembro de 2014: 0,02%). Estes créditos foram concedidos em conformidade com as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Em 30 de Junho de 2015, o crédito, garantias e linhas de crédito irrevogáveis que a CEMG concedeu a empresas que integram o perímetro de consolidação, era de 678.655 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 649.834 milhares de Euros).

Relativamente aos elementos chave de gestão, o montante concedido de crédito e linhas de crédito irrevogáveis ascendeu, em 30 de Junho de 2015, a 4.385 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 4.608 milhares de Euros).

Transacções com o Fundo de Pensões

No âmbito dos imóveis do Fundo cujo arrendatário é a CEMG, o montante de rendas incorridas em 30 de Junho de 2015 ascende a 246 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 492 milhares de Euros).

O conjunto de empresas consideradas como partes relacionadas pelo Grupo além das associadas apresentadas nas notas 27 – Associadas e 59 - Subsidiárias, tal como definidas pela IAS 24, é apresentado como segue:

Conselho de Administração Executivo:
(até 7 de Agosto de 2015)

António Tomás Correia
João Carlos Martins da Cunha Neves
Jorge Humberto da Cruz Barros de Jesus Luís
Fernando Paulo Pereira Magalhães
Pedro Miguel de Almeida Alves Ribeiro

Conselho de Administração Executivo:
(após 7 de Agosto de 2015)

José Manuel Félix Morgado
João Carlos Martins da Cunha Neves
Luís Gabriel Moreira Maia Almeida
Fernando Ferreira Santo
João Belard da Fonseca Lopes Raimundo
Jorge Manuel Viana de Azevedo Pinto Bravo
Luís Miguel Resende de Jesus

Detentor do capital institucional:

Montepio Geral Associação Mutualista

Outras partes relacionadas:

Bem Comum, Sociedade Capital de Risco, S.A.
Bolsimo - Gestão de Activos, S.A.
Carteira Imobiliária - FEIIA
Clínica CUF Belém, SA
Clínica de Serviços Médicos Computorizados de Belém, S.A.
Empresa Gestora de Imóveis da Rua do Prior, S.A.
Fundação Montepio Geral

Fundo de Pensões Montepio
Fundo de Pensões Viva
Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.
Germont - Empreendimentos Imobiliários, S.A.
HTA - Hóteis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.
Iberpartners Cafés - S.G.P.S., S.A.
Leacock, Lda
Lestinvest, S.G.P.S., S.A.
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.
Lykeion - Centro de Conhecimento Unipessoal, Lda
MG Investimentos Imobiliários, S.A.
Moçambique Companhia de Seguros, SARL
Montepio Gestão de Activos - S.G.F.I., S.A.
Montepio Gestão de Activos Imobiliários, ACE
Montepio Imóveis - Sociedade Imobiliária de Serviços Auxiliares, S.A.
Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A.
N Seguros, S.A.
Naviser - Transportes Marítimos Internacionais, S.A.
NEBRA, Energias Renovables, S.L.
Nova Câmbios, S.A.
OBOL Invest
Pinto & Bulhosa, S.A.
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.
Sagies, S.A.
SIBS - SGPS, S.A.
Silvip, S.A.
Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A.
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.

À data de 30 de Junho de 2015, os débitos e créditos detidos pelo Grupo sobre partes relacionadas, representadas ou não por títulos, incluídos nas rubricas Recursos de clientes, Outros passivos subordinados, Outros passivos, Crédito a clientes e Outros activos são apresentados como segue:

(milhares de Euros)

Empresas	Jun 2015				
	Recursos de clientes	Outros passivos subordinados	Outros passivos	Crédito a clientes	Outros activos
Conselho de Administração Executivo (até 7 de Agosto de 2015)	249	-	-	234	-
Conselho de Administração Executivo (após 7 de Agosto de 2015)	509	45	-	-	-
Bolsimo – Gestão de Ativos, S.A.	5 605	-	-	1	-
Clínica CUF Belém, S.A.	5	-	-	-	-
Fundação Montepio Geral	1 650	-	-	-	-
Fundo de Pensões Montepio	29 058	3 098	-	-	-
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	3 243	-	-	1	-
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	841	-	-	20 688	-
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	118	-	-	232	-
Iberpartners Cafés S.G.P.S., S.A.	-	-	-	1 610	-
Lestinvest, S.G.P.S., S.A.	42	-	-	55 159	-
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	46 817	21 250	-	1	-
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	78 455	13 749	-	1	-
Montepio Geral Associação Mutualista	346 107	1 588 211	20 752	4	20 000
Montepio Gestão de Ativos – S.G.F.I., S.A.	1 652	-	-	-	-
Montepio Gestão de Ativos Imobiliários, ACE	2 173	-	-	-	-
Montepio Imóveis – Sociedade Imobiliária de Serviços Auxiliares, S.A.	389	-	-	13 730	-
Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A.	7	-	-	-	-
N Seguros, S.A.	361	220	-	-	-
Nova Câmbios, S.A.	544	302	-	1 999	-
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.	110	-	-	700	-
SIBS – S.G.P.S., S.A.	2 546	-	-	-	-
Silvip, S.A.	1 730	-	-	-	-
Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A.	11	-	-	-	-
	522 222	1 626 875	20 752	94 360	20 000

À data de 31 de Dezembro de 2014, os débitos e créditos detidos pelo Grupo sobre partes relacionadas, representadas ou não por títulos, incluídos nas rubricas Recursos de clientes, Outros passivos subordinados e Crédito a clientes são analisados como segue:

(milhares de Euros)

Empresas	Dez 2014			
	Recursos de clientes	Outros passivos subordinados	Outros passivos	Crédito a clientes
Conselho de Administração Executivo (até 7 de Agosto de 2015)	519	-	-	242
Bolsimo – Gestão de Ativos, S.A.	3 265	-	-	1
Fundação Montepio Geral	1 092	18	-	-
Fundo de Pensões Montepio	43 478	6 448	-	-
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	3 087	-	-	-
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	642	-	-	20 689
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	10	-	-	1 152
Iberpartners Cafés S.G.P.S., S.A.	-	-	-	1 622
Lestinvest, S.G.P.S., S.A.	21	-	-	53 977
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	62 564	48 050	-	1
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	23 328	13 749	-	-
Montepio Geral Associação Mutualista	635 396	1 493 403	10 748	3
Montepio Geral Investimentos Imobiliários, S.A.	8	-	-	-
Montepio Gestão de Ativos – S.G.F.I., S.A.	1 788	-	-	-
Montepio Gestão de Ativos Imobiliários, ACE	1 730	-	-	-
Montepio Imóveis – Sociedade Imobiliária	393	-	-	13 591
Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A.	4 919	-	-	-
N Seguros, S.A.	336	4 720	-	-
Nebra, Energias Renovables, SL	-	-	-	1 756
Nova Câmbios, S.A.	1 074	302	-	2 077
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.	202	-	-	752
SIBS – S.G.P.S., S.A.	2 804	-	-	-
Silvip, S.A.	2 006	-	-	-
	<u>788 662</u>	<u>1 566 690</u>	<u>10 748</u>	<u>95 863</u>

À data de 30 de Junho de 2015, os proveitos e custos da CEMG sobre partes relacionadas, incluídos nas rubricas Juros e rendimentos similares, Juros e encargos similares, Rendimentos e encargos com comissões, Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados, Outros resultados de exploração e Gastos gerais administrativos, são analisados como segue:

(milhares de Euros)

Empresas	Jun 2015		
	Juros e rendimentos similares	Juros e encargos similares	Comissões e outros resultados
Conselho de Administração Executivo (até 7 de Agosto de 2015)	-	3	-
Conselho de Administração Executivo (após 7 de Agosto de 2015)	-	5	-
Fundo de Pensões Montepio	-	231	1
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	-	25	5
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	68	-	1
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	45	-	2
Iberpartners Cafés S.G.P.S., S.A.	-	12	-
Lestinvest, S.G.P.S., S.A.	880	-	1
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	-	410	-
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	5	196	65
Montepio Geral Associação Mutualista	-	35 493	21 716
Montepio Gestão de Ativos – S.G.F.I., S.A.	-	14	3
Montepio Imóveis – Sociedade Imobiliária de Serviços Auxiliares, S.A.	240	-	(1)
Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A.	-	-	48
N Seguros, S.A.	-	-	4
Nova Câmbios, S.A.	50	-	53
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.	11	-	35
SIBS – S.G.P.S., S.A.	-	11	1
Silvip, S.A.	-	11	-
	<u>1 299</u>	<u>36 411</u>	<u>21 934</u>

À data de 30 de Junho de 2014, os proveitos e custos do Grupo sobre partes relacionadas, incluídos nas rubricas Juros e encargos similares, Juros e rendimentos similares e Comissões e outros resultados, são analisados como segue:

Empresas	Jun 2014		
	Juros e rendimentos similares	Juros e encargos similares	Comissões e outros resultados
Fundação Montepio Geral	-	3	-
Fundo de Pensões CEMG - Gerido pela Futuro	31	2 507	2
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	4	50	-
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	102	-	-
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	2	-	-
Iberpartners Cafés S.G.P.S., S.A.	62	-	3
MG Investimentos Imobiliários, S.A.	-	-	1
Montepio Geral Associação Mutualista	385	36 392	2 916
Montepio Gestão de Activos – S.G.F.I., S.A.	-	20	2
Montepio Imóveis – Sociedade Imobiliária de Serviços Auxilares, S.A.	3 517	2	-
Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A.	354	985	473
N Seguros, S.A.	1	58	21
NEBRA, Energias Renovables, S.L.	56	-	17
Nova Câmbios, S.A.	68	-	19
Nutre S.G.P.S., S.A.	230	-	-
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.	62	1	82
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	-	45	-
	4 874	40 063	3 536

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão, bem como as transacções efectuadas com os mesmos, constam na nota 11.

Todas as transacções efectuadas com partes relacionadas são realizadas a preços normais de mercado, obedecendo ao princípio do justo valor.

Durante o primeiro semestre de 2015 e o exercício de 2014, não se efectuaram transacções com o fundo de pensões do Grupo.

54 Securitização de activos

Em 30 de Junho de 2015, existem oito operações de titularização, das quais sete foram originadas no Grupo, e uma no Grupo Montepio Holding (anteriormente designado Grupo Finibanco Holding), agora integradas no Grupo na sequência do sucesso da Oferta Pública de Aquisição Geral e Voluntária sobre as acções representativas do capital social do Montepio Holding, S.G.P.S., S.A. (anteriormente designada Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A.) e da transmissão da quase totalidade dos activos e passivos (trespasse) para o Grupo, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 a).

Apresentamos nos parágrafos seguintes alguns detalhes adicionais dessas operações de titularização.

Em 19 de Dezembro de 2002, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com um *Special Purpose Vehicle* (“SPV”) – *Pelican Mortgages No. 1 PLC* – sediado em Dublin, um contrato de titularização de créditos hipotecários. O prazo total da operação é de 35 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em 650.000 milhares de Euros. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,016% do par.

Em 29 de Setembro de 2003, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com um *Special Purpose Vehicle* (“SPV”) – *Pelican Mortgages No. 2 PLC* – sediado em Dublin, um contrato de titularização de créditos hipotecários. O prazo total da operação é de 33 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em 700.000 milhares de Euros. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,0286% do par.

Em 30 de Março de 2007, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos hipotecários *Pelican Mortgages No. 3*. O prazo total da operação é de 47 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em 750.000 milhares de Euros. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,0165% do par.

Em 20 de Maio de 2008, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos hipotecários *Pelican Mortgages No. 4*. O prazo total da operação é de 48 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em 1.000.000 milhares de Euros. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,083% do par.

Em 9 de Dezembro de 2008, o Montepio Investimento, S.A. vendeu uma carteira de créditos hipotecários à Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., no montante total de 233.000 milhares de Euros (*Aqua Mortgages No. 1*). O prazo total da operação é de 55 anos, com um *revolving period* de 2 anos.

Em 25 de Março de 2009, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos hipotecários *Pelican Mortgages No. 5*. O prazo total da operação é de 52 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em 1.000.000 milhares de Euros. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,0564% do par.

Em 5 de Março de 2012, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos hipotecários *Pelican Mortgages No. 6*. O prazo total da operação é de 51 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em 1.040.200 milhares de Euros. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,1083% das *Asset Backed Notes*.

Em 5 de Março de 2015, a Caixa Económica Montepio celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos de pequenas e médias empresas *Pelican SME n.º 2*. O prazo total da operação é de 28 anos, com *revolving period* de 24 meses e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em 1.124.300 milhares de Euros. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,0889% das *Asset Backed Notes*.

A entidade que garante o serviço da dívida (*servicer*) das operações de titularização tradicionais é a Caixa Económica Montepio Geral, assumindo a cobrança dos créditos cedidos e canalizando os valores recebidos, por via da efectivação do respectivo depósito, para as Sociedades Gestoras de Fundos de Titularização de Créditos (*Pelican Mortgages No. 1*, *Pelican Mortgages No. 2* e *Pelican SME n.º 1*) e para as Sociedades de Titularização de Créditos (*Pelican Mortgages No. 3*, *Pelican*

Mortgages No. 4, Aqua Mortgages No. 1, Pelican Mortgages No. 5, Pelican Mortgages No. 6 e Aqua Finance No. 3).

A entidade que garante o serviço da dívida (*servicer*) das operações de titularização tradicionais é a Caixa Económica Montepio Geral, assumindo a cobrança dos créditos cedidos e canalizando os valores recebidos, por via da efectivação do respectivo depósito, para as Sociedades Gestoras de Fundos de Titularização de Créditos (*Pelican Mortgages No. 1, Pelican Mortgages No.2*) e para as Sociedades de Titularização de Créditos (*Pelican Mortgages No. 3, Pelican Mortgages No. 4, Pelican Mortgages No. 5, Pelican Mortgages No. 6, Aqua Mortgages No. 1, Pelican Finance No. 1 e Pelican SME No. 2*).

Até 31 de Dezembro de 2004, de acordo com os princípios contabilísticos definidos pelo Banco de Portugal, os activos, créditos e títulos cedidos pelo Grupo no âmbito das referidas operações de titularização foram desreconhecidos. Os títulos adquiridos no âmbito destas operações foram contabilizados como títulos de investimento e provisionados de acordo com as regras definidas pelo Aviso n.º 27/2000 do Banco de Portugal.

Em conformidade com a IFRS 1, o critério de desreconhecimento seguido nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, não sofreu alterações para todas as operações realizadas até 1 de Janeiro de 2004. Todas as operações efectuadas a partir desta data terão que ser analisadas no âmbito das regras de desreconhecimento de acordo com a IAS 39, segundo o qual, se forem transferidos uma parte substancial dos riscos e benefícios associados aos activos ou se for transferido o controlo sobre os referidos activos, estes activos deverão ser desreconhecidos.

À data de 30 de Junho de 2015, as operações de titularização efectuadas pelo Grupo são apresentadas como segue:

(milhares de Euros)

Emissão	Data de início	Moeda	Activo cedido	Montante inicial
<i>Pelican Mortgages No. 1</i>	Dezembro de 2002	Euro	Crédito à habitação	653 250
<i>Pelican Mortgages No. 2</i>	Setembro de 2003	Euro	Crédito à habitação	705 600
<i>Pelican Mortgages No. 3</i>	Março de 2007	Euro	Crédito à habitação	762 375
<i>Pelican Mortgages No. 4</i>	Maio de 2008	Euro	Crédito à habitação	1 028 600
<i>Aqua Mortgage No. 1</i>	Dezembro de 2008	Euro	Crédito à habitação	236 500
<i>Pelican Mortgages No. 5</i>	Março de 2009	Euro	Crédito à habitação	1 027 500
<i>Pelican Mortgages No. 6</i>	Fevereiro de 2012	Euro	Crédito à habitação	1 107 000
<i>Pelican SME n.º 2</i>	Março de 2015	Euro	Pequenas empresas	1 124 300
				<u>6 645 125</u>

Os títulos emitidos pelos veículos de titularização podem ser analisados, à data de 30 de Junho de 2015, como segue:

Emissão	Obrigações	Valor nominal inicial Euros	Valor nominal actual Euros	Interesse retido pelo Grupo (valor nominal) Euros	Data de reembolso	Rating das obrigações (inicial)				Rating das obrigações (actual)			
						Fitch	Moody's	S&P	DBRS	Fitch	Moody's	S&P	DBRS
<i>Pelican Mortgages No 1</i>	Class A	611.000.000	15.811.777	6.354.989	2037	AAA	Aaa	n.a.	n.a.	A+	A1	n.a.	n.a.
	Class B	16.250.000	16.250.000	-	2037	AAA	A2	n.a.	n.a.	A+	A1	n.a.	n.a.
	Class C	22.750.000	22.750.000	-	2037	BBB+	Baa2	n.a.	n.a.	A	Baa1	n.a.	n.a.
	Class D	3.250.000	3.250.000	3.250.000	2037	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
<i>Pelican Mortgages No 2</i>	Class A	659.750.000	80.212.047	33.612.946	2036	AAA	Aaa	AAA	n.a.	A+	A1	A	n.a.
	Class B	17.500.000	17.500.000	10.360.000	2036	AA+	A1	AA-	n.a.	A+	A1	BBB+	n.a.
	Class C	22.750.000	22.750.000	8.600.000	2036	A-	Baa2	BBB	n.a.	BBB+	Ba2	BB	n.a.
	Class D	5.600.000	5.600.000	5.600.000	2036	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
<i>Pelican Mortgages No 3</i>	Class A	717.375.000	272.400.368	132.097.139	2054	AAA	Aaa	AAA	n.a.	BBB+	Baa3	BBB+	n.a.
	Class B	14.250.000	7.032.992	6.761.543	2054	AA-	Aa2	AA-	n.a.	BBB-	B1	BB	n.a.
	Class C	12.000.000	5.922.519	5.709.309	2054	A	A3	A	n.a.	BB	B3	BB	n.a.
	Class D	6.375.000	3.146.338	3.146.338	2054	BBB	Baa3	BBB	n.a.	B	Caa2	B+	n.a.
	Class E	8.250.000	-	-	2054	BBB-	n.a.	BBB-	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Class F	4.125.000	4.125.000	4.125.000	2054	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
<i>Pelican Mortgages No 4</i>	Class A	832.000.000	577.165.702	577.165.702	2056	AAA	n.a.	n.a.	AAA	A	n.a.	n.a.	A
	Class B	55.500.000	51.092.869	51.092.869	2056	AA	n.a.	n.a.	n.a.	A-	n.a.	n.a.	n.a.
	Class C	60.000.000	55.235.535	55.235.535	2056	A-	n.a.	n.a.	n.a.	BB	n.a.	n.a.	n.a.
	Class D	25.000.000	23.014.806	23.014.806	2056	BBB	n.a.	n.a.	n.a.	B+	n.a.	n.a.	n.a.
	Class E	27.500.000	25.316.287	25.316.287	2056	BB	n.a.	n.a.	n.a.	B	n.a.	n.a.	n.a.
	Class F	28.600.000	28.600.000	28.600.000	2056	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
<i>Pelican Mortgages No 5</i>	Class A	750.000.000	510.767.234	510.767.234	2061	AAA	n.a.	n.a.	n.a.	A+	n.a.	n.a.	AAH
	Class B	195.000.000	178.889.661	178.889.661	2061	BBB-	n.a.	n.a.	n.a.	BBB	n.a.	n.a.	n.a.
	Class C	27.500.000	25.228.029	25.228.029	2061	B	n.a.	n.a.	n.a.	BB	n.a.	n.a.	n.a.
	Class D	27.500.000	25.228.029	25.228.029	2061	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Class E	4.500.000	199.149	199.149	2061	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Class F	23.000.000	23.000.000	23.000.000	2061	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
<i>Pelican Mortgages No 6</i>	Class A	750.000.000	644.172.553	644.172.553	2063	A	n.a.	A-	AA	A+	n.a.	A-	AA
	Class B	250.000.000	250.000.000	250.000.000	2063	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Class C	1.800.000	-	-	2063	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Class D	65.000.000	65.000.000	65.000.000	2063	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Class S	40.200.000	40.200.000	40.200.000	2063	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
<i>Aqua Mortgage No 1</i>	Class A	203.176.000	119.554.361	119.554.361	2063	n.a.	n.a.	AAA	n.a.	n.a.	n.a.	A	AAH
	Class B	29.824.000	28.980.484	28.980.484	2063	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Class C	3.500.000	3.500.000	3.500.000	2063	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
<i>Pelican Finance No 1</i>	Class A	202.900.000	202.900.000	202.900.000	2028	A	n.a.	n.a.	A	A	n.a.	n.a.	A
	Class B	91.100.000	91.100.000	91.100.000	2028	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Class C	14.700.000	14.700.000	14.700.000	2028	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
<i>Aqua NPL No 1</i>	Class A	14.300.000	14.300.000	-	2025	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Class B	1.200.000	1.144.000	1.144.000	2025	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
<i>Pelican SME No 2</i>	Class A	545.900.000	545.900.000	545.900.000	2043	A+	n.a.	n.a.	A L	A+	n.a.	A-	A L
	Class B	76.400.000	76.400.000	76.400.000	2043	A	n.a.	n.a.	n.a.	A	n.a.	n.a.	n.a.
	Class C	87.300.000	87.300.000	87.300.000	2043	BBB	n.a.	n.a.	n.a.	BBB	n.a.	n.a.	n.a.
	Class D	398.500.000	398.500.000	398.500.000	2043	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Class S	18.100.000	18.100.000	18.100.000	2043	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

O impacto das cedências no âmbito das operações de securitização, no activo do Grupo, na rubrica Crédito a clientes, pode ser analisado como segue:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Dez 2014
<i>Pelican Mortgages No.1</i>	59 106	63 656
<i>Pelican Mortgages No.2</i>	121 984	128 314
	<u>181 090</u>	<u>191 970</u>

55 Indicadores do balanço e demonstração dos resultados por segmentos operacionais

O relato por segmentos apresentado segue o disposto na IFRS 8. Em conformidade com o modelo de gestão do Grupo, os segmentos apresentados correspondem aos segmentos utilizados para efeitos de gestão por parte do Conselho de Administração Executivo. O Grupo desenvolve um conjunto de actividades bancárias e de serviços financeiros em Portugal e no estrangeiro, com especial ênfase nos negócios de Banca de Retalho, de Banca de Empresas.

No exercício de 2013, o Grupo adoptou a IFRS 8 – Segmentos Operacionais para efeitos de divulgação da informação financeira por segmentos operacionais, tendo para o efeito passado a utilizar novos critérios na preparação desta informação.

A actividade consolidada do Grupo é desenvolvida essencialmente no sector financeiro e direccionada para as empresas, institucionais e clientes particulares. Tem o seu centro de decisão em Portugal o que confere ao território nacional o seu mercado privilegiado e natural de actuação.

Os produtos e serviços comercializados incluem toda a oferta inerente à actividade bancária universal, designadamente, a captação de depósitos, a concessão de crédito e serviços financeiros a empresas e particulares e custódia e ainda a comercialização de fundos de investimento e de seguros de vida e não vida, através das suas associadas do sector segurador. Adicionalmente, o Grupo realiza investimentos de curto, médio e longo prazo nos mercados financeiro e cambial como forma de tirar vantagens das oscilações de preços ou como meio para rendibilizar os recursos financeiros disponíveis.

Para o efeito o Grupo conta com uma rede de 436 balcões em Portugal e com uma filial em Cabo Verde, um banco em Angola com 18 balcões, um banco em Moçambique com 9 balcões e 6 escritórios de representação.

Na avaliação do desempenho por áreas de negócio o Grupo considera os seguintes Segmentos Operacionais:

- 1) Banca de Retalho, que inclui os subsegmentos de Particulares, Empresários em Nome Individual, Microempresas, e Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS);
- 2) Banca de Empresas, que engloba as Grandes Empresas, as Pequenas e Médias Empresas, as Instituições Financeiras e o Sector Público Administrativo; e
- 3) Outros Segmentos que agrupa as operações não incluídas nos outros segmentos, designadamente as operações e a gestão referentes à Carteira própria de Títulos e às Aplicações em Instituições de Crédito. Cada segmento engloba as estruturas do Grupo que a ele se encontram directa e indirectamente dedicadas, bem como as unidades autónomas do Grupo cuja actividade é imputada a um dos segmentos acima referidos.

Em termos geográficos, embora concentrando a sua actividade em Portugal, o Grupo possui alguma actividade internacional desenvolvida por: (i) Finibanco Angola, S.A. e (ii) Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (I.F.I.), pelo que segundo critérios geográficos, pode separar-se a actividade e resultados que são objecto de escrituração nas unidades localizadas em Portugal (Área Doméstica) da localizada em Cabo Verde, Angola e Moçambique (Área Internacional).

Descrição dos segmentos operacionais

Em base consolidada, cada um dos segmentos operacionais inclui os proveitos e os custos relacionados com as seguintes actividades, produtos, clientes e estruturas do Grupo:

Banca de Retalho

Este Segmento Operacional corresponde a toda a actividade desenvolvida pelo Grupo, com os clientes particulares, empresários em nome individual, microempresas e IPSS, comercialmente designados por segmento de Particulares e Pequenos Negócios, fundamentalmente originada através da rede de balcões, dos canais electrónicos e rede de promotores. A informação financeira do segmento relaciona-se com, entre outros produtos e serviços, o crédito à habitação, o crédito individual ou ao consumo, os depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de poupanças, os produtos soluções de reforma, tais como os PPR, os cartões de débito e de crédito, os serviços de gestão de contas e de meios de pagamento e os serviços de colocação de fundos de investimento e de compra e venda de títulos e de custódia, bem como colocação de seguros e serviços não financeiros.

Em Angola e Moçambique o Grupo está representado por um banco universal de âmbito nacional que oferece uma vasta gama de produtos e serviços financeiros a particulares e a empresas.

Banca de Empresas

Este Segmento Operacional agrega a actividade do Grupo com as Pequenas, Médias e Grandes Empresas, através da rede de balcões e da estrutura comercial dedicada a este segmento. Inclui também o negócio com os clientes institucionais, designadamente do sector financeiro e da administração pública central, local e regional. De entre os produtos envolvidos destaca-se o crédito à tesouraria e ao investimento, o desconto comercial, as garantias prestadas, o *leasing*, o *factoring*, o *renting*, as operações de estrangeiro, tais como os créditos documentários, cheques e remessas os depósitos serviços de pagamentos e recebimentos, os cartões e ainda serviços de custódia.

O negócio da Banca de Empresas inclui o segmento Empresas em Portugal que funciona, no âmbito da estratégia de *cross-selling* do Grupo, como canal de distribuição de produtos e serviços de outras empresas do Grupo.

Outros segmentos

Neste segmento inclui-se toda a actividade desenvolvida de suporte às actividades principais que constituem o *core business* dos dois segmentos anteriores, designadamente a actividade de gestão financeira global do Grupo, os investimentos em instrumentos dos mercados de capitais (acções e obrigações), estejam eles integrados na carteira de negociação, de justo valor através de resultados, de disponíveis para venda ou na carteira de investimentos detidos até à maturidade. Também é neste segmento que se incluem os impactos das decisões estratégicas com efeitos transversais ao Grupo, os investimentos nas participações estratégicas minoritárias, a actividade inerente à gestão de riscos de taxa de juro e cambial, a gestão das posições curtas e longas em instrumentos financeiros, que permitam tirar partido das oscilações de preços nos mercados em que tais instrumentos são transaccionados, e a preparação e colocação pública ou privada de emissões de acções, obrigações e outros instrumentos de dívida.

Critérios de imputação dos resultados aos segmentos

A informação financeira consolidada apresentada para cada segmento foi preparada, tendo por referência os critérios usados para a produção de informação interna com base na qual são tomadas as decisões do Grupo, tal como preconizado pela IFRS 8 – Segmentos Operacionais.

As políticas contabilísticas seguidas na preparação da informação relativa aos segmentos operacionais são as mesmas que as utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras e que se encontram

descritas na política contabilística descrita na nota 1, tendo sido adoptados ainda os seguintes princípios:

Mensuração dos lucros ou prejuízos dos segmentos

O Grupo utiliza o resultado como medida de mensuração dos lucros e prejuízos para a avaliação do desempenho de cada um dos segmentos operacionais.

Unidades operacionais autónomas

Como referido anteriormente, cada unidade operacional autónoma (Banco Montepio Geral Cabo Verde e empresas participadas) é avaliada isoladamente atendendo a que estas unidades são encaradas como centros de investimento. Complementarmente, atendendo às características do negócio que maioritariamente desenvolvem, são englobadas num dos Segmentos Operacionais pela sua totalidade, ou seja, activos, passivos, capital próprio afecto, proveitos e custos.

Estruturas do Grupo dedicadas ao segmento

A actividade do Grupo abrange a generalidade dos segmentos operacionais pelo que é objecto de desagregação em conformidade.

Na alocação da informação financeira são utilizados os seguintes princípios:

- (i) Da originação das operações, ou seja, é imputado a cada segmento o negócio originado pelas estruturas comerciais, mesmo que, numa fase posterior o Grupo, estrategicamente, decida titularizar alguns dos activos neles originados;
- (ii) Do cálculo da margem financeira inicial em função do volume de actividade directo e das taxas de juro das operações negociadas com os clientes para cada produto/segmento;
- (iii) Do cálculo da margem financeira final através da cedência dos activos e passivos de cada produto/segmento a uma *pool*, que procede ao seu balanceamento e ajuste dos juros, tendo em conta as taxas de juro de mercado em cada momento, ou seja, a Euribor para diversos prazos;
- (iv) Da imputação dos custos directos das estruturas comerciais dedicadas ao segmento;
- (v) Da imputação dos custos indirectos (serviços centrais de apoio e informáticos);
- (vi) Da imputação do risco de crédito determinado de acordo com o Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal e com o modelo da imparidade.

As operações entre as unidades juridicamente autónomas do Grupo são realizadas a preços de mercado; o preço das prestações entre as estruturas de cada unidade, designadamente os preços estabelecidos para o fornecimento ou cedência interna de fundos, é determinado pelo sistema de ajuste através da *pool*, acima referido (que variam em função da relevância estratégica do produto e do equilíbrio das estruturas entre a função de captação de recursos e da concessão de crédito); as restantes prestações internas são alocadas aos segmentos com base em critérios definidos sem qualquer margem das estruturas fornecedoras.

Os riscos de taxa de juro, cambial, de liquidez e outros que não o risco de crédito, são imputados ao segmento Outros Segmentos.

Juros activos e passivos

Sendo a actividade consolidada do Grupo exercida essencialmente através do negócio bancário, significa que a maior parte das receitas geradas decorre da diferença entre os juros auferidos dos seus activos e os juros suportados pelos recursos financeiros que capta. Esta circunstância e o facto da actividade dos segmentos representar o negócio directo desenvolvido pelas unidades de negócio para cada produto, significa que os proveitos da actividade de intermediação são apresentados, tal como permitido pelo parágrafo 23 da IFRS 8, pelo valor líquido dos juros sob a designação de Resultado Financeiro.

Investimentos consolidados pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos em associadas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial estão incluídos no segmento designado por Operações entre Segmentos.

Os investimentos em associadas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial estão incluídos no segmento designado por Outros Segmentos.

Activos não correntes

Os activos não correntes, na óptica preconizada na IFRS 8, incluem os Outros activos tangíveis e os Activos intangíveis. No Grupo, estes activos encontram-se afectos ao segmento em que estas desenvolvem maioritariamente o seu negócio.

Activos por benefícios pós-emprego

Atendendo a que os factores que influenciam quer as responsabilidades quer o valor dos activos dos Fundos de Pensões do Grupo correspondem, fundamentalmente, a elementos externos à actuação da gestão, o Grupo considera que os referidos elementos não devem influenciar o desempenho dos Segmentos Operacionais cuja actividade se desenvolve com clientes.

Áreas Doméstica e Internacional

O Grupo actua no mercado Português e em mercados de afinidade que apresentam maiores perspectivas de crescimento. Deste modo, a informação por segmentos encontra-se estruturada em Portugal, Angola, Moçambique e Cabo Verde, sendo que o segmento Portugal representa, essencialmente, a actividade desenvolvida pela Caixa Económica Montepio Geral em Portugal, pelo Montepio Investimento, S.A., Montepio Crédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A. e pelo Montepio Valor - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A. O segmento Angola inclui operações desenvolvidas pelo Finibanco Angola, S.A.; o segmento Moçambique equivale à actividade do Banco Terra, S.A.; e o segmento Cabo Verde inclui a actividade do Banco Montepio Geral - Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (IFI).

Os elementos patrimoniais e económicos relativos à área internacional são os constantes das demonstrações financeiras daquelas unidades com os respectivos ajustamentos e eliminações de consolidação.

O reporte por segmentos operacionais em 30 de Junho de 2015, é apresentado conforme segue:

(milhares de Euros)				
Demonstração dos resultados	Banca de retalho	Banca de empresas	Operações entre Segmentos	Total
Juros e rendimentos similares	142 668	123 514	82 847	349 029
Juros e encargos similares	104 148	29 757	89 102	223 007
Margem financeira	38 520	93 757	(6 255)	126 022
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	1 400	1 400
Rendimentos de serviços e comissões	33 622	21 917	10 121	65 660
Encargos com serviços e comissões	(7 606)	(454)	(8 404)	(16 464)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-	-	11 199	11 199
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	83 418	83 418
Resultados de reavaliação cambial	-	-	7 239	7 239
Resultados de alienação de outros activos	-	-	(7 821)	(7 821)
Outros resultados de exploração	4 174	423	10 170	14 767
Total de proveitos operacionais	68 710	115 643	101 067	285 420
Custos com o pessoal	67 110	20 695	14 034	101 839
Gastos gerais administrativos	36 854	11 116	9 787	57 757
Amortizações do período	8 835	2 665	2 346	13 846
Total de custos operacionais	112 799	34 476	26 167	173 442
Total de provisões e imparidade	112 733	34 476	26 167	173 376
Resultado operacional	(156 822)	46 691	48 733	(61 398)
Resultados por equivalência patrimonial	-	-	4 116	4 116
Resultados antes de impostos e interesses que não controlam	(156 822)	46 691	52 849	(57 282)
Impostos correntes	-	-	218	218
Impostos diferidos	-	-	28 040	27 670
Interesses que não controlam	-	-	485	485
Resultado líquido do período atribuível ao capital institucional e fundo de participação	(156 822)	46 691	81 592	(28 909)
Activo líquido	12 470 937	4 770 432	4 905 476	22 146 845
Passivo	10 895 029	4 135 505	5 626 010	20 656 544
Investimentos em associadas	-	-	20 749	20 749

O reporte por segmentos operacionais em 30 de Junho de 2014 é apresentado conforme segue:

(milhares de Euros)				
Demonstração dos resultados	Banca de retalho	Banca de empresas	Operações entre Segmentos	Total
Juros e rendimentos similares	197 895	245 620	19 756	463 271
Juros e encargos similares	140 708	77 749	84 238	302 695
Margem financeira	57 187	167 871	(64 482)	160 576
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	493	493
Rendimentos de serviços e comissões	39 955	12 106	17 174	69 235
Encargos com serviços e comissões	(4 055)	(443)	(13 019)	(17 517)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-	-	508	508
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	275 067	275 067
Resultados de reavaliação cambial	-	-	9 849	9 849
Resultados de alienação de outros activos	-	-	(14 176)	(14 176)
Outros resultados de exploração	(3 721)	441	(3 676)	(6 956)
Total de proveitos operacionais	89 366	179 975	207 738	477 079
Custos com o pessoal	64 679	18 238	12 365	95 282
Gastos gerais administrativos	36 748	9 630	8 126	54 504
Amortizações do período	10 402	2 726	2 300	15 428
Total de custos operacionais	111 829	30 594	22 791	165 214
Total de provisões e imparidade	36 047	228 984	27 875	292 906
Resultado operacional	(58 510)	(79 603)	157 072	18 959
Resultados por equivalência patrimonial	-	-	208	208
Resultados antes de impostos e interesses que não controlam	(58 510)	(79 603)	157 280	19 167
Impostos correntes	-	-	(38 894)	(38 894)
Impostos diferidos	-	-	26 939	26 939
Interesses que não controlam	(1 003)	-	-	(1 003)
Resultado líquido do período atribuível ao capital institucional e fundo de participação	(59 513)	(79 603)	145 325	6 209
Activo líquido	12 881 718	5 043 133	4 439 141	22 363 992
Passivo	13 510 192	827 954	6 293 305	20 631 451
Investimentos em associadas	-	-	32 279	32 279

O Grupo desenvolve um conjunto de actividades bancárias e serviços financeiros em Portugal, Angola e Cabo Verde.

Segmentos geográficos

No âmbito da estratégia de desenvolvimento, o Grupo actua com especial enfoque nos mercados Português, Angolano, Cabo Verdiano e Moçambicano. Deste modo, a informação por segmentos geográficos encontra-se estruturada em: (i) Área Doméstica, englobando a actividade de Portugal e (ii) Área Internacional, englobando a actividade de Angola, Cabo Verde e Moçambique, ou seja, as operações desenvolvidas pelo Finibanco Angola S.A., pelo Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (I.F.I.) e pelo Banco Terra, S.A.

Em 30 de Junho de 2015, a contribuição líquida dos principais segmentos geográficos é apresentada como se segue:

(milhares de Euros)				
Demonstração dos resultados	Área doméstica	Área internacional	Ajustamentos	Consolidado
Juros e rendimentos similares	321 752	38 588	(11 311)	349 029
Juros e encargos similares	212 300	22 018	(11 311)	223 007
Margem financeira	109 452	16 570	-	126 022
Rendimentos de instrumentos de capital	1 400	-	-	1 400
Rendimentos de serviços e comissões	62 086	3 805	(231)	65 660
Encargos com serviços e comissões	(16 250)	(445)	231	(16 464)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	10 367	832	-	11 199
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	83 418	-	-	83 418
Resultados de reavaliação cambial	1 285	5 954	-	7 239
Resultados de alienação de outros activos	(6 430)	1	-	(6 429)
Outros resultados de exploração	13 255	(33)	(217)	13 005
Total de proveitos operacionais	258 583	26 684	(217)	285 050
Custos com o pessoal	95 350	6 489	-	101 839
Gastos gerais administrativos	50 833	7 141	(217)	57 757
Amortizações do período	12 432	1 414	-	13 846
Total de custos operacionais	158 615	15 044	(217)	173 442
Imparidade do crédito	144 150	7 136	-	151 286
Imparidade de outros activos	8 484	(67)	-	8 417
Imparidade de outros activos financeiros	10 667	-	-	10 667
Outras provisões	(5 149)	(77)	-	(5 226)
Resultado operacional	(58 184)	4 648	-	(53 536)
Resultados por equivalência patrimonial	(4 116)	-	-	(4 116)
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam	(62 300)	4 648	-	(57 652)
Impostos correntes	2 523	(2 305)	-	218
Impostos diferidos	28 040	-	-	28 040
Interesses que não controlam	-	-	(485)	485
Resultado líquido do período atribuível ao capital institucional e fundo de participação	(31 737)	2 343	(485)	(28 909)

(milhares de Euros)

Balanco	Área doméstica	Área internacional	Ajustamentos	Consolidado
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	263 691	96 368	-	360 059
Disponibilidades em outras instituições de crédito	228 182	33 372	(39 292)	222 262
Aplicações em instituições de crédito	394 453	515 812	(561 901)	348 364
Crédito a clientes	14 605 586	314 569	-	14 920 155
Activos financeiros detidos para negociação	79 389	-	-	79 389
Activos financeiros disponíveis para venda	3 482 778	13 007	-	3 495 785
Derivados de cobertura	32	-	-	32
Investimentos detidos até à maturidade	17 651	133 911	-	151 562
Investimentos em associadas e outras	73 808	-	(53 059)	20 749
Activos não correntes detidos para venda	852 972	604	-	853 576
Propriedades de investimento	740 145	-	-	740 145
Outros activos tangíveis	53 261	39 350	-	92 611
Activos intangíveis	57 425	7 094	3 279	67 798
Activos por impostos correntes	1 332	3 946	-	5 278
Activos por impostos diferidos	417 195	-	-	417 195
Outros activos	362 087	9 798	-	371 885
Total do Activo	21 629 987	1 167 831	(650 973)	22 146 845
Recursos de bancos centrais	2 776 576	815	-	2 777 391
Recursos de outras instituições de crédito	2 672 486	34 433	(563 798)	2 143 121
Recursos de clientes	12 195 092	982 238	(6 669)	13 170 661
Responsabilidades representadas por títulos	1 782 009	-	-	1 782 009
Passivos financeiros associados a activos transferidos	124 170	-	-	124 170
Passivos financeiros detidos para negociação	45 798	-	-	45 798
Derivados de cobertura	1 119	-	-	1 119
Passivos não correntes detidos para venda	77	-	-	77
Provisões	13 287	959	-	14 246
Passivos por impostos correntes	1 444	120	-	1 564
Outros passivos subordinados	331 448	27 069	(27 026)	331 491
Outros passivos	245 738	19 159	-	264 897
Total do Passivo	20 189 244	1 064 793	(597 493)	20 656 544
Capital institucional	1 500 000	95 313	(95 313)	1 500 000
Fundo de participação	400 000	-	-	400 000
Outros instrumentos de capital	8 273	-	-	8 273
Títulos próprios	(21 716)	-	-	(21 716)
Reservas de reavaliação	(9 465)	(8 704)	-	(18 169)
Outras reservas e resultados transitados	(404 612)	10 386	21 454	(372 772)
Resultado líquido do período atribuível ao capital institucional e fundo de participação	(31 737)	2 343	485	(28 909)
Total do capital próprio atribuível aos detentores de capital institucional e fundo de participação	1 440 743	99 338	(73 374)	1 466 707
Interesses que não controlam	-	-	23 594	23 594
Total do capital próprio	1 440 743	99 338	(49 780)	1 490 301
Total do Passivo e Capitais Próprios	21 629 987	1 164 131	(647 273)	22 146 845

Em 30 de Junho de 2014, a contribuição líquida dos principais segmentos geográficos é apresentada como se segue:

(milhares de Euros)				
Demonstração dos resultados	Área doméstica	Área internacional	Ajustamentos	Consolidado
Juros e rendimentos similares	446 650	29 279	(12 658)	463 271
Juros e encargos similares	295 742	19 611	(12 658)	302 695
Margem financeira	150 908	9 668	-	160 576
Rendimentos de instrumentos de capital	493	-	-	493
Rendimentos de serviços e comissões	64 254	4 981	-	69 235
Encargos com serviços e comissões	(17 132)	(385)	-	(17 517)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	508	-	-	508
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	275 067	-	-	275 067
Resultados de reavaliação cambial	2 006	7 843	-	9 849
Resultados de alienação de outros activos	(14 176)	-	-	(14 176)
Outros resultados de exploração	(5 361)	(1 109)	(486)	(6 956)
Total de proveitos operacionais	456 567	20 998	(486)	477 079
Custos com o pessoal	92 116	3 166	-	95 282
Gastos gerais administrativos	50 750	4 240	(486)	54 504
Amortizações do período	14 575	853	-	15 428
Total de custos operacionais	157 441	8 259	(486)	165 214
Imparidade do crédito	260 048	5 305	-	265 353
Imparidade de outros activos	25 708	-	-	25 708
Imparidade de outros activos financeiros	2 795	302	-	3 097
Outras provisões	(1 252)	-	-	(1 252)
Resultado operacional	11 827	7 132	-	18 959
Resultados por equivalência patrimonial	208	-	-	208
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam	12 035	7 132	-	19 167
Impostos correntes	(37 315)	(1 579)	-	(38 894)
Impostos diferidos	26 939	-	-	26 939
Interesses que não controlam	-	-	(1 003)	(1 003)
Resultado líquido do período atribuível ao capital institucional e fundo de participação	1 659	5 553	(1 003)	6 209

Em 31 de Dezembro de 2014, a contribuição líquida dos principais segmentos geográficos é apresentada como se segue:

Balço	Área doméstica	Área internacional	Ajustamentos	Consolidado
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	203 339	81 474	-	284 813
Disponibilidades em outras instituições de crédito	213 493	12 996	(9 446)	217 043
Aplicações em instituições de crédito	509 231	636 827	(599 896)	546 162
Crédito a clientes	14 910 081	316 142	-	15 226 223
Activos financeiros detidos para negociação	86 581	-	-	86 581
Activos financeiros disponíveis para venda	3 573 610	16 101	-	3 589 711
Derivados de cobertura	60	-	-	60
Investimentos detidos até à maturidade	17 333	102 768	-	120 101
Investimentos em associadas e outras	77 709	-	(53 059)	24 650
Activos não correntes detidos para venda	799 416	323	-	799 739
Propriedades de investimento	715 737	-	-	715 737
Outros activos tangíveis	56 494	42 437	-	98 931
Activos intangíveis	59 031	3 743	3 280	66 054
Activos por impostos correntes	2 327	337	-	2 664
Activos por impostos diferidos	355 881	-	-	355 881
Outros activos	328 154	10 970	-	339 124
Total do Activo	21 908 477	1 224 118	(659 121)	22 473 474
Recursos de bancos centrais	2 496 886	-	-	2 496 886
Recursos de outras instituições de crédito	1 631 391	19 219	(580 454)	1 070 156
Recursos de clientes	13 265 134	1 049 669	(144)	14 314 659
Responsabilidades representadas por títulos	2 146 525	-	-	2 146 525
Passivos financeiros associados a activos transferidos	163 650	-	-	163 650
Passivos financeiros detidos para negociação	85 292	-	-	85 292
Derivados de cobertura	656	838	-	1 494
Provisões	19 220	1 109	-	20 329
Passivos por impostos correntes	16 865	97	-	16 962
Outros passivos subordinados	373 450	24 873	(25 044)	373 279
Outros passivos	351 830	17 888	-	369 718
Total do Passivo	20 550 899	1 113 693	(605 642)	21 058 950
Capital institucional	1 468 908	40 089	(8 997)	1 500 000
Fundo de participação	200 000	-	-	200 000
Outros instrumentos de capital	8 273	-	-	8 273
Títulos próprios	(3 280)	-	-	(3 280)
Reservas de reavaliação	19 391	(875)	-	18 516
Outras reservas e resultados transitados	(138 762)	31 620	(41 330)	(148 472)
Resultado líquido do exercício atribuível ao capital institucional e fundo de participação	(196 952)	13 151	(3 152)	(186 953)
Total do capital próprio atribuível aos detentores de capital institucional e fundo de participação	1 357 578	83 985	(53 479)	1 388 084
Interesses que não controlam	-	26 440	-	26 440
Total do capital próprio	1 357 578	110 425	(53 479)	1 414 524
Total do Passivo e Capitais Próprios	21 908 477	1 224 118	(659 121)	22 473 474

56 Gestão de riscos

O Grupo está sujeito a riscos de diversa ordem no âmbito do desenvolvimento da sua actividade.

A política de gestão de risco do Grupo visa a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a actividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por linha de negócio.

Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos financeiros - crédito, mercados, liquidez e operacional - a que se encontra sujeita a actividade do Grupo.

A Direcção de Risco (DRI) tem como missão apoiar o Conselho de Administração Executivo, na tomada de decisões associadas à gestão dos diferentes tipos de risco inerentes à actividade, no seio do Grupo. A DRI contempla três departamentos e um núcleo:

- Departamento de Modelização de Riscos: responsável pelo desenvolvimento e integração nos processos de decisão dos modelos internos de análise de risco de crédito, e reportes internos sobre risco de crédito;
- Departamento de Riscos Globais: assegura a análise e reporte prudencial dos riscos de liquidez, de mercado, de taxa de juro e de solvabilidade, assim como a respectiva integração nos processos de decisão;
- Departamento de Riscos de Negócio: responsável pela definição das políticas de análise e concessão de crédito e pela operacionalização do sistema de gestão e medição do risco operacional e do ciclo de gestão de continuidade de negócio; e
- Núcleo de *Rating* de Empresas: responsável pela integração das demonstrações financeiras nas aplicações informáticas da Instituição, pela classificação de risco dos clientes dos segmentos de empresas e negócios e por desenvolver e aplicar metodologias de atribuição de limites de exposição a empresas.

Esta Direcção assegura a análise e gestão dos riscos de Mercado, de Liquidez, de Taxa de Juro, de Crédito e Operacional, prestando aconselhamento ao Conselho de Administração Executivo, designadamente através da proposta de normativos e de modelos de gestão dos diferentes riscos, da elaboração de reportes de gestão que servem de base à tomada de decisão e da realização do Comité de Risco e do Comité de Controlo Interno.

A DRI assegura igualmente o cumprimento de um conjunto de reportes prudenciais à autoridade de supervisão, designadamente no domínio dos requisitos de fundos próprios, controlo de grandes riscos e financiamentos a partes relacionadas, risco de liquidez, risco de taxa de juro, risco-país, risco de contraparte, auto-avaliação da adequação de Fundos Próprios, Disciplina de Mercado, Plano de Recuperação e Plano de Resolução.

Ainda no âmbito da gestão de riscos, a DRI:

- Define e propõe a adopção de normativos e outros instrumentos de apoio à decisão de crédito, nomeadamente propondo o ajustamento das Normas de Concessão de Crédito, em função da evolução da actividade, das condições de mercado e da prática da concorrência;

- Concebe, desenvolve e monitoriza o desempenho de modelos de *scoring* e *rating* internos, na originação de crédito, bem como de sistemas de acompanhamento de risco de crédito;
- Propõe princípios orientadores e medidas de intervenção por carteira de crédito, segmento de cliente, sector de actividade e linha de crédito, bem como ajustamento do preço das operações de crédito ao risco, em obediência às linhas de orientação estratégica definidas;
- Emite pareceres sobre normas de procedimentos, novos produtos de crédito, linhas de financiamento e sobre a revisão dos existentes;
- Desenvolve sistemas de acompanhamento de Crédito, nomeadamente *sistema de acompanhamento preventivo para particulares e empresas (EWS – Early Warning Signals)*, e efectua a sua monitorização;
- Desenvolve sistemas de classificação de risco de particulares e negócios (*scorings* reactivos e comportamentais) e empresas (*ratings* internos);
- Integra os sistemas internos de avaliação do risco operacional adaptados às exigências de Supervisão;
- Fornece informação para apoio à decisão quanto à definição e implementação de estratégias de gestão dos riscos e definição do regulamento da Sala, atendendo às decisões tomadas no âmbito do Órgão de Gestão de Activos e Passivos e às perspectivas de evolução dos mercados de activos relevantes para a actividade das entidades do Grupo e prestar apoio técnico, quando solicitado;
- Disponibiliza informação sobre a análise de risco da CEMG, bem como sobre a evolução dos mercados de activos onde se concentram os seus principais riscos, para apresentação a agências de Rating, a investidores institucionais, auditores externos, autoridades de supervisão e inclusão nos Relatórios e Contas;
- Produz análises estatísticas sobre o risco de crédito de carteiras a integrar em operações de titularização, incidindo nomeadamente sobre frequências relativas de incumprimento e severidade de perda.

Adicionalmente, no âmbito da gestão do risco de crédito, a Direcção de Análise de Crédito assegura a apreciação das propostas de crédito de empresas e particulares.

Em particular, foram desenvolvidos os reportes previstos nos Pilar II - Adequação de Capital, e Pilar III - Disciplina de Mercado. Ao abrigo do Pilar II foram reportados ao Banco de Portugal os relatórios do Processo de Auto-Avaliação do Capital Interno ("ICAAP") e de Risco de Concentração, conforme Instrução n.º 5/2011 de 15 de Março do Banco de Portugal. Ao nível do Risco de Concentração verifica-se uma evolução adequada nos principais tipos de concentração - Sectorial, Individual e Geográfica, com destaque para a redução progressiva no sector da construção. No âmbito do Pilar III, foi divulgado publicamente o relatório de Disciplina de Mercado, detalhando os tipos e níveis de risco incorridos na actividade, bem como os processos, estrutura e organização da gestão de risco.

Apesar de o Grupo já implementar a legislação do Regulamento nº 575/2013 do Parlamento Europeu - usualmente designada por Basileia III- mantém o acompanhamento das recomendações do Comité de Basileia ao nível da legislação prudencial de Basileia III, nomeadamente no que se refere a níveis de liquidez, avaliação dos fundos próprios e apuramento dos requisitos de capital. Nesse sentido, a CEMG mantém a sua participação regular em Estudos de Impacto Quantitativo (QIS) de Basileia III, bem como nos estudos de impacto da CRR/ CRD IV desenvolvidos pelo Banco de Portugal de acordo com as orientações da *European Bank Association* (EBA). Estas participações permitem à CEMG acompanhar e antecipar os eventuais impactos da adopção/ modificação de novas normas regulamentares, quer ao nível da liquidez, quer ao nível do capital prudencial.

Principais Tipos de Risco

Crédito – O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza dos retornos esperados, por incapacidade quer do tomador do empréstimo (e do seu garante, se existir), quer do emissor de um título ou da contraparte de um contrato em cumprir com as suas obrigações.

Mercado – O conceito de risco de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre eles, quer as respectivas volatilidades.

Liquidez – O risco de liquidez reflecte a incapacidade do Grupo cumprir com as suas obrigações no momento do respectivo vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus activos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado).

Imobiliário - O risco imobiliário resulta de possíveis impactos negativos nos resultados ou nível de capital da CEMG, devido a oscilações no preço de mercado dos bens imobiliários.

Operacional – Como risco operacional entende-se a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

Organização Interna

O Conselho de Administração Executivo, no exercício das suas funções, é responsável pela estratégia e pelas políticas a adoptar relativamente à gestão dos riscos, sendo, nesta função, assessorado pela DRI, que analisa e assegura a gestão dos riscos, numa óptica de grupo, incluindo a coordenação do Comité de Riscos e o reporte ao nível do Comité de Activos e Passivos (“ALCO”) e do Comité de Controlo Interno.

A função de auditoria interna, assegurada pela Direcção de Auditoria e Inspecção, constitui parte integrante do processo de monitorização do sistema de controlo interno, executando avaliações autónomas complementares sobre os controlos efectuados, identificando eventuais deficiências e recomendações, as quais são documentadas e reportadas ao órgão de administração.

Incluem-se nas funções da Direcção de Auditoria e Inspecção a realização de auditorias aos processos de Gestão de Risco, de acordo com as orientações dadas pelas entidades de supervisão, incluindo a revisão independente dos modelos internos de avaliação do risco (*Independent Review Function*) e do cálculo dos requisitos mínimos de fundos próprios para cobertura de riscos. Com base nos resultados das auditorias realizadas são recomendadas medidas e efectuado de forma contínua o acompanhamento das mesmas no sentido de garantir que as medidas necessárias são tomadas e que as mesmas são geridas adequadamente.

A função de *compliance* (“controlo de cumprimento”), exercida pelo Gabinete de *Compliance* na dependência do Conselho de Administração Executivo, assume como principal responsabilidade a gestão do risco de *compliance*, o qual se traduz no risco de ocorrerem sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação em consequência da falha no cumprimento da aplicação de leis, regulamentos, código de conduta e das boas práticas bancárias.

O risco de *compliance* é mitigado através da promoção de uma cultura de *compliance*, de promoção do respeito das entidades do grupo e dos seus colaboradores por todo o normativo aplicável através de uma intervenção independente, em conjunto com todas as unidades orgânicas.

Compete à função de *compliance* definir os respectivos procedimentos e mecanismos de controlo de conformidade e efectuar a respectiva monitorização, prestando de forma imediata ao Conselho de Administração Executivo a informação sobre quaisquer indícios de violação de obrigações legais, de regras de conduta e de relacionamento com clientes ou de outros deveres que possam fazer incorrer a instituição ou os seus colaboradores num ilícito de natureza contra-ordenacional.

Consoante a natureza e relevância do risco, são elaborados planos, programas ou acções, apoiados por sistemas de informação, e definidos procedimentos, que proporcionam um elevado grau de fiabilidade relativamente às medidas de gestão de risco oportunamente definidas.

Avaliação de riscos

Risco de Crédito - Retalho

Os modelos de risco de crédito desempenham um papel essencial no processo de decisão de crédito. Assim, o processo de decisão de operações da carteira de crédito baseia-se num conjunto de políticas recorrendo a modelos de *scoring* para as carteiras de clientes Particulares e Negócios e de *rating* para o segmento de Empresas.

As decisões de crédito dependem das classificações de risco e do cumprimento de diversas regras sobre a capacidade financeira e o comportamento dos proponentes. Existem modelos de *scoring* reactivo para as principais carteiras de crédito a particulares, designadamente crédito à habitação e crédito individual, contemplando a necessária segmentação entre clientes e não clientes (ou clientes recentes). Encontram-se em revisão os modelos de *scoring* reactivo de cartões de crédito. Ainda no âmbito do crédito a particulares, a actuação comercial e a análise de risco são apoiadas complementarmente por *scorings* comportamentais.

No domínio do crédito a empresas, são utilizados modelos de *rating* interno para empresas de média e grande dimensão, diferenciando o sector da construção e o terceiro sector dos restantes sectores de actividade, enquanto que para clientes Empresários em nome individual (“ENI’s”) e Microempresas é aplicado o modelo de *scoring* de Negócios.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição do Grupo ao risco de crédito:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Dez 2014
Disponibilidades em outras instituições de crédito	222 262	217 043
Aplicações em instituições de crédito	348 364	546 162
Crédito a clientes	14 920 155	15 226 223
Activos financeiros detidos para negociação	71 410	80 466
Activos financeiros disponíveis para venda	2 971 324	3 136 057
Derivados de cobertura	32	60
Investimentos detidos até à maturidade	151 562	120 101
Investimentos em associadas e outras	20 749	24 650
Outros activos	339 374	257 343
Garantias e avales prestados	499 811	487 896
Créditos documentários	63 922	46 451
Compromissos irrevogáveis	642 306	653 777
	<u>20 251 271</u>	<u>20 796 229</u>

A repartição por sectores de actividade da exposição ao risco de crédito, para o período findo em 30 de Junho de 2015, encontra-se apresentada como segue:

(milhares de Euros)

Sector de actividade	Jun 2015					
	Crédito a clientes		Activos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros disponíveis para venda		Investimentos detidos até à maturidade
	Valor bruto	Imparidade	Valor de Balanço	Valor bruto	Imparidade	Valor de Balanço
Agricultura, silvicultura e pesca	186 322	(6 561)	-	-	-	-
Indústrias extractivas	20 599	(3 088)	-	2 314	-	-
Indústrias alimentares, das bebidas e tabaco	225 104	(18 589)	-	10 524	-	-
Têxteis e vestuário	103 642	(14 356)	-	-	-	-
Curtumes e calçado	43 862	(3 799)	-	-	-	-
Madeira e cortiça	51 891	(11 617)	-	-	-	-
Papel e indústrias gráficas	111 058	(10 877)	-	-	-	-
Refinação de petróleo	86	(28)	-	98 382	-	-
Produtos químicos e de borracha	140 911	(12 160)	-	-	-	-
Produtos minerais não metálicos	74 668	(4 149)	-	-	-	-
Indústrias metalúrgicas de base e p. metálicos	169 425	(19 955)	-	63 995	-	-
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	48 920	(2 984)	-	-	-	-
Fabricação de material de transporte	38 809	(1 688)	-	2 233	-	-
Outras indústrias transformadoras	57 236	(5 731)	-	67 153	-	-
Electricidade, gás e água	140 590	(1 068)	-	330 468	-	-
Construção e obras públicas	1 547 644	(378 058)	-	21 273	(997)	-
Comércio por grosso e a retalho	1 384 068	(171 707)	-	6 282	-	-
Turismo	436 399	(24 896)	-	-	-	-
Transportes	494 903	(108 630)	-	30 070	-	-
Actividades de informação e comunicação	81 089	(6 976)	-	45 778	-	-
Actividades financeiras	1 033 165	(172 152)	28 438	177 298	(9 880)	-
Actividades imobiliárias	789 262	(174 273)	-	521	-	-
Serviços prestados às empresas	589 886	(45 327)	514	2 978	-	151 562
Administração e serviços públicos	141 330	(2 802)	42 458	1 941 181	(11 172)	-
Outras actividades de serviços colectivos	508 471	(22 660)	-	-	-	-
Crédito à habitação	7 733 521	(108 118)	-	51 638	(19 191)	-
Outros	212 904	(113 361)	-	160 477	-	-
Total	16 365 765	(1 445 610)	71 410	3 012 565	(41 240)	151 562
						537 165

A repartição por sectores de actividade da exposição ao risco de crédito, para o exercício findo em 2014, encontra-se apresentada como segue:

(milhares de Euros)

Dez 2014							
Sector de actividade	Crédito a clientes		Activos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros disponíveis para venda		Investimentos detidos até à maturidade	Garantias e avales prestados
	Valor bruto	Imparidade	Valor de Balanço	Valor bruto	Imparidade	Valor de Balanço	Valor de Balanço
Agricultura, silvicultura e pesca	160 171	(5 894)	-	-	-	-	3 187
Indústrias extractivas	40 079	(3 434)	-	8 215	-	-	1 750
Indústrias alimentares, das bebidas e tabaco	232 596	(17 005)	-	13 014	-	-	3 601
Têxteis e vestuário	92 998	(13 006)	-	-	-	-	1 782
Curtumes e calçado	38 882	(3 509)	-	-	-	-	485
Madeira e cortiça	51 292	(13 127)	-	-	-	-	1 176
Papel e indústrias gráficas	95 361	(9 839)	-	-	-	-	521
Refinação de petróleo	92	(23)	-	72 937	-	-	-
Produtos químicos e de borracha	131 828	(10 784)	-	389	-	-	4 286
Produtos minerais não metálicos	62 867	(3 589)	-	-	-	-	2 584
Indústrias metalúrgicas de base e p. metálicos	165 372	(18 351)	-	63 886	-	-	11 194
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	46 586	(2 833)	-	-	-	-	3 206
Fabricação de material de transporte	36 156	(1 912)	-	2 212	-	-	677
Outras indústrias transformadoras	51 652	(5 188)	-	92 563	-	-	2 777
Electricidade, gás e água	138 180	(3 300)	-	328 486	(998)	-	1 080
Construção e obras públicas	1 679 003	(375 890)	-	21 274	-	-	220 026
Comércio por grosso e a retalho	1 299 483	(160 170)	115	5 311	-	-	80 934
Turismo	420 241	(23 942)	-	543	-	-	37 274
Transportes	491 180	(87 676)	-	59 391	-	-	15 386
Actividades de informação e comunicação	71 842	(7 022)	-	65 210	(8 778)	-	2 078
Actividades financeiras	1 178 627	(137 943)	-	310 576	-	-	70 840
Actividades imobiliárias	776 869	(159 717)	74 509	541	-	-	19 293
Serviços prestados às empresas	640 119	(76 732)	-	-	(8 834)	-	11 557
Administração e serviços públicos	142 506	(2 701)	533	1 950 893	-	120 101	23
Outras actividades de serviços colectivos	524 399	(21 596)	-	-	(19 190)	-	13 806
Crédito à habitação	7 763 579	(219 102)	-	42 953	-	-	-
Outros	280 135	(1 587)	-	135 464	-	-	24 824
Total	16 612 095	(1 385 872)	75 157	3 173 858	(37 800)	120 101	534 347

Durante o ano 2014 ocorreu a liquidação dos *credit default swaps* em carteira, por vencimento de diversos contratos, com as posições de compra e de venda de protecção a liquidarem 9.000 milhares de Euros. Em junho de 2015 não existia na CEMG qualquer posição em *credit default swaps*.

Ao nível da qualidade do crédito, observou-se uma subida do nível médio das contrapartes, por redução de exposição à República Portuguesa, atenuada em parte por aumentos de exposição aos soberanos Itália e Espanha com qualidade de crédito superior ao português.

Riscos Globais e em Activos Financeiros

A gestão eficaz do balanço envolve também o Comité de Activos e Passivos (“ALCO”), comité onde se procede à análise dos riscos de taxa de juro, liquidez e cambial, designadamente no tocante à observância dos limites definidos para os *gaps* estáticos e dinâmicos calculados.

Tipicamente, são observados *gaps* estáticos positivos de taxa de juro e *mismatches* dinâmicos de liquidez positivos. Ao nível do risco cambial, procede-se, em regra, à aplicação dos recursos captados nas diversas moedas, através de activos no mercado monetário respectivo e por prazos não superiores aos dos recursos, pelo que os *gaps* cambiais existentes decorrem essencialmente de eventuais desajustamentos entre os prazos das aplicações e dos recursos.

No que respeita a informação e análise de risco, é assegurado o reporte regular sobre os riscos de crédito e de mercado das carteiras de activos financeiros próprias e das diversas entidades do Grupo. Ao nível das carteiras próprias, encontram-se definidos diversos limites de risco, utilizando-se para o efeito a metodologia de *Value-at-Risk* (“VaR”). Existem diferentes limites de exposição incluindo limites globais de VaR, por Emitente, por tipo/classe de activo e *rating*. São ainda definidos limites de *Stop Loss*. A carteira de investimento está principalmente concentrada em obrigações, que no final do primeiro semestre de 2015 representavam 85,4% (31 de Dezembro de 2014: 87,4%) do total da carteira.

O Grupo calcula de forma regular o VaR da sua carteira de negociação sendo calculado considerando um horizonte temporal de 10 dias úteis e um nível de significância de 99%, pelo método da simulação histórica.

Apresentam-se seguidamente os principais indicadores destas medidas, durante o período findo em 30 de Junho de 2015 e o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014:

(milhares de Euros)								
	Jun 2015				Dez 2014			
	Junho	Média anual	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo
Gap de taxa de juro	(2485 968)	(2485 968)	(2485 968)	(2485 968)	(1 713 766)	(1 443 074)	(1 172 382)	(1 713 766)

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar 2) e da Instrução n.º 19/2005 de 15 de Junho, do Banco de Portugal, o Grupo calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do *Bank of International Settlements* (“BIS”) classificando todas as rubricas do activo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de *repricing*.

(milhares de Euros)

	Até três meses	Três a seis meses	Seis meses a um ano	Um a cinco anos	Mais de cinco anos
30 de Junho de 2015					
Activo	10 613 012	3 997 769	440 034	1 599 392	1 483 758
Fora de balanço	8 425 127	85 035	90 350	173 907	-
Total	19 038 139	4 082 804	530 384	1 773 299	1 483 758
Passivo	6 118 157	1 824 673	2 920 300	9 440 082	316 720
Fora de balanço	8 303 232	351 562	3 000	116 626	-
Total	14 421 389	2 176 235	2 923 300	9 556 708	316 720
GAP (Activos - Passivos)	4 616 750	1 906 569	(2 392 916)	(7 783 409)	1 167 038
31 de Dezembro de 2014					
Activo	11 045 039	4 347 071	351 745	1 698 022	1 212 165
Fora de balanço	8 715 156	118 047	68 916	152 487	-
Total	19 760 195	4 465 118	420 661	1 850 509	1 212 165
Passivo	7 201 236	2 211 721	2 732 466	8 105 408	116 975
Fora de balanço	8 530 961	196 895	220 000	106 750	-
Total	15 732 197	2 408 616	2 952 466	8 212 158	116 975
GAP (Activos - Passivos)	4 027 998	2 056 502	(2 531 805)	(6 361 649)	1 095 190

Análise de Sensibilidade

Face aos *gaps* de taxa de juro observados, em 30 de Junho de 2015, uma variação positiva instantânea das taxas de juro em 100 pontos bases motivaria um aumento dos resultados de cerca de 44.542 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 40.398 milhares de Euros).

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros do Grupo, para o período findo em 30 de Junho de 2015 e o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, bem como os respectivos saldos médios e os proveitos e custos do exercício:

(milhares de Euros)

Produtos	Jun 2015			Dez 2014		
	Saldo médio do período	Taxa de juro média (%)	Proveitos / Custos	Saldo médio do exercício	Taxa de juro média (%)	Proveitos / Custos
Aplicações						
Crédito a clientes	16 455 276	1,56	256 785	16 652 739	3,66	610 016
Disponibilidades	158 022	0,02	25	186 215	0,09	167
Carteira de Títulos	3 620 909	1,13	40 927	3 725 183	5,13	191 248
Aplicações interbancárias	367 916	1,12	4 126	426 469	1,02	4 336
<i>Swaps</i>	-	-	44 686	-	-	104 337
Total Aplicações	20 602 123		346 549	20 990 606		910 104
Recursos						
Depósitos de clientes	13 825 062	0,90	124 416	14 019 468	2,26	316 299
Recursos de titularização	2 676 766	1,57	42 153	3 006 915	4,69	141 162
Recursos interbancários	3 904 465	0,19	7 558	3 353 283	0,30	10 030
Outros recursos	1 429	0,00	-	731	0,55	4
<i>Swaps</i>	-	-	46 074	-	-	106 103
Total Recursos	20 407 722		220 201	20 380 397		573 598

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos activos e passivos, a 30 de Junho de 2015, por moeda, é analisado como segue:

	Jun 2015							
	Euro	Dólar Norte Americano	Kwanza Angolano	Metical Moçambicano	Libra esterlina	Real Brasileiro	Outras moedas estrangeiras	Valor total
Activo por moeda								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	342 701	8 204	-	4 737	1 331	284	2 802	360 059
Disponibilidades em outras instituições de crédito	92 966	32 079	93 374	566	872	-	2 405	222 262
Aplicações em instituições de crédito	201 572	100 479	-	3 196	7 364	-	35 753	348 364
Crédito a clientes	14 472 542	138 130	275 729	33 052	-	-	702	14 920 155
Ativos financeiros detidos para negociação	74 849	4 540	-	-	-	-	-	79 389
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	3 414 465	1 204	-	12 833	138	66 199	946	3 495 785
Derivados de cobertura	32	-	-	-	-	-	-	32
Investimentos detidos até à maturidade	15 843	117 905	17 814	-	-	-	-	151 562
Investimentos em associadas e outras	20 749	-	-	-	-	-	-	20 749
Ativos não correntes detidos para venda	852 972	-	-	604	-	-	-	853 576
Propriedades de Investimento	740 145	-	-	-	-	-	-	740 145
Outros ativos tangíveis	46 680	-	45 066	865	-	-	-	92 611
Ativos intangíveis	66 604	-	-	1 194	-	-	-	67 798
Ativos por impostos correntes	4 895	-	-	383	-	-	-	5 278
Ativos por impostos diferidos	417 195	-	-	-	-	-	-	417 195
Outros activos	356 960	9 270	5 091	353	5	-	205	371 885
Total Activo	21 121 170	411 811	437 074	57 783	9 710	66 483	42 813	22 146 845
Passivo por moeda								
Recursos de bancos centrais	2 776 576	-	-	815	-	-	-	2 777 391
Recursos de outras instituições de crédito	1 980 577	106 583	-	12 091	7 602	-	36 268	2 143 121
Recursos de clientes	12 478 817	228 155	373 162	24 329	16 256	-	49 942	13 170 661
Responsabilidades representadas por títulos	1 729 752	52 257	-	-	-	-	-	1 782 009
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	124 170	-	-	-	-	-	-	124 170
Passivos financeiros detidos para negociação	43 744	2 054	-	-	-	-	-	45 798
Derivados de cobertura	1 119	-	-	-	-	-	-	1 119
Passivos não correntes detidos para venda	77	-	-	-	-	-	-	77
Provisões	13 277	-	648	321	-	-	-	14 246
Passivos por impostos correntes	1 564	-	-	-	-	-	-	1 564
Outros passivos subordinados	304 047	27 444	-	-	-	-	-	331 491
Outros passivos	248 847	3 864	8 866	1 498	305	-	1 517	264 897
Total Passivo	19 702 567	420 357	382 676	39 054	24 163	-	87 727	20 656 544
Operações Cambiais a Prazo	(57 618)	(4 001)	-	-	14 093	-	47 387	(139)
Gap Cambial		(12 546)	54 398	18 731	(359)	66 483	2 473	
Stress Test		(2 509)	10 880	3 746	(72)	13 297		

O *stress test* realizado corresponde a estimar o impacto de uma variação de 20% no câmbio de cada moeda contra o Euro. Os valores apresentados correspondem ao potencial impacto (antes de impostos) nos capitais próprios incluindo interesses minoritários.

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos activos e passivos, a 31 de Dezembro de 2014, por moeda, é analisado como segue:

(milhares de Euros)							
Dez 2014							
	Euro	Dólar Norte Americano	Kwanza Angolano	Libra esterlina	Real Brasileiro	Outras moedas estrangeiras	Valor total
Activo por moeda							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	265 531	13 073	-	1 154	516	4 538	284 812
Disponibilidades em outras instituições de crédito	129 226	29 694	56 435	329	-	1 359	217 043
Aplicações em instituições de crédito	229 815	192 023	80 639	7 414	-	36 272	546 163
Crédito a clientes	14 836 286	138 060	252 316	-	-	824	15 227 486
Ativos financeiros detidos para negociação	52 849	33 733	-	-	-	-	86 582
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	3 585 673	3 175	-	34	-	793	3 589 675
Derivados de cobertura	60	-	-	-	-	-	60
Investimentos detidos até à maturidade	16 091	104 011	-	-	-	-	120 102
Investimentos em associadas e outras	24 636	-	-	-	-	-	24 636
Ativos não correntes detidos para venda	799 739	-	-	-	-	-	799 739
Propriedades de Investimento	715 737	-	-	-	-	-	715 737
Outros ativos tangíveis	52 575	-	46 356	-	-	-	98 931
Ativos intangíveis	66 054	-	-	-	-	-	66 054
Ativos por impostos correntes	2 664	-	-	-	-	-	2 664
Ativos por impostos diferidos	355 881	-	-	-	-	-	355 881
Outros activos	329 252	4 366	4 285	8	-	1	337 912
Total Activo	21 462 069	518 135	440 031	8 939	516	43 787	22 473 477
Passivo por moeda							
Recursos de bancos centrais	2 496 886	-	-	-	-	-	2 496 886
Recursos de outras instituições de crédito	931 258	94 574	-	7 708	-	36 616	1 070 156
Recursos de clientes	13 634 610	250 361	362 485	16 087	-	51 116	14 314 659
Responsabilidades representadas por títulos	2 097 928	48 597	-	-	-	-	2 146 525
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	163 650	-	-	-	-	-	163 650
Passivos financeiros detidos para negociação	54 477	30 815	-	-	-	-	85 292
Derivados de cobertura	1 494	-	-	-	-	-	1 494
Provisões	19 558	-	771	-	-	-	20 329
Passivos por impostos correntes	16 962	-	-	-	-	-	16 962
Passivos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos subordinados	348 095	25 185	(1)	-	-	-	373 279
Outros passivos	354 950	4 226	8 004	965	-	1 573	369 718
Total Passivo	20 119 868	453 758	371 259	24 760	-	89 305	21 058 950
Operações Cambiais a Prazo	16 444	(81 319)	-	15 991	-	47 212	(1 672)
Gap Cambial		(16 943)	68 771	170	516	1 695	

Risco Imobiliário

O risco imobiliário resulta da exposição em imóveis (quer provenientes de processos de recuperação de crédito, quer propriedades de investimento), bem como de unidades de fundos imobiliários detidos na carteira de títulos. Estas exposições são acompanhadas regularmente e são realizados análises de cenários que procuram estimar potenciais impactos de alterações no mercado imobiliário nas carteiras de fundos de investimento imobiliário, imóveis de investimento e de imóveis dados em dação.

A exposição a imóveis e unidades de participação de fundos imobiliários em 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro 2014 apresentava os seguintes valores:

	Jun 2015	Dez 2014
Imóveis recebido em dação de crédito	853 576	799 739
Propriedade de Investimento	740 145	715 737
Unidades de Participação de Fundos Imobiliários	206 281	205 861
	1 800 002	1 721 337
<i>Stress test</i>	180 000	172 134

O *stress test* realizado corresponde a estimar o impacto de uma variação de 10% nos valores dos imóveis e fundos imobiliários. Os valores apresentados correspondem ao potencial impacto (antes de impostos) nos capitais próprios.

Risco de Liquidez

O controlo dos níveis de liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. O risco de liquidez é monitorizado atentamente, sendo elaborados diversos relatórios, para efeitos de regulamentação prudencial e para acompanhamento em sede de comité ALCO.

Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento das posições de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculadas segundo as regras exigidas pelo Banco de Portugal (Instrução n.º 13/2009 de 15 de Setembro), assim como do nível de cumprimento dos novos rácios prudenciais de liquidez, *Liquidity Coverage Ratio* (LCR) e *Net Stable Funding Ratio* (NSFR), introduzidos com a entrada em vigor da CRD IV em 2014.

De referir que o valor global de colaterais disponíveis no Banco Central Europeu, em 30 de Junho de 2015 ascende a 3.977.299 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 4.202.365 milhares de Euros) com uma utilização de 2.775.900 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 2.475.990 milhares de Euros).

Risco Operacional

Encontra-se implementado um sistema de gestão de risco operacional que se baseia na identificação, avaliação, acompanhamento, medição, mitigação e reporte deste tipo de risco.

A Direcção de Risco da CEMG exerce a função corporativa de gestão de risco operacional do Grupo que é suportada pela existência de Interlocutores em diferentes unidades orgânicas que asseguram a adequada implementação da gestão de risco operacional no grupo Montepio.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Em termos prudenciais, o Grupo está sujeito à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Directiva Comunitária sobre adequação de capitais (2013/36/UE), estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam rácios mínimos de fundos próprios principais de nível 1, fundos próprios de nível 1 e de fundos próprios totais em relação aos activos ponderados pelo risco, os quais deverão ser cumpridos pelas instituições. Desde o ano de 2014 as indicações prudenciais baseiam-se na nova legislação de Basileia III de acordo com o Regulamento n.º 575/2013 do Parlamento Europeu.

De acordo com as regras prudenciais de Basileia III, os Fundos Próprios do Grupo dividem-se em Fundos Próprios Principais de Nível 1 ou *Common Equity Tier 1* (CET1), Fundos Próprios de Nível 1 ou *Tier 1* (T1) e Fundos Próprios de Nível 2 ou *Tier 2* (T2), com a seguinte composição:

- **Fundos Próprios Principais de Nível 1 ou *Common Equity Tier 1* (CET1):** Esta categoria inclui o capital estatutário realizado, as reservas elegíveis (incluindo as reservas de justo valor), os resultados transitados, os resultados retidos do período quando positivos e certificados ou pela totalidade se negativos. É deduzido o valor de balanço dos montantes relativos a *goodwill* apurado, outros activos intangíveis, ganhos não realizados em passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados que representem risco de crédito próprio, desvios actuariais negativos decorrentes de responsabilidades com benefícios pós emprego a empregados (já incluídos em resultados transitados), bem como a diferença, se positiva, entre o activo e as responsabilidades do

fundo de pensões. As participações financeiras em entidades do sector financeiro e os activos por impostos diferidos têm tratamento diferenciado, face a Basileia II, na nova regulamentação de Basileia III. São deduzidos os valores destas rubricas que individualmente sejam superiores a 10% do CET1, ou posteriormente a 17,65% do CET1 quando consideradas em agregado (apenas na parte não deduzida na primeira barreira de 10% e considerando apenas as participações significativas). Os valores não deduzidos estarão sujeitos a ponderação de 250% para o total dos activos ponderados pelo risco. Relativamente às participações em instituições financeiras, a eventual dedução é realizada proporcionalmente nos correspondentes níveis de capital detidos. Entre a implementação desta nova regulamentação prudencial em 2014 e 2018 irá vigorar um período transitório que permitirá o reconhecimento gradual dos maiores impactos desta nova regulamentação. Destaque para o plano transitório aplicado aos activos por impostos diferidos e desvio actuarial negativo do fundo de pensões que permite ir reconhecendo 20% na ano os eventuais efeitos negativos das novas normas. Também as reservas de justo valor estão sujeitas a plano transitório de 20% ao ano, estando contudo excluídas deste plano as reservas de justo valor relativas a posições em risco sobre Administrações Centrais. Esta exclusão deixará de vigorar após a adopção pela Comissão Europeia de um regulamento com base no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 que aprove a Norma Internacional de Relato Financeiro que venha a substituir a norma IAS 39.

- **Fundos Próprios de Nível 1 ou Tier 1 (T1):** Incorpora instrumentos equiparados a capital, cujas condições sejam de acordo com o artigo 52º do Regulamento 575/2013 e aprovadas pelo Banco de Portugal. A este capital são deduzidas as eventuais detenções de capital T1 de instituições financeiras sujeitas a dedução.
- **Fundos Próprios de Nível 2 ou Tier 2 (T2):** Incorpora instrumentos equiparados a capital, cujas condições sejam de acordo com o artigo 63º do Regulamento 575/2013 e aprovadas pelo Banco de Portugal. A este capital são deduzidas as eventuais detenções de capital T2 de instituições financeiras sujeitas a dedução.

Os Fundos Próprios Totais ou Capital Total são constituídos pela soma dos três níveis de capital referidos anteriormente.

Tal como referido anteriormente, até 2018 os efeitos da nova regulamentação de Basileia III irão sendo gradualmente introduzidos. Este processo usualmente designa-se por *Phasing-in*. A assunção total da nova regulamentação, sem considerar planos transitórios é designada por *Full Implementation*. Actualmente encontra-se em vigor o processo *Phasing-in*, sendo nesta base que é verificado se determinada entidade dispõe de fundos próprios num montante não inferior ao dos respectivos requisitos de fundos próprios, certificando assim a adequação do seu capital. Esta relação é reflectida nos diferentes rácios de capital, nomeadamente o rácio CET1, rácio T1 e rácio de capital total (antes designado por rácio de solvabilidade, representado pelo correspondente nível de capital em percentagem do montante correspondente a 12,5 vezes dos requisitos de fundos próprios). Para estes rácios são indicados mínimos regulamentares pelo Banco de Portugal, tendo sido determinados para 2014 os rácios mínimos de 7% para o CET1 e de 8% para o Capital total.

Um sumário dos cálculos de requisitos de capital do Grupo para 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014 apresenta-se como segue:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Dez 2014
Capital Common Equity Tier 1		
Capital realizado	1.900.000	1.700.000
Resultados, Reservas e Resultados não distribuídos	(419.850)	(392.666)
Outros ajustamentos regulamentares	(44.338)	(22.104)
	<u>1.435.812</u>	<u>1.285.230</u>
Capital Tier 1		
Outros instrumentos de Capital	4.964	6.618
Ajustamentos regulamentares	(4.964)	(6.618)
	<u>1.435.812</u>	<u>1.285.230</u>
Capital Tier 2		
<i>Empréstimos Subordinados</i>	171.028	32.826
Ajustamentos regulamentares	(6.949)	(8.940)
	<u>164.079</u>	<u>23.886</u>
Fundos próprios totais	<u>1.599.891</u>	<u>1.309.116</u>
Requisitos de Fundos Próprios		
Risco de crédito	1.092.924	1.106.711
Riscos de mercado	13.782	6.438
Risco operacional	65.632	65.632
Outros Requisitos	32.902	29.619
	<u>1.205.240</u>	<u>1.208.400</u>
Rácios Prudenciais		
Rácio Common Equity Tier 1	9,53%	8,51%
Rácio Tier 1	9,53%	8,51%
Rácio de Capital Total	10,62%	8,67%

57 Dívida soberana de países da União Europeia em situação de *bailout*

Com referência a 30 de Junho de 2015, a exposição da CEMG à dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de *bailout*, é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

Jun 2015							
Emitente/ carteira	Valor contabilístico	Justo valor	Reserva de justo valor	Imparidade	Taxa de juro média %	Maturidade média Anos	Nível de valorização
Portugal							
Activos financeiros detidos para negociação	22 198	22 198	-	-	4,07%	8,51	1
Activos financeiros disponíveis para venda	1 672 360	1 672 360	(37 779)	-	4,60%	4,29	1
Investimentos detidos até à maturidade	6 346	6 467	-	-	3,35%	0,29	n.a.
	<u>1 700 904</u>	<u>1 701 025</u>	<u>(37 779)</u>	<u>-</u>			
Grécia							
Activos financeiros disponíveis para venda	7 068	7 068	-	(11 172)	1,89%	22,66	1
	<u>1 707 972</u>	<u>1 708 093</u>	<u>(37 779)</u>	<u>(11 172)</u>			

O valor dos títulos inclui os juros corridos respectivos.

Com referência a 31 de Dezembro de 2014, a exposição da CEMG à dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de *bailout*, é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

Dez 2014							
Emitente/ carteira	Valor contabilístico	Justo valor	Reserva de justo valor	Imparidade	Taxa de juro média %	Maturidade média Anos	Nível de valorização
Portugal							
Activos financeiros disponíveis para venda	1 645 832	1 645 832	48 946	-	4,83	3,64	1
Investimentos detidos até à maturidade	6 209	6 359	-	-	3,35	0,79	n.a.
	<u>1 652 041</u>	<u>1 652 191</u>	<u>48 946</u>	<u>-</u>			
Grécia (*)							
Activos financeiros disponíveis para venda	9 525	9 525	-	(8 834)	1,26	23,16	1
	<u>1 661 566</u>	<u>1 661 716</u>	<u>48 946</u>	<u>(8 834)</u>			

Em Maio de 2014, terminou o período de vigência do Programa de Ajustamento acordado em 2011 entre o Governo Português e a Troika (Banco Central Europeu, Fundo Monetário Internacional e Comissão Europeia), pelo que Portugal deixou de se encontrar em situação de *bailout* a partir desta data.

58 Cedência de activos

O Grupo realizou um conjunto de operações de cedência de activos financeiros (nomeadamente crédito a clientes) para fundos especializados de recuperação de crédito. Estes fundos assumem a gestão das sociedades mutuárias ou dos activos recebidos em colateral com o objectivo de garantir uma administração pró-activa através da implementação de planos de exploração/valorização dos mesmos.

Os activos financeiros cedidos nestas operações foram desconhecidos do balanço do Grupo, uma vez que foi transferida para os fundos parte substancial dos riscos e benefícios associados a estes bem como o respectivo controlo.

Os fundos especializados na recuperação de crédito que adquiriram os activos financeiros ao Grupo são fundos fechados, em que os participantes não têm a possibilidade de pedir o reembolso das suas unidades de participação durante a vida do mesmo.

Estas unidades de participação são detidas pelos vários bancos do mercado, e que são cedentes dos créditos, em percentagens que vão variando ao longo da vida dos fundos, mas garantindo que cada banco, isoladamente, não detém títulos representativos de mais de 50% do capital do fundo.

Os fundos têm uma estrutura de gestão específica (*General Partner*), totalmente autónoma dos bancos cedentes, que é seleccionada na data de constituição do fundo.

A estrutura de gestão do fundo tem como principais responsabilidades:

- definir o objectivo do fundo;
- administrar e gerir em regime exclusivo o fundo, determinar os objectivos e política de investimento e o modo de conduta da gestão e negócios do fundo.

A estrutura de gestão é remunerada através de comissões de gestão cobradas aos fundos.

Na sua maioria, estes fundos (em que o Grupo detém uma posição minoritária nas unidades de participação) constituem sociedades de direito português com vista à aquisição dos créditos aos bancos, a qual é financiada através da emissão de títulos sénior e de títulos júnior.

O valor dos títulos sénior, subscritos integralmente pelos fundos que detêm o capital social, iguala o justo valor do activo objecto de cedência, determinado mediante um processo negocial baseado em avaliações efectuadas por ambas as partes. Estes títulos são remunerados a uma taxa de juro que reflecte o risco da sociedade detentora dos activos. O valor dos títulos júnior é equivalente à diferença entre o justo valor que teve por base a valorização do título sénior e o valor de cedência dos créditos às sociedades de direito português.

Estes títulos júnior, sendo subscritos pelo Grupo, darão direito a um valor positivo contingente caso o valor dos activos transferidos ultrapasse o montante das prestações sénior acrescidos da remuneração das mesmas.

Contudo, considerando que estes títulos júnior reflectem um diferencial de avaliação dos activos cedidos tendo por base avaliações efectuadas por entidades independentes e um processo negocial entre as partes, os mesmos encontram-se a ser integralmente provisionados.

Assim, na sequência das operações de cedência de activos ocorridas, o Grupo subscreveu:

- Unidades de participação dos fundos em que os *cash flows* que permitirão a sua recuperação são provenientes de um conjunto alargado de activos cedidos pelos vários bancos participantes (onde o Grupo é claramente minoritário). Estes títulos encontram-se assim registados na carteira de activos financeiros disponíveis para venda sendo avaliados ao justo valor com base no valor da cotação, o qual é divulgado pelos fundos e auditado no final de cada ano;
- Títulos júnior (com maior grau de subordinação), emitidos pelas sociedades de direito português controladas pelos fundos, encontram-se a ser totalmente provisionados por reflectirem a melhor estimativa da imparidade dos activos financeiros cedidos.

Neste contexto, não tendo controlo mas permanecendo algum risco e benefício, o Grupo, nos termos da IAS 39.21 procedeu a uma análise da exposição à variabilidade de riscos e benefícios nos activos transferidos, antes e após a operação, tendo concluído, que não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios.

Considerando que também não detém controlo, já que não exerce qualquer influência sobre os fundos ou as sociedades que detêm os activos, o Grupo procedeu, nos termos da IAS 39.20 c (i), ao desreconhecimento dos activos transferidos e ao reconhecimento dos activos recebidos como contrapartida nos seguintes termos:

	(milhares de Euros)					
	Até Jun 2015			Até Dez 2014		
	Valores associados à cedência de activos			Valores associados à cedência de activos		
	Activos líquidos cedidos	Valor recebido	Resultado apurado com a transferência	Activos líquidos cedidos	Valor recebido	Resultado apurado com a transferência
Vallis Construction Sector Fund	18 794	20 889	2 095	18 794	20 889	2 095
Fundo de Reestruturação Empresarial, FCR	25 655	25 777	122	25 655	25 777	122
Discovery Portugal Real Estate Fund	13 698	15 415	1 717	13 698	15 415	1 717
Fundo Aquarius, FCR	13 060	13 485	425	13 060	13 485	425
	<u>71 207</u>	<u>75 566</u>	<u>4 359</u>	<u>71 207</u>	<u>75 566</u>	<u>4 359</u>

(milhares de Euros)

Jun 2015					
	Títulos sénior	Títulos júnior	Total	Imparidade	Valor líquido
Vallis Construction Sector Fund	16 620	6 153	22 773	(6 153)	16 620
Fundo de Reestruturação Empresarial, FCR	46 485	-	46 485	(255)	46 230
Discovery Portugal Real Estate Fund	12 618	-	12 618	-	12 618
Fundo Aquarius, FCR	13 597	-	13 597	-	13 597
	89 320	6 153	95 473	(6 408)	89 065

(milhares de Euros)

Dez 2014					
	Títulos sénior	Títulos júnior	Total	Imparidade	Valor líquido
Vallis Construction Sector Fund	16 441	6 153	22 594	(6 153)	16 441
Fundo de Reestruturação Empresarial, FCR	46 260	-	46 260	(219)	46 041
Discovery Portugal Real Estate Fund	12 157	-	12 157	-	12 157
Fundo Aquarius, FCR	13 517	-	13 517	-	13 517
	88 375	6 153	94 528	(6 372)	88 156

A 30 de Junho de 2015 e a 31 de Dezembro de 2014, os activos líquidos cedidos ascendem a 71.207 milhares de Euros.

Em 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, os títulos júnior referem-se a Unidades de participação no montante de 6.153 milhares, como referido na nota 24.

No âmbito das operações de cedência, os títulos subscritos de natureza subordinada especificamente relacionados com os activos cedidos (títulos júnior), encontram-se provisionados na sua totalidade, conforme nota 15.

Apesar de os títulos de natureza subordinada se encontrarem totalmente provisionados, o Grupo mantém também uma exposição indirecta aos activos financeiros cedidos, no âmbito de uma participação minoritária na *pool* de todos os activos cedidos por outras instituições financeiras, por via das acções dos fundos adquiridas no âmbito das operações (denominadas no quadro como títulos sénior).

59 Empresas subsidiárias

A 30 de Junho de 2015, as empresas que consolidam pelo método integral no Grupo são apresentadas como segue:

Empresa Subsidiária	Sede	Capital Social	Moeda	Actividade	Grupo		Banco
					% de controlo	% de part. efectiva	% de part. directa
Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (IFI)	Praia	8 996 000	Euro	Banca	100,00%	100,00%	100,00%
Montepio Holding, S.G.P.S., S.A.	Porto	175 000 000	Euro	Gestão de participações sociais	100,00%	100,00%	100,00%
Montepio Investimento, S.A.	Porto	180 000 000	Euro	Banca	100,00%	100,00%	-
Montepio Crédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Porto	30 000 000	Euro	Locação financeira	100,00%	100,00%	-
Montepio Valor - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	Porto	1 550 000	Euro	Gestão de fundos de investimento	100,00%	100,00%	-
Montepio Recuperação de Crédito, ACE	Lisboa	-	-	Prestação de serviços diversos	93,00%	93,00%	93,00%
Finibanco Angola, S.A.	Luanda	4 182 000 000	Kwanza	Banca	81,57%	81,57%	-
Banco Terra, S.A.	Maputo	2 086 458 998	Metical	Banca	44,54%	44,54%	-
Montepio Capital de Risco, S.C.R., S.A.	Lisboa	250 000	Euro	Gestão de fundos de capital de risco	100,00%	100,00%	-

A 30 de Junho de 2015, as empresas que consolidam pelo método de equivalência patrimonial do Grupo são apresentadas como segue:

Empresa Subsidiária	Sede	Capital Social	Actividade	% detida
Montepio Seguros, S.G.P.A., S.A.	Lisboa	Euros 137 750 000	Actividade seguradora	33,65%
HTA - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	Ilha de São Miguel	Euros 10 000 000	Alojamento, Restauração e Similares / Hotéis com Restaurante	20,00%
Iberpartners Cafés, S.G.P.S., S.A.	Lisboa	Euros 3 400 000	Sociedade Gestora de Participações Sociais	29,41%
Montepio Gestão de Activos Imobiliários, A.C.E.	Lisboa	Euros 2 449 707	Sociedade Gestora de Activos Imobiliários	28,50%

A percentagem apresentada reflecte o interesse económico do Grupo.

Adicionalmente, o perímetro de consolidação do Grupo inclui as seguintes entidades de finalidade especial e fundos de investimento:

Empresa Subsidiária	Ano de Constituição	Ano de Aquisição	Sede	% de interesse económico	Método de consolidação
<i>Pelican Mortgages No. 1 PLC</i>	2002	2002	Dublin	100%	Integral
<i>Pelican Mortgages No. 2 PLC</i>	2003	2003	Dublin	100%	Integral
Finipredial - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	1997	2012	Lisboa	79,47%	Integral
Montepio Arrendamento – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional (FIIAH)	2011	2011	Lisboa	100%	Integral
Montepio Arrendamento II – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional II (FIIAH)	2013	2013	Lisboa	100%	Integral
Montepio Arrendamento III – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional (FIIAH)	2013	2013	Lisboa	100%	Integral
Polaris - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	2009	2012	Lisboa	100%	Integral
PEF - Portugal Estates Fund	2013	2013	Lisboa	100%	Integral
Carteira Imobiliária - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Aberto (FEIIA)	2013	2013	Lisboa	100%	Integral
Fundo de Capital de Risco Montepio Crescimento (FCR)	2015	2015	Lisboa	100%	Integral

60 Aquisição de subsidiárias

Em Dezembro de 2014, o Grupo adquiriu 44,54% do capital social do Banco Terra, S.A. por 14.210 milhares de Euros. Os direitos de voto adquiridos são também, 44,54%.

O valor de aquisição pelo Grupo foi realizado na sua totalidade em dinheiro.

Embora se trate de um banco comercial dirigido particularmente ao desenvolvimento das áreas rurais, o Banco Terra tem uma oferta diversificada e está segmentado da seguinte forma: (i) agro-negócio, (ii) Pequenas e Médias Empresas, (iii) Retalho e (iv) Instituições Microfinanceiras.

A Grupo registou *goodwill* no valor de 3.280 milhares de Euros com a aquisição do Banco Terra, S.A., conforme referido na nota 32. Este *goodwill*, resulta essencialmente das sinergias esperadas decorrentes da estratégia de internacionalização do Grupo.

Considerando o disposto na IFRS 10 e as competências que estão alocadas à CEMG no âmbito da gestão da actividade do Banco Terra, e que configuram a capacidade de gerir as actividades relevantes, tendo igualmente a capacidade face aos poderes e competências do *Chief Executive Officer*, que será nomeado pelo Grupo, de influenciar as restantes áreas, a participação foi consolidada pelo método integral.

61 Alienação de subsidiárias

A 30 de Junho de 2015, o Grupo detém 81,57% da subsidiária Finibanco Angola, S.A.

Depois da data de Balanço, foi estabelecido um contrato para alienação de 1.727.782 acções do Finibanco Angola S.A., representativas de 30,57% do capital social por 26.346.178 dólares americanos.

Actualmente, encontram-se em curso as efectivações das conformidades regulamentares e legais necessárias à conclusão desta alienação.

Após a conclusão da transacção, o Grupo continuará a deter o controlo do Finibanco Angola, S.A..

62 Eventos subsequentes

Após a data de balanço e antes das Demonstrações Financeiras terem sido autorizadas para emissão, não se verificaram transacções e/ou acontecimentos relevantes que mereçam relevância de divulgação.

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE INFORMAÇÃO INTERCALAR CONSOLIDADA

Introdução

- 1 Nos termos do Código dos Valores Mobiliários ('CVM'), apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre o relatório financeiro intercalar consolidado do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2015, da **Caixa Económica Montepio Geral**, que inclui a Demonstração da posição financeira consolidada (que evidencia um total de 22.146.845 milhares de euros e um total de capital próprio atribuível aos detentores do capital institucional e do fundo de participação de 1.466.707 milhares de euros, incluindo um resultado líquido consolidado negativo atribuível aos detentores capital institucional e do fundo de participação de 28.909 milhares de euros), as Demonstrações consolidadas dos resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do período de seis meses findo naquela data, e os correspondentes Anexos.
- 2 As quantias das demonstrações financeiras consolidadas, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

Responsabilidades

- 3 É da responsabilidade do Conselho de Administração Executivo:
 - a) a preparação de informação financeira consolidada que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados;
 - b) que a informação financeira histórica, seja preparada de acordo com o IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo CVM;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
- 4 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira consolidada contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo CVM, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.



Âmbito

- 5 O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira consolidada anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu:
- a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
 - a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira consolidada;
 - a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - a aplicação, ou não, do princípio da continuidade;
 - a apresentação da informação financeira consolidada;
 - se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita; e
 - b) em testes substantivos às transacções não usuais de grande significado.
- 6 O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.
- 7 Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre a informação semestral consolidada.

Parecer

- 8 Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2015, não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com o IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar e que não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 31 de Agosto de 2015


KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (nº 189)
representada por
Jean-éric Gaigne (ROC nº 1013)

7.2. Demonstrações Financeiras em Base Individual

BALANÇO INDIVIDUAL EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(milhares de euros)

	2015			2014
	Ativo Bruto	Imparidade e Amortizações	Ativo Líquido	Ativo Líquido
ATIVO				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	263 689	-	263 689	203 338
Disponibilidades em outras instituições de crédito	58 886	-	58 886	54 868
Ativos financeiros detidos para negociação	81 006	-	81 006	83 553
Ativos financeiros disponíveis para venda	8 626 280	88 728	8 537 552	7 391 496
Aplicações em instituições de crédito	539 498	651	538 847	780 988
Crédito a clientes	15 782 036	1 469 972	14 312 064	14 655 838
Investimentos detidos até à maturidade	17 651	-	17 651	17 333
Derivados de cobertura	32	-	32	60
Ativos não correntes detidos para venda	970 495	137 571	832 924	779 504
Outros ativos tangíveis	192 345	158 129	34 214	36 924
Ativos intangíveis	168 400	48 280	120 121	117 297
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	419 183	-	419 183	419 183
Ativos por impostos diferidos	402 533	-	402 533	342 393
Outros ativos	310 454	3 086	307 367	235 088
TOTAL DO ATIVO	27 832 486	1 906 417	25 926 069	25 117 863
PASSIVO				
Recursos de bancos centrais			2 776 576	2 496 886
Passivos financeiros detidos para negociação			45 798	85 300
Recursos de outras instituições de crédito			2 675 823	1 638 075
Recursos de clientes e outros empréstimos			12 576 424	13 609 144
Responsabilidades representadas por títulos			1 601 125	1 936 472
Passivos financeiros associados a ativos transferidos			4 110 776	3 075 080
Derivados de cobertura			1 119	1 494
Provisões			122 728	129 446
Passivos por impostos correntes			-	12 026
Outros passivos subordinados			333 511	388 118
Outros passivos			174 956	279 460
TOTAL DO PASSIVO			24 418 836	23 651 501
CAPITAL				
Capital			1 900 000	1 700 000
Capital Institucional			1 500 000	1 500 000
Participação Financeira			400 000	200 000
Outros instrumentos de capital			8 273	8 273
Reservas de reavaliação			-19 417	47 636
Outras reservas e resultados transitados			-291 252	-132 241
Resultado do exercício			-90 371	-157 306
TOTAL DO CAPITAL			1 507 233	1 466 362
TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL			25 926 069	25 117 863

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Luís Miguel Lines Andrade

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

José Manuel Félix Morgado - Presidente

João Carlos Martins da Cunha Neves

Luís Gabriel Moreira Maia Almeida

Fernando Ferreira Santo

João Belard da Fonseca Lopes Raimundo

Jorge Manuel Viana de Azevedo Pinto Bravo

Luís Miguel Resende de Jesus

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014

(milhares de euros)

	2015	2014 Reexpresso
Juros e rendimentos similares	336 625	438 585
Juros e encargos similares	232 555	292 552
MARGEM FINANCEIRA	104 070	146 033
Rendimentos de instrumentos de capital	1 594	1 311
Rendimentos de serviços e comissões	62 454	60 555
Encargos com serviços e comissões	13 244	8 845
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	8 157	1 597
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	75 150	253 077
Resultados de reavaliação cambial	3 171	2 185
Resultados de alienação de outros ativos	-11 706	-8 641
Outros resultados de exploração	13 842	5 047
PRODUTO BANCÁRIO	243 488	452 319
Custos com pessoal	91 573	88 561
Gastos gerais administrativos	48 880	49 244
Amortizações do exercício	11 805	12 214
Provisões líquidas de reposições e anulações	-6 718	882
Correções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	195 207	267 387
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	21 458	25 800
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	7 527	- 889
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-126 244	9 120
Impostos	35 873	-7 348
RESULTADO APÓS IMPOSTOS	-90 371	1 772

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Luís Miguel Lines Andrade

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

José Manuel Félix Morgado - Presidente

João Carlos Martins da Cunha Neves

Luís Gabriel Moreira Maia Almeida

Fernando Ferreira Santo

João Belard da Fonseca Lopes Raimundo

Jorge Manuel Viana de Azevedo Pinto Bravo

Luís Miguel Resende de Jesus

Caixa Económica Montepio Geral

Demonstração dos Resultados para os períodos findos em 30 de Junho de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Notas	30 de Junho 2015	30 de Junho 2014 Reexpresso
Juros e rendimentos similares	3	336 625	438 585
Juros e encargos similares	3	232 555	292 552
Margem financeira		104 070	146 033
Rendimentos de instrumentos de capital	4	1 594	1 311
Rendimentos de serviços e comissões	5	62 454	60 555
Encargos com serviços e comissões	5	(13 244)	(8 845)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	6	8 157	1 597
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	7	75 150	253 077
Resultados de reavaliação cambial	8	3 171	2 185
Resultados de alienação de outros activos	9	(11 706)	(8 641)
Outros resultados de exploração	10	13 842	5 047
Total de proveitos operacionais		243 488	452 319
Custos com pessoal	11	91 573	88 561
Gastos gerais administrativos	12	48 880	49 244
Amortizações do período	13	11 805	12 214
Total de custos operacionais		152 258	150 019
Imparidade do crédito	14	195 207	267 387
Imparidade de outros activos financeiros	15	21 458	25 800
Imparidade de outros activos	16	7 527	(889)
Outras provisões	17	(6 718)	882
Resultado operacional		(126 244)	9 120
Impostos			
Correntes	30	(6 668)	33 259
Diferidos	30	(29 205)	(25 911)
Resultado líquido do período		(90 371)	1 772

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

Caixa Económica Montepio Geral

Balanço em 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Notas	30 de Junho 2015	31 de Dezembro 2014
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	18	263 689	203 338
Disponibilidades em outras instituições de crédito	19	58 886	54 868
Aplicações em instituições de crédito	20	538 847	780 988
Crédito a clientes	21	14 312 064	14 655 838
Activos financeiros detidos para negociação	22	81 006	83 553
Activos financeiros disponíveis para venda	23	8 537 552	7 391 496
Derivados de cobertura	24	32	60
Investimentos detidos até à maturidade	25	17 651	17 333
Investimentos em associadas e outras	26	419 183	419 183
Activos não correntes detidos para venda	27	832 924	779 504
Outros activos tangíveis	28	34 214	36 924
Activos intangíveis	29	120 121	117 297
Activos por impostos diferidos	30	402 533	342 393
Outros activos	31	307 367	235 088
Total do Activo		25 926 069	25 117 863
Passivo			
Recursos de bancos centrais	32	2 776 576	2 496 886
Recursos de outras instituições de crédito	33	2 675 823	1 638 075
Recursos de clientes	34	12 576 424	13 609 144
Responsabilidades representadas por títulos	35	1 601 125	1 936 472
Passivos financeiros associados a activos transferidos	36	4 110 776	3 075 080
Passivos financeiros detidos para negociação	22	45 798	85 300
Derivados de cobertura	24	1 119	1 494
Provisões	37	122 728	129 446
Passivos por impostos correntes		-	12 026
Outros passivos subordinados	38	333 511	388 118
Outros passivos	39	174 956	279 460
Total do Passivo		24 418 836	23 651 501
Capitais Próprios			
Capital Institucional	40	1 500 000	1 500 000
Fundo de Participação	41	400 000	200 000
Outros instrumentos de capital	42	8 273	8 273
Reservas de reavaliação	44	(19 417)	47 636
Outras reservas e resultados transitados	43 e 44	(291 252)	(132 241)
Resultado líquido do período		(90 371)	(157 306)
Total dos Capitais Próprios		1 507 233	1 466 362
		25 926 069	25 117 863

Caixa Económica Montepio Geral

Demonstração dos Resultados para o período de três meses compreendido entre 1 de Abril e 30 de Junho de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Notas	2º trimestre de 2015	2º trimestre de 2014 Reexpresso
Juros e rendimentos similares	3	167 144	215 678
Juros e encargos similares	3	113 999	144 641
Margem financeira		53 145	71 037
Rendimentos de instrumentos de capital	4	1 593	1 277
Rendimentos de serviços e comissões	5	31 637	31 447
Encargos com serviços e comissões	5	(7 394)	(4 618)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	6	(3 001)	766
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	7	10 541	48 171
Resultados de reavaliação cambial	8	1 278	1 382
Resultados de alienação de outros activos	9	(10 121)	(3 694)
Outros resultados de exploração	10	9 376	8 954
Total de proveitos operacionais		87 054	154 722
Custos com pessoal	11	45 760	45 853
Gastos gerais administrativos	12	26 997	26 879
Amortizações do período	13	5 669	5 910
Total de custos operacionais		78 426	78 642
Imparidade do crédito	14	129 512	89 775
Imparidade de outros activos financeiros	15	18 069	9 830
Imparidade de outros activos	16	4 484	(1 644)
Outras provisões	17	(6 461)	520
Resultado operacional		(136 976)	(22 401)
Impostos			
Correntes	31	(11 575)	13 759
Diferidos	31	(30 722)	(16 854)
Resultado líquido do período		(94 679)	(19 306)

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

Caixa Económica Montepio Geral

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os períodos findos em 30 de Junho de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Euros)

	30 de Junho 2015	30 de Junho 2014
Fluxos de caixa de actividades operacionais		
Juros recebidos	349 064	414 126
Comissões recebidas	61 631	62 809
Pagamento de juros	(275 855)	(259 960)
Pagamento de comissões	(12 477)	(15 723)
Despesas com pessoal e fornecedores	(150 565)	(146 158)
Recuperação de crédito e juros	2 086	4 976
Outros pagamentos e recebimentos	(7 700)	158 271
Impostos	(5 358)	11 433
	(39 174)	229 774
(Aumentos) / diminuições de activos operacionais		
Créditos sobre instituições de crédito e clientes	376 504	(947 178)
Outros activos	(143 075)	(60 753)
	233 429	(1 007 931)
(Aumentos) / diminuições de passivos operacionais		
Recursos de clientes	(1 008 952)	138 591
Recursos de outras instituições de crédito	(1 437 418)	(2 780 262)
Recursos de Bancos Centrais	2 775 990	1 990 000
	329 620	(651 671)
	523 875	(1 429 828)
Fluxos de caixa de actividades de investimento		
Dividendos recebidos	1 594	1 311
(Compra) / Venda de activos financeiros detidos para negociação	1 770	(2 166)
(Compra) / Venda de activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	-	3 450
(Compra) / Venda de outros activos financeiros disponíveis para venda	(1 266 828)	1 494 653
(Compra) / Venda de derivados de cobertura	(415)	328
(Compra) / Venda de investimentos detidos até à maturidade	(63)	(50)
(Compra) / Venda de investimentos em associadas	-	(637)
Depósitos detidos com fins de controlo monetário	(58 501)	19 833
Aquisição de imobilizações	(11 783)	-
	(1 334 226)	1 516 722
Fluxos de caixa de actividades de financiamento		
Aumento de capital	200 000	-
Emissão de obrigações de caixa e títulos subordinados	71 150	259 553
Reembolso de obrigações de caixa e títulos subordinados	(448 933)	(381 571)
Aumento / (diminuição) noutras contas de passivo	994 002	(1 060)
	816 219	(123 078)
Variação líquida em caixa e equivalentes	5 868	(36 184)
Caixa e equivalentes no início do período	227 127	239 491
Variação líquida em caixa e equivalentes	5 868	(36 184)
Caixa e equivalentes no fim do período	232 995	203 307
Caixa e equivalentes no fim do período engloba:		
Caixa (nota 18)	174 109	135 066
Disponibilidades em outras instituições de crédito (nota 19)	58 886	68 241
Total	232 995	203 307

Caixa Económica Montepio Geral

Demonstração das alterações dos capitais próprios
para os períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Total dos capitais próprios	Capital institucional	Fundo de participação	Outros instrumentos de capital	Reserva geral e especial	Outras reservas de reavaliação	Reservas de reavaliação	Resultados acumulados
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	1700 006	1500 000	200 000	8 273	254 273	8 404	24 875	(295 819)
Outro rendimento integral:								
Amortização líquida de impostos diferidos do ajustamento de transição das pensões (Aviso n.º 12/01)	(1 900)	-	-	-	-	-	-	(1 900)
Desvios actuariais no período	24 559	-	-	-	-	-	-	24 559
Impostos diferidos relativos a variações patrimoniais registadas por contrapartida de reservas (nota 30)	(1 509)	-	-	-	-	-	-	(1 509)
Alterações de justo valor (nota 44)	69 007	-	-	-	-	-	69 007	-
Impostos diferidos relativos a variações do justo valor (nota 30)	(20 390)	-	-	-	-	-	(20 390)	-
Resultado do período	1 772	-	-	-	-	-	-	1 772
Total de rendimento integral do período	71 539	-	-	-	-	-	48 617	22 922
Saldos em 30 de Junho de 2014	1771 545	1500 000	200 000	8 273	254 273	8 404	73 492	(272 897)
Outro rendimento integral:								
Desvios actuariais no período	(106 207)	-	-	-	-	-	-	(106 207)
Impostos diferidos relativos a variações patrimoniais registadas por contrapartida de reservas (nota 30)	(5 638)	-	-	-	-	-	-	(5 638)
Alterações de justo valor (nota 44)	(44 462)	-	-	-	-	-	(44 462)	-
Impostos diferidos relativos a variações do justo valor (nota 30)	10 202	-	-	-	-	-	10 202	-
Resultado do período	(160 252)	-	-	-	-	-	-	(160 252)
Total de rendimento integral do período	(306 357)	-	-	-	-	-	(34 260)	(272 097)
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	1465 188	1500 000	200 000	8 273	254 273	8 404	39 232	(544 994)
Outro rendimento integral:								
Desvios actuariais no período	-	-	-	-	-	-	-	-
Impostos diferidos relativos a variações patrimoniais registadas por contrapartida de reservas (nota 30)	(1 326)	-	-	-	-	-	-	(1 326)
Alterações de justo valor (nota 44)	(99 314)	-	-	-	-	-	(99 314)	-
Impostos diferidos relativos a variações do justo valor (nota 30)	32 261	-	-	-	-	-	32 261	-
Resultado do período	(90 371)	-	-	-	-	-	-	(90 371)
Total de rendimento integral do período	(158 750)	-	-	-	-	-	(67 053)	(91 697)
Emissão e subscrição de unidades de participação no Fundo de participação da CEMG	200 000	-	200 000	-	-	-	-	-
Custo financeiro relativo à emissão de valores mobiliários perpétuos	(379)	-	-	-	-	-	-	(379)
Saldos em 30 de Junho de 2015	1506 059	1500 000	400 000	8 273	254 273	8 404	(27 821)	(637 070)

Caixa Económica Montepio Geral

Demonstração do Rendimento Integral para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Notas	30 de Junho de 2015	30 de Junho de 2014
Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração dos resultados			
Reserva de justo valor			
Activos financeiros disponíveis para venda	44	(99 314)	69 007
Impostos	30 e 44	32 261	(20 390)
		(67 053)	48 617
Itens que não irão ser reclassificados para a demonstração dos resultados			
Desvios actuariais do período		-	24 559
Amortização do ajustamento de transição das pensões líquido de impostos diferidos (Aviso n.º 12/01)		-	(1 900)
Impostos diferidos	30	(1 326)	(1 509)
Custo financeiro relativo à emissão de valores mobiliários perpétuos		(379)	-
		(1 705)	21 150
Resultado líquido do período		(90 371)	1 772
Total do outro rendimento integral do período		(159 129)	71 539

Caixa Económica Montepio Geral

Demonstração do Rendimento Integral
para o período de três meses compreendido entre 1 de Abril e 30 de Junho de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Notas	2º Trimestre 2015	2º Trimestre 2014
Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração dos resultados			
Reserva de justo valor			
Activos financeiros disponíveis para venda	44	97 759	5 931
Impostos	30 e 44	(28 839)	(1 700)
		68 920	4 231
Itens que não irão ser reclassificados para a demonstração dos resultados			
Desvios actuariais do período		4 905	(49 172)
Impostos diferidos	31	1 326	754
		6 231	(48 418)
Resultado líquido do período		(94 679)	(19 306)
Total do outro rendimento integral do período		(19 528)	(63 493)

Caixa Económica Montepio Geral

Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares 30 de Junho de 2015

1 Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

A Caixa Económica Montepio Geral (adiante designada por “CEMG”) é uma instituição de crédito, anexa e detida pelo Montepio Geral – Associação Mutualista, tendo sido constituída em 24 de Março de 1844. Está autorizada a operar no âmbito do disposto no Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, bem como do Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de Maio, que regulamenta a actividade das caixas económicas, estabelecendo algumas restrições à sua actividade. Porém, a CEMG pode realizar operações bancárias mesmo para além das enunciadas nos seus Estatutos, desde que genericamente autorizadas pelo Banco de Portugal, o que na prática se traduz na possibilidade de realizar a universalidade das operações bancárias.

No decurso do exercício de 2010, o Montepio Geral – Associação Mutualista, accionista único da CEMG, procedeu à aquisição pelo montante de 341.250 milhares de Euros de 100% do capital da Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. através de uma Oferta Pública de Aquisição.

Em 31 de Março de 2011, o Montepio Geral – Associação Mutualista alienou a participação detida no Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. à CEMG. No âmbito da alteração da estrutura do Grupo decorrente desta aquisição, em 4 de Abril de 2011, a CEMG adquiriu um conjunto de activos e passivos do Finibanco, S.A. (excluindo os imóveis propriedade do Finibanco, S.A. e adquiridos por este em resultado de aquisições em reembolso de crédito próprio e os contratos de locação financeira (mobiliária e imobiliária) em que o Finibanco, S.A. é locador financeiro e os elementos do activo imobilizado que suportam materialmente a actividade de locação financeira), bem como todos os passivos e provisões associadas.

A 3 de Setembro de 2013, o Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. alterou a sua designação para Montepio Holding, S.G.P.S., S.A. e a 12 de Julho de 2013, o Finibanco, S.A. alterou a sua designação para Montepio Investimento, S.A.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002 e do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005, as demonstrações financeiras da CEMG são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal que têm como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) em vigor e adoptadas pela União Europeia, com excepção das matérias definidas nos n.º 2º e 3º do Aviso n.º 1/2005 e n.º 2 do Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal (“NCA's”). As NCA's incluem as normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) bem como as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (“IFRIC”) e pelos respectivos órgãos antecessores com excepção dos aspectos já referidos definidos nos Avisos n.º 1/2005 e n.º 4/2005 do Banco de Portugal: i) valorimetria e provisionamento do crédito concedido, relativamente ao qual se manterá o actual regime, ii) benefícios aos empregados, através do

estabelecimento de um período para diferimento do impacto contabilístico decorrente da transição para os critérios da IAS 19 e iii) restrição de aplicação de algumas opções previstas nas IAS/IFRS.

As demonstrações financeiras agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração Executivo da CEMG em 20 de Agosto de 2015. As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros arredondados ao milhar mais próximo.

Todas as referências deste documento a quaisquer normativos reportam sempre à respectiva versão vigente.

As demonstrações financeiras da CEMG para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2015 foram preparadas para efeitos de reconhecimento e mensuração em conformidade com as NCA's emitidas pelo Banco de Portugal e em vigor nessa data.

A CEMG adoptou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciaram em ou após 1 de Janeiro de 2015.

As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente a todas as entidades da CEMG e são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do período anterior, tendo sido introduzida a alteração decorrente nomeadamente da adoção da norma: IFRIC 21 - Taxas.

IFRIC 21 - Taxas

O IASB emitiu, em 20 de Maio de 2013, esta interpretação com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2014. Esta interpretação foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 634/2014, de 13 de Junho (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após 17 de Junho de 2014).

Esta nova interpretação define taxas (*Levy*) como sendo um desembolso de uma entidade imposto pelo governo de acordo com legislação. Confirma que uma entidade reconhece um passivo pela taxa quando – e apenas quando – o evento específico que desencadeia a mesma, de acordo com a legislação, ocorre.

De acordo com o IAS 8, esta alteração de política é apresentada para efeitos comparativos a partir de 1 de Janeiro de 2014, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 aa).

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda, excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os activos financeiros e passivos financeiros que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto, quando aplicável. Os outros activos financeiros e passivos financeiros e activos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico. Activos não correntes detidos para venda e grupos detidos para venda (*disposal groups*) são registados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respectivos custos de venda. O passivo sobre obrigações de benefícios definidos é reconhecido ao valor presente dessa obrigação líquido dos activos do fundo.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA's requer que o Conselho de Administração Executivo formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos

activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos são apresentados na política contabilística descrita na nota 1 z).

b) Crédito a clientes

A rubrica crédito a clientes inclui os empréstimos originados pela CEMG para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efectuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O desreconhecimento destes activos no balanço ocorre nas seguintes situações: (i) os direitos contratuais da CEMG expiram; ou (ii) a CEMG transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transacção, e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva, sendo apresentado em balanço deduzido de perdas por imparidade.

Imparidade

Conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 a), a CEMG aplica nas suas contas individuais as NCA's pelo que, de acordo com o definido nos n.º 2 e 3 do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, a valorimetria e provisionamento do crédito concedido mantém o regime definido pelas regras do Banco de Portugal aplicado pela CEMG nos exercícios anteriores, como segue:

Provisão específica para crédito concedido

A provisão específica para crédito concedido é baseada na avaliação dos créditos vencidos, incluindo os créditos vincendos associados, e créditos objecto de acordos de reestruturação, destinando-se a cobrir créditos de risco específico, sendo apresentada como dedução ao crédito concedido. A avaliação desta provisão é efectuada periodicamente pela CEMG tomando em consideração a existência de garantias reais, o período de incumprimento e a actual situação financeira do cliente.

A provisão específica assim calculada assegura o cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo Banco de Portugal através dos Avisos n.º 3/95 de 30 de Junho, n.º 7/00 de 27 de Outubro e n.º 8/03 de 30 de Janeiro.

Provisão para riscos gerais de crédito

Esta provisão destina-se a cobrir riscos potenciais existentes em qualquer carteira de crédito concedido, incluindo os créditos por assinatura, mas que não foram identificados como de risco específico, encontrando-se registada no passivo.

A provisão para riscos gerais de crédito é constituída de acordo com o disposto no Aviso n.º 3/95 de 30 de Junho, Aviso n.º 2/99 de 15 de Janeiro e Aviso n.º 8/03 de 30 de Janeiro, do Banco de Portugal.

Provisão para risco país

A provisão para risco país é constituída de acordo com o disposto no Aviso n.º 3/95 de 30 de Junho do Banco de Portugal, sendo calculada segundo as directrizes da Instrução n.º 94/96, de 17 de Junho, do Boletim de Normas e Instruções do Banco de Portugal, incluindo as alterações de Outubro de 1998, ao disposto no número 2.4 da referida Instrução.

Anulação contabilística de créditos (write-offs)

Em conformidade com a Carta Circular n.º 15/2009 do Banco de Portugal, a anulação contabilística dos créditos é efectuada quando não existem perspectivas realistas de recuperação dos créditos, numa perspectiva económica, e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, e desde que de acordo com o Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal a classe de mora associada ao incumprimento determine uma provisão de 100%, pela utilização de perdas de imparidade.

c) Instrumentos financeiros

(i) Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente

1) Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

1a) Activos financeiros detidos para negociação

Os activos e passivos financeiros adquiridos ou emitidos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou acções, os que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e para os quais exista evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado (excepto no caso de um derivado classificado como de cobertura), são classificados como de negociação. Os dividendos associados a acções destas carteiras são registados em Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados.

Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos em margem financeira.

Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica activos financeiros detidos para negociação, sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

1b) Outros activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados (Fair Value Option)

A CEMG adoptou o *Fair Value Option* para algumas emissões próprias. As variações de risco de crédito da CEMG associadas a passivos financeiros em *Fair Value Option* encontram-se divulgadas na nota da rubrica "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados".

A designação de outros activos ou passivos financeiros ao justo valor através de resultados (*Fair Value Option*) é realizada desde que se verifique pelo menos um dos seguintes requisitos:

- os activos e passivos financeiros são geridos, avaliados e reportados internamente ao seu justo valor;
- a designação elimina ou reduz significativamente o *mismatch* contabilístico das transacções; e
- os activos ou passivos financeiros contêm derivados embutidos que alteram significativamente os fluxos de caixa dos contratos originais (*host contracts*).

Os activos e passivos financeiros ao *Fair Value Option* são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transacções reconhecidos em resultados no momento inicial, com as variações subsequentes de justo valor reconhecidas em resultados. A periodificação dos juros e do prémio/desconto (quando aplicável) é reconhecida na margem financeira com base na taxa de juro efectiva de cada transacção, assim como a periodificação dos juros dos derivados associados a instrumentos financeiros classificados nesta categoria.

2) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda detidos com o objectivo de serem mantidos pela CEMG, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou acções, são classificados como disponíveis para venda, excepto se forem classificados numa outra categoria de activos financeiros. Os activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transacções e são posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no justo valor são registadas por contrapartida de reservas de justo valor até ao momento em que são vendidos ou até ao reconhecimento de perdas de imparidade, caso em que passam a ser reconhecidos em resultados. Na alienação dos activos financeiros disponíveis para venda, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos em reservas de justo valor são reconhecidos na rubrica "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda" da demonstração dos resultados. Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos com base na taxa de juro efectiva em margem financeira, incluindo um prémio ou desconto, quando aplicável. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao recebimento.

3) Investimentos detidos até à maturidade

Nesta categoria são reconhecidos activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais a CEMG tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de activos financeiros. Estes activos financeiros são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de juro efectiva e reconhecido em margem financeira. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados quando identificadas.

Qualquer reclassificação ou venda de activos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, ou caso não esteja enquadrada nas excepções previstas pelas normas, obrigará a CEMG a reclassificar integralmente esta carteira para activos financeiros disponíveis para venda e a CEMG ficará durante dois anos impossibilitada de classificar qualquer activo financeiro nesta categoria.

4) Crédito a clientes - Crédito titulado

Os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em mercado e que a CEMG não tenha a intenção de venda imediata nem num futuro próximo, podem ser classificados nesta categoria.

A CEMG apresenta nesta categoria, para além do crédito concedido, papel comercial. Os activos financeiros aqui reconhecidos são inicialmente registados ao seu justo valor e subsequentemente ao custo amortizado líquido de imparidade. Os custos de transacção associados fazem parte da taxa de juro efectiva destes instrumentos financeiros. Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efectiva são reconhecidos em margem financeira.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados quando identificadas.

5) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são todos os passivos financeiros que não se encontram registados na categoria de passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Esta categoria inclui tomadas em mercado monetário, depósitos de clientes e de outras instituições financeiras, dívida emitida, entre outros.

Estes passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado. Os custos de transacção associados fazem parte da taxa de juro efectiva. Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efectiva são reconhecidos em margem financeira.

As mais e menos valias apuradas no momento da recompra de outros passivos financeiros são reconhecidas em Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados no momento em que ocorrem.

(ii) Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade. Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade. De acordo com as políticas da CEMG, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de um ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Se for identificada imparidade num activo financeiro disponível para venda, a perda acumulada (mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, excluindo perdas de imparidade anteriormente reconhecidas por contrapartida de resultados) é transferida de reservas de justo valor e reconhecida em resultados. Caso, num período subsequente, o justo valor dos instrumentos de dívida classificados como activos financeiros disponíveis para venda aumente e esse aumento possa ser objectivamente associado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade em resultados, a perda por imparidade é revertida por contrapartida de resultados. A recuperação das perdas de imparidade reconhecidas em instrumentos de capital classificados como activos financeiros disponíveis para venda é registada como mais-valia em reservas de justo valor quando ocorre (não existindo reversão por contrapartida de resultados).

(iii) Derivados embutidos

Os derivados embutidos em instrumentos financeiros são tratados separadamente sempre que os riscos e benefícios económicos do derivado não estão relacionados com os do instrumento principal (*host contract*), desde que o instrumento híbrido (conjunto) não esteja, à partida, reconhecido ao justo valor através de resultados. Os derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações de justo valor subsequentes registadas em resultados do período e apresentadas na carteira de derivados de negociação.

d) Contabilidade de cobertura

(i) Contabilidade de cobertura

A CEMG designa derivados e outros instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro e risco cambial resultantes de actividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para contabilidade de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor e os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pela CEMG. Uma relação de cobertura existe quando:

- à data de início da relação existe documentação formal da cobertura;
- se espera que a cobertura seja altamente efectiva;
- a efectividade da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- a cobertura é avaliada numa base contínua e efectivamente determinada como sendo altamente efectiva ao longo do exercício de relato financeiro; e
- em relação à cobertura de uma transacção prevista, esta é altamente provável e apresenta uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afectar os resultados.

Quando um instrumento financeiro derivado é utilizado para cobrir variações cambiais de elementos monetários activos ou passivos, não é aplicado qualquer modelo de contabilidade de cobertura. Qualquer ganho ou perda associado ao derivado é reconhecido em resultados do período, assim como as variações do risco cambial dos elementos monetários subjacentes.

(ii) Cobertura de justo valor

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do activo, passivo ou grupo de activos e passivos a cobrir no que diz respeito ao risco coberto. Se a relação de cobertura deixa de cumprir com os requisitos da contabilidade de cobertura, os ganhos ou perdas acumulados pelas variações do risco de taxa de juro associado ao item de cobertura até à data da descontinuação da cobertura são amortizados por resultados pelo período remanescente do item coberto.

(iii) Cobertura de fluxos de caixa

As variações de justo valor dos derivados, que se qualificam para coberturas de fluxos de caixa, são reconhecidas em capitais próprios - reservas de fluxos de caixa na parte efectiva das relações de cobertura. As variações de justo valor da parcela inefectiva das relações de cobertura são reconhecidas por contrapartida de resultados, no momento em que ocorrem.

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para resultados do período nos períodos em que o item coberto afecta resultados.

No caso de uma cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa, quando o instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos de contabilidade de cobertura, ou a relação de cobertura é revogada, a relação de cobertura é descontinuada prospectivamente.

Desta forma, as variações de justo valor do derivado acumuladas em capitais próprios até à data da descontinuação da cobertura podem ser:

- diferidas pelo prazo remanescente do instrumento coberto; ou
- reconhecidas de imediato em resultados do período, no caso de o instrumento coberto se ter extinguido.

No caso da descontinuação de uma relação de cobertura de uma transacção futura, as variações de justo valor do derivado registadas em capitais próprios mantêm-se aí reconhecidas até que a transacção futura seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transacção ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados.

(iv) Efectividade de cobertura

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal de acordo com a IAS 39, deve ser demonstrada a sua efectividade. Assim, a CEMG executa testes prospectivos na data de início da relação de cobertura, quando aplicável, e testes retrospectivos de modo a demonstrar em cada data de balanço a efectividade das relações de cobertura, mostrando que as alterações no justo valor do instrumento de cobertura são cobertas por alterações no item coberto no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer ineffectividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

(v) Cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira

A cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira é contabilizada de forma similar à cobertura de fluxos de caixa. Os ganhos e perdas cambiais resultantes do instrumento de cobertura são reconhecidos em capitais próprios na parte efectiva da relação de cobertura. A parte ineffectiva é reconhecida em resultados do período. Os ganhos e perdas cambiais acumulados relativos ao investimento e à respectiva operação de cobertura registados em capitais próprios são transferidos para resultados do período no momento da venda da entidade estrangeira, como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

e) Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

Em Outubro de 2008, o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira instrumentos financeiros de Activos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de Activos financeiros disponíveis para venda, Crédito a clientes - Crédito titulado ou para Investimentos detidos até à maturidade (*Held-to-maturity*), desde que sejam verificados os requisitos enunciados na norma para o efeito, nomeadamente:

- se um activo financeiro, na data da reclassificação, apresentar características de um instrumento de dívida para o qual não exista mercado activo; ou
- quando se verificar algum evento que é não usual e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, esse evento puder ser considerado uma circunstância rara.

A CEMG adoptou esta possibilidade para um conjunto de activos financeiros.

As transferências de activos financeiros reconhecidas na categoria de Activos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Crédito a clientes – Crédito titulado e Investimentos detidos até à maturidade são permitidas em determinadas circunstâncias específicas.

São proibidas as transferências de e para outros Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados (*Fair Value Option*).

f) Desreconhecimento

A CEMG desreconhece activos financeiros quando expiram todos os direitos aos fluxos de caixa futuros. Numa transferência de activos, o desreconhecimento apenas pode ocorrer quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos financeiros foram transferidos ou a CEMG não mantém controlo dos mesmos.

A CEMG procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

g) Instrumentos de capital

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro a terceiros, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos de transacção directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito ao seu recebimento é estabelecido e deduzidos ao capital próprio.

h) Empréstimos de títulos e transacções com acordo de recompra

(i) Empréstimo de títulos

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo de títulos continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística da categoria a que pertencem. O montante recebido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um passivo financeiro. Os títulos obtidos através de acordos de empréstimo de títulos não são reconhecidos patrimonialmente. O montante cedido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um débito para com clientes ou instituições financeiras. Os proveitos ou custos resultantes de empréstimo de títulos são periodificados durante o período das operações e são incluídos em juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares (margem financeira).

(ii) Acordos de recompra

A CEMG realiza compras/vendas de títulos com acordo de revenda/recompra de títulos substancialmente idênticos numa data futura a um preço previamente definido. Os títulos adquiridos que estiverem sujeitos a acordos de revenda numa data futura não são reconhecidos em balanço. Os montantes pagos são reconhecidos em crédito a clientes ou aplicações em instituições de crédito. Os valores a receber são colateralizados pelos títulos associados. Os títulos vendidos através de acordos de recompra continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística da categoria a que pertencem. Os recebimentos da venda de investimentos são considerados como depósitos de clientes ou de outras instituições de crédito.

A diferença entre as condições de compra/venda e as de revenda/recompra é periodificada durante o período das operações e é registada em juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares.

i) Investimentos em subsidiárias e associadas

Os investimentos em subsidiárias e associadas são contabilizados nas demonstrações financeiras individuais da CEMG ao seu custo histórico deduzido de quaisquer perdas por imparidade.

Subsidiárias

Subsidiárias são entidades (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização) controladas pela CEMG. A CEMG controla uma entidade quando está exposto, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as atividades relevantes dessa entidade (controlo de facto).

Investimentos financeiros em associadas

Os investimentos financeiros em associadas são consolidados pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que a CEMG adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. As empresas associadas são entidades nas quais a CEMG tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que a CEMG exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso a CEMG detenha, direta ou indiretamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que a CEMG não possui influência significativa, exceto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por parte da CEMG é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- representação no Conselho de Administração ou órgão de direção equivalente;
- participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- transações materiais entre a CEMG e a participada;
- intercâmbio de pessoal de gestão;
- fornecimento de informação técnica essencial.

Imparidade

O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior. O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos activos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

j) Activos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas

Os activos não correntes, grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um activo não corrente) e operações descontinuadas são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos activos e passivos e os activos ou grupos de activos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

A CEMG também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como activos não correntes detidos para venda, a mensuração de todos os activos não correntes e todos os activos e passivos incluídos num grupo de activos para venda é efectuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua reclassificação, estes activos ou grupos de activos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

As operações descontinuadas e as subsidiárias adquiridas exclusivamente com o objectivo de venda no curto prazo são consolidadas até ao momento da sua venda.

A CEMG classifica igualmente em activos não correntes detidos para venda os imóveis detidos por recuperação de crédito, que se encontram mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor líquido de custos de venda e o valor contabilístico do crédito existente na data em que foi efectuada a dação ou arrematação judicial do bem.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efectuadas pela CEMG.

A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido dos custos de venda, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do período.

k) Locação financeira

Na óptica do locatário os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Na óptica do locador os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira. As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital. O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

l) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares (margem financeira), pelo método da taxa de juro efectiva. Os juros à taxa efectiva de activos financeiros disponíveis para venda também são reconhecidos em margem financeira assim como dos activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efectiva, a CEMG procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção, excepto para activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada para desconto de fluxos de caixa futuros na mensuração da perda por imparidade.

Especificamente no que diz respeito à política de registo dos juros de crédito vencido são considerados os seguintes aspectos:

- os juros de créditos vencidos com garantias reais até que seja atingido o limite de cobertura prudentemente avaliado são registados por contrapartida de resultados de acordo com a IAS 18 no pressuposto de que existe uma razoável probabilidade da sua recuperação; e
- os juros já reconhecidos e não pagos relativos a crédito vencido há mais de 90 dias que não estejam cobertos por garantia real são anulados, sendo os mesmos apenas reconhecidos quando recebidos por se considerar, no âmbito da IAS 18, que a sua recuperação é remota.

Para os instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles que forem classificados como instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juro não é autonomizada das alterações no seu justo valor, sendo classificada como Resultados de operações de negociação e cobertura. Para derivados de cobertura do risco de taxa de juro e associados a activos financeiros ou passivos financeiros reconhecidos na categoria de *Fair Value Option*, a componente de juro é reconhecida em juros e rendimentos similares ou em juros e encargos similares (margem financeira).

m) Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões

Os proveitos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam; ou
- quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído;

Quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro, os proveitos resultantes de serviços e comissões são registados na margem financeira.

n) Resultados de operações financeiras (Resultados em activos financeiros disponíveis para venda e Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados)

O Resultado de operações financeiras reflecte os ganhos e perdas dos activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, isto é, variações de justo valor e juros de derivados de negociação e de derivados embutidos, assim como os dividendos recebidos associados a estas carteiras. Inclui igualmente, mais ou menos valias das alienações de activos financeiros disponíveis para venda e de investimentos detidos até à maturidade. As variações de justo valor dos derivados afectos a carteiras de cobertura e dos itens cobertos, quando aplicável a cobertura de justo valor, também aqui são reconhecidas.

o) Actividades fiduciárias

Os activos detidos no âmbito de actividades fiduciárias não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da CEMG. Os resultados obtidos com serviços e comissões provenientes destas actividades são reconhecidos na demonstração dos resultados no período em que ocorrem.

p) Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a CEMG. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	<u>Número de anos</u>
Imóveis de serviço próprio	50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Outros activos fixos	4 a 10

Sempre que exista uma indicação de que um activo fixo tangível possa ter imparidade, é efectuada uma estimativa do seu valor recuperável, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido desse activo exceda o valor recuperável.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se espera vir a obter com o uso continuado do activo e da sua alienação no final da vida útil.

As perdas por imparidade de activos fixos tangíveis são reconhecidas em resultados do exercício.

q) Activos intangíveis

Software

A CEMG regista em activos intangíveis os custos associados ao *software* adquirido a entidades terceiras e procede à sua amortização linear pelo período de vida útil estimado entre 3 e 6 anos. A CEMG não capitaliza custos gerados internamente relativos ao desenvolvimento de *software*.

Outros activos intangíveis

O valor recuperável dos activos intangíveis sem vida útil finita registado no activo é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas por imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados.

r) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

s) Offsetting

Os activos e passivos financeiros são compensados e reconhecidos pelo seu valor líquido em balanço quando a CEMG tem um direito legal de compensar os valores reconhecidos e as transacções podem ser liquidadas pelo seu valor líquido.

t) Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao custo histórico são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor é determinado e reconhecido por contrapartida de resultados, com excepção daqueles reconhecidos em activos financeiros disponíveis para venda, cuja diferença é registada por contrapartida de capitais próprios.

u) Benefícios dos empregados

Pensões

Decorrente da assinatura do Acordo Colectivo de Trabalho ('ACT') e subsequentes alterações decorrentes dos 3 acordos tripartidos, a CEMG constituiu um fundo de pensões tendo em vista assegurar a cobertura das responsabilidades assumidas para com pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência, benefícios de saúde e subsídio de morte.

A cobertura das responsabilidades é assegurada através do fundo de pensões gerido pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

O plano de pensões existente na CEMG corresponde a um plano de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

As responsabilidades da CEMG com pensões de reforma são calculadas anualmente, em 31 de Dezembro de cada ano, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, sendo sujeitas a uma revisão anual por actuários independentes. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a emissões de obrigações de empresas de alta qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

O proveito/custo de juros com o plano de pensões é calculado pela CEMG multiplicando o activo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos activos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma e atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento esperado dos activos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas actuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos actuariais utilizados e os valores efectivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos actuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos activos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

A CEMG reconhece na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

A CEMG efectua pagamentos ao fundo de forma a assegurar a solvência do mesmo, sendo os níveis mínimos fixados pelo Banco de Portugal como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

Anualmente, a CEMG avalia, para cada plano, a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

Benefícios de saúde

Aos trabalhadores bancários é assegurada pela CEMG a assistência médica através de um Serviço de Assistência Médico-Social. O Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS – constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respectivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo da CEMG, a verba correspondente a 6,50% do total das retribuições efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações da CEMG com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões. Estes benefícios estão cobertos pelo Fundo de Pensões que passou a integrar todas as responsabilidades com pensões e benefícios de saúde.

Prémios de antiguidade

No âmbito do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, a CEMG assumiu o compromisso de pagar aos seus trabalhadores, quando estes completam 15, 25 e 30 anos ao serviço da CEMG, prémios de antiguidade de valor correspondente a uma, duas ou três vezes, respectivamente, o salário mensal recebido à data de pagamento destes prémios.

À data da passagem à situação de invalidez ou invalidez presumível, o trabalhador tem direito a um prémio por antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Os prémios de antiguidade são contabilizados pela CEMG de acordo com a IAS 19, como outros benefícios de longo prazo a empregados.

O valor das responsabilidades da CEMG com estes prémios por antiguidade é estimado anualmente, à data do balanço, pela CEMG com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. Os pressupostos actuariais utilizados baseiam-se em expectativas de futuros aumentos salariais e tábuas de mortalidade. A taxa de desconto utilizada neste cálculo foi determinada com base na mesma metodologia descrita nas pensões de reforma.

Em cada exercício, o aumento da responsabilidade com prémios por antiguidade, incluindo ganhos e perdas actuariais e custos de serviços passados, é reconhecido em resultados.

Remunerações variáveis aos empregados e órgãos de administração (bónus)

De acordo com a IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros, prémios e outras) atribuídas aos empregados e aos membros dos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

v) Impostos sobre lucros

Até 31 de Dezembro de 2011, a CEMG encontrava-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas ('IRC'), nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 10º do Código do IRC, tendo tal isenção sido reconhecida por Despacho de 3 de Dezembro de 1993, do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e confirmada pela Lei n.º 10-B/96, de 23 de Março, que aprovou o Orçamento do Estado para 1996.

Com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2012, a CEMG passa a estar sujeita ao regime estabelecido no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC). Adicionalmente são registados impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de IRC sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são

posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor que se apura relativamente ao rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção dos activos intangíveis sem vida finita, não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

A CEMG procede, conforme estabelecido na IAS 12, parágrafo 74, à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os activos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e activos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os activos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada exercício futuro em que os passivos ou activos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

w) Relato por segmentos

O Grupo adoptou a IFRS 8 – Segmentos Operacionais para efeitos de divulgação da informação financeira por segmentos operacionais. Um segmento operacional é uma componente do Grupo: (i) que desenvolve actividades de negócio de que pode obter réditos ou gastos; (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais do Grupo para efeitos de tomada de decisões sobre imputação de recursos ao segmento e avaliação do seu desempenho; e (iii) relativamente ao qual esteja disponível informação financeira distinta.

Considerando que as demonstrações financeiras individuais são apresentadas conjuntamente com as do Grupo à luz do parágrafo 4 da IFRS 8, a CEMG está dispensada de apresentar informação, em base individual relativa aos segmentos.

x) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a CEMG tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

A mensuração das provisões tem em conta os princípios definidos na IAS 37 no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das acções em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo. Nos casos em que o efeito do desconto é material, a provisão corresponde ao valor actual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por contrapartida de resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

y) Prestação de serviços de mediação de seguros ou de resseguros

A CEMG é uma entidade autorizada pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (“ASF”) para a prática da actividade de mediação de seguros, na categoria de Mediador de Seguros Ligado, de acordo com o Artigo 8º, alínea a), subalínea i), do Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de Julho, desenvolvendo a actividade de intermediação de seguros nos ramos vida e não vida.

No âmbito dos serviços de mediação de seguros a CEMG efectua a venda de contratos de seguros. Como remuneração pelos serviços prestados de mediação de seguros, a CEMG recebe comissões de mediação de contratos de seguros e contractos de investimento, as quais estão definidas em acordos/protocolos estabelecidos entre a CEMG e as Seguradoras.

As comissões recebidas pelos serviços de mediação de seguros são reconhecidas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo que as comissões cujo pagamento ocorre em momento diferente do exercício a que respeita são objecto de registo como valor a receber numa rubrica de Outros activos por contrapartida da rubrica Rendimentos de serviços e comissões – Por serviços de mediação de seguros.

A CEMG não efectua a cobrança de prémios de seguro por conta das Seguradoras, nem efectua a movimentação de fundos relativos a contratos de seguros. Desta forma, não há qualquer outro activo e passivo, rendimento ou encargo a reportar, relativo à actividade de mediação de seguros exercida pela CEMG, para além dos já divulgados.

z) Estimativas contabilísticas na aplicação das políticas contabilísticas

As IFRS estabelecem um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que o Conselho de Administração Executivo utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela CEMG são analisadas nos parágrafos seguintes, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da CEMG e a sua divulgação.

Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adoptado pelo Conselho de Administração Executivo, os resultados reportados pela CEMG poderiam ser diferentes caso um tratamento distinto fosse escolhido. O Conselho de Administração Executivo considera que os critérios adoptados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da CEMG e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

A CEMG determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, a CEMG avalia, entre outros factores, a volatilidade normal dos preços dos activos financeiros. De acordo com as políticas da CEMG, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de um ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da CEMG.

Perdas por imparidade em crédito a clientes

A CEMG efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade, conforme referido na política contabilística descrita na nota b).

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a probabilidade de incumprimento, as notações de risco, o valor dos colaterais associado a cada operação, as taxas de recuperação e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da CEMG.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na sua ausência é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo poderiam originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Investimentos detidos até à maturidade

A CEMG classifica os seus activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas como activos financeiros detidos até à maturidade, de acordo com os requisitos da IAS 39. Esta classificação requer um nível de julgamento significativo.

No julgamento efectuado, a CEMG avalia a sua intenção e capacidade de deter estes activos financeiros até à maturidade. Caso a CEMG não detenha estes activos financeiros até à maturidade, excepto em circunstâncias específicas – por exemplo, alienar uma parte não significativa perto da maturidade – é requerida a reclassificação de toda a carteira para activos financeiros disponíveis para venda, com a sua consequente mensuração ao justo valor e não ao custo amortizado.

Os investimentos até à maturidade são objecto de teste sobre a existência de imparidade, o qual segue uma análise e decisão da CEMG. A utilização de metodologias e pressupostos diferentes dos usados nos cálculos efectuados poderia ter impactos diferentes em resultados.

Imparidade para investimentos em subsidiárias e associadas

A CEMG avalia anualmente o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos activos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da CEMG.

Entidades incluídas no perímetro de consolidação

Para determinação das entidades a incluir no perímetro de consolidação, a CEMG avalia em que medida está exposta, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre essa entidade (controlo de facto).

A decisão de que uma entidade tem que ser consolidada pela CEMG requer a utilização de julgamento, pressupostos e estimativas para determinar em que medida a CEMG está exposta à variabilidade do retorno e à capacidade de se apoderar dos mesmos através do seu poder.

Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação da CEMG fosse diferente, com impacto direto nos resultados consolidados.

Impostos sobre os lucros

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efectuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Tributária e Aduaneira Portuguesa tem a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela CEMG durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal, que pela sua probabilidade, o Conselho de Administração Executivo considera que não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios dos empregados

A determinação das responsabilidades pelo pagamento de pensões requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, taxas de juro líquido e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Imparidade de activos intangíveis sem vida útil finita

O valor recuperável de activos intangíveis sem vida útil finita da CEMG é revisto anualmente independentemente da existência de sinais de imparidade.

Para o efeito, o valor de balanço de activos intangíveis sem vida útil finita reconhecido, é comparado com o seu valor recuperável. É reconhecida uma perda por imparidade associada quando o valor recuperável da entidade a ser testada é inferior ao seu valor de balanço.

Na ausência de um valor de mercado disponível, o mesmo é calculado com base em técnicas de valores descontados usando uma taxa de desconto que considera o risco associado à unidade a ser testada. A determinação dos fluxos de caixa futuros a descontar e da taxa de desconto a utilizar envolve julgamento.

aa) Impacto da alteração da política contabilística associada ao reconhecimento de taxas

Para efeitos de preparação das demonstrações financeiras intercalares individuais com referência a 30 de Junho de 2015, a CEMG aplicou pela primeira vez a IFRIC 21 – Taxas, a qual esclarece o momento em que se deve reconhecer uma responsabilidade por taxas/ impostos devidos a entidades governamentais, definindo a data em que ocorre o evento que gera a obrigação como o momento em que se deve reconhecer a responsabilidade de pagamento de uma taxa/imposto.

A alteração, em 2015, do momento de reconhecimento de algumas taxas, em particular as contribuições sobre o sector bancário, para o fundo de garantia depósitos e para o fundo de resolução, determinou a necessidade de reexpressar, para efeitos comparativos, os valores referentes ao primeiro semestre de 2014, de forma a incluir o mesmo critério de reconhecimento destas taxas em ambos os períodos,

O impacto desta reexpressão nas demonstrações financeiras do primeiro semestre de 2014 traduziu-se na relevação na rubrica Outros resultados de exploração um custo no montante de 6.237 milhares de Euros (ver nota 10), e na rubrica Impostos sobre lucros um rédito de 759 milhares de Euros (ver nota 30).

A adopção desta Interpretação não altera os valores apresentados nas demonstrações financeiras individuais anuais, afectando apenas os montantes relevados nas demonstrações financeiras

individuais intercalares, pelo que, consequentemente, o Balanço Individual de 31 de Dezembro de 2014 não foi reexpresso.

2 Margem financeira e resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda

As IFRS em vigor exigem a divulgação desagregada da margem financeira, dos resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda, conforme apresentado nas notas 3, 6 e 7. Uma actividade de negócio específica pode gerar impactos quer na rubrica de resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e em activos financeiros disponíveis para venda, quer nas rubricas da margem financeira, pelo que o requisito de divulgação, tal como apresentado, não evidencia a contribuição das diferentes actividades de negócio para a margem financeira e para os resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda.

A análise conjunta destas rubricas é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Jun 2014
Margem Financeira	104 070	146 033
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	8 157	1 597
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	75 150	253 077
	187 377	400 707

3 Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Jun 2014
Juros e rendimentos similares		
Juros de crédito a clientes	220 793	280 975
Juros de depósitos e outras aplicações	751	641
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	59 425	91 854
Juros de activos financeiros detidos para negociação	47 738	56 276
Juros de outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	50
Juros de investimentos detidos até à maturidade	400	343
Juros de derivados de cobertura	87	413
Outros juros e rendimentos similares	7 431	8 033
	336 625	438 585
Juros e encargos similares		
Juros de recursos de clientes	105 459	145 060
Juros de recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	17 557	18 227
Juros de títulos emitidos	35 179	44 161
Juros de outros passivos subordinados	2 825	2 939
Juros de passivos financeiros associados a outros activos transferidos	24 743	26 507
Juros de passivos financeiros detidos para negociação	45 281	54 404
Juros de derivados de cobertura	346	632
Outros juros e encargos similares	1 165	622
	232 555	292 552
Margem Financeira	104 070	146 033

As rubricas Juros de crédito e Outros juros e encargos similares incluem o montante positivo de 11.021 milhares de Euros e o montante negativo de 1.164 milhares de Euros (30 de Junho de 2014: montante positivo de 11.700 milhares de Euros e montante negativo de 621 milhares de Euros), respectivamente, relativo a comissões e outros custos/proveitos contabilizados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 I).

A rubrica Juros e encargos similares – Juros de recursos de clientes inclui o efeito da contabilização de juros de depósitos a prazo com taxas crescentes, no montante negativo de 5.900 milhares de Euros (30 de Junho de 2014: montante negativo de 4.293 milhares de Euros).

4 Rendimentos de instrumentos de capital

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Jun 2014
Rendimentos de activos financeiros disponíveis para venda	1 400	493
Rendimentos de associadas	194	818
	1 594	1 311

Esta rubrica inclui dividendos e rendimentos de unidades de participação recebidos durante o período.

5 Resultados de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Jun 2014
Rendimentos de serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados	43 789	42 545
Por operações realizadas por conta de terceiros	10 762	10 394
Por garantias prestadas	3 540	3 739
Por serviços de mediação de seguros	3 507	3 712
Outros rendimentos de serviços e comissões	856	165
	62 454	60 555
Encargos com serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros	7 628	7 969
Por operações realizadas com títulos	273	283
Outros encargos com serviços e comissões	5 343	593
	13 244	8 845
Resultados líquidos de serviços e comissões	49 210	51 710

Em 30 de Junho de 2015 e 2014, as remunerações decorrentes da prestação do serviço de mediação ou de resseguros têm a seguinte composição:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Jun 2014
Ramo Vida		
Habitação	577	584
Consumo	668	625
Outros	778	819
	<u>2 023</u>	<u>2 028</u>
Ramo Não Vida		
Habitação	898	1 011
Consumo	19	69
Outros	567	604
	<u>1 484</u>	<u>1 684</u>
	<u><u>3 507</u></u>	<u><u>3 712</u></u>

As remunerações por serviços de mediação de seguros foram recebidas integralmente em numerário e a totalidade das comissões resultaram da intermediação de seguros da Lusitania, Companhia de Seguros, S.A. e Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A..

6 Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Euros)

	Jun 2015			Jun 2014		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Activos e passivos detidos para negociação						
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	9 955	14 109	(4 154)	96	-	96
De outros emissores	67	75	(8)	108	57	51
Acções	8 330	7 013	1 317	22 798	21 831	967
Unidades de participação	44	48	(4)	4 207	4 041	166
	<u>18 396</u>	<u>21 245</u>	<u>(2 849)</u>	<u>27 209</u>	<u>25 929</u>	<u>1 280</u>
Instrumentos financeiros derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	48 008	48 314	(306)	37 080	36 833	247
Contratos sobre taxas de juro	92 943	95 200	(2 257)	64 652	63 667	985
Contratos sobre créditos (CDS)	-	-	-	134	107	27
Contratos de futuros	2 046	1 953	93	1 534	3 019	(1 485)
Contratos de opções	10 738	10 683	55	7 368	7 384	(16)
Outros	66 616	66 676	(60)	701	693	8
	<u>220 351</u>	<u>222 826</u>	<u>(2 475)</u>	<u>111 469</u>	<u>111 703</u>	<u>(234)</u>
Crédito e outros valores a receber						
Crédito a clientes	659	573	86	229	69	160
Venda de créditos a clientes	14 088	6	14 082	-	47	(47)
	<u>14 747</u>	<u>579</u>	<u>14 168</u>	<u>229</u>	<u>116</u>	<u>113</u>
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De outros emissores	-	-	-	1 216	275	941
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1 216</u>	<u>275</u>	<u>941</u>
Derivados de cobertura						
Contratos sobre taxas de juro	748	333	415	732	801	(69)
	<u>748</u>	<u>333</u>	<u>415</u>	<u>732</u>	<u>801</u>	<u>(69)</u>
Passivos financeiros						
Recursos de outras instituições de crédito	141	61	80	200	871	(671)
Responsabilidades representadas por títulos	456	1 528	(1 072)	710	2 797	(2 087)
Recursos de clientes	352	323	29	3 921	275	3 646
Outros passivos subordinados	-	139	(139)	-	1 322	(1 322)
	<u>949</u>	<u>2 051</u>	<u>(1 102)</u>	<u>4 831</u>	<u>5 265</u>	<u>(434)</u>
	<u>255 191</u>	<u>247 034</u>	<u>8 157</u>	<u>145 686</u>	<u>144 089</u>	<u>1 597</u>

A rubrica Passivos Financeiros inclui as variações de justo valor associadas à alteração do risco de crédito próprio (*spread*) das operações, no valor de 5.668 milhares de Euros (30 de Junho de 2014: 14.410 milhares de Euros), conforme nota 33, 34, 35 e 38. Assim, a CEMG reconheceu em resultados no período findo em 30 de Junho de 2015, um efeito negativo de 2.592 milhares de Euros (30 de Junho de 2014: 4.171 milhares de Euros, relativo à variação de valor dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, atribuível ao risco de crédito da própria entidade

De acordo com as políticas contabilísticas seguidas pela CEMG, os instrumentos financeiros são mensurados, no momento do seu reconhecimento inicial, pelo seu justo valor. Presume-se que o valor de transacção do instrumento corresponde à melhor estimativa do seu justo valor na data do seu reconhecimento inicial. Contudo, em determinadas circunstâncias, o justo valor inicial de um instrumento financeiro, determinado com base em técnicas de avaliação, pode diferir do valor de transacção, nomeadamente pela existência de uma margem de intermediação, dando origem a um *day one profit*.

A CEMG reconhece em resultados os ganhos decorrentes da margem de intermediação (*day one profit*), gerados fundamentalmente na intermediação de produtos financeiros derivados e cambiais, uma vez que o justo valor destes instrumentos, na data do seu reconhecimento inicial e subsequentemente, é determinado apenas com base em variáveis observáveis no mercado e reflecte o acesso da CEMG ao mercado financeiro grossista (*wholesale market*).

7 Resultados de activos financeiros disponíveis para venda

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Euros)

	Jun 2015			Jun 2014		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Títulos de rendimento fixo						
Obrigações						
De emissores públicos	63 896	1 192	62 704	241 668	263	241 405
De outros emissores	11 181	1 273	9 908	532	33	499
Acções	677	75	602	798	2	796
Outros títulos de rendimento variável	1 968	32	1 936	10 383	6	10 377
	<u>77 722</u>	<u>2 572</u>	<u>75 150</u>	<u>253 381</u>	<u>304</u>	<u>253 077</u>

A rubrica Títulos de rendimento fixo – Obrigações – De emissores públicos inclui o montante de 62.778 milhares de Euros (30 de Junho de 2014: 241.298 milhares de Euros), referente às mais e menos valias realizadas na alienação de obrigações do tesouro da dívida pública portuguesa.

8 Resultados de reavaliação cambial

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Euros)

	Jun 2015			Jun 2014		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Reavaliação cambial	<u>88 424</u>	<u>85 253</u>	<u>3 171</u>	<u>14 706</u>	<u>12 521</u>	<u>2 185</u>

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 t).

9 Resultados de alienação de outros activos

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Jun 2014
Alienação de imóveis	(11 685)	(8 539)
Outros	(21)	(102)
	(11 706)	(8 641)

A rubrica Alienação de imóveis, diz respeito aos resultados obtidos na venda de activos não correntes detidos para venda.

10 Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Jun 2014
Outros proveitos de exploração		
Prestação de serviços	23 225	3 065
Proveitos com a cedência de pessoal	8 503	8 005
Proveitos na gestão de contas de depósitos à ordem	4 546	4 225
Reembolso de despesas	859	776
Recompra de emissões próprias	103	834
Outros	2 724	8 683
	39 960	25 588
Outros custos de exploração		
Contribuição para o sector bancário	10 191	7 579
Recompra de emissões próprias	4 355	18
Despesas com imóveis de negociação	3 504	2 499
Contribuição para o fundo de resolução	2 176	1 803
Fundo de Garantia de Depósitos	649	3 093
Donativos e Quotizações	375	153
Impostos	107	555
Outros	4 761	4 841
	26 118	20 541
Outros resultados líquidos de exploração	13 842	5 047

A 30 de Junho de 2015, a rubrica Outros proveitos de exploração – Prestação de serviços inclui o montante de 20.000 milhares de Euros, referente ao custo estimado com a prestação de serviços efectuada pela CEMG ao Montepio Geral Associação Mutualista, conforme nota 31.

A 30 de Junho de 2015 e 2014, a rubrica Outros proveitos de exploração – Proveitos com a cedência de pessoal inclui o montante de 8.103 milhares de Euros (30 de Junho de 2014: 7.496 milhares de Euros) relativo à cedência de pessoal efectuada pela CEMG ao Montepio Geral Associação Mutualista e participadas da CEMG.

Em 30 de Junho de 2015 e 2014, o resultado de Recompra de emissões próprias é apurado de acordo com o definido na política contabilística descrita na nota 1 c) e refere-se à recompra de *Euro Medium Term Notes* e obrigações de caixa.

A contribuição específica sobre o sector Bancário é estimada de acordo com o disposto na Lei n.º 55-A/2010. A determinação do montante a pagar incide sobre: (i) o passivo médio anual apurado em balanço deduzido dos fundos próprios de base (*Tier 1*) e dos fundos próprios complementares (*Tier 2*) e os depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos; e (ii) o valor nominal dos instrumentos financeiros derivados.

A rubrica Contribuição para o fundo de resolução corresponde às contribuições obrigatórias para o Fundo, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 24/2013. Estas contribuições são calculadas de acordo com uma taxa específica definida anualmente e aplicada sobre os passivos das instituições, com excepção das provisões, reavaliação de instrumentos financeiros derivados, proveitos diferidos e passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização..

Com a adopção da IFRIC 21, conforme definido na política contabilística descrita na nota 1 aa), os valores das contribuições para o sector bancário e para o fundo de resolução correspondem ao valor total pago em cada exercício.

A rubrica Outros custos de exploração – Impostos inclui o montante de 23 milhares de Euros (30 de Junho de 2014: 373 milhares de Euros), relativo ao pagamento do Imposto Municipal de Transacções ('IMT').

11 Custos com pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Jun 2014
Remunerações	65 593	64 024
Encargos sociais obrigatórios	17 811	17 831
Encargos com fundo de pensões	6 025	4 279
Outros custos	2 144	2 427
	<u>91 573</u>	<u>88 561</u>

Em 30 de Junho de 2015 e 2014, a rubrica Encargos com fundo de pensões refere-se ao custo dos serviços correntes relativos ao primeiro semestre.

Adicionalmente, em 30 de Junho de 2014, a rubrica Encargos com fundo de pensões inclui o montante de 344 milhares de Euros relativo ao custo com os colaboradores reformados antecipadamente.

12 Gastos gerais administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Jun 2014
Rendas e alugueres	13 526	14 146
Serviços especializados		
Informática	4 742	5 277
Trabalho independente	2 127	1 898
Outros serviços especializados	7 895	6 937
Comunicações e expedição	3 248	3 944
Água, energia e combustíveis	2 199	2 182
Publicidade e publicações	2 035	3 496
Conservação e reparação	1 861	1 913
Seguros	1 155	1 173
Transportes	1 112	1 382
Material de consumo corrente	680	825
Deslocações, estadias e despesas de representação	596	698
Formação	128	117
Outros gastos administrativos	7 576	5 256
	48 880	49 244

A rubrica Rendas e alugueres inclui o montante de 12.165 milhares de Euros (30 de Junho de 2014: 12.589 milhares de Euros) correspondente a rendas pagas sobre imóveis utilizados pela CEMG na condição de arrendatário.

A rubrica Outros gastos administrativos inclui, entre outros, serviços especializados com segurança e vigilância, informações e fornecimentos externos diversos.

13 Amortizações do período

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Jun 2014
Activos intangíveis		
Software	6 925	6 360
Outros activos tangíveis		
Imóveis	1 430	1 499
Equipamento		
Equipamento informático	2 054	2 541
Instalações interiores	723	785
Mobiliário e material	332	439
Equipamento de segurança	172	311
Equipamento de transporte	33	33
Máquinas e ferramentas	24	41
Activos em locação operacional	71	146
Outros activos tangíveis	41	59
	<u>4 880</u>	<u>5 854</u>
	<u>11 805</u>	<u>12 214</u>

14 Imparidade do crédito

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Jun 2014
Aplicações em instituições de crédito		
Dotação do período	763	60
Reversão do período	(357)	(503)
	<u>406</u>	<u>(443)</u>
Crédito a clientes		
Dotação do período líquida de reversões	196 887	272 806
Recuperação de crédito e de juros	(2 086)	(4 976)
	<u>194 801</u>	<u>267 830</u>
	<u>195 207</u>	<u>267 387</u>

De acordo com a política contabilística descrita na nota 1 a), a CEMG aplica nas suas contas individuais as NCA's, pelo que a rubrica Imparidade do crédito regista a estimativa de perdas incorridas à data do fim do exercício, determinada de acordo com o regime de provisionamento definido pelas regras do Banco de Portugal, conforme a política contabilística descrita na nota 1 b).

15 Imparidade de outros activos financeiros

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Jun 2014
Imparidade para activos financeiros disponíveis para venda		
Dotação do período	48 845	32 689
Reversão do período	(27 387)	(6 889)
	<u>21 458</u>	<u>25 800</u>

Em 30 de Junho de 2015, a rubrica Imparidade para activos financeiros disponíveis para venda – Dotação do período inclui o montante de 36 milhares de Euros (30 de Junho de 2014: 1.219 milhares de Euros) referentes a imparidade reconhecida para unidades de participação em Fundos Especializados de Crédito, adquiridas no âmbito da cedência de créditos a clientes, conforme notas 21, 23 e 53.

Adicionalmente, em 30 de Junho de 2015, a rubrica Imparidade para activos financeiros disponíveis para venda – Dotação do período inclui o montante de 13.748 milhares de Euros, referentes a imparidade reconhecida para unidades de participação em Fundos de Investimento Imobiliário.

Esta rubrica inclui, a 30 de Junho de 2015, o montante de 2.338 milhares de Euros (30 de Junho de 2014: 8.247 milhares de Euros) relativo à imparidade adicional reconhecida, referente a títulos de dívida grega conforme referido nas notas 23 e 51.

16 Imparidade de outros activos

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Jun 2014
Imparidade para activos não correntes detidos para venda		
Dotação do período	8 748	2 742
Reversão do período	(1 221)	(3 631)
	<u>7 527</u>	<u>(889)</u>

17 Outras provisões

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Jun 2014
Provisões para riscos gerais de crédito		
Dotação do período	52 910	53 801
Reversão do período	(56 426)	(51 705)
	<u>(3 516)</u>	<u>2 096</u>
Provisões para outros riscos e encargos		
Reversão do período	(3 202)	(1 214)
	<u>(3 202)</u>	<u>(1 214)</u>
	<u><u>(6 718)</u></u>	<u><u>882</u></u>

18 Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Dez 2014
Caixa	174 109	172 259
Banco Central	89 580	31 079
	<u>263 689</u>	<u>203 338</u>

A rubrica Banco Central inclui o saldo junto do Banco de Portugal, com vista a satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de caixa, calculadas com base no montante dos depósitos e outras responsabilidades efectivas. O regime de constituição de reservas de caixa, de acordo com as directrizes do Sistema Europeu de Bancos Centrais da Zona Euro obriga à manutenção de um saldo em depósito junto do Banco Central, equivalente a 1% sobre o montante médio dos depósitos e outras responsabilidades, ao longo de cada período de constituição de reservas.

Em 30 de Junho de 2015, a taxa de remuneração média destes depósitos no Banco de Portugal ascendia a 0,05% (31 de Dezembro de 2014: 0,05%). Os depósitos em Outros bancos centrais não são remunerados.

19 Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Dez 2014
Em instituições de crédito no país	756	284
Em instituições de crédito no estrangeiro	19 261	16 074
Valores a cobrar	38 869	38 510
	58 886	54 868

A rubrica Valores a cobrar diz respeito a cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito e que se encontram em cobrança.

20 Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Dez 2014
Aplicações sobre instituições de crédito no país		
Empréstimos	103 570	97 051
Operações de compra com acordo de revenda	30 569	-
Aplicações de muito curto prazo	27 500	96 473
Depósitos	1 076	1 076
Outras aplicações	70 002	210 126
	232 717	404 726
Aplicações sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Operações de compra com acordo de revenda	185 652	1 762
Aplicações de muito curto prazo	23 900	220 052
Depósitos	7 008	19 653
Outras aplicações	90 221	135 040
	306 781	376 507
	539 498	781 233
Imparidade para riscos de crédito sobre aplicações em instituições de crédito	(651)	(245)
	538 847	780 988

As principais aplicações em instituições de crédito no país, em 30 de Junho de 2015, vencem juros à taxa média anual de 0,14% (31 de Dezembro de 2014: 0,08%).

As aplicações em instituições de crédito no estrangeiro vencem juros às taxas dos mercados internacionais onde a CEMG opera.

No âmbito das operações de instrumentos financeiros derivados com contrapartes institucionais, e de acordo com o definido nos respectivos contratos, a CEMG detém o montante de 74.882 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 103.263 milhares de Euros) de aplicações em instituições de crédito dadas como colateral das referidas operações.

Os movimentos ocorridos no período de imparidade para riscos de crédito sobre aplicações em instituições de crédito, são analisados como segue:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Jun 2014
Saldo em 1 de Janeiro	245	810
Dotação do período	763	60
Reversão do período	(357)	(503)
Saldo em 30 de Junho	<u>651</u>	<u>367</u>

21 Crédito a clientes

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Dez 2014
Crédito interno		
A empresas		
Empréstimo	2 648 427	2 635 164
Créditos em conta corrente	1 100 970	1 238 665
Papel comercial	686 711	760 372
Locação financeira	318 542	314 838
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	117 131	112 198
Factoring	82 890	87 998
Descobertos em depósitos à ordem	27 538	68 825
Outros créditos	1 073 555	1 116 775
A particulares		
Habitação	7 411 009	7 576 392
Locação financeira	30 530	28 956
Consumo e outros créditos	937 619	972 370
	14 434 922	14 912 553
Crédito ao exterior		
A empresas	-	731
	14 434 922	14 913 284
Correcção de valor de activos que sejam objecto de operações de cobertura		
Outros créditos	1 938	1 852
Crédito e juros vencidos		
Menos de 90 dias	183 044	130 770
Mais de 90 dias	1 162 132	947 678
	1 345 176	1 078 448
	15 782 036	15 993 584
Imparidade para riscos de crédito	(1 469 972)	(1 337 746)
	14 312 064	14 655 838

Em 30 de Junho de 2015, a rubrica Crédito a clientes inclui créditos afectos à emissão de obrigações hipotecárias, realizadas pela CEMG de 2.723.689 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 2.711.971 milhares de Euros), conforme nota 35.

Em Dezembro de 2014, o Conselho de Administração Executivo da CEMG deliberou sobre a venda à SilverEquation, Unipessoal, Lda., S.A. (“SilverEquation”) de uma carteira de créditos em situação de incumprimento. Esta venda implicou a transferência de todos os riscos e benefícios da referida carteira, incluindo o direito sobre as garantias constituídas em colateral de empréstimos/créditos. Considerando a natureza desta operação o Conselho de Administração Executivo procedeu à sua análise e enquadramento contabilístico, nomeadamente à luz das regras de desreconhecimento da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, em particular as expressas nos parágrafos AG 36 e seguintes desta norma. Esta análise teve por base a verificação dos seguintes aspectos principais:

- Transferência integral dos direitos aos fluxos de caixa futuros do activo;
- Existência ou não de acerto de preço (“preço contingente”);
- Existência ou não de direito de regresso dos créditos;
- Verificação da autonomia do Cessionário (*autopilot*); e
- Eventual controlo ou influência por parte da CEMG sobre a SilverEquation.

Face às características do contrato celebrado entre a CEMG e a SilverEquation, e cujas características permitiram ao Conselho de Administração Executivo concluir que por via da venda dos créditos, a CEMG eliminou a sua exposição à variabilidade resultante do montante e *timing* dos *cash flows* associados à carteira de crédito objecto da venda. Nessa base, concluiu que foram transferidos os riscos e os benefícios associados à carteira de crédito cedida, pelo que, a 31 de Dezembro de 2014, foram desreconhecidos de balanço créditos no montante de 398.100 milhares de Euros e registada uma valia no montante de 95.432 milhares de Euros.

A 30 de Junho de 2015, encontra-se por liquidar por parte da SilverEquation, o montante de 166.613 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 139.176 milhares de Euros) relativos a esta venda, conforme nota 31.

Conforme referido nas notas 15, 23 e 53, a CEMG realizou operações de cedência de créditos a clientes para Fundos Especializados de Crédito. A 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, o montante global dos créditos alienados ascendeu a 40.343 milhares de Euros.

Em 30 de Junho de 2015, o crédito, as garantias e as linhas de crédito irrevogáveis (excluindo transações interbancárias e do mercado monetário) que a CEMG concedeu ao detentor de capital institucional e a empresas por estes controladas, era de 454.422 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 445.599 milhares de Euros).

A CEMG realizou as seguintes operações, ao abrigo do Programa de Emissão de Obrigações Hipotecárias da CEMG:

- Maio 2013: Emissão de 500.000 milhares de Euros, prazo: 4 anos, uma taxa de juro de Euribor 3M + 0,75%;
- Julho 2012: Reembolso de 655.000 milhares de Euros;

- Junho 2012: Cancelamento de 53.300 milhares de Euros, com um resultado de 1.857 milhares de Euros;
- Novembro 2011: Emissão de 300.000 milhares de Euros, prazo: 5 anos, uma taxa de juro de Euribor 3M + 0,75%;
- Outubro 2011: Cancelamento de 291.700 milhares de Euros, com um resultado de 17.750 milhares de Euros;
- Setembro 2011: Emissão de 550.000 milhares de Euros, prazo: 5 anos, uma taxa de juro de Euribor 3M + 0,75%;
- Novembro 2010: Emissão de 500.000 milhares de Euros, prazo: 5 anos, uma taxa de juro de Euribor 3M + 2,5%;
- Dezembro 2009: Emissão de 150.000 milhares de Euros, prazo: 7 anos, a uma taxa de juro de Euribor 3M + 0,75%; e
- Julho 2009: Emissão de 1.000.000 milhares de Euros, prazo: 3 anos, a uma taxa de juro de 3,25%.

De acordo com política contabilística descrita na nota 1 b), a CEMG efetua a anulação contabilística dos créditos provisionados a 100%, que, após uma análise económica sejam considerados como incobráveis, por se concluir que não existem perspectivas da sua recuperação.

Em 30 de Junho de 2015, o Crédito a clientes incluía cerca de 4.053.146 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 3.101.676 milhares de Euros) relativo a créditos que foram objecto de securitização e, que de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 f), não foram objecto de desreconhecimento.

A rubrica Créditos a clientes inclui os seguintes montantes relativos a operações de securitização, detalhados por tipo de operação:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Dez 2014
Crédito hipotecário	2 854 959	2 928 887
Crédito ao consumo	264 183	172 700
Empréstimo a empresas	934 004	89
	<u>4 053 146</u>	<u>3 101 676</u>

Na rubrica Correção de valores de activos que sejam objecto de operações de cobertura está registado o justo valor da parte da carteira coberta. Esta valorização é registada por contrapartida de resultados de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 d). A CEMG realiza periodicamente testes de efectividade das relações de cobertura existentes.

O justo valor da carteira de crédito a clientes encontra-se apresentado na nota 47.

A rubrica Crédito a clientes corresponde na sua maioria a contratos de crédito a taxa variável.

A análise da rubrica Crédito a clientes, por prazos de maturidade e por tipo de cliente, para o período findo em 30 de Junho de 2015, é a seguinte:

(milhares de Euros)

	Crédito a clientes				Total
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	A mais de 5 anos	Indeterminado	
Crédito com garantias reais	445 104	915 158	9 513 381	775 069	11 648 712
Crédito com outras garantias	705 454	282 569	359 855	332 298	1 680 176
Crédito em locação	314	103 097	245 661	23 140	372 212
Papel comercial	686 711	-	-	63 927	750 638
Outros créditos	634 760	171 177	373 619	150 742	1 330 298
	<u>2 472 343</u>	<u>1 472 001</u>	<u>10 492 516</u>	<u>1 345 176</u>	<u>15 782 036</u>

A análise da rubrica Crédito a clientes, por prazos de maturidade e por tipo de crédito, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, é a seguinte:

(milhares de Euros)

	Crédito a clientes				Total
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	A mais de 5 anos	Indeterminado	
Crédito com garantias reais	473 337	1 166 420	9 593 474	626 130	11 859 361
Crédito com outras garantias	677 741	54 100	627 579	297 064	1 656 484
Crédito em locação	1 598	102 866	239 330	23 320	367 114
Papel comercial	760 372	-	-	-	760 372
Outros créditos	754 537	136 446	327 336	131 934	1 350 253
	<u>2 667 585</u>	<u>1 459 832</u>	<u>10 787 719</u>	<u>1 078 448</u>	<u>15 993 584</u>

O crédito vincendo em locação, em 30 de Junho de 2015, em termos de prazos residuais é apresentado como segue:

(milhares de Euros)

	Crédito em locação			
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	A mais de 5 anos	Total
Rendas vincendas	58 105	156 914	140 221	355 240
Juros Vincendos	(13 358)	(34 925)	(31 338)	(79 621)
Valores residuais	3 712	27 350	42 391	73 453
	<u>48 459</u>	<u>149 339</u>	<u>151 274</u>	<u>349 072</u>

O crédito vincendo em locação, em 31 de Dezembro de 2014, em termos de prazos residuais é apresentado como segue:

(milhares de Euros)

	Crédito em locação			
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	A mais de 5 anos	Total
Rendas vincendas	66 824	135 767	143 660	346 251
Juros Vincendos	(13 986)	(22 210)	(23 520)	(59 716)
Valores residuais	5 707	24 049	27 503	57 259
	<u>58 545</u>	<u>137 606</u>	<u>147 643</u>	<u>343 794</u>

Em relação à locação operacional, a CEMG não apresenta contratos relevantes como Locador.

A análise da rubrica Crédito e juros vencidos, por tipo de crédito, é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2015	Dez 2014
Crédito com garantias reais	775 069	626 130
Crédito com outras garantias	332 298	297 064
Crédito em locação	23 140	23 320
Papel comercial	63 927	-
Outros créditos	150 742	131 934
	<u>1 345 176</u>	<u>1 078 448</u>

A análise do Crédito e juros vencidos, por tipo de crédito, é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Dez 2014
Empresas		
Construção/Produção	303 114	267 505
Investimento	351 870	248 286
Tesouraria	460 354	353 667
Outras finalidades	21 486	27 726
Particulares		
Habitação	68 954	67 342
Crédito ao consumo	36 970	32 923
Outras finalidades	64 734	49 347
Sector Público Administrativo	583	456
Outros Segmentos	37 111	31 196
	1 345 176	1 078 448

Os movimentos por imparidade para riscos de crédito são analisados como segue:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Jun 2014
Saldo em 1 de Janeiro	1 337 746	1 043 503
Dotação do período líquida de reversões	196 887	272 806
Utilização de imparidade	(68 034)	(18 586)
Transferências	3 373	9 877
Saldo em 30 de Junho	1 469 972	1 307 600

Se o valor de uma perda por imparidade decresce num período subsequente à sua contabilização e essa diminuição pode ser relacionada objectivamente com um evento que tenha ocorrido após o reohecimento dessa perda, a imparidade em excesso é anulada por contrapartida de resultados.

A CEMG apresenta em 30 de Junho de 2015, 109.779 milhares de Euros de provisões para riscos gerais de crédito (31 de Dezembro de 2014: 113.295 milhares de Euros), as quais de acordo com as NCA's são apresentadas no passivo, conforme referido na nota 37.

Em conformidade com a política da CEMG, os juros sobre crédito vencido há mais de 90 dias, que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

A imparidade para riscos de crédito, por tipo de crédito, é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Dez 2014
Crédito com garantias reais	785 155	780 283
Crédito com outras garantias	372 786	335 515
Crédito sem garantias	185 936	184 934
Papel comercial	126 095	37 014
	1 469 972	1 337 746

Em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1 b), a anulação contabilística dos créditos é efectuada quando não existem perspectivas fiáveis de recuperação dos créditos e para os créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade, quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

A anulação de crédito por utilização da respectiva imparidade, analisada por tipo de crédito, é a seguinte:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Jun 2014
Crédito com garantias reais	25 476	5 830
Crédito com outras garantias	12 719	3 411
Crédito sem garantias	29 839	9 345
	68 034	18 586

A análise da recuperação de créditos e juros, efectuada no período entre 1 de Janeiro e 30 de Junho de 2015 e 2014 ascendeu ao montante de 2.086 milhares de Euros e 4.976 milhares de Euros, respectivamente, relacionada com a recuperação de crédito com garantias reais, conforme mencionado na nota 14.

A CEMG utiliza colaterais físicos e colaterais financeiros como instrumentos de mitigação do risco de crédito. Os colaterais físicos correspondem maioritariamente a hipotecas sobre imóveis residenciais no âmbito de operações de crédito à habitação e hipotecas sobre outros tipos de imóveis no âmbito de outros tipos de operações de crédito. De forma a reflectir o valor de mercado dos mesmos, estes colaterais são revistos regularmente com base em avaliações efectuadas por entidades avaliadoras certificadas e independentes ou através da utilização de coeficientes de reavaliação que reflectem a tendência de evolução do mercado para o tipo de imóvel e a área geográfica respectiva. Os colaterais financeiros são reavaliados com base nos valores de mercado dos respectivos activos, quando disponíveis, sendo aplicados determinados coeficientes de desvalorização de forma a reflectir a sua volatilidade.

A carteira de crédito a clientes inclui contratos que resultaram de uma reestruturação formal com os clientes e consequente constituição de novo financiamento em substituição dos anteriores. A reestruturação pode resultar de um reforço de garantias e/ou liquidação de parte do crédito e implicar uma prorrogação de vencimentos ou alteração de taxa de juro. A análise dos créditos reestruturados, por tipo de crédito, é a seguinte:

(milhares de Euros)				
	Jun 2015		Dez 2014	
	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade
Empresas				
Construção/Produção	270 127	94 258	297 705	74 157
Investimento	748 934	225 448	715 480	186 270
Tesouraria	146 323	58 802	151 089	47 460
Outras finalidades	8	8	8	8
Particulares				
Habitação	326 741	13 266	345 949	7 523
Crédito ao consumo	15 253	4 331	17 383	3 258
Outras finalidades	80 784	9 909	85 145	7 440
Sector Público Administrativo	1 417	-	42	-
Outros Segmentos	68 665	54 600	68 172	54 556
	1 658 252	460 622	1 680 973	380 672

Relativamente aos créditos reestruturados vincendos, o montante de imparidade associado a estas operações ascende a 454.700 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 401.230 milhares de Euros).

22 Activos e passivos financeiros detidos para negociação

A rubrica Activos e passivos financeiros detidos para negociação é apresentada como segue:

		(milhares de Euros)	
		Jun 2015	Dez 2014
Activos financeiros detidos para negociação			
Títulos			
Acções		7 819	6 115
Obrigações		42 972	648
Unidades de participação		159	-
		<u>50 950</u>	<u>6 763</u>
Derivados			
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo		30 056	76 790
		<u>30 056</u>	<u>76 790</u>
		<u>81 006</u>	<u>83 553</u>
Passivos financeiros detidos para negociação			
Títulos			
Vendas a descoberto		1 844	561
Derivados			
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo		43 954	84 739
		<u>45 798</u>	<u>85 300</u>

Conforme a política contabilística descrita na nota 1 c), os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

A rubrica Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo inclui o valor de 12.295 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 30.350 milhares de Euros) relativos a instrumentos associados a activos ou passivos avaliados ao justo valor através de resultados, com excepção do crédito a clientes no valor de 194 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 218 milhares de Euros).

A rubrica Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo inclui o valor de 9.060 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 24.215 milhares de Euros) relativos a instrumentos associados a activos ou passivos avaliados ao justo valor através de resultados, com excepção do crédito a clientes no valor de 2.044 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 2.177 milhares de Euros).

A carteira de negociação é valorizada ao justo valor, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 c). Conforme a referida política contabilística, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

Conforme disposto na IFRS 13, os instrumentos financeiros são mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização descritos na nota 47, conforme segue:

(milhares de Euros)			
Jun 2015			
	Nível 1	Nível 2	Total
Activos financeiros detidos para negociação			
Títulos			
Acções	7 819	-	7 819
Obrigações	42 972	-	42 972
Unidades de participação	159	-	159
	<u>50 950</u>	<u>-</u>	<u>50 950</u>
Derivados			
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	-	30 056	30 056
	<u>50 950</u>	<u>30 056</u>	<u>81 006</u>
Passivos financeiros detidos para negociação			
Títulos			
Vendas a descoberto	1 844	-	1 844
Derivados			
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	-	43 954	43 954
	<u>1 844</u>	<u>43 954</u>	<u>45 798</u>
(milhares de Euros)			
Dez 2014			
	Nível 1	Nível 2	Total
Activos financeiros detidos para negociação			
Títulos			
Acções	6 115	-	6 115
Obrigações	648	-	648
	<u>6 763</u>	<u>-</u>	<u>6 763</u>
Derivados			
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	-	76 790	76 790
	<u>6 763</u>	<u>76 790</u>	<u>83 553</u>
Passivos financeiros detidos para negociação			
Títulos			
Vendas a descoberto	561	-	561
Derivados			
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	-	84 739	84 739
	<u>561</u>	<u>84 739</u>	<u>85 300</u>

Não existiram durante o primeiro semestre de 2015, transferências significativas entre níveis de valorização.

A análise da carteira de títulos detidos para negociação por maturidade em 30 de Junho de 2015 é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

Jun 2015					
	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Superior a 1 ano	Indeterminado	Total
Títulos de rendimento fixo					
Obrigações					
Nacionais	-	-	22 215	-	22 215
Estrangeiras	-	-	20 757	-	20 757
Títulos de rendimento Variável					
Acções					
Nacionais	-	-	-	1 218	1 218
Estrangeiras	-	-	-	6 601	6 601
Unidades de participação	-	-	-	159	159
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>42 972</u>	<u>7 978</u>	<u>50 950</u>
Cotados	-	-	42 972	7 978	50 950

A análise da carteira de títulos detidos para negociação por maturidade em 31 de Dezembro de 2014 é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

Dez 2014					
	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Superior a 1 ano	Indeterminado	Total
Títulos de rendimento fixo					
Obrigações					
Estrangeiras	-	-	648	-	648
Títulos de rendimento Variável					
Acções					
Nacionais	-	-	-	1 080	1 080
Estrangeiras	-	-	-	5 035	5 035
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>648</u>	<u>6 115</u>	<u>6 763</u>
Cotados	-	-	648	6 115	6 763

O valor de balanço dos activos e passivos financeiros detidos para negociação em 30 de Junho de 2015, pode ser analisado como segue:

(milhares de Euros)

Jun 2015								
Produto derivado	Activo / Passivo financeiro associado	Derivado			Activo / Passivo associado			
		Nocional	Justo valor	Variação de justo valor no período	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Valor de balanço	Valor de reembolso na maturidade
Swap de taxa de juro	Responsabilidades representadas por títulos e outros passivos subordinados	93 556	734	(2 093)	(1 727)	1 211	106 177	105 802
Swap de taxa de juro	Recursos de clientes	88 310	(998)	385	(9)	(29)	84 019	83 973
Swap de taxa de juro	Recursos de outras instituições de crédito	63 920	6 961	(2 277)	1 762	(80)	71 491	69 775
Swap de taxa de juro	Obrigações hipotecárias	5 450 438	(3 462)	1 085	-	-	-	-
Swap de taxa de juro	Crédito a clientes	44 757	(1 850)	109	1 938	86	45 698	45 334
Swap de taxa de juro	Outros	3 315 875	(15 650)	(2 508)	-	-	-	-
Swap Cambial	-	95 087	32	(630)	-	-	-	-
Futuros	-	1 520	55	59	-	-	-	-
Opções	-	133 722	280	(79)	-	-	-	-
		<u>9 287 185</u>	<u>(13 898)</u>	<u>(5 949)</u>	<u>1 964</u>	<u>1 188</u>	<u>307 385</u>	<u>304 884</u>

O valor de balanço dos activos e passivos financeiros detidos para negociação em 31 de Dezembro de 2014, pode ser analisado como segue:

(milhares de Euros)

Dez 2014								
Produto derivado	Activo / Passivo financeiro associado	Derivado			Activo / Passivo associado			
		Nocional	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Valor de balanço	Valor de reembolso na maturidade
Swap de taxa de juro	Responsabilidades representadas por títulos e outros passivos subordinados	228 653	2 827	(2 836)	(2 938)	5 804	250 756	247 180
Swap de taxa de juro	Recursos de clientes	101 610	(1 383)	(222)	20	(5 343)	95 657	95 624
Swap de taxa de juro	Recursos de outras instituições de crédito	87 475	9 238	(712)	1 842	2 270	61 009	60 000
Swap de taxa de juro	Obrigações hipotecárias	5 513 279	(4 547)	(74)	-	-	-	-
Swap de taxa de juro	Crédito a clientes	43 740	(1 959)	6	1 852	64	44 110	43 740
Swap de taxa de juro	Outros	3 415 992	(13 142)	1 748	-	-	-	-
Swap Cambial	-	197 172	662	1 047	-	-	-	-
Futuros	-	1 559	(4)	(1)	-	-	-	-
Opções	-	214 562	359	(109)	-	-	-	-
Credit Default Swaps	-	-	-	(81)	-	-	-	-
		<u>9 804 042</u>	<u>(7 949)</u>	<u>(1 234)</u>	<u>776</u>	<u>2 795</u>	<u>451 532</u>	<u>446 544</u>

A componente do justo valor dos passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados atribuível ao risco de crédito da CEMG é negativa e o respectivo valor acumulado ascende em 30 de Junho de 2015 a 5.668 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 8.260 milhares de Euros), conforme nota 6.

A análise dos instrumentos financeiros derivados de negociação por maturidade em 30 de Junho de 2015 é a seguinte:

(milhares de Euros)

	Jun 2015					
	Nacionais com prazo remanescente				Justo valor	
	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Superior a 1 ano	Total	Activo	Passivo
Contratos sobre taxas de juro						
<i>Swap</i> de taxa de juro	22 350	476 868	8 557 638	9 056 856	24 653	38 918
Opções	27 723	39 156	66 843	133 722	5 273	4 993
Contratos sobre taxas de câmbio						
<i>Swap</i> cambial	95 087	-	-	95 087	75	43
Contratos sobre índices						
Futuros de índices	1 520	-	-	1 520	55	-
	<u>146 680</u>	<u>516 024</u>	<u>8 624 481</u>	<u>9 287 185</u>	<u>30 056</u>	<u>43 954</u>

A análise dos instrumentos financeiros derivados de negociação por maturidade em 31 de Dezembro de 2014 é a seguinte:

(milhares de Euros)

	Dez 2014					
	Nacionais com prazo remanescente				Justo valor	
	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Superior a 1 ano	Total	Activo	Passivo
Contratos sobre taxas de juro						
<i>Swap</i> de taxa de juro	106 450	513 457	8 770 842	9 390 749	69 946	78 912
Opções	40 530	111 796	62 236	214 562	6 013	5 654
Contratos sobre taxas de câmbio						
<i>Swap</i> cambial	195 533	1 639	-	197 172	831	169
Contratos sobre índices						
Futuros de índices	1 559	-	-	1 559	-	4
	<u>344 072</u>	<u>626 892</u>	<u>8 833 078</u>	<u>9 804 042</u>	<u>76 790</u>	<u>84 739</u>

23 Activos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2015				
		Reserva de justo valor			
	Custo ⁽¹⁾	Positiva	Negativa	Perdas por imparidade	Valor de balanço
Títulos de rendimento fixo					
Obrigações de emissores públicos					
Nacionais	1 710 139	12 614	(50 393)	-	1 672 360
Estrangeiros	264 316	3 640	(10 511)	(11 172)	246 273
Obrigações de outros emissores					
Nacionais	4 684 301	3 136	(7 669)	(31 142)	4 648 626
Estrangeiros	550 024	25 789	(13 268)	(14 476)	548 069
Papel comercial	7 848	-	-	(998)	6 850
Títulos de rendimento variável					
Acções					
Nacionais	78 582	237	(7)	(3 684)	75 128
Estrangeiras	82 216	3 030	(173)	(3 951)	81 122
Unidades de participação	1 288 317	13 459	(19 347)	(23 305)	1 259 124
	8 665 743	61 905	(101 368)	(88 728)	8 537 552

(1) Custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida.

(milhares de Euros)

	Dez 2014				
		Reserva de justo valor			
	Custo ⁽¹⁾	Positiva	Negativa	Perdas por imparidade	Valor de balanço
Títulos de rendimento fixo					
Obrigações de emissores públicos					
Nacionais	1 596 886	52 031	(3 085)	-	1 645 832
Estrangeiros	107 352	5 030	(1 331)	(8 834)	102 217
Obrigações de outros emissores					
Nacionais	3 702 373	6 746	(19 517)	(51 864)	3 637 738
Estrangeiros	625 395	32 181	(5 501)	(14 518)	637 557
Papel comercial	10 998	-	-	(998)	10 000
Títulos de rendimento variável					
Acções					
Nacionais	84 092	147	(55)	(3 756)	80 428
Estrangeiras	16 257	2 248	(916)	(3 030)	14 559
Unidades de participação	1 279 450	13 096	(21 223)	(8 158)	1 263 165
	7 422 803	111 479	(51 628)	(91 158)	7 391 496

(1) Custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida.

A rubrica de Activos financeiros disponíveis para venda inclui títulos sujeitos a operações de cobertura, cujo impacto no valor de balanço a 30 de Junho de 2015 é negativo e ascende a 760 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: positivo de 1.230 milhares de Euros), conforme referido na nota 24.

Conforme descrito na nota 1 c), a carteira de activos disponíveis para venda é apresentada ao seu valor de mercado sendo as variações de justo valor registadas por contrapartida de capitais próprios, conforme nota 44. A CEMG avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de activos disponíveis para venda seguindo os critérios de julgamento descritos na política contabilística descrita na nota 1 z).

Conforme referido na nota 53, a rubrica Títulos de rendimentos variável – Unidades de participação inclui o montante de 29.843 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 29.611 milhares de Euros) referentes a unidades de participação em Fundos Especializados de Crédito adquiridas no âmbito da cedência de créditos a clientes. Em 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, este montante inclui 6.153 milhares de Euros referentes a títulos júnior (unidades de participação com carácter mais subordinado), os quais se encontram totalmente provisionados, conforme nota 15, 21 e 53. Os instrumentos são valorizados de acordo com as cotações publicadas pelas Sociedades Gestoras de Fundos.

A análise dos activos financeiros disponíveis para venda, líquido de imparidade, por níveis de valorização, com referência a 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014 é apresentado como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2015				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Instrumentos financeiros ao custo	Total
Títulos de rendimento fixo					
Obrigações de emissores públicos					
Nacionais	1 672 360	-	-	-	1 672 360
Estrangeiros	246 273	-	-	-	246 273
Obrigações de outros emissores					
Nacionais	47 420	456 531	4 144 675	-	4 648 626
Estrangeiros	455 636	30 874	61 559	-	548 069
Papel comercial	-	-	-	6 850	6 850
	2 421 689	487 405	4 206 234	6 850	7 122 178
Títulos de rendimento variável					
Acções					
Nacionais	894	-	-	74 234	75 128
Estrangeiras	15 655	-	65 300	167	81 122
Unidades de participação	555 211	-	703 913	-	1 259 124
	571 760	-	769 213	74 401	1 415 374
	2 993 449	487 405	4 975 447	81 251	8 537 552

(milhares de Euros)

Dez 2014					
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Instrumentos financeiros ao custo	Total
Títulos de rendimento fixo					
Obrigações de emissores públicos					
Nacionais	1 645 832	-	-	-	1 645 832
Estrangeiros	102 217	-	-	-	102 217
Obrigações de outros emissores					
Nacionais	3 765	591 860	3 042 113	-	3 637 738
Estrangeiros	523 680	49 998	63 879	-	637 557
Papel comercial	-	-	-	10 000	10 000
	<u>2 275 494</u>	<u>641 858</u>	<u>3 105 992</u>	<u>10 000</u>	<u>6 033 344</u>
Títulos de rendimento variável					
Acções					
Nacionais	852	-	-	79 576	80 428
Estrangeiras	14 392	-	-	167	14 559
Unidades de participação	420 420	-	842 745	-	1 263 165
	<u>435 664</u>	<u>-</u>	<u>842 745</u>	<u>79 743</u>	<u>1 358 152</u>
	<u>2 711 158</u>	<u>641 858</u>	<u>3 948 737</u>	<u>89 743</u>	<u>7 391 496</u>

Conforme disposto na IFRS 13, os instrumentos financeiros estão mensurados de acordo com os níveis de valorização descritos na nota 47.

Relativamente a instrumentos classificados no nível 3, no primeiro semestre de 2015 foram registados em Lucros em operações com activos financeiros disponíveis para venda no montante de 1.702 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 422 milhares de Euros).

Não foram realizadas quaisquer reclassificações de activos financeiros durante o primeiro semestre de 2015 e o exercício de 2014.

Durante o primeiro semestre de 2015 foram reclassificados do nível 2 para o nível 1 um montante de 42.556 milhares de Euros relativo a títulos que passaram a cumprir com os requisitos deste nível, conforme descrito na nota 47.

Os instrumentos classificados no nível 3 têm associados ganhos e perdas não realizadas no montante positivo de 9.717 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: montante positivo de 20.971 milhares de Euros) registadas em reservas de justo valor.

O montante de imparidade registado nestes títulos ascende a 56.741 milhares de Euros em 30 de Junho de 2015 (31 de Dezembro de 2014: 82.654 milhares de Euros). Não foram efectuadas transferências de e para este nível.

Os activos contemplados no nível 3, no montante de 615.376 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 622.224 milhares de Euros), correspondem a unidades de participação em fundos de investimentos fechados cujo valor resultou da divulgação do Valor Líquido Global do Fundo (VLGF) determinado pela sociedade gestora, conforme contas dos respectivos fundos. O património desses fundos resulta de um conjunto diversificado de activos e passivos valorizados, nas respectivas contas, ao justo valor, por metodologias internas utilizadas pela sociedade gestora.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda são analisados como segue:

	(milhares de Euros)	
	<u>Jun 2015</u>	<u>Jun 2014</u>
Saldo em 1 de Janeiro	91 158	77 679
Dotação do período	48 845	32 689
Reversão do período	(27 387)	(6 889)
Transferências	(23 888)	(43 942)
Saldo em 30 de Junho	<u>88 728</u>	<u>59 537</u>

A CEMG reconhece imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda sempre que se verifique uma quebra prolongada ou significativa no seu justo valor ou quando se prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. Esta avaliação implica, por parte da CEMG, um julgamento o qual tem em consideração, entre outros factores, a volatilidade dos preços dos títulos.

Assim, como consequência do reduzido nível de liquidez e da significativa volatilidade dos mercados financeiros, foram tidos em consideração na determinação da existência de imparidade os seguintes factores:

- Instrumentos de capital: (i) desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição; ou (ii) valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a 12 meses;
- Instrumentos de dívida: sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos.

Conforme descrito na política contabilística descrita na nota 1 c), a carteira de activos financeiros disponíveis para venda é apresentada líquida do total da reserva de justo valor e de imparidade. O total de reserva de justo valor para a carteira de activos financeiros disponíveis para venda é negativo e ascende a 39.463 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: positivo 59.851 milhares de Euros) e a imparidade ascende a 88.728 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 91.158 milhares de Euros).

A evolução da crise da dívida dos países da zona Euro associado à evolução da situação macro económica na Grécia, que tem contribuído para uma deterioração da situação económica e financeira do Estado Grego e a incapacidade de aceder a financiamentos nos mercados financeiros o que implica que a solvência imediata do país continue dependente do contínuo apoio da UE e do FMI.

Em 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, a imparidade reconhecida relativa à dívida soberana da Grécia ascende a 11.172 milhares de Euros e 8.834 milhares de Euros, respectivamente conforme notas 15 e 51.

A análise dos activos financeiros disponíveis para venda por maturidade em 30 de Junho de 2015 é a seguinte:

(milhares de Euros)

	Jun 2015				
	Inferior a três meses	Entre três meses e um	Superior a um ano	Indeterminado	Total
Títulos de rendimento fixo					
Obrigações de emissores públicos					
Nacionais	-	150 832	1 521 528	-	1 672 360
Estrangeiros	-	8 175	238 098	-	246 273
Obrigações de outros emissores					
Nacionais	-	-	4 646 304	2 322	4 648 626
Estrangeiros	423	32 865	511 268	3 513	548 069
Papel comercial	6 850	-	-	-	6 850
	<u>7 273</u>	<u>191 872</u>	<u>6 917 198</u>	<u>5 835</u>	<u>7 122 178</u>
Títulos de rendimento variável					
Acções					
Nacionais	-	-	-	75 128	75 128
Estrangeiras	-	-	-	81 122	81 122
Unidades de participação	-	-	2 021	1 257 103	1 259 124
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2 021</u>	<u>1 413 353</u>	<u>1 415 374</u>
	<u>7 273</u>	<u>191 872</u>	<u>6 919 219</u>	<u>1 419 188</u>	<u>8 537 552</u>

A análise dos activos financeiros disponíveis para venda por maturidade em 31 de Dezembro de 2014 é a seguinte:

(milhares de Euros)

	Dez 2014				
	Inferior a três meses	Entre três meses e um	Superior a um ano	Indeterminado	Total
Títulos de rendimento fixo					
Obrigações de emissores públicos					
Nacionais	835	23 205	1 621 792	-	1 645 832
Estrangeiros	-	5 130	97 087	-	102 217
Obrigações de outros emissores					
Nacionais	10 397	15 743	3 609 476	2 122	3 637 738
Estrangeiros	67 152	19 487	547 443	3 475	637 557
Papel comercial	10 000	-	-	-	10 000
	<u>88 384</u>	<u>63 565</u>	<u>5 875 798</u>	<u>5 597</u>	<u>6 033 344</u>
Títulos de rendimento variável					
Acções					
Nacionais	-	-	-	80 428	80 428
Estrangeiras	-	-	-	14 559	14 559
Unidades de participação	-	-	1 772	1 261 393	1 263 165
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1 772</u>	<u>1 356 380</u>	<u>1 358 152</u>
	<u>88 384</u>	<u>63 565</u>	<u>5 877 570</u>	<u>1 361 977</u>	<u>7 391 496</u>

Esta rubrica, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é desagregada da seguinte forma:

	Jun 2015			Dez 2014		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Títulos de rendimento fixo						
Obrigações de emissores públicos						
Nacionais	1 672 360	-	1 672 360	1 645 832	-	1 645 832
Estrangeiros	246 273	-	246 273	102 217	-	102 217
Obrigações de outros emissores						
Nacionais	4 192 460	456 166	4 648 626	3 045 878	591 860	3 637 738
Estrangeiros	520 078	27 991	548 069	587 357	50 200	637 557
Papel comercial	-	6 850	6 850	-	10 000	10 000
	<u>6 631 171</u>	<u>491 007</u>	<u>7 122 178</u>	<u>5 381 284</u>	<u>652 060</u>	<u>6 033 344</u>
Títulos de rendimento variável						
Acções de empresas						
Nacionais	894	74 234	75 128	852	79 576	80 428
Estrangeiros	80 955	167	81 122	14 392	167	14 559
Unidades de participação	1 183 811	75 313	1 259 124	1 263 165	-	1 263 165
	<u>1 265 660</u>	<u>149 714</u>	<u>1 415 374</u>	<u>1 278 409</u>	<u>79 743</u>	<u>1 358 152</u>
	<u>7 896 831</u>	<u>640 721</u>	<u>8 537 552</u>	<u>6 659 693</u>	<u>731 803</u>	<u>7 391 496</u>

Os títulos dados em garantia registados em Activos financeiros disponíveis para venda são apresentados como segue:

- O valor de mercado dos activos dados em garantia ao Banco Central Europeu no âmbito de operações de cedência de liquidez no montante de 3.977 mil milhões de Euros (31 de Dezembro de 2014: 4.202 mil milhões de Euros);
- Títulos dados em garantia à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários no âmbito do Sistema de Indemnização aos Investidores com valor nominal, no montante de 1.750 milhões de Euros (31 de Dezembro de 2014: 1.750 mil milhões de Euros);
- Títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos com valor nominal no montante de 28 milhões de Euros (31 de Dezembro de 2014: 28 milhões de Euros).

Estes activos financeiros dados em garantia podem ser executados em caso de incumprimento das obrigações contratuais assumidas pelo Grupo nos termos e condições dos contratos celebrados, conforme nota 32.

24 Derivados de cobertura

Esta rubrica é apresentada como segue:

		(milhares de Euros)	
		Jun 2015	Dez 2014
Activo			
<i>Swaps</i> de taxas de juro		32	60
Passivo			
<i>Swaps</i> de taxas de juro		1 119	1 494

Os derivados de cobertura encontram-se valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado. Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização, e conforme disposto na IFRS 13, estes instrumentos estão categorizados no nível 2, conforme nota 47.

A CEMG contrata instrumentos financeiros derivados para cobrir a sua exposição ao risco de taxa de juro. O tratamento contabilístico depende da natureza do risco coberto, nomeadamente se ao CEMG está exposto às variações de justo valor, ou a variações de fluxos de caixa, ou se encontra perante coberturas de transacções futuras.

A CEMG realiza periodicamente testes de efectividade das relações de cobertura existentes.

O ajustamento sobre os riscos financeiros cobertos efectuado às rubricas do activo e do passivo que incluem itens cobertos é analisado como segue:

		(milhares de Euros)	
		Jun 2015	Dez 2014
Activos financeiros disponíveis para venda		760	1 230

A análise da carteira de derivados de cobertura por maturidades em 30 de Junho de 2015, é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

Jun 2015							
Nacionais por prazo remanescente				Justo valor			
Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	Superior a um ano Euros	Total	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	Superior a um ano	Total
Derivados de cobertura de justo valor com risco de taxa de juro:							
<i>Swap</i> de taxa de juro							
10 000	3 000	3 500	16 500	(289)	(85)	(713)	(1 087)
<u>10 000</u>	<u>3 000</u>	<u>3 500</u>	<u>16 500</u>	<u>(289)</u>	<u>(85)</u>	<u>(713)</u>	<u>(1 087)</u>

A análise da carteira de derivados de cobertura por maturidades em 31 de Dezembro de 2014, é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

Dez 2014							
Nacionais por prazo remanescente				Justo valor			
Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	Superior a um ano Euros	Total	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	Superior a um ano	Total
Derivados de cobertura de justo valor com risco de taxa de juro:							
<i>Swap</i> de taxa de juro							
-	20 000	6 500	26 500	-	(447)	(987)	(1 434)
<u>-</u>	<u>20 000</u>	<u>6 500</u>	<u>26 500</u>	<u>-</u>	<u>(447)</u>	<u>(987)</u>	<u>(1 434)</u>

As operações de cobertura de justo valor em 30 de Junho de 2015 podem ser analisadas como segue:

(milhares de Euros)

Jun 2015							
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional	Justo valor do derivado ⁽¹⁾	Variação do justo valor do derivado no período	Justo valor do elemento coberto ⁽²⁾	Variação do justo valor do elemento coberto no período ⁽²⁾
Activos financeiros disponíveis para venda							
<i>Swap</i> de taxa de juro		Taxa de juro	16 500	(1 087)	347	760	(470)
			<u>16 500</u>	<u>(1 087)</u>	<u>347</u>	<u>760</u>	<u>(470)</u>

⁽¹⁾ Inclui o juro corrido.

⁽²⁾ Atribuível ao risco coberto.

As operações de cobertura de justo valor em 31 de Dezembro de 2014 podem ser analisadas como segue:

(milhares de Euros)

Dez 2014							
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional	Justo valor do derivado ⁽¹⁾	Variação do justo valor do derivado no exercício	Justo valor do elemento coberto ⁽²⁾	Variação do justo valor do elemento coberto no exercício ⁽²⁾
Swap de taxa de juro	Recursos de OIC's	Taxa de juro	-	-	(414)	-	209
	Activos financeiros disponíveis para venda						
Swap de taxa de juro		Taxa de juro	26 500	(1 434)	326	1 230	(248)
			<u>26 500</u>	<u>(1 434)</u>	<u>(88)</u>	<u>1 230</u>	<u>(39)</u>

⁽¹⁾ Inclui o juro corrido.

⁽²⁾ Atribuível ao risco coberto.

25 Investimentos detidos até à maturidade

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2015	Dez 2014
Títulos de rendimento fixo		
Obrigações de emissores públicos nacionais	6 346	6 209
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	11 305	11 124
	<u>17 651</u>	<u>17 333</u>

O justo valor da carteira de investimentos detidos até à maturidade encontra-se apresentado na nota 47.

A CEMG avaliou, com referência a 30 de Junho de 2015, a existência de evidência objectiva da imparidade na sua carteira de investimentos detidos até à maturidade, não tendo verificado eventos com impacto no montante recuperável dos fluxos de caixa futuros desses investimentos.

Os títulos detidos até à maturidade podem ser analisados, à data de 30 de Junho de 2015, como segue:

(milhares de Euros)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor de Balanço
OT - Outubro 05/15-10-2015	Julho, 2005	Outubro, 2015	Taxa fixa de 3,35%	6 346
Netherlands Government 05/2015	Junho, 2005	Julho, 2015	Taxa fixa de 3,25%	5 154
Republic of Austria 04/15-07-2015	Maio, 2004	Julho, 2015	Taxa fixa de 3,50%	2 067
Belgium Kingdom 05/28-09-2015	Março, 2005	Setembro, 2015	Taxa fixa de 3,75%	2 054
Buoni Poliennali del Tes. 05/2015	Maio, 2005	Agosto, 2015	Taxa fixa de 3,75%	2 030
				<u>17 651</u>

Os títulos detidos até à maturidade podem ser analisados, à data de 31 de Dezembro de 2014, como segue:

(milhares de Euros)				
Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor de Balanço
OT - Outubro 05/15-10-2015	Julho, 2005	Outubro, 2015	Taxa fixa de 3,35%	6 209
Netherlands Government 05/2015	Junho, 2005	Julho, 2015	Taxa fixa de 3,25%	5 061
Republic of Austria 04/15-07-2015	Maio, 2004	Julho, 2015	Taxa fixa de 3,50%	2 029
Belgium Kingdom 05/28-09-2015	Março, 2005	Setembro, 2015	Taxa fixa de 3,75%	2 011
Buoni Poliennali del Tes. 05/2015	Maio, 2005	Agosto, 2015	Taxa fixa de 3,75%	2 023
				17 333

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados de acordo com o descrito na política contabilística descrita na nota 1 c).

Durante o primeiro semestre de 2015 e o exercício de 2014, a CEMG não procedeu a transferências para ou desta categoria de activos.

26 Investimentos em associadas e outras

Esta rubrica é apresentada como segue:

			(milhares de Euros)	
			<u>Jun 2015</u>	<u>Dez 2014</u>
Participações financeiras em associadas e outras				
Montepio Holding, S.G.P.S., S.A.			341 250	341 250
Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A.			65 100	65 100
Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (I.F.I.)			8 997	8 997
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.			3 200	3 200
Montepio - Gestão de Activos Imobiliários, ACE			636	636
Não cotados			419 183	419 183

Os dados relativos às empresas associadas são apresentados no quadro seguinte:

(milhares de Euros)

	Número de acções	Participação directa no capital	Valor unitário Euros	Custo da participação
30 de Junho de 2015				
Montepio Holding, S.P.G.S., S.A.	175 000 000	100,00%	1,00	341 250
Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A.	46 350 001	33,65%	1,00	65 100
Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (I.F.I.)	99 200	100,00%	90,69	8 997
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	400 001	20,00%	5,00	3 200
Montepio - Gestão de Activos Imobiliários, ACE	636 924	26,00%	1,00	636
				<u>419 183</u>
31 de Dezembro de 2014				
Montepio Holding, S.P.G.S., S.A.	175 000 000	100,00%	1,00	341 250
Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A.	46 350 001	33,65%	1,00	65 100
Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (I.F.I.)	99 200	100,00%	90,69	8 997
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	400 001	20,00%	5,00	3 200
Montepio - Gestão de Activos Imobiliários, ACE	636 924	26,00%	1,00	636
				<u>419 183</u>

Em 9 de Maio de 2014, foi constituído o Montepio – Gestão de Activos Imobiliários, ACE. Neste âmbito, a CEMG participa neste ACE, com uma percentagem de 26%.

27 Activos não correntes detidos para venda

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	<u>Jun 2015</u>	<u>Dez 2014</u>
Imóveis e outros activos resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes	970 496	909 549
Imparidade para activos não correntes detidos para venda	(137 572)	(130 045)
	<u><u>832 924</u></u>	<u><u>779 504</u></u>

Os activos registados nesta rubrica estão contabilizados de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 j).

A rubrica Imóveis e outros activos resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes resulta da resolução de contratos de crédito sobre clientes, decorrente de (i) dação simples, com opção de recompra ou com locação financeira, sendo contabilizadas com a celebração do contrato de dação ou promessa de dação e respectiva procuração irrevogável emitida pelo cliente em nome da CEMG; ou (ii) adjudicação dos bens em consequência do processo judicial de execução das garantias, sendo contabilizadas com o título de adjudicação ou na sequência do pedido de adjudicação após registo de primeira penhora.

De acordo com a expectativa da CEMG, pretende-se que os referidos activos estejam disponíveis para venda num prazo inferior a 1 ano, existindo uma estratégia para a sua alienação. No entanto, face às actuais condições de mercado, não é possível em algumas situações concretizar essas alienações no prazo esperado. A referida rubrica inclui imóveis para os quais foram já celebrados contratos promessa de compra e venda no montante de 23.827 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 8.212 milhares de Euros).

Os movimentos dos activos não correntes detidos para venda para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2015 e para o exercício de 2014, são analisados como segue:

	(milhares de Euros)	
	<u>Jun 2015</u>	<u>Dez 2014</u>
Saldo no início do período	909 549	751 647
Aquisições	113 927	282 015
Alienações	(53 192)	(125 486)
Outros movimentos	212	1 373
Saldo no fim do período	<u><u>970 496</u></u>	<u><u>909 549</u></u>

Os movimentos da imparidade para activos não correntes detidos para venda são analisados como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2015	Jun 2014
Saldo em 1 de Janeiro	130 045	88 416
Dotação do período	8 748	2 742
Reversão do período	(1 221)	(3 631)
Saldo em 30 de Junho	<u>137 572</u>	<u>87 527</u>

Adicionalmente às perdas por imparidade a CEMG reconheceu em resultados do período para estes activos, perdas em imóveis, decorrentes da sua alienação, no valor de 12.693 milhares de Euros e ganhos de 1.008 milhares de Euros (30 de Junho de 2014: perdas de 11.056 milhares de Euros e ganhos de 2.517 milhares de Euros), conforme referido na nota 9.

A CEMG tem implementado um plano com vista à venda imediata dos activos não correntes detidos para venda. No entanto, face às actuais condições de mercado não tem sido possível, em algumas situações, concretizar as alienações no prazo esperado. Contudo, a CEMG continua a desenvolver todos os esforços com vista à concretização do programa de alienações estabelecido, dos quais destacamos (i) a existência de um site especialmente vocacionado para a venda dos imóveis; (ii) o desenvolvimento e participação em eventos do ramo imobiliário quer no país quer no estrangeiro; (iii) a celebração de protocolos com os diversos agentes de intermediação mobiliária; e (iv) a promoção de realização regular de leilões.

28 Outros activos tangíveis

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Dez 2014
Custos		
Imóveis		
De serviço próprio	7 557	7 730
Obras em imóveis arrendados	40 233	40 340
Imobilizado em curso	10	10
Equipamento		
Equipamento informático	83 652	82 361
Mobiliário e material	19 198	19 290
Instalações interiores	20 119	20 022
Equipamento de segurança	7 238	7 325
Equipamento de transporte	2 496	2 571
Máquinas e ferramentas	2 693	2 957
Outro equipamento	1	1
Património artístico	2 870	2 869
Activos em locação operacional	765	975
Outras imobilizações corpóreas	1 941	1 946
Imobilizações em curso	3 570	3 106
	192 343	191 503
Amortizações acumuladas		
Relativas ao exercício corrente	(4 880)	(11 262)
Relativas a exercícios anteriores	(153 249)	(143 317)
	(158 129)	(154 579)
	34 214	36 924

29 Activos intangíveis

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Dez 2014
Custo		
Software	66 853	66 854
Outros activos intangíveis	88 333	88 333
Activos intangíveis em curso	13 215	3 465
	168 401	158 652
Amortizações acumuladas		
Relativas ao exercício corrente	(6 925)	(12 875)
Relativas a exercícios anteriores	(41 355)	(28 480)
	(48 280)	(41 355)
	120 121	117 297

A rubrica Outros activos intangíveis inclui o montante de 88.272 milhares de Euros que corresponde ao diferencial entre os activos e passivos do Montepio Investimento, S.A. (anteriormente designado Finibanco, S.A.) adquiridos pela CEMG em 4 de Abril de 2011 e o seu valor contabilístico e tem em conta o justo valor dos referidos activos e passivos bem como o potencial de geração de negócio associado à rede do Montepio Investimento, S.A. adquirida, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 a).

Este activo intangível não possui vida útil finita, pelo que, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 q) e 1 z), o seu valor recuperável é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas por imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados.

A 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014 não foi determinada a necessidade de constituição de perdas por imparidade para este activos.

30 Impostos

As diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de IRC, sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 v), são elegíveis para o reconhecimento de impostos diferidos.

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 podem ser analisados como se segue:

(milhares de Euros)

	Activo		Passivo		Líquido	
	Jun 2015	Dez 2014	Jun 2015	Dez 2014	Jun 2015	Dez 2014
Instrumentos financeiros	29 903	12 267	(18 261)	(32 886)	11 642	(20 619)
Provisões	268 017	251 593	-	-	268 017	251 593
Benefícios dos empregados	34 269	35 637	-	-	34 269	35 637
Outros	46	103	(53)	(53)	(7)	50
Prejuízos fiscais reportáveis	88 612	75 732	-	-	88 612	75 732
Imposto diferido activo/(passivo) líquido	<u>420 847</u>	<u>375 332</u>	<u>(18 314)</u>	<u>(32 939)</u>	<u>402 533</u>	<u>342 393</u>

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os activos e passivos por impostos diferidos são apresentados pelo seu valor líquido sempre que, nos termos da legislação aplicável, possam ser compensados activos por impostos correntes com passivos por impostos correntes e sempre que os impostos diferidos estejam relacionados com o mesmo imposto.

Através da Lei n.º 82-B/2014, de 16 de Janeiro (Lei do Orçamento de Estado para 2015), foi reduzida a taxa de IRC, aplicável a partir de 1 de Janeiro de 2015, de 23% para 21%.

A taxa de imposto diferido é analisada como segue:

	Jun 2015	Dez 2014
	%	%
Taxa de IRC (a)	21,0%	21,0%
Taxa de derrama municipal	1,5%	1,5%
Taxa de derrama estadual	7,0%	7,0%
Total (b)	<u>29,5%</u>	<u>29,5%</u>

(a) - Aplicável aos impostos diferidos associados a prejuízos fiscais;

(b) - Aplicável aos impostos diferidos associados a diferenças temporárias.

A CEMG avaliou a recuperabilidade dos seus impostos diferidos em balanço tendo por base as expectativas de lucros futuros tributáveis.

Os activos e passivos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis são reconhecidos quando existe uma expectativa razoável de haver lucros tributáveis futuros. A incerteza quanto à recuperação de prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto é considerada no apuramento de activos por impostos diferidos.

Os impostos diferidos activos associados a prejuízos fiscais, por ano de caducidade, são analisados como segue:

<u>Ano de caducidade</u>	(milhares de Euros)	
	<u>Jun 2015</u>	<u>Dez 2014</u>
2017	32 792	28 248
2018	47 074	47 484
2027	8 746	-
	<u>88 612</u>	<u>75 732</u>

Os movimentos ocorridos nas rubricas de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

	(milhares de Euros)	
	<u>Jun 2015</u>	<u>Dez 2014</u>
Saldo inicial	342 393	313 702
Reconhecido em resultados	29 205	46 027
Reconhecido em reservas de justo valor	32 261	(10 188)
Reconhecido em reservas e resultados transitados	(1 326)	(7 148)
Saldo final (Activo / (Passivo))	<u>402 533</u>	<u>342 393</u>

O imposto reconhecido em resultados e reservas para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2015 e para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 teve as seguintes origens:

	(milhares de Euros)			
	<u>Jun 2015</u>		<u>Dez 2014</u>	
	<u>Reconhecido em resultados</u>	<u>Reconhecido em reservas e resultados transitados</u>	<u>Reconhecido em resultados</u>	<u>Reconhecido em reservas</u>
Instrumentos financeiros	-	32 261	-	(10 188)
Provisões	16 424	-	62 841	-
Benefícios de empregados	(42)	(1 326)	4 640	(7 147)
Outros	(57)	-	(1 767)	-
Prejuízos fiscais reportáveis	12 880	-	(19 687)	-
Imposto diferido	<u>29 205</u>	<u>30 935</u>	<u>46 027</u>	<u>(17 335)</u>
Impostos correntes	6 668	-	(11 433)	-
Total do imposto reconhecido	<u>35 873</u>	<u>30 935</u>	<u>34 594</u>	<u>(17 335)</u>

A variação de saldo dos impostos diferidos líquidos inclui os encargos de impostos diferidos do exercício reconhecidos em resultados, bem como as variações relevadas em capitais próprios, nomeadamente o impacto decorrente da alteração, nos termos previstos na política contabilística de

reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais relativos a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego de benefício definido, e os ganhos e perdas potenciais decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda serem reconhecidos em capitais próprios.

A reconciliação da taxa de imposto, na parte respeitante ao montante reconhecido em resultados, pode ser analisada como segue:

(milhares de Euros)				
Jun 2015		Jun 2014		
%	Valor	%	Valor	
Resultado antes de impostos	(128 007)		9 120	
Imposto apurado com base na taxa nominal	21,0 (26 881)	23,0	2 098	
Impacto das taxas de derrama municipal e estadual	- -	8,0	730	
Benefícios pós-emprego e Fundo de Pensões	(0,2) 291	(38,7)	(3 532)	
Constituição/reversão de provisões tributadas	(12,0) 15 343	159,7	14 567	
Contribuição extraordinária sobre o sector bancário	(1,7) 2 140	83,1	7 579	
Prejuízos fiscais	(7,1) 9 117	-	-	
Tributações autónomas e outros impostos	(0,4) 494	-	-	
Outros	0,0 (10)	129,6	11 817	
Impacto da constituição de imposto diferido	22,8 (29 205)	(284,1)	(25 911)	
Excesso de estimativa do ano anterior	5,6 (7 162)	-	-	
Imposto do período	28,0 <u>(35 873)</u>	80,6	<u>7 348</u>	

A CEMG reconheceu os seus impostos diferidos com base numa avaliação da sua recuperabilidade, tendo em conta a expectativa de lucros fiscais futuros. Na presente data não existem impostos diferidos não reconhecidos.

Em 2014, a CEMG foi objecto de uma acção inspectiva pela Autoridade Tributária ao ano de 2012. Em resultado da inspecção a CEMG foi sujeita a uma liquidação adicional em sede de IRC respeitante a tributação autónoma e a diversas correcções ao prejuízo fiscal apurado. Em sede de Imposto do Selo, a CEMG foi também objecto de uma liquidação adicional. A CEMG procedeu ao pagamento dos valores liquidados, sem prejuízo de reclamar graciosamente de algumas correcções efectuadas.

31 Outros activos

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Dez 2014
Bonificações a receber do Estado Português	6 782	6 460
Outros devedores	230 609	174 206
Outros proveitos a receber	22 176	6 622
Despesas com custo diferido	1 437	704
Contas diversas	49 449	50 182
	310 453	238 174
Imparidade para outros activos	(3 086)	(3 086)
	307 367	235 088

A 30 de Junho de 2015, a rubrica Outros proveitos a receber inclui o montante de 20.000 milhares de Euros, referente ao custo estimado com a prestação de serviços efectuada pela CEMG ao Montepio Geral Associação Mutualista, conforme descrito na nota 10.

A 30 de Junho de 2015, a rubrica de Outros devedores inclui o montante de 166.613 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 139.176 milhares de Euros) relativo a valores a receber, no âmbito da operação de venda de créditos à SilverEquation, conforme nota 21.

Adicionalmente, a rubrica Outros devedores inclui o valor de 27.436 milhares de Euros relativos à venda de imóveis classificados como Activos não correntes detidos para venda.

A 30 de Junho de 2015, a rubrica de Outros devedores inclui ainda o montante de 20.531 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 3.833 milhares de Euros) relativos a valores a receber de entidades públicas, na sua maioria tribunais no âmbito de processos de insolvência e reclamação de créditos.

A rubrica Bonificações a receber do Estado Português corresponde às bonificações referentes a contratos de crédito à habitação e PME's, de acordo com os dispositivos legais aplicáveis ao crédito bonificado. Estes montantes não vencem juros e são reclamados mensalmente.

Em 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, a rubrica Bonificações a receber do Estado Português pode ser detalhada como segue:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Dez 2014
Bonificações reclamadas ao Estado e ainda não liquidadas	2 325	2 265
Bonificações processadas e ainda não reclamadas	411	315
Bonificações vencidas e ainda não reclamadas	4 046	3 880
	6 782	6 460

Em 30 de Junho de 2015, a rubrica Contas Diversas inclui, o montante de 112 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 1.443 milhares Euros) relativo a operações realizadas com títulos, registadas na *trade date* a aguardar liquidação.

32 Recursos de bancos centrais

Em 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, esta rubrica regista os recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais que se encontram colateralizados por títulos da carteira de activos financeiros disponíveis para venda, conforme nota 23.

A análise da rubrica Recursos de bancos centrais pelo período remanescente a 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Dez 2014
Até 3 meses	1 050 030	2 020 772
Mais de 6 meses	1 726 546	476 114
	2 776 576	2 496 886

33 Recursos de outras instituições de crédito

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)					
	Jun 2015			Dez 2014		
	Não remunerados	Remunerados	Total	Não remunerados	Remunerados	Total
Recursos de instituições de crédito no país						
Aplicações de muito curto prazo	-	13 406	13 406	-	-	-
Depósitos	2 754	43 706	46 460	920	51 854	52 774
	2 754	57 112	59 866	920	51 854	52 774
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro						
Aplicações de muito curto prazo	200 000	-	200 000	-	-	-
Depósitos	48 337	513 444	561 781	18 452	556 426	574 878
Empréstimos	-	633 982	633 982	-	443 333	443 333
Operações de compra com acordo de revenda	781 292	423 392	1 204 684	276 569	262 033	538 602
Outros recursos	15 510	-	15 510	28 488	-	28 488
	1 045 139	1 570 818	2 615 957	323 509	1 261 792	1 585 301
	1 047 893	1 627 930	2 675 823	324 429	1 313 646	1 638 075

No âmbito de operações de instrumentos financeiros derivados com contrapartes institucionais, de acordo com o definido nos contratos respectivos, a CEMG tem, em 30 de Junho de 2015, o montante de 10.670 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 16.650 milhares de Euros) de depósitos de outras instituições de crédito recebidos como colateral das referidas operações.

A rubrica de Recursos de outras instituições de crédito inclui emissões ao justo valor de acordo com metodologias de valorização internas, considerando maioritariamente dados observáveis de mercado no valor de 71.491 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 61.009 milhares de Euros). Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização, e conforme disposto na IFRS 13, estes instrumentos estão categorizados no nível 2. Os passivos financeiros incluídos nesta rubrica encontram-se reavaliados por contrapartida de resultados, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 d), tendo-se reconhecido em 30 de Junho de 2015, um ganho de 80 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: uma perda de 2.270 milhares de Euros) relativo às variações de justo valor associadas ao risco de crédito da CEMG, conforme referido nas notas 6 e 22.

34 Recursos de clientes

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)					
	Jun 2015			Dez 2014		
	Não remunerados	Remunerados	Total	Não remunerados	Remunerados	Total
Depósitos à ordem	2 784 319	208 652	2 992 971	2 538 336	145 160	2 683 496
Depósitos a prazo	-	9 467 814	9 467 814	-	10 805 813	10 805 813
Depósitos de poupança	-	108 603	108 603	-	110 992	110 992
Outros recursos	7 045	-	7 045	8 823	-	8 823
Correcções de valor por operações de cobertura	(9)	-	(9)	20	-	20
	2 791 355	9 785 069	12 576 424	2 547 179	11 061 965	13 609 144

Nos termos da Portaria n.º 180/94, de 15 de Dezembro, foi constituído o Fundo de Garantia de Depósitos, cuja finalidade é a garantia de reembolso de depósitos constituídos nas Instituições de Crédito. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo estão definidos no Aviso n.º 11/94 de 29 de Dezembro do Banco de Portugal.

A rubrica Depósitos a prazo inclui depósitos valorizados ao justo valor de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado, no valor de 84.019 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 95.657 milhares de Euros). Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização, e conforme o disposto na IFRS 13, estes instrumentos estão categorizados no Nível 2. Os passivos financeiros incluídos nesta rubrica encontram-se reavaliados por contrapartida de resultados, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 c), tendo-se reconhecido em 30 de Junho de 2015, um ganho de 29 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: ganho 5.343 milhares de Euros) relativo às variações de justo valor associadas ao risco de crédito da CEMG, conforme referido nas notas 6 e 22.

35 Responsabilidades representadas por títulos

A análise das Responsabilidades representadas por títulos, decompõe-se como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2015	Dez 2014
<i>Euro Medium Term Notes (EMTN)</i>	67 075	150 145
Obrigações de caixa	1 413 916	1 786 327
Obrigações hipotecárias	120 134	-
	<u>1 601 125</u>	<u>1 936 472</u>

O justo valor das responsabilidades representadas por títulos encontra-se apresentada na nota 47.

A rubrica Responsabilidades representadas por títulos inclui emissões valorizados ao justo valor de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado. Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização, e conforme o disposto na IFRS 13, estes instrumentos estão categorizados no Nível 2. Os passivos financeiros incluídos nesta rubrica encontram-se reavaliados por contrapartida de resultados, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 c), tendo-se reconhecido em 30 de Junho de 2015, uma perda no montante de 1.072 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: uma perda no montante de 4.148 milhares de Euros) relativo às variações de justo valor associadas ao risco de crédito da CEMG, conforme referido na nota 6 e 22.

Em 30 de Junho de 2015, esta rubrica inclui o montante de 106.177 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 196.809 milhares de Euros) de responsabilidades representadas por títulos registados em balanço ao justo valor através de resultados.

Durante o primeiro semestre de 2015, a CEMG procedeu à emissão de 28.100 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 480.853 milhares de Euros) de títulos, tendo sido reembolsados 515.020 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 745 231 milhares de Euros).

No âmbito do Programa de Emissão de Obrigações Hipotecárias, cujo montante máximo é de 5.000.000 milhares de Euros, a CEMG procedeu a emissões que totalizaram 2.000.000 milhares de Euros. As características das emissões vivas a 30 de Junho de 2015 são apresentadas como segue:

Designação	Valor Nominal	Valor de balanço	Data de emissão	Data de reembolso	Periodicidade do pagamento dos juros	Taxa de juro	Rating (Moody's/Fitch/Dbrs)
Obrig. hipotecárias - 2S	1 000 000	1 000 386	Dezembro 2009	Dezembro 2016	Trimestral	Euribor 3M + 0,75%	Baa1/BB+/A
Obrig. hipotecárias - 3S	500 000	501 941	Novembro 2010	Novembro 2015	Trimestral	Euribor 3M + 2,5%	Baa1/BB+/A
Obrig. hipotecárias - 4S	500 000	500 076	Maio 2013	Maio 2017	Mensal	Euribor 1M + 0,75%	Baa1/BB+/A
	<u>2 000 000</u>	<u>2 002 403</u>					

As obrigações hipotecárias são garantidas por um conjunto de créditos à habitação que se encontram segregados como património autónomo nas contas da CEMG, conferindo assim privilégios creditórios especiais aos detentores destes títulos sobre quaisquer outros credores. As condições da referida emissão enquadram-se no disposto do Decreto-Lei n.º 59/2006, nos Avisos n.º 5/2006 de 20 de Março, n.º 6/2006 de 11 de Outubro, n.º 7/2006 de 11 de Outubro e n.º 8/2006 de 11 de Outubro e na Instrução n.º 13/2006 de 15 de Novembro do Banco de Portugal.

Em 30 de Junho de 2015, o valor dos créditos que contragarantem estas emissões ascende a 2.723.689 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 2.711.971 milhares de Euros), de acordo com a nota 21.

No decorrer do primeiro semestre de 2015, a CEMG alienou cerca de 120.000 milhares de Euros de obrigações hipotecárias – 2.ª série.

O movimento ocorrido durante o primeiro semestre de 2015 nas Responsabilidades representadas por títulos foi o seguinte:

(milhares de Euros)

	Saldo em 1 de Janeiro	Emissões	Reembolsos	Compras (Líquidas)	Outros movimentos ^(a)	Saldo em 30 de Junho
<i>Euro Medium Term Notes (EMTN)</i>	150 145	-	(125 000)	43 050	(1 120)	67 075
Obrigações de caixa	1 786 327	28 100	(390 020)	-	(10 491)	1 413 916
Obrigações hipotecárias	-	-	-	-	120 134	120 134
	<u>1 936 472</u>	<u>28 100</u>	<u>(515 020)</u>	<u>43 050</u>	<u>108 523</u>	<u>1 601 125</u>

(a) Os outros movimentos incluem o juro corrido no balanço, correcções por operações de cobertura, correcções de justo valor, variação cambial e alienação de obrigações hipotecárias.

O movimento ocorrido durante o exercício de 2014 nas Responsabilidades representadas por títulos foi o seguinte:

(milhares de Euros)

	Saldo em 1 de Janeiro	Emissões	Reembolsos	Compras (Líquidas)	Outros movimentos ^(a)	Saldo em 31 de Dezembro
<i>Euro Medium Term Notes (EMTN)</i>	216 393	-	(105 000)	(37 350)	76 102	150 145
Obrigações de caixa	1 717 872	480 853	(416 641)	-	4 243	1 786 327
Obrigações hipotecárias	80	-	-	-	(80)	-
Papel comercial	231 673	-	(223 590)	-	(8 083)	-
	<u>2 166 018</u>	<u>480 853</u>	<u>(745 231)</u>	<u>(37 350)</u>	<u>72 182</u>	<u>1 936 472</u>

(a) Os outros movimentos incluem o juro corrido no balanço, correcções por operações de cobertura, correcções de justo valor e variação cambial.

De acordo com a política contabilística descrita na nota 1 c), no caso de compras de títulos representativos de responsabilidades da CEMG, os mesmos são anulados do passivo e a diferença entre o valor de compra e o respectivo valor de balanço é reconhecido em resultados.

As emissões efectuadas pela CEMG durante o primeiro semestre de 2015 nas Responsabilidades representadas por títulos foi o seguinte:

(milhares de euros)

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor de balanço
MONTEPIO CAP CERTO 2014/2019 12S	02-01-2015	31-12-2019	Taxa anual de 2,90% (2.º a 4.º ano taxa de 2,95%; 5.º ano taxa de 3,25%)	23 100
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2015/2020 1S	02-02-2015	03-02-2020	Taxa anual de 2,65% (2.º a 4.º ano taxa de 2,70%; 5.º ano taxa de 3%)	5 000
				<u>28 100</u>

Em 30 de Junho de 2015, os empréstimos obrigacionistas venciam juros postecipados e antecipados, encontrando-se as suas taxas compreendidas no intervalo entre 0,73% e 12,16% (31 de Dezembro de 2014 :1,06% e 12,16%).

De acordo com a política contabilística descrita na nota 1 c), no caso de compras de títulos representativos de responsabilidades da CEMG, os mesmos são anulados do passivo e a diferença entre o valor de compra e o respectivo valor de balanço é reconhecido em resultados. Na sequência das compras efectuadas durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2015, a CEMG reconheceu uma perda de 4.252 milhares de Euros (30 de Junho de 2014: ganho de 816 milhares de Euros), conforme descrito na nota 10.

36 Passivos financeiros associados a activos transferidos

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Dez 2014
<i>Aqua Mortgage No. 1</i>	148 550	148 952
<i>Pelican Finance No. 1</i>	176 581	176 469
<i>Pelican Mortgages No. 3</i>	288 510	298 145
<i>Pelican Mortgages No. 4</i>	731 938	745 221
<i>Pelican Mortgages No. 5</i>	740 432	757 507
<i>Pelican Mortgages No. 6</i>	932 958	948 786
<i>Pelican SME No. 2</i>	1 091 807	-
	4 110 776	3 075 080

37 Provisões

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Dez 2014
Provisões para riscos gerais de crédito	109 779	113 295
Provisões para outros riscos e encargos	12 949	16 151
	<u>122 728</u>	<u>129 446</u>

Os movimentos das provisões para riscos gerais de crédito são analisados como segue:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Jun 2014
Saldo em 1 de Janeiro	113 295	110 993
Dotação do período	52 910	53 801
Reversão do período	(56 426)	(51 705)
Saldo em 30 de Junho	<u>109 779</u>	<u>113 089</u>

A provisão para riscos gerais de crédito foi constituída de acordo com o disposto nos Avisos n.º 3/95, de 30 de Junho, n.º 2/99 de 15 de Janeiro e n.º 8/03 de 30 de Janeiro de 2003 do Banco de Portugal, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1b).

Os movimentos das provisões para outros riscos e encargos são analisados como segue:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Jun 2014
Saldo em 1 de Janeiro	16 151	4 918
Reversão do período	(3 202)	(1 214)
Saldo em 30 de Junho	<u>12 949</u>	<u>3 704</u>

Estas provisões foram efectuadas tendo como base a probabilidade de ocorrência de certas contingências relacionadas com a actividade da CEMG, sendo revistas em cada data de reporte de forma a reflectir a melhor estimativa do montante e respectiva probabilidade de pagamento.

38 Outros passivos subordinados

As principais características dos passivos subordinados, em 30 de Junho de 2015 são apresentadas como seguem:

(milhares de Euros)

Descrição da emissão	Data de emissão	Maturidade	Valor de emissão	Taxa de juro	Valor de balanço
CEMG/06	Abr. 2006	Abr. 2016	50 000	Euribor 3 meses+0,95%	26 150
CEMG/08 1.ª série	Fev.2008	Fev.2018	150 000	Euribor 6 meses+1,5%	121 248
CEMG/08 2.ª série	Jul.2008	Jul.2018	150 000	Euribor 6 meses+1,5%	121 027
CEMG/08 3.ª série	Jun.2008	Jun.2018	28 000	Euribor 12 meses+1,5%	17 993
FNB 08/18 1ª/2ª Série	Dez.2008	Dez.2018	10 363	Euribor 6 meses+1,75% (iv)	10 373
FNB Grandes empresas 07/16_ 1ª série	Mai.2007	Mai.2016	6 450	Máx.(0;6,0%*(1-n/8)) (i)	6 467
FNB Grandes empresas 07/16 2ª/3ª série	Jun.2007	Jun.2016	30 250	Máx.(0;6,0%*(1-n/8)) (i)	30 253
					<u>333 511</u>

As principais características dos passivos subordinados, em 31 de Dezembro de 2014 são apresentadas como seguem:

(milhares de Euros)

Descrição da emissão	Data de emissão	Maturidade	Valor de emissão	Taxa de juro	Valor de balanço
CEMG/06	Abr. 2006	Abr. 2016	50 000	Euribor 3 meses+0,95%	26 154
CEMG/08 1.ª série	Fev.2008	Fev.2018	150 000	Euribor 6 meses+1,5%	121 330
CEMG/08 2.ª série	Jul.2008	Jul.2018	150 000	Euribor 6 meses+1,5%	121 031
CEMG/08 3.ª série	Jun.2008	Jun.2018	28 000	Euribor 12 meses+1,5%	18 179
FNB 08/18 1ª/2ª Série	Dez.2008	Dez.2018	10 363	Euribor 6 meses+1,75% (iv)	10 375
FNB Rendimento Seguro 05/15	Jun.2005	Jun.2015	238	n/N * 5% + m/N * 1% (iii)	238
FNB Grandes empresas 07/16_ 1ª série	Mai.2007	Mai.2016	6 450	Máx.(0;6,0%*(1-n/7)) (i)	6 512
FNB Grandes empresas 07/16 2ª/3ª série	Jun.2011	Jun.2016	30 250	Máx.(0;6,0%*(1-n/7)) (i)	30 491
FNB Índices estratégicos 07/17 1ª série	Mai.2007	Jun.2015	14 947	6,25%*VN Min.(cotação) (ii)	14 947
FNB Índices estratégicos 07/17 2ª/3ª série	Jun.2007	Jun.2015	39 000	6,25%*VN Min.(cotação) (ii)	39 000
					<u>388 257</u>
				Correcção de valor por operações de cobertura	(139)
					<u>388 118</u>

Referências:

(i) - Serão pagos os seguintes cupões, no final de cada ano (a 9 de Maio, para a 1ª série e a 20 de Junho, para as 2ª e 3ª séries):

Cupão	Taxa/ intervalo
1º Cupão	5,50%
2º Cupão	5,50%
3º Cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/3)]
4º Cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/4)]
5º Cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/5)]
6º Cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/6)]
7º Cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/7)]
8º Cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/8)]
9º Cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/9)]

Notas:

onde, n é o número acumulado de Entidades de Referência em relação às quais tenha ocorrido um Evento de Crédito.

Se ocorrer uma fusão entre duas ou mais empresas de referência e ocorrer um Evento de Crédito na empresa resultante da fusão, serão contados tantos Eventos de Crédito quanto o número de empresas fundidas.

(ii) - A remuneração será paga anualmente e será igual a:

Cupão	Taxa/ Intervalo
1º ano	5,5% * valor nominal
2º ano	5,5% * valor nominal
3º ano e seguintes	6,25% * valor nominal se $\text{Min}(\text{SDk}/\text{SD0-SXk}/\text{SX0}; \text{HSk}/\text{HS0-SXk}/\text{SX0}) > \text{Barreira k}$ ***

*** se não = 0%, onde:

Barreira 3 = Barreira a aplicar no 3º cupão = 0%;

Barreira 4 = Barreira a aplicar no 4º cupão = 1%;

Barreira 5 = Barreira a aplicar no 5º cupão = 2%;

Barreira 6 = Barreira a aplicar no 6º cupão = 3%;

Barreira 7 = Barreira a aplicar no 7º cupão = 4%;

Barreira 8 = Barreira a aplicar no 8º cupão = 5%;

Barreirak = Barreira a aplicar no kº cupão;

SDk – Cotação de fecho do índice Eurostoxx Select Dividend (Bloomberg: SD3E) na data de observação K (K=1 a 6)

SD0 – Cotação de fecho do índice Eurostoxx Select Dividend (Bloomberg: SD3E) na data de início

SXk – Cotação de fecho do índice Eurostoxx 50 Total Return (Bloomberg: SX5T) na data de observação K (K=1 a 6)

SX0 – Cotação de fecho do índice Eurostoxx 50 Total Return (Bloomberg: SX5T) na data de início

HSk – Cotação de fecho do índice HS60 Europe (Bloomberg: HS60EU) na data de observação K (K=1 a 6)

HS0 – Cotação de fecho do índice HS60 Europe (Bloomberg: HS60EU) na data de início

(iii) - A remuneração será paga semestralmente, terá como mínimo 1% e como máximo 5%, e será calculada de acordo com a seguinte fórmula (taxa anual):

$$n/N * 5\% + m/N * 1\%$$

onde:

n é o nº de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está dentro do intervalo fixado;

m é o nº de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está fora do intervalo fixado;

N é o nº de dias úteis do período respectivo;

Nota:

Intervalo: é o que se encontra definido no quadro seguinte, para cada cupão:

Período	Data do cupão	Intervalo
1º semestre	09-Dez-05	[1,60; 2,75%]
2º semestre	09-Jun-06	[1,60; 3,00%]
3º semestre	09-Dez-06	[1,60; 3,25%]
4º semestre	09-Jun-07	[1,60; 3,50%]
5º semestre	09-Dez-07	[1,60; 3,50%]
6º semestre	09-Jun-08	[1,70; 3,75%]
7º semestre	09-Dez-08	[1,70; 3,75%]
8º semestre	09-Jun-09	[1,70; 4,00%]
9º semestre	09-Dez-09	[1,80; 4,00%]
10º semestre	09-Jun-10	[1,80; 4,25%]
11º semestre	09-Dez-10	[1,80; 4,25%]
12º semestre	09-Jun-11	[1,80; 4,50%]
13º semestre	09-Dez-11	[1,90; 4,50%]
14º semestre	09-Jun-12	[1,90; 4,50%]
15º semestre	09-Dez-12	[1,90; 4,50%]
16º semestre	09-Jun-13	[1,90; 4,50%]
17º semestre	09-Dez-13	[2,00; 4,50%]
18º semestre	09-Jun-14	[2,00; 4,50%]
19º semestre	09-Dez-14	[2,00; 4,50%]
20º semestre	09-Jun-15	[2,00; 4,50%]

(iv) - A remuneração será paga semestralmente e o primeiro cupão será fixo:

Cupão	Taxa/ Intervalo
1º cupão	6,50% (taxa anual)
entre 2º e 10º cupão	Euribor 6M + 1,50% (taxa anual)
entre 11º e seguintes	Euribor 6M + 1,75% (taxa anual)

A 30 de Junho de 2015 e a 31 de Dezembro de 2014, a rubrica Outros passivos subordinados inclui emissões ao justo valor de acordo com metodologias de valorização internas considerando dados observáveis de mercado. Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização, e conforme disposto na IFRS 13, estes instrumentos estão categorizados no nível 2. Os passivos financeiros incluídos nesta rubrica encontram-se reavaliados por contrapartida de resultados, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 c), tendo-se reconhecido em 30 de Junho de 2015, o montante negativo de 139 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 1.656 milhares de Euros) relativo às variações de justo valor associadas ao risco de crédito da CEMG, conforme referido nas notas 6 e 22.

Em 31 de Dezembro de 2014, os outros passivos subordinados registados em balanço ao justo valor através de resultados ascendem ao 53.947 milhares de Euros.

Em 30 de Junho de 2015, os empréstimos subordinados venciam juros trimestrais, semestrais e anuais postecipados, encontrando-se as suas taxas compreendidas no intervalo entre 0,11% e 2,00% (31 de Dezembro de 2014: 0,8% e 2,03%).

O justo valor da carteira de outros passivos subordinados encontra-se apresentada na nota 47.

39 Outros passivos

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Dez 2014
Credores		
Fornecedores	2 035	15 885
Outros credores	79 636	33 682
Sector Público administrativo	13 592	15 738
Encargos a pagar com gastos com pessoal	34 159	33 709
Outros custos a pagar	2 390	180
Receitas antecipadas	1 333	1 686
Contas diversas	41 811	178 580
	174 956	279 460

A 30 de Junho de 2015, a rubrica Contas Diversas inclui o valor de 31.345 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 90.056 milhares de Euros), relativo aos passivos líquidos reconhecidos em balanço e que representam a diferença entre as responsabilidades com pensões, benefícios de saúde e subsídio por morte e os activos.

A 30 de Junho de 2015, a rubrica Encargos a pagar com gastos com pessoal inclui o valor de 14.903 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 14.657 milhares de Euros), relativo ao prémio de antiguidade.

Adicionalmente, a 30 de Junho de 2015 esta rubrica inclui o montante de 19.256 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 19.052 milhares de Euros), relativo à especialização de férias, subsídio de férias e subsídio de Natal.

A 31 de Dezembro de 2014, a rubrica Contas diversas inclui o valor de 68.205 milhares de Euros, referente a saldos de operações sobre títulos a regularizar.

40 Capital institucional

O capital institucional da CEMG, que se encontra integralmente realizado, é de 1.500.000 milhares de Euros, pertencendo na sua totalidade ao Montepio Geral Associação Mutualista.

Em 6 de Novembro de 2013, na sequência da deliberação do Conselho de Administração Executivo, procedeu-se ao aumento do capital institucional da Caixa Económica Montepio Geral, no montante de 105.000 milhares de Euros, por entrada de numerário.

Em 26 de Setembro de 2013, na sequência da deliberação do Conselho de Administração Executivo, procedeu-se ao aumento do capital institucional da Caixa Económica Montepio Geral, no montante de 100.000 milhares de Euros, por entrada de numerário.

Em 20 de Dezembro de 2012, na sequência da deliberação da Assembleia Geral realizada, procedeu-se ao aumento do capital institucional da Caixa Económica Montepio Geral, no montante de 50.000 milhares de Euros, por entrada de numerário.

41 Fundo de participação

O fundo de participação da CEMG possui um valor nominal global de 400.000 milhares de Euros.

Na sequência da decisão tomada pelo Conselho de Administração Executivo em 29 de Abril de 2015, da deliberação da Assembleia Geral realizada, em 30 de Abril de 2015 e da Assembleia de titulares de unidades de participação do Fundo de Participação da Caixa Económica Montepio Geral, onde foi deliberado a supressão do direito de preferência atribuído aos titulares de unidades de participação do Fundo de Participação da Caixa Económica Montepio Geral realizada no dia 5 de Junho de 2015, procedeu-se à emissão em 26 de Junho de 2015 de unidades representativas do Fundo de Participação da Caixa Económica Montepio Geral, com um valor nominal global de 200.000 milhares de Euros, por entrada de numerário, colocada através de oferta particular, mediante subscrição integral pelo Montepio Geral – Associação Mutualista.

Na sequência da deliberação da Assembleia Geral realizada, em 28 de Outubro de 2013, procedeu-se à emissão em 17 de Dezembro de 2013 de unidades representativas do Fundo de Participação da Caixa Económica Montepio Geral, com um valor nominal global de 200.000 milhares de Euros, por entrada de numerário.

As unidades de participação constituem valores mobiliários, nos termos previstos na alínea g) do artigo 1º do Código dos Valores Mobiliários, na medida em que constituem outros documentos

representativos de situações jurídicas homogéneas (designadamente quanto ao direito à remuneração ou ao direito de recebimento do saldo de liquidação da Caixa Económica Montepio Geral, após satisfação dos restantes credores, inclusive dos que detenham outros créditos subordinados), susceptíveis de serem transmitidos em mercado.

A Caixa Económica Montepio Geral procedeu à emissão de 400.000.000 unidades de participação com o valor nominal de 1 Euro, que são, quanto à forma de representação, escriturais e emitidas exclusivamente na modalidade nominativa.

Nos termos dos Estatutos da Caixa Económica Montepio Geral, as unidades de participação não conferem direitos de participação na Assembleia Geral da Caixa Económica Montepio Geral ou de gestão e os direitos económicos associados à titularidade das unidades de participação incluem o direito a receber uma remuneração anual quando, existindo suficiência de resultados, a Assembleia Geral o delibere, sob proposta do Conselho de Administração Executivo, no direito ao reembolso das unidades de participação apenas em caso de dissolução da Caixa Económica Montepio Geral e após satisfação dos restantes credores, inclusive dos que detenham outros créditos subordinados, e no direito ao eventual reembolso na sequência da amortização das unidades de participação por deliberação da Assembleia Geral da Caixa Económica Montepio Geral, sempre sujeita à prévia autorização do Banco de Portugal. O direito à informação associado à titularidade das unidades de participação é exercido através do representante comum eleito em Assembleia Geral de titulares de unidades de participação, de onde os titulares das unidades de participação não terão direito de acesso directo à informação económica e financeira da Caixa Económica Montepio Geral.

Estes instrumentos são elegíveis para efeitos prudenciais para o Core Tier 1. À luz do disposto na IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação, para efeitos contabilísticos, estes instrumentos são classificados como capital, tendo em consideração as suas características específicas, nomeadamente a não existência de uma obrigação de pagamento de capital e juros.

Assim, a classificação como capital resulta do facto do investidor, enquanto detentor do instrumento emitido, se encontrar efectivamente exposto ao risco dos instrumentos de capital da sociedade, dado que poderá não receber um montante equivalente ao valor investido.

42 Outros instrumentos de capital

Esta rubrica regista a emissão de 15.000 milhares de Euros ocorrida no primeiro trimestre de 2010 de Valores Mobiliários Perpétuos Subordinados com juros condicionados efectuada pelo Montepio Investimento, S.A. (ex-Finibanco, S.A.), e que no âmbito do processo de aquisição do Montepio Holding, S.G.P.S., S.A. (ex-Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A.) e das suas subsidiárias passou a integrar as responsabilidades da CEMG, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 a).

No caso de compras de Valores Mobiliários Perpétuos Subordinados, os mesmos são anulados da situação líquida e a diferença entre o valor de compra e o respectivo valor de balanço é reconhecido em resultados.

No decurso de 2013, a CEMG efectuou recompras de Valores Mobiliários Perpétuos Subordinados no montante de 6.727 milhares de Euros. Após estas operações, a rubrica Outros instrumentos de capital apresenta o montante de 8.273 milhares de Euros.

Remuneração

Com sujeição às limitações ao vencimento de juros descritas abaixo, a remuneração será paga semestralmente, em 2 de Fevereiro e em 2 de Agosto de cada ano, com início em 2 de Agosto de 2010 e será igual a:

1.º ao 4.º cupões: 7,00%;

5.º cupão e seguintes: Euribor 6M + 2,75%, com um mínimo de 5%.

Limitações ao vencimento de juros

A Emitente estará impedida de proceder ao pagamento de juros:

- Na medida e até à concorrência em que a soma do montante a pagar pelos juros desta emissão com o montante dos dividendos pagos ou deliberados e o de pagamentos garantidos relativos a eventuais acções preferenciais que se possam vir a emitir, exceder os Fundos Distribuíveis da Emitente, ou
- Estiver em incumprimento da Regulamentação de Requisitos de Fundos Próprios ou na medida e até à concorrência em que o seu pagamento implicar incumprimento dessa Regulamentação.

A Emitente ainda está impedida de proceder ao Pagamento de Juros se, na opinião do Conselho de Administração Executivo ou do Banco de Portugal, esse pagamento colocar em risco o cumprimento da Regulamentação de requisitos de Fundos Próprios.

O impedimento de proceder ao Pagamento de Juros poderá ser total ou parcial.

O não pagamento de juros numa qualquer data desonera a Emitente do pagamento dos juros relativos a essa data em momento futuro.

Consideram-se Fundos distribuíveis de um determinado ano a soma algébrica, com referência ao exercício anterior, dos resultados acumulados retidos com quaisquer outros valores susceptíveis de serem distribuíveis e com os lucros ou prejuízos, líquida das reservas obrigatórias, legais e estatutárias, mas antes da dedução do montante de quaisquer dividendos relativos às acções ordinárias ou a quaisquer outros valores mobiliários subordinados a estes, relativos a esse exercício.

No decorrer do semestre de 2015, a CEMG procedeu ao pagamento de juros por esta emissão no montante de 379 milhares de Euros.

De referir, que no ano de 2014, o montante de juros a pagar excede os “Fundos Distribuíveis do Emitente”, pelo que a CEMG não procedeu ao pagamento de juros para esta emissão.

Reembolso

Estes valores Mobiliários são perpétuos, só sendo reembolsáveis segundo as condições de reembolso antecipado abaixo previstas.

Mediante acordo prévio do Banco de Portugal, o emitente poderá proceder ao reembolso, total ou parcial, a partir da 10ª data de pagamento de juros, inclusive (5º ano).

Em caso de ocorrência continuada de um evento de desqualificação como Fundos Próprios de Base, mesmo antes de decorridos 5 anos desde a sua emissão, e mediante acordo prévio do Banco de Portugal, estes Valores Mobiliários são reembolsáveis por opção do Emitente, em qualquer data.

Por evento de desqualificação como Fundos Próprios de Base entende-se uma alteração de qualquer documento legal ou respectiva interpretação oficial que implique que estes Valores Mobiliários deixem de poder ser qualificados como Fundos Próprios de Base da Emitente.

43 Reserva geral e especial

As reservas geral e especial são constituídas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de Maio. A reserva geral destina-se a fazer face a qualquer eventualidade e a cobrir prejuízos ou depreciações extraordinárias.

Nos termos da legislação portuguesa e dos Estatutos da CEMG, a CEMG deverá reforçar anualmente a reserva geral com pelo menos 20% dos lucros líquidos anuais. Esta reserva, normalmente não está disponível para distribuição e pode ser utilizada para absorver prejuízos futuros e para aumentar o capital.

A reserva especial destina-se a suportar prejuízos resultantes das operações correntes. Nos termos dos Estatutos da CEMG, a CEMG deverá reforçar anualmente a reserva especial com pelo menos 5% dos lucros líquidos anuais. Esta reserva, normalmente não está disponível para distribuição e pode ser utilizada para absorver prejuízos e para aumentar o capital.

A variação da reserva geral e especial é apresentada na nota 44.

44 Reservas de reavaliação, outras reservas e resultados transitados

Esta rubrica é apresentada como segue:

		(milhares de Euros)	
		<u>Jun 2015</u>	<u>Dez 2014</u>
Reservas de reavaliação			
Activos financeiros disponíveis para venda			
Valor bruto		(39 463)	59 851
Imposto		11 642	(20 619)
Outros		8 404	8 404
		<u>(19 417)</u>	<u>47 636</u>
Outras reservas e resultados transitados			
Reserva geral		186 000	186 000
Reserva especial		68 273	68 273
Reservas por impostos diferidos		40 850	42 177
Resultados transitados		(586 375)	(428 691)
		<u>(291 252)</u>	<u>(132 241)</u>

As reservas de reavaliação relativas a activos financeiros disponíveis para venda representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros disponíveis para venda líquidas de imparidade reconhecida em resultados do exercício e/ou em exercícios anteriores em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1 c).

A movimentação da reserva de reavaliação relativa a activos financeiros disponíveis para venda durante o primeiro semestre de 2015 desta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Euros)						
	<u>Saldo em 1 de Janeiro</u>	<u>Reavaliação</u>	<u>Aquisições</u>	<u>Alienações</u>	<u>Varição de imparidade no exercício</u>	<u>Saldo em 30 de Junho</u>
Títulos de rendimento fixo						
Obrigações de emissores públicos nacionais	48 946	1 164	(46 653)	(41 236)	-	(37 779)
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	3 699	825	(9 057)	-	(2 338)	(6 871)
Obrigações de outros emissores:						
Nacionais	(12 771)	(10 141)	238	(2 581)	20 722	(4 533)
Estrangeiros	26 680	(8 886)	(3 056)	(2 259)	42	12 521
	<u>66 554</u>	<u>(17 038)</u>	<u>(58 528)</u>	<u>(46 076)</u>	<u>18 426</u>	<u>(36 662)</u>
Títulos de rendimento variável						
Acções						
Nacionais	92	(33)	48	51	72	230
Estrangeiras	1 332	1 363	384	699	(921)	2 857
Unidades de participação	(8 127)	41 070	(10)	(177)	(38 644)	(5 888)
	<u>(6 703)</u>	<u>42 400</u>	<u>422</u>	<u>573</u>	<u>(39 493)</u>	<u>(2 801)</u>
	<u>59 851</u>	<u>25 362</u>	<u>(58 106)</u>	<u>(45 503)</u>	<u>(21 067)</u>	<u>(39 463)</u>

A movimentação durante o ano de 2014 desta rubrica é apresentada conforme segue:

(milhares de Euros)						
	Saldo em 1 de Janeiro	Reavaliação	Aquisições	Alienações	Variação de imparidade no exercício	Saldo em 31 de Dezembro
Títulos de rendimento fixo						
Obrigações de emissores públicos nacionais	33 403	9 621	8 721	(2 799)	-	48 946
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	294	3 176	645	3	(419)	3 699
Obrigações de outros emissores:						
Nacionais	(20 608)	20 372	4 954	(2 877)	(14 612)	(12 771)
Estrangeiros	13 800	14 218	5 243	(162)	(6 419)	26 680
	<u>26 889</u>	<u>47 387</u>	<u>19 563</u>	<u>(5 835)</u>	<u>(21 450)</u>	<u>66 554</u>
Títulos de rendimento variável						
Acções						
Nacionais	169	98	18	7	(200)	92
Estrangeiras	1 947	(570)	(178)	(88)	221	1 332
Unidades de participação	6 301	(13 882)	(3 678)	(4 818)	7 950	(8 127)
	<u>8 417</u>	<u>(14 354)</u>	<u>(3 838)</u>	<u>(4 899)</u>	<u>7 971</u>	<u>(6 703)</u>
	<u>35 306</u>	<u>33 033</u>	<u>15 725</u>	<u>(10 734)</u>	<u>(13 479)</u>	<u>59 851</u>

As reservas de reavaliação relativas a activos financeiros disponíveis para venda explicam-se da seguinte forma:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Dez 2014
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda	8 665 742	7 422 803
Imparidade acumulada reconhecida	(88 728)	(91 158)
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda líquidos de imparidade	8 577 014	7 331 645
Valor de mercado dos activos financeiros disponíveis para venda	8 537 551	7 391 496
Ganhos/ Perdas potenciais reconhecidos na reserva de reavaliação	(39 463)	59 851

45 Distribuição de resultados

Em 2015 e 2014, a CEMG não procedeu à distribuição de resultados.

46 Garantias e outros compromissos

Os saldos destas contas são analisados como segue:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Dez 2014
Garantias e avales prestados	489 248	451 123
Garantias e avales recebidos	30 339 596	30 982 915
Compromissos perante terceiros	1 556 285	1 325 630
Compromissos assumidos por terceiros	42 792	42 340
Activos cedidos em operações de titularização	181 090	191 970
Valores recebidos em depósitos	7 575 283	8 259 175
	40 184 294	41 253 153

Os montantes de garantias e avales prestados e os compromissos perante terceiros são analisados como segue:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Dez 2014
Garantias e avales prestados		
Garantias e avales	452 585	434 475
Créditos documentários abertos	36 663	16 648
	<u>489 248</u>	<u>451 123</u>
Compromissos perante terceiros		
Compromissos irrevogáveis		
Linhas de crédito irrevogáveis	713 635	723 199
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos	25 314	25 314
Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores	2 774	3 217
Compromissos revogáveis		
Linhas de crédito revogáveis	814 502	573 900
	<u>1 556 225</u>	<u>1 325 630</u>

Os créditos documentários são compromissos irrevogáveis, por parte da CEMG, por conta dos seus clientes, de pagar/mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Os compromissos revogáveis e irrevogáveis, apresentam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes da CEMG (por exemplo linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade, quer do cliente, quer do negócio que lhe está subjacente, sendo que a CEMG requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

O saldo da rubrica Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos, em 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, refere-se ao compromisso irrevogável que a CEMG assumiu, por força da lei, de entregar àquele Fundo, em caso de solicitação deste, as parcelas não realizadas das contribuições anuais.

O saldo da rubrica Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores, em 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, é relativo à obrigação irrevogável que a CEMG assumiu, por força da lei aplicável, de entregar àquele Sistema, em caso de accionamento deste, os montantes necessários para pagamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

Os instrumentos financeiros contabilizados como Garantias e outros compromissos estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados à carteira de crédito nomeadamente quanto à avaliação da adequação das provisões constituídas tal como descrito na política contabilística descrita na nota 1 b) a exposição máxima de crédito é representada pelo valor nominal que poderia ser perdido relativo aos passivos contingentes e outros compromissos assumidos pela CEMG na eventualidade de incumprimento pelas respectivas contrapartes, sem ter em consideração potenciais recuperações de crédito ou colaterais.

47 Justo valor

O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, como acontece em muitos dos produtos colocados junto de clientes, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa. A geração de fluxos de caixa dos diferentes instrumentos comercializados é feita com base nas respectivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas incorporam quer a curva de taxas de juro de mercado, quer as actuais condições da política de *pricing* da CEMG.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjectividade, e reflecte exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros. Não considera, no entanto, factores de natureza prospectiva, como por exemplo a evolução futura de negócio.

Nestas condições, os valores apresentados não podem ser entendidos como uma estimativa do valor económico da CEMG.

De seguida, são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros:

- *Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais, Disponibilidades em outras Instituições de Crédito e Recursos de outras Instituições de Crédito*

Atendendo ao prazo extremamente curto associado a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

- *Aplicações em Instituições de Crédito, Depósitos de Instituições de Crédito e Activos com Acordos de Recompra*

O justo valor destes instrumentos financeiros é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos, considerando que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas.

Para os Recursos de Bancos Centrais foi considerado que o valor de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor, atendendo à tipologia das operações e ao prazo associado. A taxa de remuneração das tomadas de fundos junto do Banco Central Europeu é de 0,05% (31 de Dezembro de 2014: 0,32%).

- Para as restantes aplicações e recursos, a taxa de desconto utilizada reflecte as actuais condições praticadas pela CEMG em idênticos instrumentos para cada um dos diferentes prazos de maturidade residual. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de *swaps* de taxa de juro, no final do período).
- *Activos financeiros detidos para negociação (excepto derivados), Passivos financeiros detidos para negociação (excepto derivados), Activos financeiros disponíveis para venda e Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados*

Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base as cotações de mercado (*Bid-price*), sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e o risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respectivos.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros - *Reuters* e *Bloomberg* – mais concretamente as que resultam das cotações dos *swaps* de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. A curva de taxa de juro obtida é ainda calibrada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

Caso exista opcionalidade envolvida, utilizam-se os modelos *standards* (*Black-Scholes*, *Black*, *Ho* e outros) considerando as superfícies de volatilidade aplicáveis. Sempre que se entenda que não existem referências de mercado de qualidade suficiente ou que os modelos disponíveis não se aplicam integralmente face às características do instrumento financeiro, utilizam-se cotações específicas fornecidas por uma entidade externa, tipicamente a contraparte do negócio.

- *Investimentos detidos até à maturidade*

Estes investimentos estão contabilizados ao custo amortizado líquido de imparidade. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxo de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respectivos.

- *Derivados de cobertura e de negociação*

Todos os derivados se encontram contabilizados pelo seu justo valor.

No caso daqueles que são cotados em mercados organizados utiliza-se o respectivo preço de mercado. Quanto aos derivados negociados "ao balcão", aplicam-se os métodos numéricos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa e modelos de avaliação de opções considerando variáveis de mercado nomeadamente as taxas de juro aplicáveis aos instrumentos em causa, e sempre que necessário, as respectivas volatilidades.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros - *Reuters* e *Bloomberg* - mais concretamente as que resultam das cotações dos *swaps* de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. A curva de taxa de juro obtida é ainda calibrada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

- *Crédito a clientes com maturidade definida*

O justo valor destes instrumentos financeiros é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais da CEMG para cada uma das classes homogéneas deste tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de *swaps* de taxa de juro, no final do exercício) e o *spread* praticado à data de reporte, calculado através da média da produção do segundo trimestre de 2015. A taxa média de desconto foi de 3,84% (31 de Dezembro de 2014: 3,89%) assumindo a projecção das taxas variáveis segundo a evolução das taxas *forward* implícitas nas curvas de taxas de juro. Os cálculos efectuados incorporam o *spread* de risco de crédito.

- *Créditos a clientes sem maturidade definida e Débitos à vista para com clientes*

Atendendo ao curto prazo deste tipo de instrumentos, as condições desta carteira são semelhantes às praticadas à data de reporte, pelo que o seu valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

- *Recursos de clientes*

O justo valor destes instrumentos financeiros é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais da CEMG para este tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de *swaps* de taxa de juro, no final do exercício) e o *spread* da CEMG à data de reporte, calculado através da média da produção do segundo trimestre de 2015. A taxa média de desconto foi de 0,70% (31 de Dezembro de 2014: 1,37%).

- *Responsabilidades representadas por títulos e Outros passivos subordinados*

Para estes instrumentos financeiros foi calculado o justo valor para as componentes cujo justo valor ainda não se encontra reflectido em balanço. Nos instrumentos que são a taxa fixa e para os quais a CEMG adopta contabilisticamente uma política de *hedge-accounting*, o justo valor relativamente ao risco de taxa de juro já se encontra registado.

Para o cálculo do justo valor foram levadas em consideração as outras componentes de risco, para além do risco de taxa de juro já registado. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assentou na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e a margem comercial, esta última apenas no caso de emissões colocadas nos clientes não institucionais da CEMG.

Como referência original utilizaram-se as curvas resultantes do mercado de *swaps* de taxa de juro para cada moeda específica. O risco de crédito (*spread* de crédito) é representado por um excesso à curva de *swaps* de taxa de juro apurado especificamente para cada prazo e classe de instrumentos tendo como base preços de mercado sobre instrumentos equivalentes.

No caso das emissões próprias destinadas a colocação junto dos Clientes não institucionais da CEMG, adicionou-se mais um diferencial (*spread* comercial) que representa a margem existente entre o custo de financiamento no mercado institucional e o que se obtém distribuindo o instrumento respectivo na rede comercial própria.

No quadro seguinte apresenta-se, com referência a 30 de Junho de 2015, a tabela com os valores da taxa de juro utilizadas no apuramento da curva taxa de juro das principais moedas, nomeadamente Euro, Dólar Norte-Americano, Libra Esterlina, Franco Suíço e Iene Japonês utilizadas para a determinação do justo valor dos activos e passivos financeiros da CEMG:

	Moedas				
	Euro	Dólar Norte Americano	Libra Esterlina	Franco Suíço	Iene Japonês
1 dia	-0,1180%	0,2200%	0,4450%	-2,2750%	-0,1250%
7 dias	-0,1200%	0,2350%	0,5500%	-0,8750%	0,0700%
1 mês	-0,0640%	0,3600%	0,5800%	-0,8750%	0,0700%
2 meses	-0,0380%	0,4100%	0,6600%	-0,9000%	-0,0950%
3 meses	-0,0140%	0,4000%	0,7100%	-0,9000%	0,0100%
6 meses	0,0500%	0,5900%	0,8450%	-0,8400%	0,0550%
9 meses	0,1000%	0,7050%	0,9850%	-0,8950%	-0,0750%
1 ano	0,1640%	0,9100%	1,1050%	-0,8350%	0,1500%
2 anos	0,1215%	1,0589%	1,1020%	-0,7406%	0,1499%
3 anos	0,2175%	1,2083%	1,1020%	-0,6324%	0,1499%
5 anos	0,5024%	1,5082%	1,1020%	-0,4153%	0,1499%
7 anos	0,8009%	1,8090%	1,1020%	-0,1977%	0,1499%
10 anos	1,1600%	2,2575%	1,1020%	0,1273%	0,1499%
15 anos	1,5075%	2,6504%	1,1020%	0,6700%	0,1499%
20 anos	1,6485%	2,8060%	1,1020%	0,6700%	0,1499%
30 anos	1,6990%	2,8970%	1,1020%	0,6700%	0,1499%

No quadro seguinte apresenta-se, com referência a 31 de Dezembro de 2014, a tabela com os valores da taxa de juro utilizadas no apuramento da curva taxa de juro das principais moedas, nomeadamente Euro, Dólar Norte-americano, Libra Esterlina, Franco Suíço e Iene Japonês utilizadas para a determinação do justo valor dos activos e passivos financeiros da CEMG:

	Moedas				
	Euro	Dólar Norte Americano	Libra Esterlina	Franco Suíço	Iene Japonês
1 dia	-0,0150%	0,1700%	0,5300%	-0,0500%	-0,0200%
7 dias	-0,0150%	0,1980%	0,5300%	-0,0500%	-0,0200%
1 mês	0,0180%	0,3100%	0,5250%	-0,2000%	-0,0200%
2 meses	0,0440%	0,3750%	0,5600%	-0,2200%	-0,0200%
3 meses	0,0780%	0,1900%	0,6000%	-0,2400%	0,0450%
6 meses	0,1710%	0,5000%	0,6750%	-0,0200%	0,0650%
9 meses	0,2450%	0,6000%	0,8700%	-0,0200%	0,1100%
1 ano	0,3250%	0,8200%	0,9250%	-0,0300%	0,1450%
2 anos	0,1770%	0,8930%	0,9280%	-0,0960%	0,1449%
3 anos	0,2240%	1,2930%	1,1340%	-0,0590%	0,1449%
5 anos	0,3600%	1,7880%	1,4410%	0,0720%	0,1449%
7 anos	0,5320%	2,0640%	1,6390%	0,2470%	0,1449%
10 anos	0,8195%	2,3060%	1,8360%	0,5140%	0,1449%
15 anos	1,1528%	2,5280%	2,0630%	0,7720%	0,1449%
20 anos	1,3268%	2,6070%	2,0630%	0,7720%	0,1449%
30 anos	1,4718%	2,6830%	2,0630%	0,7720%	0,1449%

Câmbios e volatilidades cambiais

Seguidamente apresentam-se as taxas de câmbio (Banco Central Europeu) à data de balanço e as volatilidades implícitas (*at the Money*) para os principais pares de moedas, utilizadas na avaliação dos derivados:

Cambial	Volatilidade (%)						
	Jun-15	Dez-14	1 mês	3 meses	6 meses	9 meses	1 ano
EUR/USD	1,1189	1,2141	13,688	12,275	11,575	11,250	11,100
EUR/GBP	0,7114	0,7789	11,550	10,250	9,850	9,650	9,500
EUR/CHF	1,0413	1,2024	10,350	10,325	10,175	10,200	10,150
EUR/JPY	137,01	145,23	14,800	12,700	12,100	11,750	11,550

Relativamente às taxas de câmbio, a CEMG utiliza nos seus modelos de avaliação a taxa *spot* observada no mercado no momento da avaliação.

O justo valor dos activos e passivos financeiros da CEMG, a 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014 é apresentado como segue:

(milhares de Euros)

Jun 2015						
	Designado ao justo valor através de resultados	Custo amortizado	Disponíveis para venda	Outros	Valor contabilístico	Justo valor
Activos Financeiros						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	263 689	-	-	263 689	263 689
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	58 886	-	-	58 886	58 886
Aplicações em instituições de crédito	-	538 847	-	-	538 847	538 847
Crédito a clientes	45 698	14 266 366	-	-	14 312 064	13 450 413
Activos financeiros detidos para negociação	81 006	-	-	-	81 006	81 006
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	8 537 552	-	8 537 552	8 537 552
Derivados de cobertura	32	-	-	-	32	32
Investimentos detidos até à maturidade	-	17 651	-	-	17 651	17 874
Investimentos em associadas e outras	-	-	-	419 183	419 183	419 183
	<u>126 736</u>	<u>15 145 439</u>	<u>8 537 552</u>	<u>419 183</u>	<u>24 228 910</u>	<u>23 367 482</u>
Passivos financeiros						
Recursos de bancos centrais	-	2 776 576	-	-	2 776 576	2 776 576
Recursos de outras instituições de crédito	71 491	2 604 332	-	-	2 675 823	2 675 929
Recursos de clientes	84 019	12 492 405	-	-	12 576 424	12 690 547
Responsabilidades representadas por títulos	106 177	1 494 948	-	-	1 601 125	1 651 858
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	-	4 110 776	4 110 776	3 001 293
Passivos financeiros detidos para negociação	45 798	-	-	-	45 798	45 798
Derivados de cobertura	1 119	-	-	-	1 119	1 119
Outros passivos subordinados	-	333 511	-	-	333 511	326 972
	<u>308 604</u>	<u>19 701 772</u>	<u>-</u>	<u>4 110 776</u>	<u>24 121 152</u>	<u>23 170 092</u>

(milhares de Euros)

Dez 2014						
	Designado ao justo valor através de resultados	Custo amortizado	Disponíveis para venda	Outros	Valor contabilístico	Justo valor
Activos Financeiros						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	203 338	-	-	203 338	203 338
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	54 868	-	-	54 868	54 868
Aplicações em instituições de crédito	-	780 988	-	-	780 988	780 988
Crédito a clientes	44 110	14 611 728	-	-	14 655 838	13 966 352
Activos financeiros detidos para negociação	83 553	-	-	-	83 553	83 553
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	7 391 496	-	7 391 496	7 391 496
Derivados de cobertura	60	-	-	-	60	60
Investimentos detidos até à maturidade	-	17 333	-	-	17 333	17 781
Investimentos em associadas e outras	-	-	-	419 183	419 183	419 183
	<u>127 723</u>	<u>15 668 255</u>	<u>7 391 496</u>	<u>419 183</u>	<u>23 606 657</u>	<u>22 917 619</u>
Passivos financeiros						
Recursos de bancos centrais	-	2 496 886	-	-	2 496 886	2 496 886
Recursos de outras instituições de crédito	61 009	1 577 066	-	-	1 638 075	1 638 166
Recursos de clientes	95 604	13 513 540	-	-	13 609 144	13 721 436
Responsabilidades representadas por títulos	196 809	1 739 663	-	-	1 936 472	2 103 084
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	-	3 075 080	3 075 080	2 630 413
Passivos financeiros detidos para negociação	85 300	-	-	-	85 300	85 300
Derivados de cobertura	1 494	-	-	-	1 494	1 494
Outros passivos subordinados	-	388 118	-	-	388 118	381 012
	<u>440 216</u>	<u>19 715 273</u>	<u>-</u>	<u>3 075 080</u>	<u>23 230 569</u>	<u>23 057 791</u>

O quadro seguinte resume, por níveis de valorização, para cada grupo de activos e passivos financeiros da CEMG, os seus justos valores com referência a 30 de Junho de 2015:

(milhares de Euros)

	Jun 2015				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Instrumentos financeiros ao custo	Valor contabilístico
Activos financeiros					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	263 689	-	-	-	263 689
Disponibilidades em outras instituições de crédito	58 886	-	-	-	58 886
Aplicações em instituições de crédito	538 847	-	-	-	538 847
Crédito a clientes	-	45 698	14 266 366	-	14 312 064
Activos financeiros detidos para negociação	50 950	30 056	-	-	81 006
Activos financeiros disponíveis para venda	2 993 449	487 405	4 975 447	81 251	8 537 552
Derivados de cobertura	-	32	-	-	32
Investimentos detidos até à maturidade	17 651	-	-	-	17 651
Investimentos em associadas e outras	-	-	-	419 183	419 183
	<u>3 923 472</u>	<u>563 191</u>	<u>19 241 813</u>	<u>500 434</u>	<u>24 228 910</u>
Passivos financeiros					
Recursos de bancos centrais	2 776 576	-	-	-	2 776 576
Recursos de outras instituições de crédito	2 604 332	71 491	-	-	2 675 823
Recursos de clientes	-	84 019	12 492 405	-	12 576 424
Responsabilidades representadas por títulos	-	106 177	1 494 498	-	1 600 675
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	4 110 776	-	4 110 776
Passivos financeiros detidos para negociação	1 844	43 954	-	-	45 798
Derivados de cobertura	-	1 119	-	-	1 119
Outros passivos subordinados	-	-	333 511	-	333 511
	<u>5 382 752</u>	<u>306 760</u>	<u>18 431 190</u>	<u>-</u>	<u>24 120 702</u>

O quadro seguinte resume, por níveis de valorização, para cada grupo de activos e passivos financeiros da CEMG, os seus justos valores com referência a 31 de Dezembro de 2014:

(milhares de Euros)

	Dez 2014				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Instrumentos financeiros ao custo	Valor contabilístico
Activos financeiros					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	203 338	-	-	-	203 338
Disponibilidades em outras instituições de crédito	54 868	-	-	-	54 868
Aplicações em instituições de crédito	780 988	-	-	-	780 988
Crédito a clientes	-	-	14 655 838	-	14 655 838
Activos financeiros detidos para negociação	6 763	76 790	-	-	83 553
Activos financeiros disponíveis para venda	3 553 903	641 858	3 105 992	89 743	7 391 496
Derivados de cobertura	-	60	-	-	60
Investimentos detidos até à maturidade	17 333	-	-	-	17 333
Investimentos em associadas e outras	-	-	-	419 183	419 183
	<u>4 617 193</u>	<u>718 708</u>	<u>17 761 830</u>	<u>508 926</u>	<u>23 606 657</u>
Passivos financeiros					
Recursos de bancos centrais	2 496 886	-	-	-	2 496 886
Recursos de outras instituições de crédito	1 548 774	89 301	-	-	1 638 075
Recursos de clientes	-	95 657	13 513 487	-	13 609 144
Responsabilidades representadas por títulos	-	196 809	1 739 663	-	1 936 472
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	3 075 080	-	3 075 080
Passivos financeiros detidos para negociação	561	84 739	-	-	85 300
Derivados de cobertura	-	1 494	-	-	1 494
Outros passivos subordinados	-	388 118	-	-	388 118
	<u>4 046 221</u>	<u>856 118</u>	<u>18 328 230</u>	<u>-</u>	<u>23 230 569</u>

A CEMG utiliza a seguinte hierarquia de Justo valor com 3 níveis na valorização de instrumentos financeiros (activos ou passivos), a qual reflecte o nível de julgamento, a observabilidade dos dados utilizados e a importância dos parâmetros aplicados na determinação da avaliação do justo valor do instrumento, de acordo com o disposto na IFRS 13:

- Nível 1: O justo valor é determinado com base em preços cotados não ajustados, capturados em transacções em mercados activos envolvendo instrumentos financeiros idênticos aos instrumentos a avaliar. Existindo mais que um mercado activo para o mesmo instrumento financeiro, o preço relevante é o que prevalece no mercado principal do instrumento, ou o mercado mais vantajoso para as quais o acesso existe.
- Nível 2: O justo valor é apurado a partir de técnicas de avaliação suportadas em dados observáveis em mercados activos, sejam dados directos (preços, taxas, *spreads*, etc.) ou indirectos (derivados), e pressupostos de valorização semelhantes aos que uma parte não relacionada usaria na estimativa do justo valor do mesmo instrumento financeiro.
- Nível 3: O justo valor é determinado com base em dados não observáveis em mercados activos, com recurso a técnicas e pressupostos que os participantes do mercado utilizariam para avaliar os mesmos instrumentos, incluindo hipóteses acerca dos riscos inerentes, à técnica de avaliação utilizada e aos inputs utilizados e contemplados processos de revisão da acuidade dos valores assim obtidos.

A CEMG considera um mercado activo em que ocorrem transacções do instrumento financeiro com frequência e volume suficientes para fornecer informação sobre preços de forma contínua, devendo, para o efeito verificar as seguintes condições mínimas:

- Existência de cotações diárias frequentes de negociação no último ano;
- As cotações acima mencionadas alteram-se com regularidade;
- Existem cotações executáveis de mais do que uma entidade.

Um parâmetro utilizado numa técnica de valorização é considerado um dado observável no mercado se estiverem reunidas as condições seguintes:

- Se o seu valor é determinado num mercado activo;
- Ou, se existe um Mercado OTC e é razoável assumir-se que se verificam as condições de mercado activo, com a excepção da condição de volumes de negociação;
- Ou, o valor do parâmetro pode ser obtido pelo cálculo inverso dos preços dos instrumentos financeiros e/ou derivados onde os restantes parâmetros necessários à avaliação inicial são observáveis num mercado líquido ou num mercado OTC que cumprem com os parágrafos anteriores.

48 Transacções com partes relacionadas

A CEMG concede empréstimos no decurso normal das suas actividades a partes relacionadas. A CEMG concede aos seus colaboradores empréstimos a taxas de juro que se encontram fixadas nos referidos acordos ou em regulamentação interna para cada tipo de operação, com base em propostas de crédito apresentadas pelos colaboradores.

Em relação aos membros do Conselho de Administração Executivo da CEMG, o crédito registado à data de 30 de Junho de 2015 ascendia a 234 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 242 milhares de Euros), representando um valor 0,02% dos capitais próprios (31 de Dezembro de 2014: 0,02%). Estes créditos foram concedidos em conformidade com as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Em 30 de Junho de 2015, o crédito, garantias e linhas de crédito irrevogáveis que a CEMG concedeu a empresas que integram o perímetro de consolidação, era de 678.655 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 649.834 milhares de Euros).

Relativamente aos elementos chave de gestão, o montante concedido de crédito e linhas de crédito irrevogáveis ascendeu, em 30 de Junho de 2015, a 4.385 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 4.608 milhares de Euros).

Transacções com o Fundo de Pensões

No âmbito dos imóveis do Fundo cujo arrendatário é a CEMG, o montante de rendas incorridas em 30 de Junho de 2015 ascende a 246 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 492 milhares de Euros).

O conjunto de empresas consideradas como partes relacionadas pela CEMG além das associadas apresentadas na nota 26, tal como definidas pela IAS 24, é apresentado como segue:

Conselho de Administração Executivo:
(até 7 de Agosto de 2015)

António Tomás Correia
João Carlos Martins da Cunha Neves
Jorge Humberto da Cruz Barros de Jesus Luís
Fernando Paulo Pereira Magalhães
Pedro Miguel de Almeida Alves Ribeiro

Conselho de Administração Executivo:
(após 7 de Agosto de 2015)

José Manuel Félix Morgado
João Carlos Martins da Cunha Neves
Luís Gabriel Moreira Maia Almeida
Fernando Ferreira Santo
João Belard da Fonseca Lopes Raimundo
Jorge Manuel Viana de Azevedo Pinto Bravo
Luís Miguel Resende de Jesus

Detentor do capital institucional:

Montepio Geral Associação Mutualista

Outras partes relacionadas:

Banco Montepio Geral - Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (I.F.I.)
Banco Terra, S.A.
Bem Comum, Sociedade Capital de Risco, S.A.
Bolsimo - Gestão de Activos, S.A.
Carteira Imobiliária - FEIIA
Clínica CUF Belém, SA
Clínica de Serviços Médicos Computorizados de Belém, S.A.
Empresa Gestora de Imóveis da Rua do Prior, S.A.
Finibanco Angola, S.A.
Finipredial - Fundo de investimento Imobiliário Aberto
Fundação Montepio Geral
Fundo de Capital de Risco Montepio Crescimento
Fundo de Pensões Montepio
Fundo de Pensões Viva
Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Germont - Empreendimentos Imobiliários, S.A.
HTA - Hóteis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.
Iberpartners Cafés - S.G.P.S., S.A.
Leacock, Lda
Lestinvest, S.G.P.S., S.A.
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.
Lykeion - Centro de Conhecimento Unipessoal, Lda
MG Investimentos Imobiliários, S.A.
Moçambique Companhia de Seguros, SARL
Montepio - Capital de Risco, SCR, S.A.
Montepio Arrendamento - FIIAH
Montepio Arrendamento II - FIIAH
Montepio Arrendamento III - FIIAH
Montepio Crédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A.
Montepio Gestão de Activos - S.G.F.I., S.A.
Montepio Gestão de Activos Imobiliários, ACE
Montepio Holding, S.G.P.S., S.A.
Montepio Imóveis - Sociedade Imobiliária de Serviços Auxiliares, S.A.
Montepio Investimento, S.A.
Montepio Recuperação de Crédito, ACE
Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A.
Montepio Valor - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.
N Seguros, S.A.
Naviser - Transportes Marítimos Internacionais, S.A.
NEBRA, Energias Renovables, S.L.
Nova Câmbios, S.A.
OBOL Invest
PEF - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado
Pinto & Bulhosa, S.A.
Polaris - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.
Sagies, S.A.
SIBS - SGPS, S.A.
Silvip, S.A.
Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A.
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.

À data de 30 de Junho de 2015, os débitos detidos pela CEMG sobre partes relacionadas, representadas ou não por títulos, incluídos nas rubricas Disponibilidades em outras instituições de crédito, Aplicações em outras instituições de crédito, Activos financeiros detidos para negociação, Activos financeiros disponíveis para venda, Crédito a clientes e Outros activos são apresentadas como segue:

(milhares de Euros)

Empresas	Jun 2015					
	Disponibilidades em outras instituições de crédito	Aplicações em outras instituições de crédito	Activos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros disponíveis para venda	Crédito a clientes	Outros activos
Conselho de Administração Executivo (até 7 de Agosto de 2015)	-	-	-	-	234	-
Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (I.F.L.)	-	3 701	-	-	-	-
Banco Terra, S.A.	-	-	-	-	-	-
Bolsimo – Gestão de Ativos, S.A.	-	-	-	-	1	-
Finibanco Angola, S.A.	6 669	22 340	-	-	-	-
Finipredial – Fundo de investimento Imobiliário Aberto	-	-	-	-	34 554	112
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	-	-	-	-	1	-
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	-	-	-	-	20 688	-
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	-	-	-	-	232	-
Iberpartners Cafés S.G.P.S., S.A.	-	-	-	-	1 610	-
Lestinvest, S.G.P.S., S.A.	-	-	-	-	55 159	-
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	-	-	-	-	1	-
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	-	-	-	-	1	-
Montepio Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A.	-	103 569	6 189	1 625	169 574	13
Montepio Geral Associação Mutualista	-	-	-	-	4	20 000
Montepio Holding, S.G.P.S., S.A.	-	-	-	-	150 395	9
Montepio Imóveis – Sociedade Imobiliária de Serviços Auxiliares, S.A.	-	-	-	-	13 730	-
Montepio Investimento, S.A.	-	64 001	-	-	-	7 455
Montepio Recuperação de Crédito, ACE	-	-	-	-	-	6 321
Montepio Valor – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	-	-	-	-	-	161
Nova Câmbios, S.A.	-	-	-	-	1 999	-
PEF – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	-	-	-	-	70	-
Polaris – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	-	-	-	-	5 703	-
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.	-	-	-	-	700	-
	6 669	193 611	6 189	1 625	454 656	34 071

À data de 30 de Junho de 2015, os créditos detidos pela CEMG sobre partes relacionadas, representadas ou não por títulos, incluídos nas rubricas Recursos de outras instituições de crédito, Recursos de clientes, Responsabilidades representadas por títulos, Outros passivos subordinados e Outros passivos são apresentados como segue:

(milhares de Euros)

Empresas	Jun 2015			
	Recursos de outras instituições de crédito	Recursos de clientes	Responsabilidades representadas por títulos e Outros passivos subordinados	Outros passivos
Conselho de Administração Executivo (até 7 de Agosto de 2015)	-	249	-	-
Conselho de Administração Executivo (após 7 de Agosto de 2015)	-	509	45	-
Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (I.F.I.)	517 135	-	-	-
Bolsino – Gestão de Ativos, S.A.	-	5 605	-	-
Carteira Imobiliária – FEIIA	-	841	-	-
Clínica CUF Belém, S.A.	-	5	-	-
Finibanco Angola, S.A.	28 103	-	-	-
Finipredial – Fundo de investimento Imobiliário Aberto	-	334	-	18
Fundação Montepio Geral	-	1 650	-	-
Fundo de Capital de Risco Montepio Crescimento	-	12 348	-	-
Fundo de Pensões Montepio	-	29 058	3 098	-
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	-	3 243	-	-
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	-	841	-	-
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	-	118	-	-
Lestinvest, S.G.P.S., S.A.	-	42	-	-
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	-	46 817	21 250	-
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	-	78 455	13 749	-
Montepio - Capital de Risco, Sociedade Capital de Risco, S.	-	272	-	-
Montepio Arrendamento – FIIAH	-	8 774	-	-
Montepio Arrendamento II – FIIAH	-	175 639	-	-
Montepio Arrendamento III – FIIAH	-	146 234	-	-
Montepio Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A.	-	1 423	-	5
Montepio Geral Associação Mutualista	-	346 107	1 588 211	20 752
Montepio Gestão de Ativos – S.G.F.I., S.A.	-	1 652	-	-
Montepio Gestão de Ativos Imobiliários, ACE	-	2 173	-	-
Montepio Holding, S.G.P.S., S.A.	-	23 626	14 120	-
Montepio Imóveis – Sociedade Imobiliária de Serviços Auxiliares, S.A.	-	389	-	-
Montepio Investimento, S.A.	4 392	-	26 143	259
Montepio Mediação – Sociedade Mediadora de Seguros, S.A.	-	125	-	-
Montepio Recuperação de Crédito, ACE	-	5 696	-	1 544
Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A.	-	7	-	-
Montepio Valor – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	-	6 181	-	-
N Seguros, S.A.	-	361	220	-
Nova Câmbios, S.A.	-	544	302	-
PEF – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	-	2	-	-
Polaris – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	-	10	-	-
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.	-	110	-	-
SIBS – S.G.P.S., S.A.	-	2 546	-	-
Silvip, S.A.	-	1 730	-	-
Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A.	-	11	-	-
	549 630	903 727	1 667 138	22 578

À data de 31 de Dezembro de 2014, os débitos detidos pela CEMG sobre partes relacionadas, representadas ou não por títulos, incluídos nas rubricas Disponibilidades em outras instituições de crédito, Aplicações em outras instituições de crédito, Activos financeiros detidos para negociação, Activos financeiros disponíveis para venda, Crédito a clientes e Outros activos são apresentadas como segue:

Empresas	Dez 2014					
	Disponibilidades em outras instituições de crédito	Aplicações em outras instituições de crédito	Activos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros disponíveis para venda	Crédito a clientes	Outros activos
Conselho de Administração Executivo (até 7 de Agosto de 2015)	-	-	-	-	242	-
Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (I.F.I.)	-	3 701	-	-	-	-
Bolsimo – Gestão de Ativos, S.A.	-	-	-	-	1	-
Carteira Imobiliária – FEIIA	-	-	-	-	-	1 871
Finibanco Angola, S.A.	144	16 338	-	-	-	-
Finipredial – Fundo de investimento Imobiliário Aberto	-	-	-	-	34 553	25
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	-	-	-	-	20 689	-
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	-	-	-	-	1 152	-
Iberpartners Cafés S.G.P.S., S.A.	-	-	-	-	1 622	-
Lestinvest, S.G.P.S., S.A.	-	-	-	-	53 977	-
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	-	-	-	-	1	-
Montepio Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A.	-	97 002	6 129	1 469	175 807	-
Montepio Geral Associação Mutualista	-	-	-	-	3	-
Montepio Holding, S.G.P.S., S.A.	-	-	-	-	133 975	9
Montepio Imóveis – Sociedade Imobiliária de Serviços Auxiliares, S.A.	-	-	-	-	13 591	-
Montepio Investimento, S.A.	-	200 000	-	-	-	6 981
Montepio Valor – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	-	-	-	-	-	173
Nebra, Energias Renovables, SL	-	-	-	-	1 756	-
Nova Câmbios, S.A.	-	-	-	-	2 077	-
PEF – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	-	-	-	-	40	-
Polaris – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	-	-	-	-	5 603	-
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.	-	-	-	-	752	-
	144	317 041	6 129	1 469	445 841	9 059

À data de 31 de Dezembro de 2014, os créditos detidos pela CEMG sobre partes relacionadas, representadas ou não por títulos, incluídos nas rubricas Recursos de outras instituições de crédito, Recursos de clientes, Responsabilidades representadas por títulos, Outros passivos subordinados e Outros passivos são apresentados como segue:

(milhares de Euros)

Empresas	Dez 2014			
	Recursos de outras instituições de crédito	Recursos de clientes	Responsabilidades representadas por títulos e outros passivos subordinados	Outros passivos
Conselho de Administração Executivo (até 7 de Agosto de 2015)	-	519	-	-
Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (I.F.I.)	564 084	-	-	-
Bolsimo – Gestão de Ativos, S.A.	-	3 265	-	-
Carteira Imobiliária – FEIIA	-	857	-	32 662
Finibanco Angola, S.A.	33	-	-	-
Finibanco Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.	-	2 881	1 000	-
Finipredial – Fundo de investimento Imobiliário Aberto	-	1 404	-	-
Fundação Montepio Geral	-	1 092	18	-
Fundo de Pensões Montepio	-	43 478	6 448	-
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	-	3 087	-	-
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	-	642	-	-
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	-	10	-	-
Lestinvest, S.G.P.S., S.A.	-	21	-	-
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	-	62 401	48 050	-
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	-	23 328	13 749	-
Montepio - Capital de Risco, Sociedade Capital de Risco, S.	-	224	-	-
Montepio Arrendamento – FIIAH	-	7 340	-	-
Montepio Arrendamento II – FIIAH	-	175 197	-	-
Montepio Arrendamento III – FIIAH	-	145 827	-	-
Montepio Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A.	-	2	-	442
Montepio Geral Associação Mutualista	-	635 396	1 493 403	10 748
Montepio Geral Investimentos Imobiliários, S.A.	-	8	-	-
Montepio Gestão de Ativos – S.G.F.I., S.A.	-	1 788	-	-
Montepio Gestão de Ativos Imobiliários, ACE	-	1 730	-	-
Montepio Holding, S.G.P.S., S.A.	-	2 732	26 060	-
Montepio Imóveis – Sociedade Imobiliária	-	393	-	-
Montepio Investimento, S.A.	6 740	-	-	-
Montepio Mediação – Sociedade Mediadora	-	509	-	-
Montepio Recuperação de Crédito, ACE	-	35	-	2 148
Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A.	-	4 919	-	-
Montepio Valor – Sociedade Gestora	-	10 375	-	-
N Seguros, S.A.	-	336	4 720	-
Nova Câmbios, S.A.	-	1 074	302	-
PEF – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	-	2	-	-
Polaris – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	-	15	-	-
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.	-	202	-	-
SIBS – S.G.P.S., S.A.	-	2 804	-	-
Silvip, S.A.	-	2 006	-	-
	570 857	1 135 899	1 593 750	46 000

À data de 30 de Junho de 2015, os proveitos e custos da CEMG sobre partes relacionadas, incluídos nas rubricas Juros e rendimentos similares, Juros e encargos similares, Rendimentos e encargos com comissões, Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados, Outros resultados de exploração e Gastos gerais administrativos, são analisados como segue:

Empresas	Jun 2015		
	Juros e rendimentos similares	Juros e encargos similares	Comissões e outros resultados
Conselho de Administração Executivo	-	3	-
Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (I.F.I.)	20	11 070	43
Finibanco Angola, S.A.	221	-	685
Finipredial – Fundo de investimento Imobiliário Aberto	101	-	709
Fundo de Capital de Risco Montepio Crescimento	-	8	-
Fundo de Pensões Montepio	-	231	1
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	-	25	5
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	68	-	1
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	45	-	2
Iberpartners Cafés S.G.P.S., S.A.	(12)	-	-
Lestinvest, S.G.P.S., S.A.	880	-	1
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	-	410	-
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	5	196	65
Montepio Arrendamento – FIIAH	-	25	109
Montepio Arrendamento II – FIIAH	-	884	237
Montepio Arrendamento III – FIIAH	-	793	237
Montepio Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A.	4 848	47	3 148
Montepio Geral Associação Mutualista	-	35 493	21 716
Montepio Gestão de Activos – S.G.F.I., S.A.	(1)	13	3
Montepio Gestão de Activos Imobiliários, ACE	-	-	778
Montepio Holding, S.G.P.S., S.A.	2 791	-	-
Montepio Imóveis – Sociedade Imobiliária de Serviços Auxiliares, S.A.	240	-	(1)
Montepio Investimento, S.A.	35	-	986
Montepio Mediação – Sociedade Mediadora de Seguros, S.A.	-	1	-
Montepio Recuperação de Crédito, ACE	-	-	14 424
Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A.	-	-	48
Montepio Valor – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	-	87	1 432
N Seguros, S.A.	-	-	4
Nova Câmbios, S.A.	50	-	53
PEF – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	1	-	6
Polaris – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	120	-	2
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.	11	-	35
SIBS – S.G.P.S., S.A.	-	11	1
Silvip, S.A.	-	11	-
	9 423	49 308	44 730

À data de 30 de Junho de 2014, os proveitos e custos da CEMG sobre partes relacionadas, incluídos nas rubricas Juros e encargos similares, Juros e rendimentos similares e Comissões e outros resultados, são analisados como segue:

(milhares de Euros)

Empresas	Jun 2014		
	Juros e rendimentos similares	Juros e encargos similares	Comissões e outros resultados
Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Soc. Unipessoal, S.A. (IFI)	-	-	22
Finibanco Angola, S.A.	-	5	256
Finibanco Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.	2	107	45
Finipredial – Fundo de investimento Imobiliário Aberto	1 423	2	-
Fundação Montepio Geral	-	3	-
Fundo de Pensões CEMG - Gerido pela Futuro	31	2 507	2
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	4	50	-
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	102	-	-
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	2	-	-
Iberpartners Cafés S.G.P.S., S.A.	62	-	3
MG Investimentos Imobiliários, S.A.	-	-	1
Montepio Arrendamento – FIIAH	262	209	-
Montepio Arrendamento II – FIIAH	4	59	-
Montepio Arrendamento III – FIIAH	8	109	-
Montepio Crédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	4 292	-	202
Montepio Geral Associação Mutualista	385	36 392	2 916
Montepio Gestão de Activos – S.G.F.I., S.A.	-	20	2
Montepio Gestão de Activos Imobiliários, ACE			157
Montepio Holding, S.G.P.S., S.A.	2 441	6	83
Montepio Imóveis – Sociedade Imobiliária de Serviços Auxiliares, S.A.	3 517	2	-
Montepio Investimento, S.A.	290	8	198
Montepio Recuperação de Crédito, ACE	-	-	3 474
Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A.	354	985	473
Montepio Valor – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	1	128	422
N Seguros, S.A.	1	58	21
NEBRA, Energias Renovables, S.L.	56	-	17
Nova Câmbios, S.A.	68	-	19
Nutre S.G.P.S., S.A.	230	-	-
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.	62	1	82
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	-	45	-
	<u>13 597</u>	<u>40 696</u>	<u>8 395</u>

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão, bem como as transacções efectuadas com os mesmos, constam na nota 11.

Todas as transacções efectuadas com partes relacionadas são realizadas a preços normais de mercado, obedecendo ao princípio do justo valor.

Durante o primeiro semestre de 2015 e o exercício de 2014, não se efectuaram transacções com o fundo de pensões da CEMG.

49 Securitização de activos

Em 31 de Dezembro de 2014, existem nove operações de titularização, das quais oito foram originadas na CEMG, e duas no Grupo Montepio Holding (anteriormente designado Grupo Finibanco Holding), agora integradas na CEMG na sequência do sucesso da Oferta Pública de Aquisição Geral e Voluntária sobre as acções representativas do capital social do Montepio Holding, S.G.P.S., S.A. (anteriormente designada Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A.) e da transmissão da quase totalidade dos activos e passivos (trespasse) para a CEMG, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 a).

Apresentamos nos parágrafos seguintes alguns detalhes adicionais dessas operações de titularização.

Em 19 de Dezembro de 2002, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com um *Special Purpose Vehicle* (“SPV”) – *Pelican Mortgages No. 1 PLC* – sediado em Dublin, um contrato de titularização de créditos hipotecários. O prazo total da operação é de 35 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em 650.000 milhares de Euros. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,016% do par.

Em 29 de Setembro de 2003, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com um *Special Purpose Vehicle* (“SPV”) – *Pelican Mortgages No. 2 PLC* – sediado em Dublin, um contrato de titularização de créditos hipotecários. O prazo total da operação é de 33 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em 700.000 milhares de Euros. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,0286% do par.

Em 30 de Março de 2007, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos hipotecários *Pelican Mortgages No. 3*. O prazo total da operação é de 47 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em 750.000 milhares de Euros. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,0165% do par.

Em 20 de Maio de 2008, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos hipotecários *Pelican Mortgages No. 4*. O prazo total da operação é de 48 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em 1.000.000 milhares de Euros. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,083% do par.

Em 9 de Dezembro de 2008, o Montepio Investimento, S.A. vendeu uma carteira de créditos hipotecários à Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., no montante total de 233.000 milhares de Euros (*Aqua Mortgages No. 1*). O prazo total da operação é de 55 anos, com um *revolving period* de 2 anos.

Em 25 de Março de 2009, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos hipotecários *Pelican Mortgages No. 5*. O prazo total da operação é de 52 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em 1.000.000 milhares de Euros. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,0564% do par.

Em 5 de Março de 2012, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos hipotecários *Pelican Mortgages No. 6*. O prazo total da operação é de 51 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em 1.040.200 milhares de Euros. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,1083% das *Asset Backed Notes*.

Em 7 de Maio de 2014, a Caixa Económica Montepio Geral e o Montepio Crédito celebraram com a Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de cedência de créditos ao consumo por si originados no âmbito de uma operação de titularização de créditos (*Pelican Finance No. 1*). O prazo total da operação é de 14 anos, com *revolving period* de 18 meses e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em 294.000 milhares de Euros. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,1871%.

Em 5 de Março de 2015, a Caixa Económica Montepio celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos de pequenas e médias empresas *Pelican SME No. 2*. O prazo total da operação é de 28 anos, com *revolving period* de 24 meses e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em 1.124.300 milhares de Euros. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,0889% das *Asset Backed Notes*.

A entidade que garante o serviço da dívida (*servicer*) das operações de titularização tradicionais é a Caixa Económica Montepio Geral, assumindo a cobrança dos créditos cedidos e canalizando os valores recebidos, por via da efectivação do respectivo depósito, para as Sociedades Gestoras de Fundos de Titularização de Créditos (*Pelican Mortgages No. 1, Pelican Mortgages No.2*) e para as Sociedades de Titularização de Créditos (*Pelican Mortgages No. 3, Pelican Mortgages No. 4, Pelican Mortgages No. 5, Pelican Mortgages No. 6, Aqua Mortgages No. 1, Pelican Finance No. 1 e Pelican SME No. 2*).

Até 31 de Dezembro de 2004, de acordo com os princípios contabilísticos definidos pelo Banco de Portugal, os activos, créditos e títulos cedidos pela CEMG no âmbito das referidas operações de titularização foram desreconhecidos. Os títulos adquiridos no âmbito destas operações foram contabilizados como títulos de investimento e provisionados de acordo com as regras definidas pelo Aviso n.º 27/2000 do Banco de Portugal.

Em conformidade com a IFRS 1, o critério de desreconhecimento seguido nas demonstrações financeiras consolidadas da CEMG, não sofreu alterações para todas as operações realizadas até 1 de Janeiro de 2004. Todas as operações efectuadas a partir desta data terão que ser analisadas no âmbito das regras de desreconhecimento de acordo com a IAS 39, segundo o qual, se forem transferidos uma parte substancial dos riscos e benefícios associados aos activos ou se for transferido o controlo sobre os referidos activos, estes activos deverão ser desreconhecidos.

À data de 30 de Junho de 2015, as operações de titularização efectuadas pela CEMG são apresentadas como segue:

(milhares de Euros)

Emissão	Data de início	Moeda	Activo cedido	Montante inicial
<i>Pelican Mortgages No. 1</i>	Dezembro de 2002	Euro	Crédito à habitação	653 250
<i>Pelican Mortgages No. 2</i>	Setembro de 2003	Euro	Crédito à habitação	705 600
<i>Pelican Mortgages No. 3</i>	Março de 2007	Euro	Crédito à habitação	762 375
<i>Pelican Mortgages No. 4</i>	Maio de 2008	Euro	Crédito à habitação	1 028 600
<i>Aqua Mortgage No. 1</i>	Dezembro de 2008	Euro	Crédito à habitação	236 500
<i>Pelican Mortgages No. 5</i>	Março de 2009	Euro	Crédito à habitação	1 027 500
<i>Pelican Mortgages No. 6</i>	Fevereiro de 2012	Euro	Crédito à habitação	1 107 000
<i>Pelican Finance No. 1</i>	Maio de 2014	Euro	Crédito ao consumo	185 300
<i>Pelican SME No. 2</i>	Março de 2015	Euro	Pequenas empresas	1 124 300
				<u>6 830 425</u>

O impacto das cedências de crédito no âmbito das operações de securitização, no activo da CEMG, na rubrica Crédito a clientes, pode ser analisado como segue:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Dez 2014
<i>Pelican Mortgages No.1</i>	59 106	63 656
<i>Pelican Mortgages No.2</i>	121 984	128 314
	<u>181 090</u>	<u>191 970</u>

Os títulos emitidos pelos veículos de titularização podem ser analisados, à data de 30 de Junho de 2015, como segue:

Emissão	Obrigações	Valor nominal inicial Euros	Valor nominal actual Euros	Interesse retido pela CEMG (valor nominal) Euros	Data de reembolso	Rating das obrigações (inicial)				Rating das obrigações (actual)			
						Fitch	Moody's	S&P	DBRS	Fitch	Moody's	S&P	DBRS
<i>Pelican Mortgages No 1</i>	Class A	611 000 000	15 811 777	6 354 989	2037	AAA	Aaa	n.a.	n.a.	A+	A1	n.a.	n.a.
	Class B	16 250 000	16 250 000	-	2037	AAA	A2	n.a.	n.a.	A+	A1	n.a.	n.a.
	Class C	22 750 000	22 750 000	-	2037	BBB+	Baa2	n.a.	n.a.	A	Baa1	n.a.	n.a.
	Class D	3 250 000	3 250 000	3 250 000	2037	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
<i>Pelican Mortgages No 2</i>	Class A	659 750 000	80 212 047	33 612 946	2036	AAA	Aaa	AAA	n.a.	A+	A1	A	n.a.
	Class B	17 500 000	17 500 000	10 360 000	2036	AA+	A1	AA-	n.a.	A+	A1	BBB+	n.a.
	Class C	22 750 000	22 750 000	8 600 000	2036	A-	Baa2	BBB	n.a.	BBB+	Ba2	BB	n.a.
	Class D	5 600 000	5 600 000	5 600 000	2036	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
<i>Pelican Mortgages No 3</i>	Class A	717 375 000	272 400 368	132 097 139	2054	AAA	Aaa	AAA	n.a.	BBB+	Baa3	BBB+	n.a.
	Class B	14 250 000	7 032 992	6 761 543	2054	AA-	Aa2	AA-	n.a.	BBB-	B1	BB	n.a.
	Class C	12 000 000	5 922 519	5 709 309	2054	A	A3	A	n.a.	BB	B3	BB	n.a.
	Class D	6 375 000	3 146 338	3 146 338	2054	BBB	Baa3	BBB	n.a.	B	Caa2	B+	n.a.
	Class E	8 250 000	-	-	2054	BBB-	n.a.	BBB-	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Class F	4 125 000	4 125 000	4 125 000	2054	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
<i>Pelican Mortgages No 4</i>	Class A	832 000 000	577 165 702	577 165 702	2056	AAA	n.a.	n.a.	AAA	A	n.a.	n.a.	A
	Class B	55 500 000	51 092 869	51 092 869	2056	AA	n.a.	n.a.	n.a.	A-	n.a.	n.a.	n.a.
	Class C	60 000 000	55 235 535	55 235 535	2056	A-	n.a.	n.a.	n.a.	BB	n.a.	n.a.	n.a.
	Class D	25 000 000	23 014 806	23 014 806	2056	BBB	n.a.	n.a.	n.a.	B+	n.a.	n.a.	n.a.
	Class E	27 500 000	25 316 287	25 316 287	2056	BB	n.a.	n.a.	n.a.	B	n.a.	n.a.	n.a.
	Class F	28 600 000	28 600 000	28 600 000	2056	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
<i>Pelican Mortgages No 5</i>	Class A	750 000 000	510 767 234	510 767 234	2061	AAA	n.a.	n.a.	n.a.	A+	n.a.	n.a.	AAH
	Class B	195 000 000	178 889 661	178 889 661	2061	BBB-	n.a.	n.a.	n.a.	BBB	n.a.	n.a.	n.a.
	Class C	27 500 000	25 228 029	25 228 029	2061	B	n.a.	n.a.	n.a.	BB	n.a.	n.a.	n.a.
	Class D	27 500 000	25 228 029	25 228 029	2061	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Class E	4 500 000	199 149	199 149	2061	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Class F	23 000 000	23 000 000	23 000 000	2061	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
<i>Pelican Mortgages No 6</i>	Class A	750 000 000	644 172 553	644 172 553	2063	A	n.a.	A-	AA	A+	n.a.	A-	AA
	Class B	250 000 000	250 000 000	250 000 000	2063	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Class C	1 800 000	-	-	2063	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Class D	65 000 000	65 000 000	65 000 000	2063	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Class S	40 200 000	40 200 000	40 200 000	2063	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
<i>Aqua Mortgage No 1</i>	Class A	203 176 000	119 554 361	119 554 361	2063	n.a.	n.a.	AAA	n.a.	n.a.	n.a.	A	AAH
	Class B	29 824 000	28 980 484	28 980 484	2063	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Class C	3 500 000	3 500 000	3 500 000	2063	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
<i>Pelican Finance No 1</i>	Class A	121 800 000	121 800 000	121 800 000	2028	A	n.a.	n.a.	A	A	n.a.	n.a.	A
	Class B	54 700 000	54 700 000	54 700 000	2028	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Class C	8 800 000	8 800 000	8 800 000	2028	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
<i>Pelican SME No 2</i>	Class A	545 900 000	545 900 000	545 900 000	2043	A+	n.a.	n.a.	A L	A+	n.a.	A-	A L
	Class B	76 400 000	76 400 000	76 400 000	2043	A	n.a.	n.a.	n.a.	A	n.a.	n.a.	n.a.
	Class C	87 300 000	87 300 000	87 300 000	2043	BBB	n.a.	n.a.	n.a.	BBB	n.a.	n.a.	n.a.
	Class D	398 500 000	398 500 000	398 500 000	2043	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Class S	16 200 000	18 100 000	18 100 000	2043	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

50 Gestão de riscos

A CEMG está sujeita a riscos de diversa ordem no âmbito do desenvolvimento da sua actividade.

A política de gestão de risco da CEMG visa a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a actividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por linha de negócio.

Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos financeiros - crédito, mercados, liquidez e operacional - a que se encontra sujeita a actividade da CEMG.

A Direcção de Risco (DRI) tem como missão apoiar o Conselho de Administração Executivo, na tomada de decisões associadas à gestão dos diferentes tipos de risco inerentes à actividade, no seio da CEMG. A DRI contempla três departamentos e um núcleo:

- Departamento de Modelização de Riscos: responsável pelo desenvolvimento e integração nos processos de decisão dos modelos internos de análise de risco de crédito, e reportes internos sobre risco de crédito;
- Departamento de Riscos Globais: assegura a análise e reporte prudencial dos riscos de liquidez, de mercado, de taxa de juro e de solvabilidade, assim como a respectiva integração nos processos de decisão;
- Departamento de Riscos de Negócio: responsável pela definição das políticas de análise e concessão de crédito e pela operacionalização do sistema de gestão e medição do risco operacional e do ciclo de gestão de continuidade de negócio; e
- Núcleo de *Rating* de Empresas: responsável pela integração das demonstrações financeiras nas aplicações informáticas da Instituição, pela classificação de risco dos clientes dos segmentos de empresas e negócios e por desenvolver e aplicar metodologias de atribuição de limites de exposição a empresas.

Esta Direcção assegura a análise e gestão dos riscos de Mercado, de Liquidez, de Taxa de Juro, de Crédito e Operacional, prestando aconselhamento ao Conselho de Administração Executivo, designadamente através da proposta de normativos e de modelos de gestão dos diferentes riscos, da elaboração de reportes de gestão que servem de base à tomada de decisão e da realização do Comité de Risco e do Comité de Controlo Interno.

A DRI assegura igualmente o cumprimento de um conjunto de reportes prudenciais à autoridade de supervisão, designadamente no domínio dos requisitos de fundos próprios, controlo de grandes riscos e financiamentos a partes relacionadas, risco de liquidez, risco de taxa de juro, risco-país, risco de contraparte, auto-avaliação da adequação de Fundos Próprios, Disciplina de Mercado, Plano de Recuperação e Plano de Resolução.

Ainda no âmbito da gestão de riscos, a DRI:

- Define e propõe a adopção de normativos e outros instrumentos de apoio à decisão de crédito, nomeadamente propondo o ajustamento das Normas de Concessão de Crédito, em função da evolução da actividade, das condições de mercado e da prática da concorrência;

- Concebe, desenvolve e monitoriza o desempenho de modelos de *scoring* e *rating* internos, na originação de crédito, bem como de sistemas de acompanhamento de risco de crédito;
- Propõe princípios orientadores e medidas de intervenção por carteira de crédito, segmento de cliente, sector de actividade e linha de crédito, bem como ajustamento do preço das operações de crédito ao risco, em obediência às linhas de orientação estratégica definidas;
- Emite pareceres sobre normas de procedimentos, novos produtos de crédito, linhas de financiamento e sobre a revisão dos existentes;
- Desenvolve sistemas de acompanhamento de Crédito, nomeadamente *scoring* comportamental para particulares e *watchlist* para empresas, e efectua a sua monitorização;
- Desenvolve sistemas de classificação de risco de particulares e negócios (*scorings* reactivos e comportamentais) e empresas (*ratings* internos);
- Integra os sistemas internos de avaliação do risco operacional adaptados às exigências de Supervisão;
- Fornece informação para apoio à decisão quanto à definição e implementação de estratégias de gestão dos riscos e definição do regulamento da Sala, atendendo às decisões tomadas no âmbito do Órgão de Gestão de Activos e Passivos e às perspectivas de evolução dos mercados de activos relevantes para a actividade das entidades da CEMG e prestar apoio técnico, quando solicitado;
- Disponibiliza informação sobre a análise de risco da CEMG, bem como sobre a evolução dos mercados de activos onde se concentram os seus principais riscos, para apresentação a agências de Rating, a investidores institucionais, auditores externos, autoridades de supervisão e inclusão nos Relatórios e Contas;
- Produz análises estatísticas sobre o risco de crédito de carteiras a integrar em operações de titularização, incidindo nomeadamente sobre frequências relativas de incumprimento e severidade de perda.

Adicionalmente, no âmbito da gestão do risco de crédito, a Direcção de Análise de Crédito assegura a apreciação das propostas de crédito de empresas e particulares.

Em particular, foram desenvolvidos os reportes previstos nos Pilar II - Adequação de Capital, e Pilar III - Disciplina de Mercado. Ao abrigo do Pilar II foram reportados ao Banco de Portugal os relatórios do Processo de Auto-Avaliação do Capital Interno ("ICAAP") e de Risco de Concentração, conforme Instrução n.º 5/2011 de 15 de Março do Banco de Portugal. Ao nível do Risco de Concentração verifica-se uma evolução adequada nos principais tipos de concentração - Sectorial, Individual e Geográfica, com destaque para a redução progressiva no sector da construção. No âmbito do Pilar III, foi divulgado publicamente o relatório de Disciplina de Mercado, detalhando os tipos e níveis de risco incorridos na actividade, bem como os processos, estrutura e organização da gestão de risco.

A CEMG apesar de já implementar a legislação do Regulamento nº 575/2013 do Parlamento Europeu – usualmente designada por Basileia III – mantém o acompanhamento das recomendações do Comité de Basileia ao nível da legislação prudencial de Basileia III, nomeadamente no que se refere a níveis de liquidez, avaliação dos fundos próprios e apuramento dos requisitos de capital. Nesse sentido, a CEMG mantém a sua participação regular em Estudos de Impacto Quantitativo (QIS) de Basileia III, bem como nos estudos de impacto da CRR/ CRD IV desenvolvidos pelo Banco de Portugal de acordo com as orientações da *European Bank Association* (EBA). Estas participações permitem à CEMG acompanhar e antecipar os eventuais impactos da adopção/modificação de novas normas regulamentares, quer ao nível da liquidez, quer ao nível do capital prudencial.

Principais Tipos de Risco

Crédito – O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza dos retornos esperados, por incapacidade quer do tomador do empréstimo (e do seu garante, se existir), quer do emissor de um título ou da contraparte de um contrato em cumprir com as suas obrigações.

Mercado – O conceito de risco de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre eles, quer as respectivas volatilidades.

Liquidez – O risco de liquidez reflecte a incapacidade da CEMG cumprir com as suas obrigações no momento do respectivo vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus activos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado).

Imobiliário - O risco imobiliário resulta de possíveis impactos negativos nos resultados ou nível de capital da CEMG, devido a oscilações no preço de mercado dos bens imobiliários.

Operacional – Como risco operacional entende-se a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

Organização Interna

O Conselho de Administração Executivo, no exercício das suas funções, é responsável pela estratégia e pelas políticas a adoptar relativamente à gestão dos riscos, sendo, nesta função, assessorado pela DRI, que analisa e assegura a gestão dos riscos, numa óptica de grupo, incluindo a coordenação do Comité de Riscos e o reporte ao nível do Comité de Activos e Passivos (“ALCO”) e do Comité de Controlo Interno.

A função de auditoria interna, assegurada pela Direcção de Auditoria e Inspecção, constitui parte integrante do processo de monitorização do sistema de controlo interno, executando avaliações autónomas complementares sobre os controlos efectuados, identificando eventuais deficiências e recomendações, as quais são documentadas e reportadas ao órgão de administração.

Incluem-se nas funções da Direcção de Auditoria e Inspecção a realização de auditorias aos processos de Gestão de Risco, de acordo com as orientações dadas pelas entidades de supervisão, incluindo a revisão independente dos modelos internos de avaliação do risco (*Independent Review Function*) e do cálculo dos requisitos mínimos de fundos próprios para cobertura de riscos. Com base nos resultados das auditorias realizadas são recomendadas medidas e efectuado de forma contínua o acompanhamento das mesmas no sentido de garantir que as medidas necessárias são tomadas e que as mesmas são geridas adequadamente.

A função de *compliance* (“controlo de cumprimento”), exercida pelo Gabinete de *Compliance* na dependência do Conselho de Administração Executivo, assume como principal responsabilidade a gestão do risco de *compliance*, o qual se traduz no risco de ocorrerem sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação em consequência da falha no cumprimento da aplicação de leis, regulamentos, código de conduta e das boas práticas bancárias.

O risco de *compliance* é mitigado através da promoção de uma cultura de *compliance*, de promoção do respeito da CEMG e dos seus colaboradores por todo o normativo aplicável através de uma intervenção independente, em conjunto com todas as unidades orgânicas.

Compete à função de *compliance* definir os respectivos procedimentos e mecanismos de controlo de conformidade e efectuar a respectiva monitorização, prestando de forma imediata ao Conselho de Administração Executivo a informação sobre quaisquer indícios de violação de obrigações legais, de

regras de conduta e de relacionamento com clientes ou de outros deveres que possam fazer incorrer a instituição ou os seus colaboradores num ilícito de natureza contra-ordenacional.

Consoante a natureza e relevância do risco, são elaborados planos, programas ou acções, apoiados por sistemas de informação, e definidos procedimentos, que proporcionam um elevado grau de fiabilidade relativamente às medidas de gestão de risco oportunamente definidas.

Avaliação de riscos

Risco de Crédito - Retalho

Os modelos de risco de crédito desempenham um papel essencial no processo de decisão de crédito. Assim, o processo de decisão de operações da carteira de crédito baseia-se num conjunto de políticas recorrendo a modelos de *scoring* para as carteiras de clientes Particulares e Negócios e de *rating* para o segmento de Empresas.

As decisões de crédito dependem das classificações de risco e do cumprimento de diversas regras sobre a capacidade financeira e o comportamento dos proponentes. Existem modelos de *scoring* reactivo para as principais carteiras de crédito a particulares, designadamente crédito à habitação e crédito individual, contemplando a necessária segmentação entre clientes e não clientes (ou clientes recentes). Encontram-se em revisão os modelos de *scoring* reactivo de cartões de crédito. Ainda no âmbito do crédito a particulares, a actuação comercial e a análise de risco são apoiadas complementarmente por *scorings* comportamentais.

No domínio do crédito a empresas, são utilizados modelos de *rating* interno para empresas de média e grande dimensão, diferenciando o sector da construção e o terceiro sector dos restantes sectores de actividade, enquanto que para clientes Empresários em nome individual (“ENI’s”) e Microempresas é aplicado o modelo de *scoring* de Negócios.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição da CEMG ao risco de crédito:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Dez 2014
Disponibilidades em outras instituições de crédito	58 886	54 868
Aplicações em instituições de crédito	538 847	780 988
Crédito a clientes	14 255 064	14 655 838
Activos financeiros detidos para negociação	73 028	77 438
Activos financeiros disponíveis para venda	7 122 178	6 033 344
Derivados de cobertura	32	60
Investimentos detidos até à maturidade	17 651	17 333
Outros activos	269 638	198 719
Garantias e avales prestados	452 585	434 475
Créditos documentários	36 663	16 648
Compromissos irrevogáveis	713 635	723 199
	<u>23 538 207</u>	<u>22 992 910</u>

A repartição por sectores de actividade da exposição ao risco de crédito, para o período findo em 30 de Junho de 2015, encontra-se apresentada como segue:

(milhares de Euros)

Sector de actividade	Jun 2015						
	Crédito a clientes		Activos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros disponíveis para venda		Investimentos detidos até à maturidade	Garantias e avales prestados e créditos documentários
	Valor bruto	Imparidade	Valor de Balanço	Valor bruto	Imparidade	Valor de Balanço	Valor de Balanço
Agricultura, silvicultura e pesca	151 130	(12 176)	-	-	-	-	2 920
Indústrias extractivas	16 072	(1 321)	-	2 314	-	-	1 647
Indústrias alimentares, das bebidas e tabaco	220 860	(19 555)	-	10 524	-	-	2 984
Têxteis e vestuário	99 492	(13 495)	-	-	-	-	1 377
Curtumes e calçado	42 647	(4 561)	-	-	-	-	62
Madeira e cortiça	50 599	(8 036)	-	-	-	-	1 128
Papel e indústrias gráficas	107 596	(9 753)	-	-	-	-	418
Refinação de petróleo	86	-	-	98 382	-	-	-
Produtos químicos e de borracha	138 049	(7 188)	-	-	-	-	2 236
Produtos minerais não metálicos	65 764	(5 466)	-	-	-	-	2 476
Indústrias metalúrgicas de base e p. metálicos	162 520	(20 083)	-	63 995	-	-	10 156
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	46 733	(3 312)	-	-	-	-	919
Fabricação de material de transporte	37 449	(5 918)	-	2 233	-	-	772
Outras indústrias transformadoras	53 150	(6 939)	-	67 050	-	-	1 359
Electricidade, gás e água	138 324	(1 703)	-	330 468	-	-	1 102
Construção e obras públicas	1 424 945	(378 167)	-	21 273	(998)	-	187 685
Comércio por grosso e a retalho	1 285 303	(189 290)	-	5 273	-	-	71 639
Turismo	408 910	(33 907)	-	-	-	-	7 928
Transportes	430 497	(141 462)	-	30 070	-	-	9 216
Actividades de informação e comunicação	74 702	(7 420)	-	46 788	-	-	4 294
Actividades financeiras	1 340 223	(228 304)	30 056	790 258	(8 736)	-	133 303
Actividades imobiliárias	788 524	(209 132)	-	520	-	-	20 201
Serviços prestados às empresas	532 647	(49 103)	514	2 978	-	-	10 651
Administração e serviços públicos	139 060	(3 172)	42 458	1 941 181	(11 171)	17 651	419
Outras actividades de serviços colectivos	476 138	(17 618)	-	-	-	-	7 622
Crédito à habitação	7 528 485	(198 421)	-	3 634 084	(36 883)	-	5 707
Outros	22 131	(4 249)	-	132 575	-	-	1 027
Total	15 782 036	(1 579 751)	73 028	7 179 966	(57 788)	17 651	489 248

^(a) inclui a provisão para imparidade no montante de 1 469 751 milhares de euros (ver nota 21) e a provisão para riscos gerais de crédito no montante de 109 779 milhares de euros (ver nota 37).

A repartição por sectores de actividade da exposição ao risco de crédito, para o exercício findo em 2014, encontra-se apresentada como segue:

(milhares de Euros)

Sector de actividade	Dez 2014						
	Crédito a clientes		Activos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros disponíveis para venda		Investimentos detidos até à maturidade	Garantias e avales prestados e créditos documentários
	Valor bruto	Imparidade ^(a)	Valor de Balanço	Valor bruto	Imparidade	Valor de Balanço	Valor de Balanço
Agricultura, silvicultura e pesca	134 726	(9 536)	-	-	-	-	3 187
Indústrias extractivas	35 046	(1 452)	-	8 215	-	-	1 750
Indústrias alimentares, das bebidas e tabaco	227 926	(18 253)	-	13 014	-	-	3 316
Têxteis e vestuário	88 421	(10 914)	-	-	-	-	1 782
Curtumes e calçado	37 567	(4 367)	-	-	-	-	107
Madeira e cortiça	49 766	(9 544)	-	-	-	-	1 176
Papel e indústrias gráficas	91 852	(7 718)	-	-	-	-	521
Refinação de petróleo	92	(1)	-	72 937	-	-	-
Produtos químicos e de borracha	128 979	(6 204)	-	389	-	-	2 064
Produtos minerais não metálicos	57 784	(4 828)	-	-	-	-	2 584
Indústrias metalúrgicas de base e p. metálicos	157 938	(16 088)	-	63 886	-	-	11 194
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	45 191	(3 223)	-	-	-	-	1 553
Fabricação de material de transporte	34 518	(5 501)	-	2 212	-	-	677
Outras indústrias transformadoras	47 428	(6 635)	-	67 563	-	-	2 003
Electricidade, gás e água	135 753	(3 383)	-	328 486	-	-	1 081
Construção e obras públicas	1 558 317	(387 856)	115	21 274	(997)	-	194 507
Comércio por grosso e a retalho	1 203 018	(176 708)	-	5 311	-	-	79 300
Turismo	393 771	(72 841)	-	543	-	-	8 905
Transportes	430 074	(87 462)	-	59 392	-	-	15 386
Actividades de informação e comunicação	68 380	(7 684)	-	65 210	-	-	1 234
Actividades financeiras	1 477 387	(174 320)	76 790	545 008	(22 548)	-	70 840
Actividades imobiliárias	777 541	(181 077)	-	541	-	-	19 249
Serviços prestados às empresas	586 470	(43 286)	533	-	-	-	11 237
Administração e serviços públicos	140 174	(2 931)	-	1 773 047	(8 834)	17 333	541
Outras actividades de serviços colectivos	487 827	(16 626)	-	-	-	-	8 247
Crédito à habitação	7 576 392	(187 799)	-	2 947 066	(43 835)	-	7 575
Outros	21 246	(4 804)	-	135 464	-	-	1 107
Total	15 993 584	(1 451 041)	77 438	6 109 558	(76 214)	17 333	451 123

^(a) inclui a provisão para imparidade no montante de 1 333 746 milhares de euros (ver nota 21) e a provisão para riscos gerais de crédito no montante de 113 295 milhares de euros (ver nota 38).

No que respeita a risco de crédito, a carteira de activos financeiros mantém a sua posição predominantemente em obrigações de emitentes soberanos, essencialmente da República Portuguesa.

Durante o ano 2014 ocorreu a liquidação dos *credit default swaps* em carteira, por vencimento de diversos contratos, com as posições de compra e de venda de proteção a liquidarem 9.000 milhares de Euros. Em junho de 2015 não existia na CEMG qualquer posição em *credit default swaps*.

Ao nível da qualidade do crédito, observou-se uma subida do nível médio das contrapartes, por redução de exposição à República Portuguesa, atenuada em parte por aumentos de exposição aos soberanos Itália e Espanha com qualidade de crédito superior ao português.

Riscos Globais e em Activos Financeiros

A gestão eficaz do balanço envolve também o Comité de Activos e Passivos (“ALCO”), comité onde se procede à análise dos riscos de taxa de juro, liquidez e cambial, designadamente no tocante à observância dos limites definidos para os *gaps* estáticos e dinâmicos calculados.

Tipicamente, são observados *gaps* estáticos positivos de taxa de juro e *mismatches* dinâmicos de liquidez positivos. Ao nível do risco cambial, procede-se, em regra, à aplicação dos recursos captados nas diversas moedas, através de activos no mercado monetário respectivo e por prazos não superiores aos dos recursos, pelo que os *gaps* cambiais existentes decorrem essencialmente de eventuais desajustamentos entre os prazos das aplicações e dos recursos.

No que respeita a informação e análise de risco, é assegurado o reporte regular sobre os riscos de crédito e de mercado das carteiras de activos financeiros próprias da CEMG. Ao nível das carteiras próprias, encontram-se definidos diversos limites de risco, utilizando-se para o efeito a metodologia de *Value-at-Risk* (“VaR”). Existem diferentes limites de exposição incluindo limites globais de VaR, por Emitente, por tipo/classe de activo e *rating*. São ainda definidos limites de *Stop Loss*. A carteira de investimento está principalmente concentrada em obrigações, que em Junho de 2015 representavam 86,21% (31 de Dezembro de 2014: 87,40%) do total da carteira.

A CEMG calcula de forma regular o VaR da sua carteira de negociação sendo calculado considerando um horizonte temporal de 10 dias úteis e um nível de significância de 99%, pelo método da simulação histórica.

Apresentam-se seguidamente os principais indicadores destas medidas, durante o período findo em 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014:

(milhares de Euros)

	Jun 2015				Dez 2014			
	Junho	Média anual	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo
Gap de taxa de juro	(2382 684)	(2382 684)	(2382 684)	(2382 684)	(1 565 700)	(1 266 807)	(967 914)	(1 565 700)

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar 2) e da Instrução n.º 19/2005 de 15 de Junho, do Banco de Portugal, a CEMG calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do *Bank of International Settlements* (“BIS”) classificando todas as rubricas do activo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de *repricing*.

(milhares de Euros)

	Até três meses	Três a seis meses	Seis meses a um ano	Um a cinco anos	Mais de cinco anos
30 de Junho de 2015					
Activo	10 656 723	4 077 519	482 849	1 174 933	1 422 421
Fora de balanço	8 425 127	302 937	90 350	173 907	-
Total	<u>19 081 850</u>	<u>4 380 456</u>	<u>573 199</u>	<u>1 348 840</u>	<u>1 422 421</u>
Passivo	6 365 827	1 711 513	2 704 869	9 098 198	316 720
Fora de balanço	8 503 232	351 562	3 000	134 528	-
Total	<u>14 869 059</u>	<u>2 063 075</u>	<u>2 707 869</u>	<u>9 232 726</u>	<u>316 720</u>
GAP (Activos - Passivos)	<u>4 212 791</u>	<u>2 317 381</u>	<u>(2 134 670)</u>	<u>(7 883 886)</u>	<u>1 105 701</u>
31 de Dezembro de 2014					
Activo	11 060 213	4 313 890	411 776	1 452 762	1 124 728
Fora de balanço	8 715 156	135 950	268 916	152 487	-
Total	<u>19 775 369</u>	<u>4 449 840</u>	<u>680 692</u>	<u>1 605 249</u>	<u>1 124 728</u>
Passivo	7 460 280	2 177 606	2 540 454	7 633 753	116 975
Fora de balanço	8 730 961	196 895	220 000	124 652	-
Total	<u>16 191 241</u>	<u>2 374 501</u>	<u>2 760 454</u>	<u>7 758 405</u>	<u>116 975</u>
GAP (Activos - Passivos)	<u>3 584 128</u>	<u>2 075 339</u>	<u>(2 079 762)</u>	<u>(6 153 156)</u>	<u>1 007 753</u>

Análise de Sensibilidade

Face aos *gaps* de taxa de juro observados, em 30 de Junho de 2015, uma variação positiva instantânea das taxas de juro em 100 pontos bases motivaria um aumento dos resultados de cerca de 43.868 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 37.039 milhares de Euros).

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros da CEMG, para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2015 e para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, bem como os respectivos saldos médios e os proveitos e custos do exercício:

(milhares de Euros)

Produtos	Jun 2015			Dez 2014		
	Saldo médio do período	Taxa de juro média (%)	Proveitos / Custos	Saldo médio do exercício	Taxa de juro média (%)	Proveitos / Custos
Aplicações						
Crédito a clientes	15 844 418	1,43	227 060	16 214 123	3,57	579 361
Disponibilidades	62 684	0,04	25	111 630	0,15	167
Carteira de Títulos	8 050 044	0,75	60 510	7 784 710	1,94	150 807
Aplicações interbancárias	471 778	0,15	727	541 977	0,19	1 022
Swaps	-	-	47 140	-	-	110 316
Total Aplicações	24 428 924		335 462	24 652 440		841 673
Recursos						
Depósitos de clientes	13 533 598	0,86	116 530	13 778 244	2,19	302 294
Recursos de titularização	5 973 710	0,80	47 884	5 869 912	2,11	123 825
Recursos interbancários	3 951 853	0,54	21 351	3 628 546	0,41	14 732
Outros recursos	1 406	0,07	1	750	0,53	4
Swaps	-	-	-	-	-	106 546
Total Recursos	23 460 567		185 766	23 277 452		547 401

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos activos e passivos, a 30 de Junho de 2015, por moeda, é analisado como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2015							Valor total
	Euro	Dólar Norte Americano	Libra Esterlina	Dólar Canadiano	Franco Suíço	Real Brasileiro	Outras Moedas Estrangeiras	
Activo por moeda								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	251 068	8 204	1 331	911	432	284	1 459	263 689
Disponibilidades em outras instituições de crédito	46 525	9 159	838	1 173	144	-	1 047	58 886
Aplicações em instituições de crédito	514 702	24 145	-	-	-	-	-	538 847
Crédito a clientes	14 182 927	128 435	-	-	702	-	-	14 312 064
Activos financeiros detidos para negociação	76 466	4 540	-	-	-	-	-	81 006
Activos financeiros disponíveis para venda	8 469 065	1 204	138	-	946	66 199	-	8 537 552
Derivados de cobertura	32	-	-	-	-	-	-	32
Investimentos detidos até à maturidade	17 651	-	-	-	-	-	-	17 651
Investimentos em associadas e outras	419 183	-	-	-	-	-	-	419 183
Activos não correntes detidos para venda	832 924	-	-	-	-	-	-	832 924
Outros activos tangíveis	34 214	-	-	-	-	-	-	34 214
Activos intangíveis	120 121	-	-	-	-	-	-	120 121
Activos por impostos diferidos	402 903	-	-	-	-	-	-	402 903
Outros activos	304 588	856	2	-	33	-	126	305 605
Total Activo	25 672 369	176 543	2 309	2 084	2 257	66 483	2 632	25 924 677
Passivo por moeda								
Recursos de bancos centrais	2 776 576	-	-	-	-	-	-	2 776 576
Recursos de outras instituições de crédito	2 548 023	83 930	7 602	35 739	514	-	15	2 675 823
Recursos de clientes	12 465 824	87 520	8 868	6 579	1 749	-	5 884	12 576 424
Responsabilidades representadas por títulos	1 600 882	243	-	-	-	-	-	1 601 125
Passivos financeiros associados a activos transferidos	4 110 776	-	-	-	-	-	-	4 110 776
Passivos financeiros detidos para negociação	43 744	2 054	-	-	-	-	-	45 798
Derivados de cobertura	1 119	-	-	-	-	-	-	1 119
Provisões	122 728	-	-	-	-	-	-	122 728
Outros passivos subordinados	333 511	-	-	-	-	-	-	333 511
Outros passivos	169 286	3 851	305	206	1 206	-	102	174 956
Total Passivo	24 172 469	177 598	16 775	42 524	3 469	-	6 001	24 418 836
Operações Cambiais a Prazo	(64.952)	3.610	14.093	40.810	1.439	-	5.139	139
Gap Cambial	-	2.555	(372)	371	229	66.483	1.768	
Stress Test	-	511	(74)	74	46	13.297	354	

O *stress test* realizado corresponde a estimar o impacto de uma variação de 20% no câmbio de cada moeda contra o Euro. Os valores apresentados correspondem ao potencial impacto (antes de impostos) nos capitais próprios incluindo interesses minoritários.

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos activos e passivos, a 31 de Dezembro de 2014, por moeda, é analisado como segue:

(milhares de Euros)

Dez 2014								
	Euro	Dólar Norte Americano	Libra Esterlina	Dólar Canadiano	Franco Suíço	Real Brasileiro	Outras Moedas Estrangeiras	Valor total
Activo por moeda								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	184 057	13 073	1 154	669	2 151	368	1 866	203 338
Disponibilidades em outras instituições de crédito	47 413	5 892	288	325	590	17	343	54 868
Aplicações em instituições de crédito	673 372	107 616	-	-	-	-	-	780 988
Crédito a clientes	14 545 397	109 617	-	-	824	-	-	14 655 838
Activos financeiros detidos para negociação	49 820	33 733	-	-	-	-	-	83 553
Activos financeiros disponíveis para venda	7 387 495	3 175	34	10	782	-	-	7 391 496
Derivados de cobertura	60	-	-	-	-	-	-	60
Investimentos detidos até à maturidade	17 333	-	-	-	-	-	-	17 333
Investimentos em associadas e outras	419 183	-	-	-	-	-	-	419 183
Activos não correntes detidos para venda	779 504	-	-	-	-	-	-	779 504
Outros activos tangíveis	36 924	-	-	-	-	-	-	36 924
Activos intangíveis	117 297	-	-	-	-	-	-	117 297
Activos por impostos diferidos	342 393	-	-	-	-	-	-	342 393
Outros activos	171 496	536	15 064	42 354	-	-	5 638	235 088
Total Activo	24 771 744	273 642	16 540	43 358	4 347	385	7 847	25 117 863
Passivo por moeda								
Recursos de bancos centrais	2 496 886	-	-	-	-	-	-	2 496 886
Recursos de outras instituições de crédito	1 516 001	77 750	7 708	36 133	477	-	6	1 638 075
Recursos de clientes	13 480 818	104 839	8 683	7 105	2 004	26	5 669	13 609 144
Responsabilidades representadas por títulos	1 936 249	223	-	-	-	-	-	1 936 472
Passivos financeiros associados a activos transferidos	3 075 080	-	-	-	-	-	-	3 075 080
Passivos financeiros detidos para negociação	54 485	30 815	-	-	-	-	-	85 300
Derivados de cobertura	1 494	-	-	-	-	-	-	1 494
Provisões	129 446	-	-	-	-	-	-	129 446
Passivos por impostos correntes	12 026	-	-	-	-	-	-	12 026
Outros passivos subordinados	388 118	-	-	-	-	-	-	388 118
Outros passivos	216 293	60 777	36	20	2 314	-	20	279 460
Total Passivo	23 306 896	274 404	16 427	43 258	4 795	26	5 695	23 651 501
Operações Cambiais a Prazo	(5 809)	(56 572)	15 991	42 817	(1 247)	-	5 642	822
Gap Cambial	-	(763)	113	102	(446)	-	2 511	

Risco Imobiliário

O risco imobiliário resulta da exposição em imóveis (quer provenientes de processos de recuperação de crédito, quer propriedades de investimento), bem como de unidades de fundos imobiliários detidos na carteira de títulos. Estas exposições são acompanhadas regularmente e são realizados análises de cenários que procuram estimar potenciais impactos de alterações no mercado imobiliário nas carteiras de fundos de investimento imobiliário, imóveis de investimento e de imóveis dados em dação.

A exposição a imóveis e unidades de participação de fundos imobiliários em 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro 2014 apresentava os seguintes valores:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Dez 2014
Imóveis recebido em dação de crédito	832 924	779 504
Unidades de Participação de Fundos Imobiliários	1 158 432	1 170 463
	<u>1 991 356</u>	<u>1 949 967</u>
<i>Stress Test</i>	199 136	194 997

O *stress test* realizado corresponde a estimar o impacto de uma variação de 10% nos valores dos imóveis e fundos imobiliários. Os valores apresentados correspondem ao potencial impacto (antes de impostos) nos capitais próprios.

Risco de Liquidez

O controlo dos níveis de liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. O risco de liquidez é monitorizado atentamente, sendo elaborados diversos relatórios, para efeitos de regulamentação prudencial e para acompanhamento em sede de comité ALCO.

Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento das posições de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculadas segundo as regras exigidas pelo Banco de Portugal (Instrução n.º 13/2009 de 15 de Setembro), assim como do nível de cumprimento dos novos rácios prudenciais de liquidez, *Liquidity Coverage Ratio (LCR)* e *Net Stable Funding Ratio (NSFR)*, introduzidos com a entrada em vigor da CRD IV em 2014.

De referir que o valor global de colaterais disponíveis no Banco Central Europeu, em 30 de Junho de 2015 ascende a 3.977.299 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 4.202.365 milhares de Euros) com uma utilização de 2.775.900 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 2.475.990 milhares de Euros).

Risco Operacional

Encontra-se implementado um sistema de gestão de risco operacional que se baseia na identificação, avaliação, acompanhamento, medição, mitigação e reporte deste tipo de risco.

A Direcção de Risco da CEMG exerce a função corporativa de gestão de risco operacional que é suportada pela existência de Interlocutores em diferentes unidades orgânicas que asseguram a adequada implementação da gestão de risco operacional na CEMG.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Em termos prudenciais, a CEMG está sujeita à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Directiva Comunitária sobre adequação de capitais (2013/36/UE), estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam rácios mínimos de fundos próprios principais de nível 1, fundos próprios de nível 1 e de fundos próprios totais em relação aos activos ponderados pelo risco, os quais deverão ser cumpridos pelas instituições. Desde o ano de 2014 as indicações prudenciais baseiam-se na nova legislação de Basileia III de acordo com o Regulamento n.º 575/2013 do Parlamento Europeu.

De acordo com as regras prudenciais de Basileia III, os Fundos Próprios da CEMG dividem-se em Fundos Próprios Principais de Nível 1 ou *Common Equity Tier 1* (CET1), Fundos Próprios de Nível 1 ou *Tier 1* (T1) e Fundos Próprios de Nível 2 ou *Tier 2* (T2), com a seguinte composição:

- **Fundos Próprios Principais de Nível 1 ou *Common Equity Tier 1* (CET1):** Esta categoria inclui o capital estatutário realizado, as reservas elegíveis (incluindo as reservas de justo valor), os resultados transitados, os resultados retidos do período quando positivos e certificados ou pela totalidade se negativos. É deduzido o valor de balanço dos montantes relativos a *goodwill* apurado, outros activos intangíveis, ganhos não realizados em passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados que representem risco de crédito próprio, desvios actuariais negativos decorrentes de responsabilidades com benefícios pós emprego a empregados (já incluídos em resultados transitados), bem como a diferença, se positiva, entre o activo e as responsabilidades do fundo de pensões. As participações financeiras em entidades do sector financeiro e os activos por impostos diferidos têm tratamento diferenciado, face a Basileia II, na nova regulamentação de Basileia III. São deduzidos os valores destas rubricas que individualmente sejam superiores a 10% do CET1, ou posteriormente a 17,65% do CET1 quando consideradas em agregado (apenas na parte não deduzida na primeira barreira de 10% e considerando apenas as participações significativas). Os valores não deduzidos estarão sujeitos a ponderação de 250% para o total dos activos ponderados pelo risco. Relativamente às participações em instituições financeiras, a eventual dedução é realizada proporcionalmente nos correspondentes níveis de capital detidos. Entre a implementação desta nova regulamentação prudencial em 2014 e 2018 irá vigorar um período transitório que permitirá o reconhecimento gradual dos maiores impactos desta nova regulamentação. Destaque para o plano transitório aplicado aos activos por impostos diferidos e desvio actuarial negativo do fundo de pensões que permite ir reconhecendo 20% na ano os eventuais efeitos negativos das novas normas. Também as reservas de justo valor estão sujeitas a plano transitório de 20% ao ano, estando contudo excluídas deste plano as reservas de justo valor relativas a posições em risco sobre Administrações Centrais. Esta exclusão deixará de vigorar após a adopção pela Comissão Europeia de um regulamento com base no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 que aprove a Norma Internacional de Relato Financeiro que venha a substituir a norma IAS 39.
- **Fundos Próprios de Nível 1 ou *Tier 1* (T1):** Incorpora instrumentos equiparados a capital, cujas condições sejam de acordo com o artigo 52º do Regulamento 575/2013 e aprovadas pelo Banco de Portugal. A este capital são deduzidas as eventuais detenções de capital T1 de instituições financeiras sujeitas a dedução.
- **Fundos Próprios de Nível 2 ou *Tier 2* (T2):** Incorpora instrumentos equiparados a capital, cujas condições sejam de acordo com o artigo 63º do Regulamento 575/2013 e aprovadas pelo Banco de Portugal. A este capital são deduzidas as eventuais detenções de capital T2 de instituições financeiras sujeitas a dedução.

Os Fundos Próprios Totais ou Capital Total são constituídos pela soma dos três níveis de capital referidos anteriormente.

Tal como referido anteriormente, até 2018 os efeitos da nova regulamentação de Basileia III irão sendo gradualmente introduzidos. Este processo usualmente designa-se por *Phasing-in*. A assunção total da nova regulamentação, sem considerar planos transitórios é designada por *Full Implementation*. Actualmente encontra-se em vigor o processo *Phasing-in*, sendo nesta base que é verificado se determinada entidade dispõe de fundos próprios num montante não inferior ao dos respectivos requisitos de fundos próprios, certificando assim a adequação do seu capital. Esta relação é reflectida nos diferentes rácios de capital, nomeadamente o rácio CET1, rácio T1 e rácio de capital total (antes designado por rácio de solvabilidade, representado pelo correspondente nível de capital em percentagem do montante correspondente a 12,5 vezes dos requisitos de fundos próprios). Para estes

rácios são indicados mínimos regulamentares pelo Banco de Portugal, tendo sido determinados para 2014 os rácios mínimos de 7% para o CET1 e de 8% para o Capital total.

Um sumário dos cálculos de requisitos de capital da CEMG para 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014 apresenta-se como segue:

	(milhares de Euros)	
	Jun 2015	Dez 2014
Capital Common Equity Tier 1		
Capital realizado	1.900.000	1.700.000
Resultados, Reservas e Resultados não distribuídos	(401.040)	(312.029)
Outros ajustamentos regulamentares	(332.690)	(282.725)
	<u>1.166.270</u>	<u>1.105.246</u>
Capital Tier 1		
Outros instrumentos de Capital	4.964	6.618
Ajustamentos regulamentares	(4.964)	(6.618)
	<u>1.166.270</u>	<u>1.105.246</u>
Capital Tier 2		
<i>Empréstimos Subordinados</i>	163.187	23.431
Ajustamentos regulamentares	9.525	(21.170)
	<u>172.712</u>	<u>2.261</u>
Fundos próprios totais	<u>1.338.982</u>	<u>1.107.507</u>
Requisitos de Fundos Próprios		
Risco de crédito	979.118	1.003.604
Riscos de mercado	8.765	1.078
Risco operacional	57.358	57.358
Outros Requisitos	32.688	30.426
	<u>1.077.929</u>	<u>1.092.466</u>
Rácios Prudenciais		
Rácio Common Equity Tier 1	8,66%	8,09%
Rácio Tier 1	8,66%	8,09%
Rácio de Capital Total	9,94%	8,11%

51 Dívida soberana de países da União Europeia em situação de *bailout*

Com referência a 30 de Junho de 2015, a exposição da CEMG à dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de *bailout*, é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

Jun 2015							
Emitente/ carteira	Valor contabilístico	Justo valor	Reserva de justo valor	Imparidade	Taxa de juro média %	Maturidade média Anos	Nível de valorização
Portugal							
Activos financeiros detidos para negociação	22 198	22 198	-	-	4,07%	8,51	1
Activos financeiros disponíveis para venda	1 672 360	1 672 360	(37 779)	-	4,60%	4,29	1
Investimentos detidos até à maturidade	6 346	6 467	-	-	3,35%	0,29	n.a.
	<u>1 700 904</u>	<u>1 701 025</u>	<u>(37 779)</u>	<u>-</u>			
Grécia							
Activos financeiros disponíveis para venda	7 068	7 068	-	(11 172)	1,89%	22,66	1
	<u>1707 972</u>	<u>1708 093</u>	<u>(37 779)</u>	<u>(11 172)</u>			

O valor dos títulos inclui os juros corridos respectivos.

Com referência a 31 de Dezembro de 2014, a exposição da CEMG à dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de *bailout*, é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

Dez 2014							
Emitente/ carteira	Valor contabilístico	Justo valor	Reserva de justo valor	Imparidade	Taxa de juro média %	Maturidade média Anos	Nível de valorização
Portugal							
Activos financeiros disponíveis para venda	1 645 832	1 645 832	48 946	-	4,83	3,64	1
Investimentos detidos até à maturidade	6 209	6 359	-	-	3,35	0,79	n.a.
	<u>1 652 041</u>	<u>1 652 191</u>	<u>48 946</u>	<u>-</u>			
Grécia (*)							
Activos financeiros disponíveis para venda	9 525	9 525	-	(8 834)	1,26	23,16	1
	<u>1 661 566</u>	<u>1 661 716</u>	<u>48 946</u>	<u>(8 834)</u>			

Em Maio de 2014, terminou o período de vigência do Programa de Ajustamento acordado em 2011 entre o Governo Português e a Troika (Banco Central Europeu, Fundo Monetário Internacional e Comissão Europeia), pelo que Portugal deixou de se encontrar em situação de *bailout* a partir desta data.

52 Cedência de activos

A CEMG realizou um conjunto de operações de cedência de activos financeiros (nomeadamente crédito a clientes) para fundos especializados de recuperação de crédito. Estes fundos assumem a gestão das sociedades mutuárias ou dos activos recebidos em colateral com o objectivo de garantir uma administração pró-activa através da implementação de planos de exploração/valorização dos mesmos.

Os activos financeiros cedidos nestas operações foram desreconhecidos do balanço da CEMG, uma vez que foi transferida para os fundos parte substancial dos riscos e benefícios associados a estes bem como o respectivo controlo.

Os fundos especializados na recuperação de crédito que adquiriram os activos financeiros à CEMG são fundos fechados, em que os participantes não têm a possibilidade de pedir o reembolso das suas unidades de participação durante a vida do mesmo.

Estas unidades de participação são detidas pelos vários bancos do mercado, e que são cedentes dos créditos, em percentagens que vão variando ao longo da vida dos fundos, mas garantindo que cada banco, isoladamente, não detém títulos representativos de mais de 50% do capital do fundo.

Os fundos têm uma estrutura de gestão específica (*General Partner*), totalmente autónoma dos bancos cedentes, que é seleccionada na data de constituição do fundo.

A estrutura de gestão do fundo tem como principais responsabilidades:

- definir o objectivo do fundo;
- administrar e gerir em regime exclusivo o fundo, determinar os objectivos e política de investimento e o modo de conduta da gestão e negócios do fundo.

A estrutura de gestão é remunerada através de comissões de gestão cobradas aos fundos.

Na sua maioria, estes fundos (em que a CEMG detém uma posição minoritária nas unidades de participação) constituem sociedades de direito português com vista à aquisição dos créditos aos bancos, a qual é financiada através da emissão de títulos sénior e de títulos júnior.

O valor dos títulos sénior, subscritos integralmente pelos fundos que detém o capital social, iguala o justo valor do activo objecto de cedência, determinado mediante um processo negocial baseado em avaliações efectuadas por ambas as partes. Estes títulos são remunerados a uma taxa de juro que reflecte o risco da sociedade detentora dos activos. O valor dos títulos júnior é equivalente à diferença entre o justo valor que teve por base a valorização do título sénior e o valor de cedência dos créditos às sociedades de direito português.

Estes títulos júnior, sendo subscritos pela CEMG, darão direito a um valor positivo contingente caso o valor dos activos transferidos ultrapasse o montante das prestações sénior acrescidos da remuneração das mesmas.

Contudo, considerando que estes títulos júnior reflectem um diferencial de avaliação dos activos cedidos tendo por base avaliações efectuadas por entidades independentes e um processo negocial entre as partes, os mesmos encontram-se a ser integralmente provisionados.

Assim, na sequência das operações de cedência de activos ocorridas, a CEMG subscreveu:

- Unidades de participação dos fundos em que os *cash flows* que permitirão a sua recuperação são provenientes de um conjunto alargado de activos cedidos pelos vários bancos participantes (onde a CEMG é claramente minoritária). Estes títulos encontram-se assim registados na carteira de activos financeiros disponíveis para venda sendo avaliados ao justo valor com base no valor da cotação, o qual é divulgado pelos fundos e auditado no final de cada ano.
- Títulos júnior (com maior grau de subordinação), emitidos pelas sociedades de direito português controladas pelos fundos, encontram-se a ser totalmente provisionados por reflectirem a melhor estimativa da imparidade dos activos financeiros cedidos.

Neste contexto, não tendo controlo mas permanecendo algum risco e benefício, a CEMG, nos termos da IAS 39.21 procedeu a uma análise da exposição à variabilidade de riscos e benefícios nos activos transferidos, antes e após a operação, tendo concluído, que não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios.

Considerando que também não detém controlo, já que não exerce qualquer influência sobre os fundos ou as sociedades que detêm os activos, a CEMG procedeu, nos termos da IAS 39.20 c (i), ao desreconhecimento dos activos transferidos e ao reconhecimento dos activos recebidos como contrapartida nos seguintes termos:

(milhares de Euros)

	Até Jun 2015			Até Dez 2014		
	Valores associados à cedência de activos			Valores associados à cedência de activos		
	Activos líquidos cedidos	Valor recebido	Resultado apurado com a transferência	Activos líquidos cedidos	Valor recebido	Resultado apurado com a transferência
Vallis Construction Sector Fund	18 794	20 889	2 095	18 794	20 889	2 095
Fundo de Reestruturação Empresarial, FCR	21 549	21 590	41	21 549	21 590	41
	40 343	42 479	2 136	40 343	42 479	2 136

(milhares de Euros)

	Jun 2015				
	Títulos sénior	Títulos júnior	Total	Imparidade	Valor líquido
Vallis Construction Sector Fund	16 620	6 153	22 773	(6 153)	16 620
Fundo de Reestruturação Empresarial, FCR	13 478	-	13 478	(255)	13 223
	30 098	6 153	36 251	(6 408)	29 843

(milhares de Euros)

	Dez 2014				
	Títulos sénior	Títulos júnior	Total	Imparidade	Valor líquido
Vallis Construction Sector Fund	16 441	6 153	22 594	(6 153)	16 441
Fundo de Reestruturação Empresarial, FCR	13 389	-	13 389	(219)	13 170
	29 830	6 153	35 983	(6 372)	29 611

A 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, os activos líquidos cedidos ascendem a 40.343 milhares de Euros.

Os títulos júnior referem-se a Unidades de participação no montante de 6.153 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2014: 6.153 milhares de Euros) como referido na nota 23.

No âmbito das operações de cedência, os títulos subscritos de natureza subordinada especificamente relacionados com os activos cedidos (títulos júnior), encontram-se provisionados na sua totalidade, conforme nota 15.

Apesar de os títulos de natureza subordinada se encontrarem totalmente provisionados, a CEMG mantém também uma exposição indirecta aos activos financeiros cedidos, no âmbito de uma participação minoritária na *pool* de todos os activos cedidos por outras instituições financeiras, por via das acções dos fundos adquiridas no âmbito das operações (denominadas no quadro como títulos sénior).

Em 2014, a CEMG cedeu créditos ao Fundo de Reestruturação Empresarial, FCR, no montante de 17.251 milhares de Euros. No entanto, foi o Montepio Investimento S.A. que adquiriu as unidades de participação associadas a esta cedência.

Ainda em 2014, a CEMG adquiriu ao Montepio Investimento, S.A., 10.000 unidades de participação no Fundo de Reestruturação Empresarial, FCR por 8.779 milhares de Euros.

53 Eventos subsequentes

Após a data de balanço e antes das Demonstrações Financeiras terem sido autorizadas para emissão, não se verificaram transacções e/ou acontecimentos relevantes que mereçam relevância de divulgação.

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE INFORMAÇÃO SEMESTRAL

Introdução

- 1 Nos termos do Código dos Valores Mobiliários ('CVM'), apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre o relatório financeiro intercalar do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2015, da **Caixa Económica Montepio Geral**, que inclui a Demonstração da posição financeira (que evidencia um total de 25.926.069 milhares de euros e um total de capital próprio de 1.507.233 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 90.371 milhares de euros) e as Demonstrações dos resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do período de seis meses findo naquela data e os correspondentes Anexos.
- 2 As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

Responsabilidades

- 3 É da responsabilidade do Conselho de Administração Executivo:
 - a) a preparação de informação financeira que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Caixa Económica Montepio Geral, o resultado das suas operações, o rendimento integral, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa;
 - b) que a informação financeira histórica seja, preparada de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas ("NCA's"), conforme estabelecidas pelo Banco de Portugal e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo CVM;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
- 4 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo CVM, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.



Âmbito

- 5 O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu:
- a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
 - a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira;
 - a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - a aplicação, ou não, do princípio da continuidade;
 - a apresentação da informação financeira;
 - se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita; e
 - b) em testes substantivos às transacções não usuais de grande significado.
- 6 O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.
- 7 Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre a informação semestral.

Parecer

- 8 Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2015, não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com as NCA's, e que não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 31 de Agosto de 2015



KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (nº 189)
representada por
Jean-éric Gaign (ROC nº 1013)

7.3. Declaração de Conformidade sobre a Informação Financeira Apresentada do Conselho de Administração Executivo

A presente declaração é feita nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários (CVM).

É da responsabilidade do Conselho de Administração Executivo a elaboração do relatório de gestão e a preparação das demonstrações financeiras e que estas apresentem, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira da Instituição, o resultado das operações, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detetar eventuais erros ou irregularidades.

Confirmamos, tanto quanto é o nosso conhecimento e nossa convicção, que:

- toda a informação financeira individual e consolidada contida nos documentos de prestação de contas, referente ao primeiro semestre de 2015, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Instituição, e das empresas incluídas no perímetro de consolidação;
- o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Instituição e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, em conformidade com os requisitos legais.

Lisboa, agosto de 2015

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Luís Miguel Lines Andrade

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Manuel Félix Morgado – Presidente

João Carlos Martins da Cunha Neves - Vogal

Luís Gabriel Moreira Maia Almeida - Vogal

Fernando Ferreira Santo – Vogal

João Belard da Fonseca Lopes Raimundo – Vogal

Jorge Manuel Viana de Azevedo Pinto Bravo - Vogal

Luís Miguel Resende de Jesus - Vogal

7.4 Conformidade das Recomendações do *Financial Stability Forum* (FSF) e do *Committee of European Banking Supervisors* (CEBS), referente à transparência da informação e à valorização de ativos (Carta Circular n.º 58/2009/DSBDR, do Banco de Portugal)

A Carta Circular n.º 58/2009/DSB do Banco de Portugal estabelece a necessidade das instituições continuarem a dar adequado cumprimento às recomendações do FSF e do CEBS, referentes à transparência da informação e à valorização de ativos, tendo em conta o princípio da proporcionalidade.

Algumas das recomendações já estarão abordadas ao longo deste Relatório e Contas ou nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, pelo que, quando tal suceder, far-se-á remissão para tais documentos.

I. MODELO DE NEGÓCIO

1. Descrição do modelo de negócio

Nos pontos 3 e 4.1 deste Relatório e Contas (RC) apresenta-se a descrição do modelo de negócio e a evolução das atividades e negócios.

2. Descrição das estratégias e objetivos

No ponto 3 do RC descreve-se a evolução da atividade por áreas de negócio, de acordo com o definido nas linhas de orientação estratégicas para o Grupo CEMG para 2015.

3., 4. e 5. Atividades desenvolvidas e contribuição para o negócio

Nos pontos 3.1 e 4 do Relatório e Contas é feita a descrição do desenvolvimento das atividades e a sua contribuição para o negócio. Também nas Notas às Demonstrações Financeiras referente ao Reporte por Segmentos, é apresentado o contributo de cada atividade.

II. RISCOS E GESTÃO DOS RISCOS

6. e 7. Descrição e natureza dos riscos e práticas de gestão

No ponto 5 e nas Notas às Demonstrações Financeiras apresenta-se a descrição e a quantificação dos diversos riscos incorridos, bem como das práticas de acompanhamento, de recuperação e de controlo adotadas para a minimização dos mesmos.

III. IMPACTO DO PERÍODO DE TURBULÊNCIA FINANCEIRA NOS RESULTADOS

8., 9., 10. e 11 Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados, com ênfase nas perdas e impacto dos *write-downs* e decomposição dos *write-downs*

No ponto 4 e, no âmbito da análise dos Resultados e das Provisões e Imparidades, dá-se nota do valor da imparidade da carteira de títulos. No ponto 5 do RC é abordada a evolução da carteira de títulos da CEMG e a exposição aos mercados financeiros.

Nas Notas às Demonstrações Financeiras também se faz referência ao impacto das imparidades.

12. e 13. Decomposição dos *write-downs* entre montantes realizados e não realizados e impacto na cotação das ações da entidade.

Não aplicável.

14. Divulgação do risco de perda máxima associada ao prolongamento da turbulência financeira.

No ponto 5 do RC estão referenciadas de forma global estas questões.

15. Divulgação do impacto que a evolução dos *spreads* associados às responsabilidades da própria instituição teve em resultados.

Nas Notas às Demonstrações Financeiras é apresentada informação que se considera suficiente, tendo em conta o âmbito pretendido.

IV. NÍVEIS E TIPOS DAS EXPOSIÇÕES PELO PERÍODO DE TURBULÊNCIA

16. Valor nominal (ou custo amortizado) e justo valor das exposições “vivas”.

Nas Notas às Demonstrações Financeiras apresentam-se os valores desdobrados por nominal, balanço e justo valor.

17. Informação sobre mitigantes de risco de crédito (e.g. através de *credit default swaps*) e o respetivo valor das exposições existentes.

Nas Notas às Demonstrações Financeiras é apresentada a informação sobre os mitigantes de riscos de crédito referentes aos ativos e passivos ao justo valor através de resultados.

18. Divulgação detalhada sobre as exposições.

Considera-se que a informação constante do ponto 5 do RC e das Notas às Demonstrações Financeiras responde a esta questão

19. Movimentos ocorridos nas exposições entre períodos relevantes de reporte e as razões subjacentes a essas variações (vendas, compras, *write-downs*, etc.).

A informação constante das Notas às Demonstrações Financeiras contempla a resposta a este assunto.

20. Explicações acerca das exposições (incluindo “veículos” e, neste caso, as respetivas atividades) que não tenham sido consolidadas (ou que não tenham sido reconhecidas durante a crise) e as razões associadas.

No ponto 5 do RC e nas Notas às Demonstrações Financeiras, o ponto referente a “Securitização de ativos” apresenta uma descrição detalhada sobre as diversas operações de titularização realizadas e os respetivos “veículos”, ou seja, *Special Purpose Vehicle* (SPV).

21. Exposição a seguradoras de tipo “monoline” e qualidade dos ativos segurados.

Não aplicável.

V. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E MÉTODOS DE VALORIZAÇÃO

22., 23., 24. e 25. Classificação das transações e dos produtos estruturados para efeitos contabilísticos, consolidação dos *Special Purpose Vehicle* (SPV), divulgação detalhada do justo valor dos instrumentos financeiros e descrição das técnicas de modelização utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros.

As Notas às Demonstrações Financeiras contemplam informação detalhada sobre estas questões.

VI. OUTROS ASPECTOS RELEVANTES NA DIVULGAÇÃO

26. Descrição das políticas de divulgação e dos princípios que são utilizados no reporte das divulgações e do reporte financeiro.

Um dos objetivos do sistema de controlo interno do Grupo CEMG é o de assegurar o cumprimento das normas prudenciais em vigor, a fiabilidade de informação e os prazos de reporte para as diversas entidades externas.

O Grupo CEMG tem vindo a seguir a prática de concentrar a responsabilidade de reporte de informação para Entidades Externas nos Órgãos especializados nas respetivas matérias, tendo em conta as suas funções e atividades e recorrendo para o efeito, sempre que possível, a ferramentas de suporte tecnologicamente evoluídas, a fim de minimizar os erros e omissões e garantir níveis elevados de fiabilidade e tempestividade da informação.